



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 37ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**12/07/2012
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Fernando Collor

Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 12/07/2012.**

37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 47/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	9
2	MSF 50/2012 - Não Terminativo -	SEN. FRANCISCO DORNELLES	103
3	MSF 46/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	152
4	MSF 49/2012 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPPLY	206
5	PDS 191/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	247
6	RQS 659/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	260

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(30)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(13)(15)	AM 6726	3 Lindbergh Farias(PT)(12)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Sérgio Souza(PMDB)(14)(17)(18)	PR (61) 3303-6271/ 6261	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(25)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	6 João Capiberibe(PSB)(24)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)			
Jarbas Vasconcelos(PMDB)	PE (61) 3303-3245	1 Lobão Filho(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303-6446/6447	2 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2111 a 2117
Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303-2252/2253	3 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083/6084
Vital do Rêgo(PMDB)	PB (61) 3303-6747	4 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	5 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Francisco Dornelles(PP)	RJ (61)-3303-4229	6 VAGO(21)(22)(23)(31)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	1 Aécio Neves(PSDB)	MG (61) 3303-6049/6050
Paulo Bauer(PSDB)(11)	SC (61) 3303-6529	2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Clovis Fecury(DEM)(19)	MA 3303.6349
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Mozarildo Cavalcanti(PTB)	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim Argello(PTB)	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE (61) 3303-5791/5793
Blairo Maggi(PR)	MT (61) 3303-6167	3 João Ribeiro(PR)(28)(29)	TO (61) 3303-2163/2164
PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568	1 VAGO	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (12) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (13) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (14) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (15) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (16) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (17) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (18) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (19) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

- (20) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (21) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (22) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (23) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (24) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (25) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (26) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (27) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (28) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (29) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (30) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (31) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (32) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 12 de julho de 2012
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

37ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pronto para deliberação

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 50, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pronto para deliberação

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pronto para deliberação

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)**ITEM 4****MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2012****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Autoria: Presidente da República**Relatoria:** Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)**Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Eduardo Suplicy**Relatório:** Pronto para deliberação**Textos disponíveis:**[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)**ITEM 5****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 191, de 2012****- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Guiné Equatorial sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)**Relatoria:** Senador Sérgio Souza**Relatório:** Pela aprovação**Textos disponíveis:**[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)[Parecer aprovado na comissão](#)**EXTRAPAUTA****ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 659, de 2012**

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 26 e 27 de julho de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Curaçao, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy**Textos disponíveis:**

[Avulso de requerimento](#)**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**[Parecer aprovado na comissão](#)

1



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 47, de 2012 (Mensagem nº 00298, de 28/03/2012, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.*

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 47/2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Lígia Maria Scherer, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da referida diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filha de Adalberto Scherer Sobrinho e Lucy Szabó Scherer, a Sra. Lígia Maria Scherer nasceu em Curitiba, Paraná, em 28 de outubro de 1951.

Formou-se em Letras, Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná em 1974 e em 1978 ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeada Terceira Secretária em 1979, e subsequentemente, Segunda Secretária, em 1981,

Primeira Secretária, em 1988, Conselheira, em 1996, Ministra de Segunda Classe, em 2002 e Ministra de Primeira Classe, em 2008.

Dentre as funções que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Subchefe da Divisão do Meio Ambiente, de 1991 a 1994 e Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II, de 2001 a 2003.

No Exterior, foi Segunda Secretária na Embaixada em Roma, de 1985 a 1988; Segunda e Primeira Secretária na Embaixada em Tóquio, de 1988 a 1991; Primeira Secretária e Conselheira na Embaixada em Washington, de 1994 a 1997; Conselheira na Embaixada em Tel Aviv, de 1997 a 2001; Encarregada de Negócios em missão transitória na Embaixada em Díli, em 2003; Ministra-Conselheira na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia – CEE, em Bruxelas, de 2005 a 2007, tendo, em 2007, passado a chefiar o Escritório de Representação do Brasil em Ramallah.

É detentora da medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial (1992) e da Medalha do Pacificador (2000), ambas outorgadas pelo Governo brasileiro.

Em 2001 defendeu a tese “A Questão de Jerusalém: Realidades e Perspectivas”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Segundo documento informativo sobre os países para os quais foi indicada a diplomata em questão, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, cabe deixar registrado aqui que Moçambique conta com uma população de 20,1 milhões de habitantes. Tem um produto interno bruto de US\$ 12,1 bilhões, o que lhe proporciona uma renda per capita de US\$ 982. O crescimento do PIB foi de 7,2% em 2011. Seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,322, que lhe confere o 184º lugar no mundo, contra o 168º lugar em 1998, o que permite verificar importante queda de seu IDH em período um pouco superior a dez anos.

Estima-se que 3.500 cidadãos brasileiros residam atualmente em Moçambique.

O intercâmbio comercial com o Brasil cresceu de US\$ 42 milhões em 2010 para US\$ 85 milhões em 2011, com amplo superávit brasileiro da ordem de US\$ 77 milhões, que representou crescimento de 101% em relação ao ano anterior. Segundo registra o documento informativo do



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

Itamaraty, “O início das exportações de carvão da Vale, este ano, deverá contribuir para mudar esse quadro, produzindo superávits comerciais para o lado moçambicano e gerando oportunidades para exportadores brasileiros.”

A pauta exportadora brasileira é composta majoritariamente por produtos manufaturados, que representaram 56% do total, entre eles, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e locomotivas diesel-elétricas.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos diretos brasileiros em Moçambique registrou aumento de 18 vezes em apenas dois anos, passando de US\$ 3 milhões em 2008 para US\$ 54 milhões em 2010.

A Vale está presente em Moçambique desde 2004, tendo vencido concorrência internacional para a realização de pesquisas em uma das maiores reservas carboníferas do mundo, localizada em Moatize. As atividades da mina foram inauguradas pela Vale em 2011 e a primeira exportação de carvão ocorreu em setembro último. A Vale tenciona exportar entre 5 e 6 milhões de toneladas por ano. A Vale adquiriu em 2010 a concessão do Corredor de Nacala, onde será desenvolvida ferrovia ligando Moatize ao Porto de Nacala.

Outras empresas brasileiras presentes em Moçambique são a Odebrecht, a Camargo Corrêa, Galvão Engenharia, Eletrobrás e Petrobras.

Moçambique participa de vários projetos de cooperação com o Brasil, em áreas como saúde, alimentos, educação e ciência e tecnologia, entre outras.

O Reino da Suazilândia, um dos países para os quais a Embaixadora Ligia Maria Scherer foi cumulativamente indicada para exercer a nossa representação oficial, tem população de 1,2 milhão de habitantes. Seu PIB é de US\$ 3,6 bilhões, não havendo registro de brasileiros residentes no país.

O Reino da Suazilândia, localizado na parte meridional do continente africano, é um país que enfrenta grandes dificuldades, com elevados índices de pobreza, com problemas como instabilidade política e grave incidência de HIV. Embora o Brasil mantenha relações diplomáticas formais com aquele país desde 1978, o comércio bilateral é extremamente parcimonioso, com um intercâmbio total em 2011 da ordem de apenas US\$ 20,994 milhões. O Brasil exporta para a Suazilândia turbinas a vapor, motores e máquinas ceifeiras, material elétrico e tubos de aço. Em 2011 os principais

produtos importados pelo Brasil foram circuitos integrados e microprocessadores, gerando déficit na relação comercial com o Brasil de aproximadamente US\$ 13,78 milhões.

Há interesse por parte do Governo suazi em projetos de cooperação com o Brasil nas áreas de saúde, para o combate à AIDS, de educação e agricultura. Outro âmbito de cooperação bilateral possível é o de biocombustíveis, principalmente para a produção de etanol, tanto de milho quanto de cana de açúcar. A EMBRAPA realizará missão de prospecção para analisar possibilidades de cooperação no tema.

A República da Madagascar, o outro país onde a diplomata acima mencionada foi indicada para exercer, de forma cumulativa, a nossa representação oficial, tem população de 21,3 milhões de habitantes e seu PIB é de US\$ 8,7 bilhões. Não há registro de brasileiros que lá vivam. O intercâmbio comercial com o Brasil, que reflete grande discrepância entre importações e exportações, perfaz um total de US\$ 22,9 milhões, dos quais US\$ 21,9 milhões constituem exportações brasileiras. Na pauta de exportações do Brasil predomina o açúcar (81%) e produtos manufaturados, como veículos automotores. O Brasil importa de Madagascar minérios, instrumentos de precisão e máquinas e aparelhos elétricos. Não há investimentos brasileiros em Madagascar.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 47, DE 2012

(nº 298/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Os méritos da Senhora Ligia Maria Scherer que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de março de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e elegante, identificando-se como a do Presidente do Senado Federal.

EM No 00087 MRE

Brasília, 12 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **Ligia Maria Scherer**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **Ligia Maria Scherer** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº /DP/AFEPA/G-MRE/APES

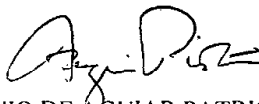
Brasília, de de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **LIGIA MARIA SCHERER**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **LIGIA MARIA SCHERER** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE LIGIA MARIA SCHERER**

CPF.: 15602451900

ID.: 779117 SSP/PR

1951 Filha de Adalberto Scherer Sobrinho e Lucy Szabó Scherer, nasce em 28 de outubro, em Curitiba/PR

Dados Acadêmicos:

1974 Letras, Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná
1978 CPCD - IRBr
2001 CAE - IRBr, A Questão de Jerusalém: Realidades e Perspectivas

Cargos:

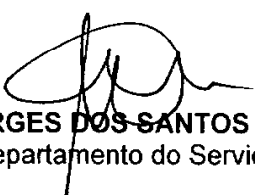
1979 Terceira-Secretária
1981 Segunda-Secretária
1988 Primeira-Secretária, por merecimento
1996 Conselheira, por merecimento
2002 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2008 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1979 Divisão das Nações Unidas, assistente
1985 Embaixada em Roma, Segunda Secretária
1988 Embaixada em Tóquio, Segunda e Primeira Secretária
1991 Divisão do Meio Ambiente, Subchefe
1994 Embaixada em Washington, Primeira Secretária e Conselheira
1997 Embaixada em Tel Aviv, Conselheira
2001 Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe
2003 Embaixada em Dili, Encarregada de Negócios em missão transitória
2004 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministra-Conselheira
2005 Representação Permanente junto à FAO, Roma, Ministra-Conselheira
2007 Escritório de Representação em Ramallah, Chefe do escritório

Condecorações:

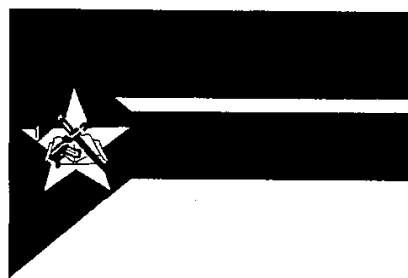
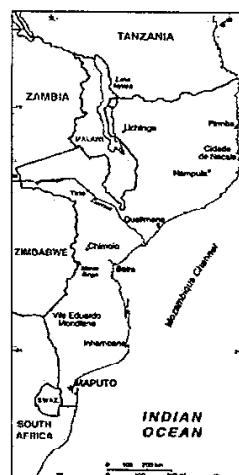
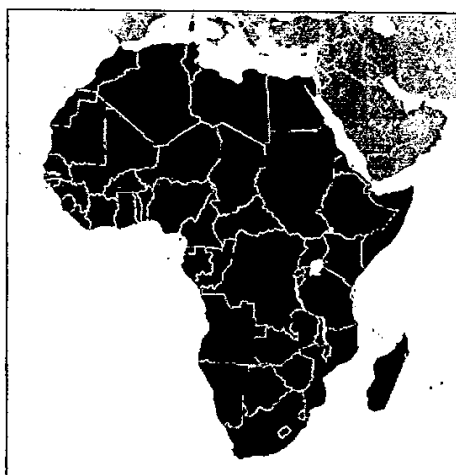
1992 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2000 Medalha do Pacificador, Brasil



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II**

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012**

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	7
POLÍTICA INTERNA	19
POLÍTICA EXTERNA	20
ECONOMIA	23
ANEXOS	25

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Moçambique
CAPITAL	Maputo
ÁREA	801.590 km²
POPULAÇÃO	20,1 milhões
IDIOMAS	Português (oficial, falado por 50,3% da população); macua (26,3%); tsonga (11,4%); cerca de outras 30 línguas africanas
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (28,4%), protestantismo (27,7%), islamismo (17,9%), outras (7,2%), sem religião (18,7%) (Censo 2007)
SISTEMA POLÍTICO	Semipresidencialismo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Armando Emílio Guebuza
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Aires Ali
CHANCELER	Oldemiro Marques Balóí
PIB (estimativa 2011)	US\$ 12,1 bilhões
PIB PPP (estimativa 2011)	US\$ 23,87 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB	7,3% (2007); 6,8% (2008); 6,4% (2009); 7,2% (2010); 7,2% (2011 est.)
PIB per capita	US\$ 473
PIB per capita PPP	US\$ 982
UNIDADE MONETÁRIA	Metical moçambicano
IDH (2011) - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,322 (184ª posição entre 187 países analisados)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	47,8%
EXPECTATIVA DE VIDA	50,2 anos (PNUD, 2011)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	3.500 cidadãos
EMBAIXADORA DESIGNADA DO BRASIL PARA MOÇAMBIQUE	Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal)
EMBAIXADOR DE MOÇAMBIQUE PARA O BRASIL	Murade Isaac Miguigy Murargy

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → MOÇAMBIQUE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	28.560	14.945	23.324	28.265	35.228	27.300	32.389	110.240	42.380	85.277
Exportações	27.976	10.792	23.310	28.245	35.212	27.300	32.387	108.118	40.377	81.183
Importações	583	4.152	14	20	16	0	2	2.122	2.002	4.094
Saldo	27.392	6.640	23.296	28.225	35.196	27.300	32.385	105.995	38.375	77.089

PEREIS BIOGRÁFICOS**Armando Emílio Guebuza**
Presidente da República

Nasceu em Murrupula, no norte do país, em 1943. Ingressou no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos (NESAM), em 1949. Em 1963, foi eleito presidente do NESAM, sucedendo Joaquim Chissano, que viria a ser Presidente de Moçambique entre 1986 e 2005.

Após ser preso pela polícia política portuguesa por cinco meses, Guebuza juntou-se à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), em Dar-es-Salaam (Tanzânia), em 1965.

Em 1974, foi designado Ministro da Administração Interna, conforme os Acordos de Lusaca, que previam a formação de Governo de transição. Em 1975, após a independência, tornou-se Ministro do Interior. Em 1978, foi nomeado Vice-Ministro da Defesa e Governador de Cabo Delgado. Em 1981, foi Governador de Sofala. Em 1986, assumiu o Ministério de Transportes e Comunicações.

Em 1990, foi nomeado, pelo então Presidente Joaquim Chissano, chefe da delegação da FRELIMO que negociou com a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) o Acordo de Paz, em Roma.

Após as primeiras eleições multipartidárias do país, em 1994, tornou-se líder da bancada da FRELIMO no Parlamento. Foi eleito Secretário-Geral da FRELIMO durante o VIII Congresso do Partido, em 2004.

Armando Emílio Guebuza foi eleito Presidente da República de Moçambique em dezembro de 2004 e reeleito no pleito de outubro de 2009.

Aires Bonifácio Ali*Primeiro-Ministro*

Nasceu na província de Niassa, no norte do país, em 1956. Graduou-se em Psicopedagogia, em 1980, pelo então Instituto Superior Pedagógico de Maputo, atualmente Universidade Pedagógica.

Em 1986, ingressou no Ministério da Educação, como técnico de recursos humanos. Em 1990, foi nomeado Chefe de Gabinete do Ministério e Diretor Nacional de Educação.

Foi Governador Provincial de Niassa (1995-2000) e de Inhambane (2000-2004) e Ministro da Educação e Cultura durante o primeiro Governo do Presidente Guebuza, entre 2005 e 2009.

Em 2006, foi eleito membro da Comissão Política da FRELIMO durante o IX Congresso do Partido.

Em 15 de janeiro de 2010, foi indicado pelo Presidente Guebuza para exercer o cargo de Primeiro-Ministro.

Oldemiro Marques Balói*Ministro dos Negócios Estrangeiros*

Graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (1984) e Mestre em Economia Financeira pela Universidade de Londres (1994).

Entre 1986 e 1989, foi diretor nos Ministérios da Indústria e do Comércio. De 1990 a 1994, foi Vice-Ministro para Cooperação, período em que a ajuda internacional foi crescente, após o fim da guerra civil. Em 1994, foi nomeado Ministro da Indústria e do Turismo, cargo que exerceu até 1999, quando ingressou na iniciativa privada.

Entre 2003 e março de 2008, ocupou cargo de Administrador Executivo do Banco Internacional de Moçambique (BIM). Simultaneamente, foi Presidente da SADC Banking Association e Vice-Presidente da Associação Moçambicana de Bancos.

Voltou ao Governo em 11 de março de 2008, quando assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Moçambique são próximas desde a independência do país africano.

O Brasil reconheceu a independência de Moçambique em 25 de junho de 1975, dia de sua proclamação. No fim daquele ano, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países. Em 5 de janeiro de 1976, foi criada a Embaixada do Brasil em Maputo e, em janeiro de 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique em Brasília.

Em 1981, foi assinado Acordo Geral de Cooperação entre os dois países, que desde então tem sido utilizado como base para mais de trinta ajustes complementares, referentes à cooperação entre Brasil e Moçambique em áreas como agricultura, setor farmacêutico, produção de medicamentos antirretrovirais, esportes, artes audiovisuais e cinematográficas, esportes e capacitação de técnicos em ciências florestais (ver tabela de Acordos Bilaterais em Vigor, ao final deste documento).

Em 1982, foi estabelecida a Comissão Mista, com base no Acordo Geral de Cooperação do ano anterior. As duas primeiras Reuniões da Comissão Mista Brasil-Moçambique tiveram lugar em Maputo, em 1982 e 1989.

Em 1989, teve também lugar a inauguração, em Maputo, do Centro de Estudos Brasileiros.

No período de 1993 a 1994, o Brasil contribuiu para as forças de paz da ONU que monitoraram o processo de paz em Moçambique. A operação das Nações Unidas foi comandada, durante seu primeiro ano, pelo General brasileiro Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva.

As relações econômicas bilaterais têm grande ímpeto, atualmente, com a presença de empresas brasileiras no país e com a aprovação, em dezembro de 2009, de mecanismo de financiamento (via BNDES) ao intercâmbio econômico bilateral, no valor de US\$ 300 milhões, para realização de obras de infraestrutura por empresas brasileiras.

Visitas e eventos bilaterais de alto nível

O então Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Maputo em 2000, por ocasião da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na ocasião, anunciou a disposição brasileira em conceder o perdão parcial da dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de cerca de US\$ 280 milhões. O Presidente Chissano visitou o Brasil em 2001 e 2002, nesta última para participar da IV Cúpula da CPLP.

Em novembro de 2003, o então Presidente Lula visitou Maputo – ocasião em que foram assinados diversos instrumentos de cooperação, com destaque para o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vistas à construção de laboratório para fabricação de medicamentos

antirretrovirais genéricos. A visita foi retribuída pelo Presidente Joaquim Chissano em setembro de 2004, quando foi firmado o acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil.

Em fevereiro de 2005, o Vice-Presidente José Alencar representou o Brasil na cerimônia de posse do Presidente Guebuza. Dois anos depois, o Presidente Guebuza veio ao Brasil como convidado de honra por ocasião da Data Nacional brasileira. Em outubro de 2008, o então Presidente Lula retornou a Maputo, quando inaugurou a sede provisória do Escritório da Fiocruz-África. Em julho de 2009 o Presidente Armando Guebuza realizou nova visita ao Brasil, acompanhado dos Ministros de Negócios Estrangeiros, da Indústria e Comércio, da Energia e dos Transportes e Comunicações. No ano seguinte, em novembro, o então Presidente Lula viajou a Maputo para a inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. A Presidenta Dilma Rousseff esteve em Maputo em outubro de 2011, ocasião em que participou das cerimônias de celebração dos 25 anos de falecimento de Samora Machel – líder da Guerra de Independência de Moçambique e o primeiro Presidente do país.

Também tem sido frequente a troca de visitas bilaterais em nível de chanceleres. A última delas foi a vinda ao Brasil do Chanceler Oldemiro Balói, em junho de 2011. Outros encontros de nível ministerial também têm ocorrido com frequência, com destaque para a aproximação entre os respectivos Ministérios de Indústria e Comércio. O então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, realizou visita a Maputo em novembro de 2009, acompanhado por mais de 100 empresários brasileiros, além de representantes da ABDI, da APEX, do BNDES e da SECEX. Encontro promovido naquela ocasião contou com a participação de cerca de 200 empresários dos dois países. Realizou-se, igualmente, reunião do Grupo de Trabalho para o incremento do fluxo econômico-comercial. O então Ministro da Indústria e Comércio moçambicano, António Fernando, retribuiu a visita em junho de 2010. O Ministro Fernando Pimentel, por sua vez, liderou missão empresarial a Moçambique em novembro de 2011, dando continuidade às conversações mantidas pela Presidenta Dilma Rousseff durante a visita presidencial.

Comércio bilateral e investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é hoje marcante e tende a continuar crescendo, conforme ficou patente no recente encontro da Presidenta Dilma Rousseff com representantes das principais empresas brasileiras instaladas em Moçambique, a saber, Vale, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Galvão, Queiroz Galvão, Fidens. A pauta comercial é desequilibrada em favor do Brasil. Em 2011 o superávit foi de US\$ 77,1 milhões, representando crescimento de 101% em relação ao ano anterior. O início das exportações de carvão da Vale, este ano, deverá contribuir para mudar esse quadro, produzindo superávits comerciais para o lado moçambicano e gerando oportunidades para exportadores brasileiros.

Em 2011, o intercâmbio comercial entre o Brasil e Moçambique apresentou desempenho expressivo, registrando o valor de US\$ 85,3 milhões, representando crescimento de 101,2% em relação ao ano anterior. Ainda que os embarques brasileiros direcionados para Moçambique, em 2011, tenham registrado expressivo crescimento de 101%, passando de US\$ 40,4 milhões para US\$ 81,2 milhões, registrando o segundo melhor desempenho absoluto da história, as importações brasileiras originárias de Moçambique, em 2011, também registraram crescimento de 104,4%.

A pauta exportadora brasileira é composta majoritariamente por produtos manufaturados, que representaram 56,5% do total; e, básicos (35,2%). Os principais produtos exportados foram: cereais (15% do total); carnes (13,8%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (10,4%); óleo de soja (8,2%); e, locomotivas diesel-elétricas (7,8%). Destaque para cereais que teve crescimento de 400% em 2011, em relação ao ano anterior. A limitada pauta de bens importados, por sua vez, registra predominância de semimanufaturados (51%). Os principais produtos adquiridos no ano foram: Alumínio (51,2% do total); Fumo (35,2%); e, zirconita (13,1%).

Investimento brasileiro direto em Moçambique

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), o estoque de investimentos diretos brasileiros em Moçambique registrou um aumento de 18 vezes em apenas dois anos, passando de US\$ 3 milhões em 2008 para US\$ 54 milhões em 2010. Segundo dados do Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique (CPI), órgão subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio daquele País, entre 1990 e 2009, os fluxos de investimentos brasileiros em Moçambique teriam somado cerca de US\$ 176 milhões. A estimativa parece subestimada, tendo em vista, entre outros investimentos, o projeto da Vale na mina de carvão de Moatize, Província de Tete, que já teria gerado, de acordo com a Embaixada do Brasil em Maputo, inversões da ordem de US\$ 2,5 bilhões.

Investimentos diretos de Moçambique no Brasil

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), o ingresso de investimentos diretos moçambicanos no País foi de aproximadamente US\$ 150 mil entre 2001 e 2011. Esses investimentos foram registrados entre os anos de 2005 e 2008, e tiveram sua totalidade direcionada para os setores de serviços e silvicultura. Os setores de destino foram preparação e preservação de pescado (destino de US\$ 50 mil em 2005), silvicultura (US\$ 10 mil em 2006), atividades relacionadas ao setor hoteleiro (US\$ 10 mil em 2007) e atividades imobiliárias (US\$ 80 mil em 2008).

Incremento dos fluxos econômico-comerciais

Seguindo orientações dos Presidentes Lula e Guebuza, o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique e o MDIC brasileiro criaram, em 2008, um Grupo de Trabalho Brasil-Moçambique para monitoramento do comércio. O GT é composto por técnicos dos respectivos Ministérios de Comércio, representantes das Chancelarias e de outros órgãos e agências governamentais dos dois países.

O objetivo do GT é fortalecer as relações econômico-comerciais por meio de reuniões e missões técnicas que tratarão, entre outros, dos temas de facilitação do comércio; promoção comercial; promoção de investimentos; integração de cadeias produtivas; construção de infraestrutura; mecanismos de financiamento e garantias de crédito; promoção do agronegócio; desenvolvimento das micro e pequenas empresas; treinamento e capacitação.

Na primeira reunião do GT, em julho de 2009, foi estabelecido o limite de US\$ 300 milhões a serem utilizados no financiamento de projetos em Moçambique. Os dois primeiros projetos a serem contemplados seriam a construção de novo terminal de carvão no Porto da Beira (Camargo Corrêa/Odebrecht) e a conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional (Odebrecht).

O financiamento ao projeto do aeroporto de Nacala (US\$ 80 milhões) foi aprovado em caráter definitivo pela CAMEX em setembro de 2010 e o respectivo contrato de financiamento foi assinado em abril de 2011.

Do trabalho do GT resultou, ainda, cooperação entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique, visando à integração produtiva entre os dois países. Após duas missões de técnicos a Moçambique, a ABDI identificou, de comum acordo com os interlocutores locais, dois setores industriais: produção de embalagens de latas e processamento de frutas. Projetos detalhados para a implantação dessas fábricas em Moçambique foram elaborados pela ABDI e Fundação Certi, com apoio de técnicos moçambicanos. Ambos foram apresentados ao Governo de Moçambique em junho de 2011 e serão objeto de rodadas de negócio a serem promovidas pela ABDI/APEX.

Exploração de carvão em Moatize (Vale)

A Vale está presente em Moçambique desde novembro de 2004, quando venceu concorrência internacional para a realização de pesquisas em uma das maiores reservas carboníferas do mundo, localizada em Moatize, na província de Tete, 1.700Km ao norte de Maputo.

As atividades da mina foram inauguradas pela Vale em 8 de maio de 2011 e a primeira exportação de carvão ocorreu em setembro de 2011 (35 mil toneladas). Na fase inicial, a Vale tenciona exportar entre 5 e 6 milhões de toneladas por ano, até atingir, em 3 a 4 anos, 11 milhões de toneladas. Em uma segunda fase, num horizonte de dez anos, a expectativa da Vale é de exportar de 22 a 25 milhões de toneladas por ano.

O projeto gerou investimentos de US\$ 2,5 bilhões e prevê US\$ 4 bilhões adicionais, nos próximos seis anos. O Contrato de Concessão assinado pela Vale tem prazo de 35 anos, renováveis, e prevê isenção significativa de impostos nos primeiros cinco anos de produção.

A Vale adquiriu em 2010 a concessão do Corredor de Nacala, que consiste no desenvolvimento de ferrovia ligando Moatize (mineração de carvão) ao Porto de Nacala. A ferrovia terá componente binacional, pois terá parte de seu traçado em território do Maláui.

Outros investimentos brasileiros

Odebrecht: a empresa é responsável pelo projeto de conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional, projeto orçado em US\$ 120 milhões, que se beneficia de financiamento do COFIG (US\$ 80 milhões). O aeroporto irá viabilizar operações da Singapore Airlines, que pretende fazer de Nacala “hub” sub-regional para transporte de cargas e passageiros. O projeto é de grande importância para o desenvolvimento da região norte de Moçambique e poderá ter utilidade para outros países da região, sobretudo após a construção do Corredor de Nacala. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize.

Camargo Corrêa: detém concessão para construção da usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa (1.500 MW). Tem interesse, também, no mercado cimenteiro: possui participação acionária na Cimentos de Portugal – que domina o mercado moçambicano, pelo controle exercido sobre a Cimentos de Moçambique –, e na Cimentos de Nacala. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize e no projeto de desenvolvimento do Corredor de Nacala.

Galvão Engenharia e Eletrobras: a Galvão Engenharia e a Eletrobras vêm mantendo contatos com a Eletricidade de Moçambique, de maneira a assegurar participação na CESUL, projeto de implantação de linhas de transmissão de alta voltagem que vai constituir o cerne do sistema de distribuição de energia elétrica do país, integrando-o de norte a sul. A linha de transmissão de alta voltagem é elemento decisivo para a viabilização da construção da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, de cuja concessão a Camargo Corrêa é titular, e das quatro termoeletricas que Vale planeja construir na região.

Petrobras: em dezembro de 2011, foi assinado Protocolo de Intenções entre a Petrobras, a Petrobras Biocombustíveis (PBIO), a Guarani (Grupo sucroalcooleiro controlado pela Tereos Internacional), a PETROMOC e os Ministérios da Energia e dos Recursos Minerais de Moçambique. O instrumento deverá viabilizar a produção de etanol a partir do melaço de cana-de-açúcar em Moçambique com vistas a atender à decisão do Governo local de dar início, a partir de 2012, à mistura compulsória de bioetanol e biodiesel aos combustíveis. Por meio do Protocolo de Intenções, a PBIO comprometeu-se a compartilhar com a PETROMOC sua experiência na tecnologia da

mistura de etanol à gasolina, bem como na comercialização, logística e distribuição no mercado doméstico e internacional dos derivados de petróleo e de biocombustíveis. A PBIO desejaria poder realizar os investimentos previstos em 12 meses.

Oportunidades para empresas brasileiras

Moçambique dispõe de economia relativamente diversificada: serviços e indústria (processamento de minérios) correspondem, juntos, a quase 50% do PIB. A agricultura responde por apenas 22% do PIB, mas cerca de 70% da população moçambicana está envolvida com o setor, sobretudo na região norte do país.

Os setores mais dinâmicos da agricultura moçambicana estão relacionados às culturas de exportação – como castanha de caju, tabaco, cana-de-açúcar e algodão – e se beneficiam de investimentos estrangeiros. A pesca também constitui atividade de relevo.

Cabe ressaltar o projeto ProSAVANA de cooperação trilateral, com participação do Brasil e do Japão, para desenvolvimento da agricultura na savana moçambicana, partindo da experiência no cerrado brasileiro. A atração de investidores é considerada decisiva para o sucesso desse projeto.

O crescimento dos setores de mineração e de energia também é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de hidroeletricidade da África (12.500 MW) para um consumo interno que atinge apenas 450 MW, dos quais 50% destinam-se à produção de alumínio.

Moçambique é o primeiro país a beneficiar-se da cooperação trilateral em energia com Brasil e União Européia. A iniciativa engloba duas linhas de ação principais: elaboração de estudos de viabilidade para produção sustentável de bionergia e a realização de projetos baseados nas conclusões dos estudos. Moçambique tem desenvolvido diversos projetos na área de petróleo e gás, incluindo construção de pólo-petroquímico na região de Nacala, que poderá, segundo o governo moçambicano, atrair investimentos da ordem de US\$ 5 bilhões.

Ajuda humanitária e segurança alimentar

No início de 2011, foi lançada a iniciativa trilateral Brasil-EUA-Moçambique nas áreas de segurança alimentar e alimentação escolar. O trabalho consiste na implementação de dois projetos paralelos, para os quais o Brasil aportará US\$ 600 mil e os EUA, US\$ 2 milhões.

Em junho de 2011, foi aprovada a Lei 12.429, que autorizou a doação de até 711 mil toneladas de estoques públicos de alimentos a países em situação de insegurança alimentar e nutricional. O transporte e a distribuição das doações serão efetuadas pelo PMA, com a colaboração de parceiros internacionais. Contemplado pela referida lei, Moçambique receberá 297 toneladas de feijão e 4.049 toneladas de arroz.

Cooperação

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira fora do Mercosul. A cooperação cobre áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outras) e inclui algumas das iniciativas de cooperação de maior vulto já lançadas pelo Brasil.

Os recursos financeiros alocados para os projetos de cooperação técnica Brasil-Moçambique, em execução e negociação, somam mais de US\$ 18 milhões. Este valor é referente apenas à cooperação técnica. Se incluídos os dois maiores projetos desenvolvidos com Moçambique (a instalação da Fábrica de Antirretrovirais e a implantação dos nove pólos moçambicanos da Universidade Aberta, os quais devem absorver US\$ 40 milhões), o país supera o Haiti como maior recipiendário da cooperação brasileira, fora do Mercosul.

As principais vertentes de cooperação bilateral com Moçambique concentram-se: 1) na área de saúde, com a instalação da Fábrica de Antirretrovirais e outros medicamentos, inauguração de escritório da Fiocruz e implementação de projetos de fortalecimento institucional da saúde pública moçambicana; 2) na capacitação e formação profissional, com a criação do Centro de Formação Profissional e a capacitação na área de Governo; 3) na agricultura, com o projeto trilateral, em parceria com o Japão, para o desenvolvimento da agricultura nas Savanas tropicais de Moçambique, o Pró-Savana; e 4) na Educação, com a implantação de nove pólos da Universidade Aberta do Brasil no país, em parceria com o Instituto de Ensino a Distância de Moçambique.

A seguir, síntese do desenvolvimento dos principais projetos de cooperação em curso.

Cooperação técnica

A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sob a égide do Acordo Geral de Cooperação Técnica, firmado em 1981, desenvolve atualmente cerca de 50 projetos em diferentes fases de execução, nas modalidades bilateral e trilateral com Organismos laterais e terceiros países, perfazendo um total de recursos para execução em 3 anos em torno de US\$ 28 milhões de dólares (contribui diretamente com cerca de US\$ 18,2 milhões de dólares para as ações de cooperação técnica bilateral e prevê a alocação de cerca de US\$ 10 milhões de dólares para os projetos trilaterais).

No ano de 2011, no plano da cooperação bilateral, encontravam-se em implantação 21 subprojetos. Além desses, mais 15 projetos estão em negociação ou sendo implementados por atividades pontuais. Aqueles em fase de execução encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, alguns em início de implantação e outros em fase de avaliação e finalização.

Programa “Mais Alimentos”

Em dezembro de 2011, durante visita ao Brasil de técnicos do Ministério da Agricultura de Moçambique, foi assinado o projeto para Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa “Mais Alimentos”. O projeto tem como objetivo transferir a tecnologia e a metodologia do Programa Mais Alimentos brasileiro com vistas a contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população moçambicana, por meio do apoio a projetos de desenvolvimento agrário local e de agricultura familiar em Moçambique. Visa também a contribuir para a inserção no mercado de produtores agrários de maneira competitiva e sustentável e garantindo a equidade social e de gênero. O projeto apoiará, com linha de crédito específico, a compra de máquinas e implementos agrícolas para a agricultura familiar. Serão capacitados cerca de 20 gestores moçambicanos na metodologia do projeto, a partir de fevereiro de 2012.

Cooperação em saúde

Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos

O Protocolo de Intenções na Área de Saúde, assinado em 2003, abriu a possibilidade de construção de unidade de fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos, dentre outros. Em 2007, foi entregue oficialmente um Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Fábrica, elaborado por técnicos da Fiocruz.

Além de haver custeado o Estudo de Viabilidade (US\$ 455 mil), o Brasil desembolsará R\$ 13,6 milhões para implantação da fábrica, autorizados pela Lei nº 12.117, de dezembro de 2009. Segundo o Plano de Negócios elaborado pela Fiocruz, esse investimento possibilitará o início da fase 1 da operação da fábrica, durante a qual a unidade atuará como fracionadora e embaladora de medicamentos brasileiros (antirretrovirais e outros, como anti-hipertensivos e analgésicos). Posterior e gradualmente, será feito o repasse de tecnologias e equipamentos complementares que possibilitarão a produção autônoma dos medicamentos, acompanhada do treinamento do pessoal local a ser empregado no empreendimento.

Ao Governo moçambicano compete, como contrapartida, custear as obras de adaptação do edifício da Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM) para receber a fábrica doada pelo Brasil. Tendo o custo dessa obra superado a previsão de gastos de até US\$ 3 milhões feita pelo Governo moçambicano, a Vale procurou a Embaixada do Brasil e as autoridades competentes moçambicanas para oferecer cooperação financeira para a concretização do projeto. As obras de adequação do edifício, iniciadas em abril de 2011, evoluem dentro do cronograma estabelecido e espera-se que sejam concluídas até março de 2012. As máquinas encomendadas pela Farmanguinhos já começaram a chegar a Maputo.

Escritório da FIOCRUZ-África

Em outubro de 2008 foi inaugurado o Escritório da FIOCRUZ-África, sediado em Maputo, que atua como braço executivo da cooperação brasileira em matéria de saúde para toda a África.

Cooperação em capacitação e formação profissional

O Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique tem como objetivos desenvolver programas de capacitação técnica e pedagógica para os técnicos moçambicanos do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) e implantar um centro multidisciplinar de formação profissional em Maputo, em linha com as demandas industriais locais. O custo do projeto é de US\$ 3,8 milhões.

No momento, a ABC ultima providências junto ao PNUD e ao SENAI com vistas a lançar edital de contratação para a obra civil de reforma das instalações disponibilizadas para o Centro. Os equipamentos do Centro já foram adquiridos pelo SENAI e aguarda-se o término das obras para envio ao país. No período de julho a novembro de 2011 o SENAI/BA realizou a capacitação dos técnicos moçambicanos que atuarão como instrutores no Centro de Formação Profissional.

Cooperação em agricultura

Pró-Savana

Brasil e Japão celebraram, em 2009, Memorando de Entendimento prevendo oferta de cooperação conjunta a países africanos com vistas à disseminação de *expertise* brasileira no campo da agricultura tropical para regiões de Savana. Nesse sentido, instituições brasileiras como a EMBRAPA, EMATER e SENAR, entre outras, apoiadas por recursos e conhecimentos complementares do lado japonês, deverão propiciar uma nova dimensão de desenvolvimento agrícola para África, com ganhos projetados nas esferas social, ambiental e econômica.

A primeira fase da cooperação visará ao reforço da capacidade de pesquisa das instituições de pesquisa agrária de Moçambique. Serão constituídos dois laboratórios especializados nas cidades de Nampula e Lichinga. Técnicos brasileiros e japoneses deverão supervisionar a instalação e o início das atividades dos referidos centros e pesquisadores moçambicanos receberão capacitação em diversas unidades da EMBRAPA no Brasil. O projeto referente a esta primeira fase foi assinado em novembro de 2010. A cerimônia de lançamento do projeto ocorreu em abril de 2011.

Além desse primeiro projeto, a cooperação ao abrigo do Pró-Savana prevê, ainda, a elaboração e execução de outros dois: seguimento da cooperação nas áreas de assistência técnica e de extensão agrícola; e zoneamento agroecológico e de planejamento do desenvolvimento regional com base na agropecuária. As atividades dos três projetos do Pró-Savana devem se estender por dez anos.

Suporte à inovação em agropecuária

Trata-se de iniciativa trilateral de cooperação com Moçambique, em parceria com os EUA, visando a reforçar a capacidade institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique. A cooperação se dá por meio da capacitação de pesquisadores e de outros funcionários do instituto.

Cooperação científica e tecnológica

Moçambique é o principal beneficiário do Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (ProÁfrica), desenvolvido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) para financiar projetos bilaterais entre o Brasil e alguns países africanos na área. Desde 2005, Moçambique tem sido um dos países mais participativos. Dos 201 projetos aprovados até hoje, 69 contaram com a participação de pesquisadores moçambicanos.

Cooperação educacional

Entre 2000 e 2012, Moçambique teve 178 estudantes selecionados pelo Programa de Estudantes-Convênio em Graduação (PEC-G) e 137 pelo Programa de Estudantes-Convênio em Pós-Graduação (PEC-PG). Em 2010 e 2012, Moçambique foi o terceiro país, dentre todos os participantes, com maior número de candidaturas ao PEC-PG, sendo o primeiro da África. O PEC-G possibilita que estudantes moçambicanos cumpram graduação no Brasil em universidades federais, gratuitamente. No caso do PEC-PG, além da vaga gratuita em instituição pública, é concedida bolsa para o pesquisador e passagem de ida e volta ao Brasil.

Outra iniciativa na área educacional é o Programa de Incentivo à Formação Científica para Estudantes de Moçambique, parceria MRE/CAPES, pelo qual estudantes universitários moçambicanos realizam cursos de curta duração em Universidades brasileiras no período das férias escolares. Os beneficiados, além das vagas, recebem passagens aéreas, bolsa e apoio para hospedagem. Cerca de 200 estudantes moçambicanos foram beneficiados pelo programa desde 2008.

Universidade Abertura do Brasil (UAB) Moçambique

Por ocasião de sua última visita ao Brasil, em julho de 2009, o Presidente Guebuza encontrou-se com o então Ministro da Educação Fernando Haddad, para tratar das possibilidades de cooperação em educação técnica e tecnológica e em educação à distância.

Do contato surgiu a ideia de estabelecer pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. De comum acordo com o lado moçambicano, foi estabelecida a oferta inicial dos seguintes cursos no país: Matemática, Pedagogia, Biologia e Administração Pública. Quatro instituições brasileiras são parceiras do Projeto: Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Fluminense,

Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Goiás. São previstos nove pólos, que entrarão em operação até 2013. Em março de 2011, começaram a operar três deles: Maputo, Beira e Lichinga, que atendem atualmente a cerca de 600 alunos. Em 2014, a UAB Moçambique deverá alcançar aproximadamente 7,3 mil estudantes matriculados. O projeto deve consumir US\$ 30 milhões, dos quais cerca de 90% caberão ao Brasil.

Cooperação em energia

Brasil e Moçambique assinaram em 2007 um Memorando de Entendimento (MdE) na Área de Biocombustíveis. A assinatura do Plano de Ação Brasil-Moçambique na área de Biocombustíveis, instrumento fundamental para a implementação do MdE, ocorreu em outubro de 2011.

No âmbito da cooperação trilateral Brasil-UE-Moçambique, ocorreu, em fevereiro de 2011, a cerimônia de lançamento do estudo de viabilidade da produção de bioenergia em Moçambique. O levantamento a ser levado a cabo pelos técnicos da FGV visa a identificar áreas propícias para o cultivo, de maneira sustentável, das principais matérias-primas utilizadas para a produção de bioenergia. O estudo, cuja entrega deverá ocorrer em 2012 em cerimônia a ser realizada em Maputo, será a base para montar projeto agro-industrial de produção de biocombustíveis, a ser divulgado junto a empresas no Brasil e em Moçambique.

Em dezembro de 2011, foi assinado protocolo de intenções entre a Petrobrás, a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), a Guarani (grupo sucroalcooleiro controlado pela Téréos Internacional), a PETROMOC e os Ministérios da Energia e dos Recursos Minerais de Moçambique. O instrumento deverá viabilizar a produção de etanol a partir do melaço de cana-de-açúcar em Moçambique com vistas a atender à decisão do Governo local de dar início, a partir de 2012, à mistura compulsória de bioetanol e biodiesel aos combustíveis.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não existem créditos de Moçambique sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Em 2000, o Brasil anunciou o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique, cujo valor total chegava a 447,7 milhões de dólares.

Comunidade brasileira

Atualmente, estão registrados na Embaixada cerca de 2.900 brasileiros. Estima-se que a população brasileira total esteja ao redor de 3.500. Desse número, aproximadamente 45% são missionários (em trabalho para variadas congregações

católicas e, principalmente, evangélicas); o contingente remanescente é majoritariamente composto pelos funcionários de grandes empresas brasileiras presentes no país - Vale, Odebrecht e Camargo Correa - e seus familiares, além de funcionários de entidades que prestam cooperação técnica em Moçambique.

A Embaixada não tem conhecimento de associações e entidades brasileiras em atividade em Moçambique. Em novembro de 2010, por ocasião da visita do Presidente Lula a Maputo, foi instalado o Conselho de Cidadãos de Moçambique. O órgão teria a função, entre outras, de catalisar iniciativas que possam ter impacto direto sobre os brasileiros residentes em Moçambique, inclusive nas áreas de educação, saúde e cultura.

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. O líder revolucionário de inspiração socialista, Samora Machel, da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), governou o país desde a independência até 1986, quando faleceu em acidente aéreo. Durante quase todo o mandato de Machel e até 1992, Moçambique esteve envolvido com a guerra civil que opôs a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) ao Governo da FRELIMO. Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz (1992) e das primeiras eleições multipartidárias (1994), a democratização de Moçambique vem-se consolidando gradualmente.

O fato de o Acordo Geral de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu grande prestígio internacional a Moçambique. A realização de eleições gerais multipartidárias (1994, 1999, 2004 e 2009) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; a crescente liberdade de expressão, religiosa e de associação; e o satisfatório desempenho da economia moçambicana consolidaram a posição de Moçambique como país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Armando Guebuza é o terceiro Presidente da República desde a independência. Seu antecessor, Joaquim Chissano (que, por sua vez, sucedeu a Samora Machel), assegurou seu lugar na história ao lograr a assinatura do Acordo Geral de Paz e promover as reformas políticas e econômicas que conduziram o país ao sistema multipartidário e à economia de mercado. Chissano, entretanto, enfrentou desgaste ao cabo de 18 anos no cargo. Guebuza ascendeu ao poder com a agenda de recuperar a credibilidade da FRELIMO e assegurar mudanças rápidas e radicais na prestação de serviços públicos e no combate à corrupção e à ineficiência da máquina estatal.

Em outubro de 2009, foram realizadas eleições presidenciais, legislativas e provinciais. Os principais candidatos foram Armando Guebuza (FRELIMO) Afonso Dhlakama (RENAMO) e Daviz Simango (MDM). A celebração do pleito, apesar de alguns percalços localizados, constituiu nova etapa no processo de consolidação da democracia moçambicana. Três representantes brasileiros participaram da Missão de Observação Eleitoral da CPLP, que, em sua apreciação final, considerou as eleições transparentes e legítimas.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) proclamou o seguinte resultado: Guebuza obteve 75% dos votos; Dhlakama, 16%; e Simango, 8%. A abstenção foi de 55%. Nas eleições parlamentares, a FRELIMO obteve 75% dos votos (191 cadeiras na Assembleia Nacional); a RENAMO, 18% (51 cadeiras) e o MDM, partido novo no cenário político moçambicano, 4% (8 cadeiras). A RENAMO questionou o resultado das eleições, apelando à Corte Constitucional, que, no entanto, validou o resultado publicado pela CNE.

Em janeiro de 2010, Aires Ali foi indicado Primeiro-Ministro pelo Presidente Guebuza, em substituição a Luisa Diogo, que ocupava o cargo desde 2004.

POLÍTICA EXTERNA

No âmbito regional, Moçambique se projeta pelo apoio que prestou à luta pela independência de Zimbábue, Namíbia e Angola e contra o *apartheid* sul-africano, bem como por sua experiência em reconstrução pós-conflito.

Destaca-se, entre os objetivos da política externa moçambicana, o estabelecimento de parcerias estratégicas, com vistas a angariar recursos para a implementação de um Programa de Governo para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

As mais importantes iniciativas em política externa estão, assim, voltadas para a promoção de investimentos e a manutenção das ajudas diretas que permitam ao Estado moçambicano manter o equilíbrio orçamentário e os investimentos sociais. São também buscadas formas de favorecer a transferência de tecnologias, a capacitação e a formação especializada de quadros.

Moçambique aposta também na integração regional no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Em novembro de 1995, Moçambique tornou-se o 53º membro da *British Commonwealth*, sendo o primeiro não pertencente ao antigo Império britânico. É também membro fundador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e observador da Organização Internacional da Francofonia (OIF).

África

A integração regional no âmbito da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) é um dos pilares da política externa de Moçambique. O país ocupa posição importante na Organização, cujo atual Secretário-Executivo é o moçambicano Tomaz Salomão.

No âmbito continental, Moçambique tem também apoiado a “Nova Parceria para o Desenvolvimento da África” (NEPAD). O moçambicano Firmino Mucavele esteve à frente do Secretariado Executivo do órgão entre 2006 e 2008.

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, atualmente a África do Sul é o principal parceiro comercial e o maior investidor em Moçambique.

A relação entre Moçambique e Angola, segunda maior economia da SADC, apesar do histórico de colonização comum e das similaridades da luta pré e pós-independência, é historicamente distante. Em 2010, uma série de eventos bilaterais pareceu inaugurar uma fase de aproximação entre os países, tendo os governos assinado ambicioso acordo de cooperação. Além disso, durante a realização da VIII Comista bilateral, Angola anunciou o perdão de 50% da dívida de Moçambique, estimada em US\$ 60 milhões, gesto acolhido com entusiasmo pelo Governo e pela opinião pública.

Países desenvolvidos

Os principais parceiros internacionais de Moçambique estão agrupados nos chamados Parceiros de Apoio Programático (PAP), ou G-19, responsáveis pelo apoio direto ao orçamento moçambicano. Integram o grupo: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Países Baixos, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Comissão Europeia. Estados Unidos, Japão, FMI e PNUD são observadores. Em 2006, os parceiros eram 18; em 2005, 17.

A vultosa contribuição financeira direta confere ao G-19 acesso privilegiado ao Governo e capacidade evidente de interferência nos rumos das políticas públicas moçambicanas.

Estados Unidos e Japão, embora não façam parte do G-19 (não praticam doações orçamentárias diretas), estão entre os principais provedores de cooperação a Moçambique. Os EUA são o maior colaborador individual de Moçambique. Já o montante da doação japonesa rivaliza com o orçamento de cooperação dos principais membros do G-19.

Países emergentes

Em consequência da política da Índia de estreitar laços com a SADC, as relações bilaterais com Moçambique têm-se aprofundado. Em 2006, o Governo indiano abriu linha de crédito bilateral de US\$ 40 milhões para Moçambique. Em setembro de 2010, durante visita do Presidente Guebuza a Nova Délhi, foi anunciada expansão da linha para US\$ 500 milhões. Em 2009, a Índia tornou-se o quarto maior investidor em Moçambique e o terceiro maior parceiro comercial.

A nova política africana da China também incrementou o perfil das relações de Pequim com Maputo. Marco do aprofundamento das relações bilaterais foi a primeira visita oficial a Moçambique do Presidente Hu Jintao, em fevereiro de 2007. Nessa ocasião, o líder chinês anunciou o perdão da dívida moçambicana, de US\$ 20 milhões. Também foram assinados diversos acordos de cooperação, no valor de US\$ 234 milhões. Em janeiro de 2010, a China acordou com Moçambique empréstimo no valor de US\$ 14,7 milhões e a doação de US\$ 7,3 milhões.

Também naquele ano, empresários chineses estiveram em Maputo e anunciaram intenção de investir até US\$ 13 bilhões em Moçambique entre 2011 e 2015, numa carteira de projetos que inclui desde a construção de um bairro residencial inteiro na capital até a instalação de uma montadora de automóveis. O setor de infraestruturas é o de mais forte atuação chinesa. O país já participou da construção de estradas, aeroportos, estádio e prédios públicos.

Em 2009, a China chegou a ser o segundo maior investidor estrangeiro em Moçambique (US\$ 76,8 milhões), atrás da África do Sul (US\$ 136 milhões). Atualmente, o país ocupa apenas a sexta colocação no ranking de investidores estrangeiros, com US\$ 7,25 milhões.

Em agosto de 2011, o Presidente Guebuza visitou a China com o propósito de atrair mais investimentos daquele país para Moçambique. Além disso, foram assinados diversos acordos de cooperação técnica e financeira.

O comércio bilateral com a China tem aumentado gradualmente, mas em 2010 ainda se encontrava na faixa relativamente modesta, de USD 690 milhões (com déficit moçambicano de USD 290 milhões).

CPLP

A República de Moçambique exerceu, de julho de 2000 a julho de 2002, a Presidência pró-tempore da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na figura do ex-Presidente Joaquim Chissano, e a reassumirá no corrente ano, pela segunda vez, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, prevista para julho de 2012.

Em recente Comunicado Conjunto, por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Moçambique, em outubro de 2011, os Governos do Brasil e de Moçambique reiteraram o compromisso com o fortalecimento da CPLP e com a consecução de seus objetivos estatutários, a saber, a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da língua portuguesa.

O Governo de Moçambique deverá indicar o próximo Secretário Executivo da CPLP (a rotatividade da indicação do SE-CPLP é feita por ordem alfabética de país), autoridade que representa o principal órgão executivo da Comunidade. Pela primeira vez, haverá na CPLP um Presidente pró-tempore e um Secretário Executivo da mesma nacionalidade.

ECONOMIA

Moçambique é hoje um país com grau relativamente alto de estabilidade. Por essa razão tem sido destino regular de investimentos na África. Os principais parceiros têm estendido linhas de crédito para apoiar exportações, execução de projetos e firmar presença no mercado do país, que registra índices elevados de crescimento há mais de 10 anos. A média, no período de 2005 a 2009, foi de 7,6%, sendo que as projeções para 2012 sinalizam crescimento de 8% do PIB. O cenário de estabilidade econômica projetado para Moçambique está ancorado, por um lado, pelo “Policy Support Instrument (PSI)”, acordo de três anos firmado em 2010 com o FMI e, por outro lado, pelo “Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014”. Ambos os instrumentos têm sido responsáveis pela orientação seguida pelas autoridades locais em matéria de política monetária e fiscal.

A *Economist Intelligence Unit* estima que os maciços investimentos estrangeiros diretos canalizados para o setor de mineração e seu consequente impacto positivo sobre a economia moçambicana em geral tornarão possível sólido incremento da arrecadação fiscal no período 2012-2016, viabilizando a injeção de recursos públicos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura básica. Pesquisas recentes apontam, entretanto, para uma manutenção, em linhas gerais, ao longo dos últimos dez anos, de preocupante quadro de pobreza (mais de 50% da população tem estado abaixo da linha de pobreza, apesar as altas taxas de crescimento).

As autoridades monetárias locais (Banco de Moçambique) deverão também adotar uma política monetária mais austera, reduzindo a oferta de liquidez no mercado, não somente para assegurar a estabilidade do “Metical”, mas também para manter as pressões inflacionárias sob controle, considerando o risco que súbitas elevações de preços ao consumidor possam representar para a manutenção da estabilidade social do país. Recorde-se que Moçambique fechou o ano de 2010 com uma taxa acumulada de inflação de 16,6%, a mais alta em 10 anos. Contribuíram para tanto a alta dos preços das importações de alimentos e combustíveis e a depreciação do Metical. A política de austeridade fiscal adotada pelo país está alinhada com as recomendações do FMI para o saneamento das contas públicas locais. As previsões são de que as receitas superarão as despesas no período em consideração, permitindo que o déficit fiscal do país se reduza para 0,6% do PIB em 2016.

O Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano, medido a preços correntes, atingiu quase US\$ 10 bilhões em 2010, tendo passado para US\$ 12,5 bilhões em 2011, e com perspectivas de alcançar os patamares de US\$ 16 bilhões em 2012 e US\$ 18,5 bilhões em 2013. No momento, os investimentos no país (e as exportações) estão concentrados nos chamados “megaprojetos”, que gozam de benefícios fiscais expressivos. Entre eles, incluem-se a hidrelétrica de Cahora Bassa, Mozal (fábrica de alumínio), Kenmare (areais pesadas), Sasol (gás natural) e o carvão de Moatize, explorado por número crescente de companhias, a principal das quais a Vale. Os megaprojetos, portanto, em conjunto com projetos implantados em Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas industriais, constituem investimentos âncora que alavancam a economia nacional, facilitando o desenvolvimento de pequenas e

médias empresas que lhes prestam serviços, a transferência de tecnologias e o aumento das exportações.

O setor industrial segue sendo o de maior crescimento anual, com variações anuais que deverão alcançar 10% até 2013 (segundo a EIU), seguido do setor de serviços e de agricultura. São grandes as perspectivas de crescimento da área de serviços em Moçambique, haja vista que o país espera receber volumes cada vez maiores de investimentos destinados à ampliação da rede hoteleira e modernização dos serviços financeiros.

Em síntese, o potencial econômico do país é significativo. A estabilidade política é reconhecida, a despeito de inquietações em momentos de crise. Há segurança jurídica e incentivo ao investimento estrangeiro, como facilidades para repatriação de até 100% dos lucros e benefícios fiscais para empresas que se instalam. Há necessidade e disposição do Governo para desenvolver infraestruturas ao longo do território nacional (ferrovias, portos, estradas, barragens, linhas de transmissão). Trata-se de uma necessidade indiscutível e projetos na área contam com apoio do Banco Mundial/IFC, do Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico da África (e instituições financeiras de países árabes em busca de projetos no continente), de bancos de desenvolvimento europeus, além do endosso do FMI.

Energia

O setor canavieiro tem crescido significativamente, desde a privatização das empresas estatais, compradas por grupos da África do Sul e de Maurício. A produção de biocombustíveis, ainda não iniciada, mas que contabiliza investimentos vultosos, constitui uma das grandes apostas do país, em razão da posição geográfica próxima aos principais mercados da Ásia e, sobretudo, da África do Sul. Em junho de 2011, o Governo moçambicano realizou anúncio oficial da aprovação da mistura de bioetanol e biodiesel aos combustíveis de transportes, criando as bases para a sustentabilidade e a viabilidade comercial dos projetos de produção de biocombustíveis. O regulamento aprovado pode ser considerado, em grande medida, fruto do diálogo entre o Brasil e Moçambique no campo dos biocombustíveis.

O crescimento nos setores de mineração e energia também é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de hidroeletricidade da África (12.500 MW), para um consumo interno que atinge meros 350 MW. A África do Sul é a grande compradora do excedente.

Recentemente, foram descobertas grandes reservas de gás natural na região da bacia do rio Rovuma, norte de Moçambique. Se confirmado o potencial econômico-comercial estimado, essas descobertas podem significar a continuação da tendência de que Moçambique seja importante destino de investimento em grandes projetos de exploração de recursos naturais.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1962 – Nacionalistas moçambicanos exilados reúnem-se na Tanzânia e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Eduardo Mondlane.
1974 – Revolução dos Cravos em Portugal. Novo governo português concorda com o fim do império. Portugal e FRELIMO assinam o Acordo de Lusaca.
1975 – Moçambique se torna independente. A FRELIMO governa o país sob regime de partido único, com Samora Machel como Presidente da República.
1976 – A capital Lourenço Marques passa a ser chamada Maputo. Forças da RENAMO, grupo de oposição à FRELIMO, são armadas e treinadas pelo Governo segregacionista de Ian Smith (Rodésia). Moçambique impõe sanções econômicas à Rodésia.
1977 – A FRELIMO adota a doutrina marxista-leninista.
1980 – Com o fim do regime de Ian Smith na Rodésia, a RENAMO passa a ser apoiada pela África do Sul.
1984 – O cessar-fogo é rompido e a RENAMO retoma as hostilidades.
1986 – Presidente Samora Machel morre e é substituído por Joaquim Chissano.
1989 – A FRELIMO abandona o marxismo.
1990 – O Governo emenda a constituição e estabelece o multipartidarismo. Têm início as negociações entre o Governo e a RENAMO.
1992 – Presidente Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhaklama, assinam Acordo de Paz em Roma; estabelecida Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ).
1994 – Chissano é reeleito.
1995 – Moçambique se torna membro da “Commonwealth”.
Dez/99 – Chissano derrota Dhaklama nas eleições presidenciais.
Jun/02 – Chissano anuncia que não concorrerá a um terceiro mandato e a FRELIMO escolhe Armando Guebuza, veterano da independência, como candidato em 2004.
Fev/05 – Guebuza vence Afonso Dhlakama nas eleições; na posse, o Governo brasileiro é representado pelo ex-Vice-Presidente José Alencar.
Jul/06 – Banco Mundial cancela a maior parte da dívida de Moçambique.
Fev/07 – Presidente da China, Hu Jintao, visita Maputo e promete linha de crédito especial para as áreas de saúde, agricultura e infraestrutura.
Out/09 – Eleições presidenciais, parlamentares e provinciais; Guebuza é reeleito.
Jan/10 – Cerimônia de posse do Presidente Guebuza; o Governo brasileiro é representado pelo ex-Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Cronologia das Relações Bilaterais

1975: Moçambique conquista a independência (25/jun); Brasil e Moçambique estabelecem relações diplomáticas (31/dez).
Jan/76: Abertura da Embaixada do Brasil em Maputo.
1981: Assinatura do Acordo Geral de Cooperação.
1982: I Reunião da Comissão Mista (criada pelo Acordo Geral de Cooperação), em Maputo.
1989: II Reunião da Comissão Mista, em Maputo.
1989: Inauguração do Centro de Estudos Brasileiros.
1993/1994: Contribuição brasileira para as forças de paz da ONU que monitoraram o processo de paz moçambicanos. A UNOMOZ foi comandada, durante o primeiro ano, pelo General brasileiro Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva.
Jan/98: Abertura da Embaixada de Moçambique no Brasil.
Jul/00: Visita oficial do então Presidente Fernando Henrique Cardoso a Maputo (III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP).
2000: Anúncio do perdão de 95% da dívida de Moçambique com o Brasil. A dívida chegava a US\$ 447,7 milhões (COMACE, 1999)
Jun/01: Visita oficial do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília; o Presidente moçambicano participou também da Cúpula do Mercosul, em Assunção.
Ago/02: Visita do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília (IV Cúpula da CPLP).
Mar/03: Visita do então chanceler Celso Amorim a Maputo.
Nov/2003: Visita oficial do então Presidente Lula a Maputo, quando foram assinados 11 novos instrumentos de cooperação, com destaque para o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos.
Ago-set/04: Visita oficial do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília, quando foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 280 milhões.
Mar/05: Visita do então chanceler Celso Amorim a Maputo.
Jun/07: Governo moçambicano aprova proposta da Vale para exploração das jazidas carboníferas de Moatize.
Set/07: Visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, na condição de convidado de honra nas comemorações do Dia da Independência.
Set/08: Visita do chanceler Oldemiro Balói a Brasília.

Out/08: Visita do então Presidente Lula a Maputo; inauguração da sede provisória do Escritório da FIOCRUZ-África.
Jul/09: Visita do Presidente Guebuza ao Brasil.
Dez/09: Aprovação pela CAMEX e pelo COFIG de mecanismo de financiamento do BNDES para obras de infraestrutura em Moçambique, no valor de US\$ 300 milhões.
Jun/10: V Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Nov/10: Visita do então Presidente Lula a Maputo; inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique.
Jun/11: Visita do chanceler Oldemiro Balói a Brasília.
Out/11: Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Maputo.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

TÍTULO	Data da assinatura	Data da entrada em vigor	Data da publicação
Acordo para Implementação do Projeto "Implantação de um Centro de Formação Profissional para Escritórios e Administração"	10/04/1980	10/04/1980	06/05/1980
Acordo de Cooperação	15/09/1981	08/06/1984	10/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15/09/1981, no Campo das Comunicações.	15/05/1987	15/05/1987	02/06/1987
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação, na Área de Agricultura Irrigada	27/05/1989	27/05/1989	24/10/1989
Acordo de Cooperação Cultural	01/06/1989	26/04/1991	03/07/1991
Ajuste Complementar ao Acordo-Geral de Cooperação no Campo da Mineração	18/07/1997	18/07/1997	08/06/1997
Acordo sobre o Uso dos Imóveis da República de Moçambique pelo Brasil	18/07/2000	18/07/2000	10/08/2008
Acordo de Cooperação entre o Brasil e Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e outras Transações Financeiras Fraudulentas	31/08/2004	26/09/2008	23/01/2009
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural sobre Cooperação na Área da Comunicação Social	31/08/2004	31/08/2004	09/09/2004
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Segurança Pública	31/08/2004	31/08/2004	09/09/2004
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Horto-Fruticultura em Moçambique"	06/07/2007	06/07/2007	10/09/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição"	06/07/2007	06/07/2007	10/09/2007
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	06/07/2007	20/10/2009 (PDS 659/2009, aprovado em 14/10/2009)	Aguarda ratificação interna por Moçambique
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Moçambique"	09/07/2007	09/07/2007	10/09/2007

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto “Apoio à Construção de Cisternas, Barragens Subterrâneas, Captação de Água de Chuva <i>in situ</i> e Jardins Produtivos em Comunidades Rurais de Moçambique”	06/09/2007	06/09/2007	24/09/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Ciências Florestais”	02/07/2008	02/07/2008	06/08/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Órgão Regulador de Medicamentos de Moçambique como Agente Regulador do Setor Farmacêutico”	04/09/2008	04/09/2008	15/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação em Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e outros Medicamentos”	04/09/2008	04/09/2008	15/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional e Técnico do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique”	04/09/2008	04/09/2008	15/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique, para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Desportiva – Fase II”	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique, para Implementação do Projeto “Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Brasil-Moçambique”	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique nas Áreas Audiovisual e Cinematográfica	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique para Cooperação em Matéria de Comunicação Social	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre Brasil e de Moçambique para o Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique”	06/05/2009	06/05/2009	15/05/2009

Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique e para o Projeto “Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos de Estado”	08/05/2009	08/05/2009	15/05/2009
Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Capacitação Técnica em Matéria de Prisões”	21/07/2009	21/07/2009	29/07/2009
Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Implantação de Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique”	21/07/2009	21/07/2009	29/07/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique”	17/06/2010	17/06/2010	20/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Prevenção e Controle do Câncer”	16/07/2010	01/12/2010	01/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto: Implantação de Projeto Piloto de Terapia Comunitária em Moçambique, como Recurso de Promoção da Saúde	16/07/2010	01/12/2010	01/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Oral em Moçambique: Pesquisa em Saúde Oral – Maputo”	05/10/2010	05/10/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implementação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo”	05/10/2010	05/10/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011

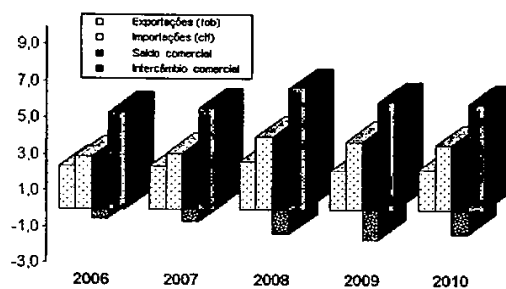
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Centro de Tele-Saúde, da Biblioteca e do Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação “Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo “C” no Âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Incremento da Capacidade de Pesquisa e de Difusão Tecnológica para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, Moçambique”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do “Projeto de Modernização da Previdência Social de Moçambique”	03/12/2010	03/12/2010	17/06/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados”	19/01/2011	19/01/2011	10/08/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Projeto de Instalação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos	22/12/2011	22/12/2011	Tramitação na Casa Civil (Aguarda publicação)

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

MOÇAMBIQUE: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

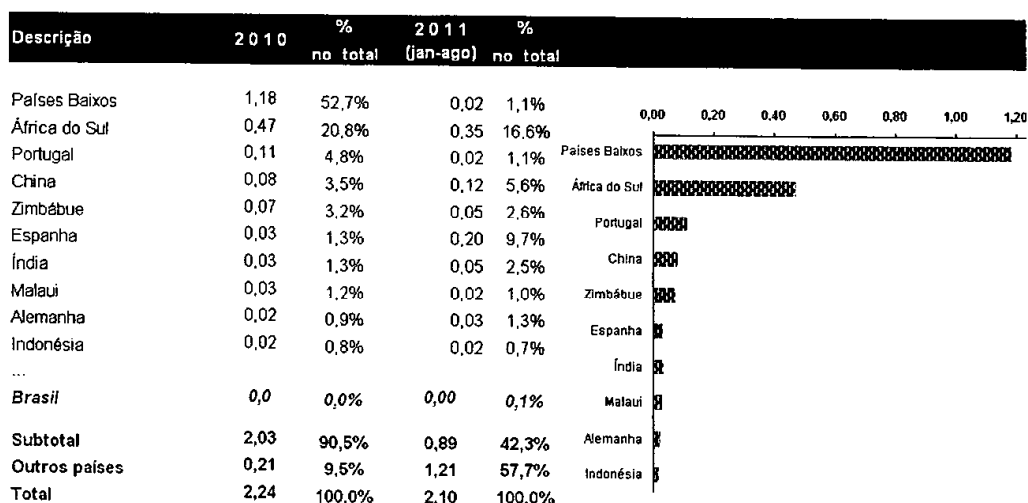
DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	2,4	2,4	2,7	2,1	2,2	2,1
Importações (cif)	2,9	3,1	4,0	3,8	3,6	3,9
Saldo comercial	-0,5	-0,7	-1,4	-1,6	-1,3	-1,8
Intercâmbio comercial	5,3	5,5	6,7	5,9	5,8	6,0

Elaborado pelo MPE/DPE/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.



O comércio exterior moçambicano não apresentou significativa variação nos últimos anos. Em 2010, houve uma variação de 10% em relação a 2006, passando de US\$ 5,3 bilhões para US\$ 5,8 bilhões. No ranking do FMI, Moçambique figurou como o 128º mercado mundial, sendo o 126º principal exportador e o 117º importador.

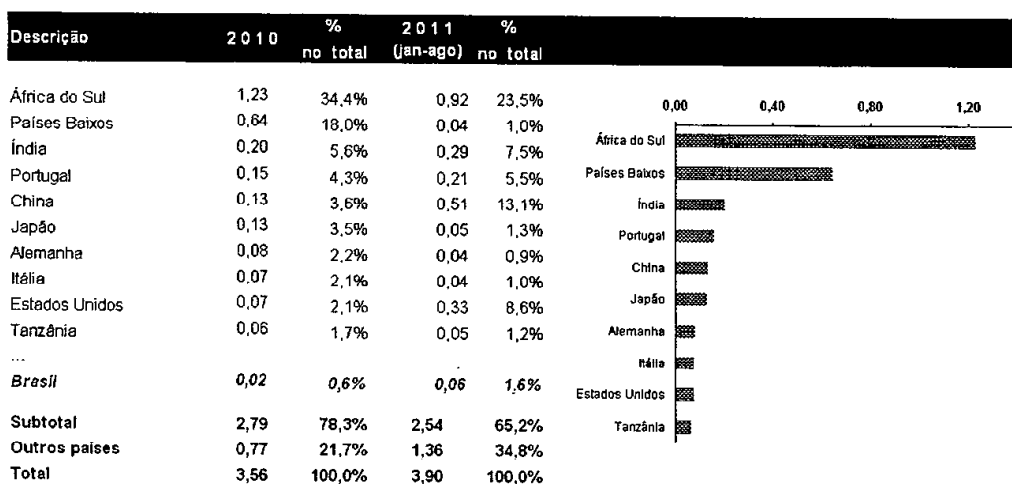
MOÇAMBIQUE: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões



Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Um pouco mais da metade das exportações de Moçambique é destinada aos Países Baixos. Em 2010, as importações holandesas somaram 53% do total, seguidas da África do Sul (21%); Portugal (5%); China (4%); e Zimbábue (3%). O Brasil obteve o 42º lugar entre os principais destinos em 2010, com vendas em torno de US\$ 81 mil.

MOÇAMBIQUE: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

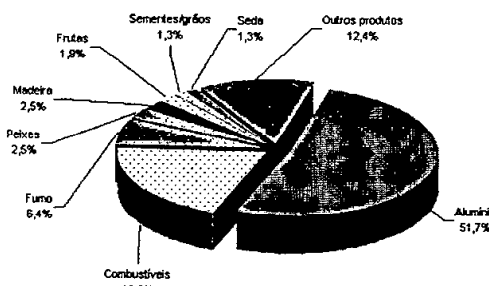


Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

A África do Sul é o principal fornecedor de bens a Moçambique. Em 2010 respondeu com 34% do total, seguido dos Países Baixos (18%); Índia (6%); Portugal (4%); China (4%); Japão (4%); Alemanha (2%) e Itália (2%). O Brasil posicionou no 16º lugar, com 0,6% da demanda importadora do país.

MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total
Alumínio	1,16	51,7%
Combustíveis	0,45	19,9%
Fumo	0,14	6,4%
Peixes	0,06	2,5%
Madeira	0,06	2,5%
Frutas	0,04	1,9%
Sementes/grãos	0,03	1,3%
Seda	0,03	1,3%
Subtotal	1,96	87,6%
Outros produtos	0,28	12,4%
Total	2,24	100,0%

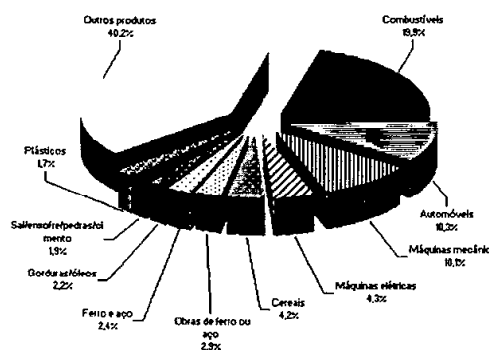


Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Alumínio foi responsável por 52% da pauta de exportação de Moçambique em 2010. Em seguida destacaram-se: combustíveis (20%); fumo (6%); pescados (3%); madeira (3%); e frutas (2%).

MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total
Combustíveis	0,71	19,9%
Automóveis	0,37	10,3%
Máquinas mecânicas	0,36	10,1%
Máquinas elétricas	0,15	4,3%
Cereais	0,15	4,2%
Obras de ferro ou aço	0,10	2,9%
Ferro e aço	0,09	2,4%
Gorduras/óleos	0,08	2,2%
Sal/enxofre/pedras/cimento	0,07	1,9%
Plásticos	0,06	1,7%
Subtotal	2,13	59,8%
Outros produtos	1,43	40,2%
Total	3,56	100,0%



Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

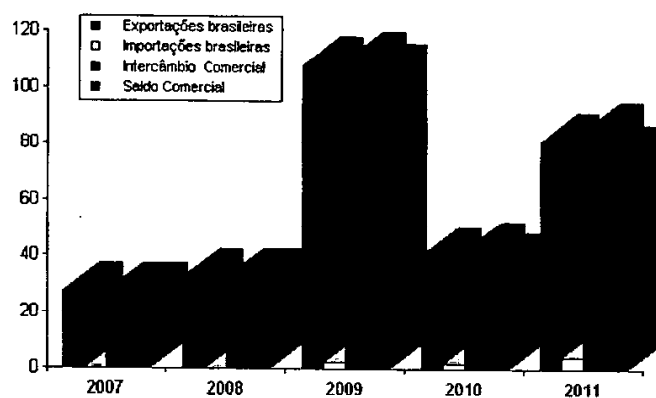
A pauta de importação de Moçambique é bastante diversificada, mas os combustíveis, automóveis e máquinas mecânicas lideraram a pauta com participação conjunta de 40% no total em 2010. Destacaram, também: máquinas elétricas (4%); cereais (4%); e obras de ferro e aço (2%).

BRASIL-MOÇAMBIQUE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	27	32	108	40	81
Variação em relação ao ano anterior	-22,5%	18,6%	233,8%	-62,7%	101,1%
Importações brasileiras	0	0	2	2	4
Variação em relação ao ano anterior	-100,0%	53954,1%	106000,0%	-5,7%	104,5%
Intercâmbio Comercial	27	32	110	42	85
Variação em relação ao ano anterior	-22,5%	18,6%	240,4%	-61,6%	101,2%
Saldo Comercial	27	32	106	38	77

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIOSECEX/Aliceweb.

Moçambique foi o 113º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 212%, passando de US\$ 27 milhões, para US\$ 85 milhões. No ano de 2011 as exportações saltaram para US\$ 4 milhões frente aos US\$ 37,00. em 2007. A participação de Moçambique no comércio exterior brasileiro foi de 0,02% em 2011.

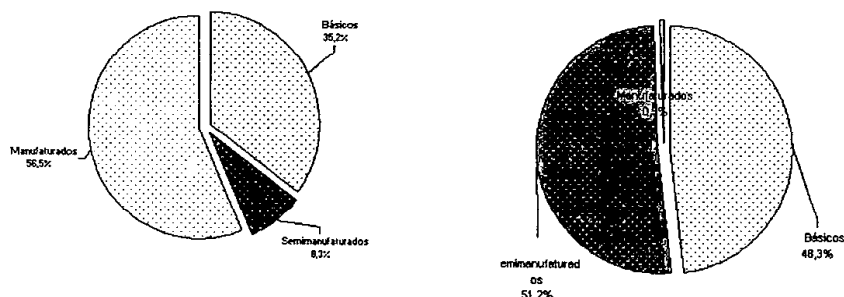


BRASIL-MOÇAMBIQUE: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	28,5	35,2%	2,0	48,3%
Semimanufaturados	6,7	8,3%	2,1	51,2%
Manufaturados	45,9	56,5%	0,0	0,5%
Total	81,2	100,0%	4,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Moçambique são compostas em sua maior parte por bens manufaturados, que representaram 57% das vendas em 2011. Em seguida estão os produtos básicos, com 35% e os semimanufaturados com 8%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos semimanufaturados representaram 51% do total em 2011, seguido dos básicos com 48%.



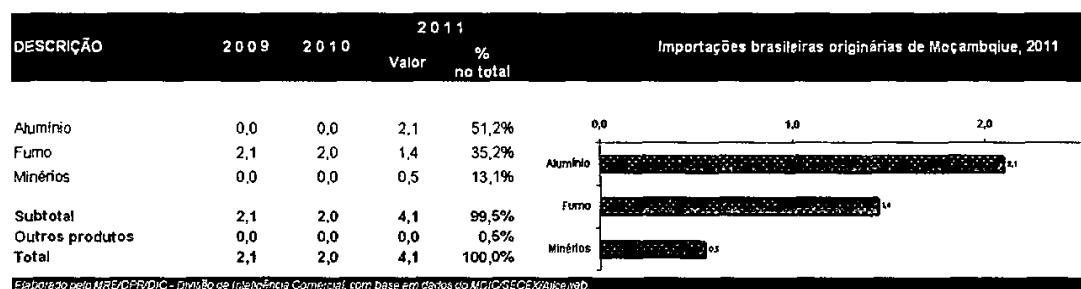
BRASIL-MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		Exportações brasileiras para Moçambique, 2011
			Valor	% no total	
Cereais	0,0	2,4	12,2	15,0%	12,2
Carnes	13,3	9,0	11,2	13,8%	11,2
Máquinas mecânicas	5,2	3,9	8,4	10,4%	8,4
Gorduras/Óleos	0,1	0,1	6,7	8,2%	6,7
Veículos para vias férreas	0,0	0,2	6,3	7,8%	6,3
Resíduos das indústrias ali...	0,4	0,4	5,3	6,5%	5,3
Borracha	0,3	0,4	4,8	5,9%	4,8
Automóveis	5,9	6,8	3,7	4,6%	3,7
Preparações de cereais	2,5	3,3	2,8	3,5%	2,8
Móveis	2,6	2,0	2,3	2,8%	2,3
Máquinas elétricas	1,0	1,1	2,3	2,8%	2,3
Açúcar	1,1	0,3	0,8	1,0%	0,8
Aviões	65,3	0,0	0,0	0,0%	0,0
Subtotal	97,8	30,0	66,9	82,3%	
Outros produtos	10,3	10,4	14,3	17,7%	
Total	108,1	40,4	81,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/ANEXOS

Cereais, carnes e máquinas mecânicas foram os principais itens brasileiros exportados para Moçambique em 2011, juntos somaram 39% da pauta. Em seguida destacaram-se: gorduras/óleos (8%); veículos para vias férreas (8%); resíduos das indústrias alimentares (7%); e borracha (6%).

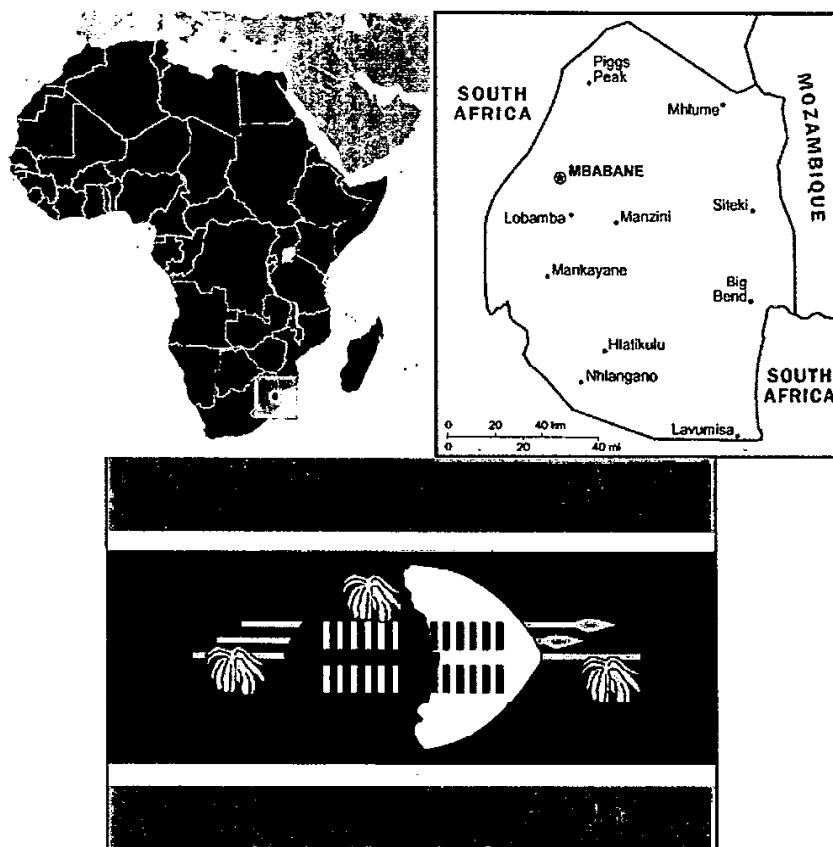
BRASIL-MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS



As importações brasileiras originárias de Moçambique apresentaram alto grau de concentração. O alumínio (51%) e o fumo (35%) somaram 86% do total da pauta em 2011. O item minérios ficou em terceiro lugar na pauta de importação, com 13% do total e fechando a pauta.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II**

REINO DA SUAZILÂNDIA



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
POLÍTICA INTERNA	6
POLÍTICA EXTERNA	10
ECONOMIA	13
RELAÇÕES BILATERAIS	16
COOPERAÇÃO	16
BIOCOMBUSTÍVEIS	17
INVESTIMENTOS	17
ASSUNTOS CONSULARES	18
ATOS BILATERAIS	18
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	18
COMÉRCIO BILATERAL	18
ANEXOS	19

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.363 km ² (aprox. o triplo do DF)
POPULAÇÃO (est. 2010, BM):	1,2 milhão (aprox. cidade de Campinas/SP)
IDIOMAS OFICIAIS:	Inglês e suazi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo e religiões tradicionais africanas (animistas)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25/04/1986)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sibusiso Barnabas Dlamini
CHANCELER:	Mtiti Fakudze (desde nov/2011)
PIB (est. 2010, BM):	US\$ 3,6 bilhões (aprox. município de Presidente Prudente/SP)
PIB PER CAPITA (est. 2010, BM):	US\$ 3.073,00
PIB PPP (est. 2010, BM):	US\$ 6,062 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (est. 2010, BM):	US\$ 5.884,59
IDH (PNUD, 2011):	0,522 (140º de 187 países analisados)
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2010):	81,6%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011):	48,7 anos
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADOR DO PAÍS PARA O BRASIL:	Ephraim Mandlenkhosi M. Hlope, cumulativamente com Washington
EMBAIXADORA INDICADA DO BRASIL PARA O PAÍS:	Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro de brasileiros residentes na Suazilândia

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL⇒ SUAZILÂNDIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	693,01	574,54	787,57	549,64	970,46	2.233,55	2.434,29	22.749,72	20.994,39
Exportações	398,77	285,24	475,35	317,35	545,70	2.055,39	873,59	2.988,04	3.604,02
Importações	294,23	289,30	312,22	232,28	424,76	178,16	1.560,69	19.761,68	17.390,37
Saldo	104,54	-4,05	163,13	85,07	120,93	1.877,22	-687,10	-16.773,63	-13.786,35

PERFIS BIOGRAFICOS**MSWATI III**
Rei da Suazilândia

Nascido **Makhosetive** (“Rei das Nações”) em 19/04/1968, o rei da Suazilândia sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosikati* LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25/04/1986, com a idade de 18 anos e 6 dias. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos.

SIBUSISO BARNABAS DLAMINI
Primeiro-Ministro

Nascido em 15 de maio de 1942, Barnabas S. Dlamini formou-se em Química pela Universidade de Wisconsin, em 1969, e, em 1976, em Economia e Contabilidade pela Universidade da África do Sul. Possui Mestrado em Administração pela Universidade de Nova York. Foi Ministro das Finanças de 1983 a 1992. De 1992 a 1996, foi membro do Conselho Executivo do FMI, representando 20 países africanos. Foi Primeiro-Ministro e Membro do Parlamento, de 1996 a 2003, quando passou a exercer a função de conselheiro real. Desde outubro de 2008, exerce seu segundo mandato como Primeiro-Ministro.

MTITI FAKUDZE
Chanceler

Mtiti Fakudze assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional em novembro de 2011. Anteriormente, havia ocupado os Ministérios da Agricultura e do Serviço Público.

POLÍTICA INTERNA

A Suazilândia tornou-se independente do Governo britânico em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, banuiu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. Em 1982, ascendeu ao trono o Rei Mswati III, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, mas que não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia do país – a República da África do Sul é responsável pela maior parte das importações e exportações suazis – fazem com que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

Mswati III, o último monarca absoluto da África, tem tido que administrar os crescentes problemas econômicos do país, uma taxa de desemprego acima de 40%, a perda de receita com as exportações de açúcar e têxteis e a mais alta taxa de prevalência de HIV no mundo (26,1%). Mais de 25% da população recebem alimentos do Programa Mundial de Alimentos.

Após um longo processo de negociação, foi promulgada em 2006 a nova Constituição do país, que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes. A mesma constituição atribui ao monarca imunidade contra qualquer tipo de processo civil ou criminal. A oposição, apoiada pelo direito à livre associação e à liberdade de expressão consagrados na nova carta magna, começou a organizar comícios e passeatas. Facções leais à monarquia, como a entidade cultural Sive Siyinqaba (“A Nação é uma fortaleza”), formada em 1996 por parlamentares, membros do Governo e da família real, para defender a cultura suázi, também se reorganizaram.

Passeata do *Swaziland Youth Congress* (SWAYOCO), realizada em agosto de 2006, foi dispersada de forma violenta pela polícia. Na ocasião, o então Primeiro Ministro Themba Dlamini confirmou que os partidos políticos continuavam banidos e afirmou que 90% dos novos dispositivos criados pela Constituição já estariam implementados ou em fase final de implementação. Deu como exemplo a maior independência atribuída ao Banco Central e à Unidade de Combate à Corrupção, a criação da Comissão de Direitos Humanos, além das reformas em andamento para a modernização da Corte Suprema.

Em 2007, a oposição escolheu o 11 de abril, data do 34º aniversário da criação da monarquia absoluta por Sobhuza II, para protestar contra a falta de democracia no país, exigindo que os partidos políticos fossem legalizados. Apoiadas pela central sindical sul-africana COSATU, manifestações ocorreram nos cinco postos de fronteira do país com a África do Sul. Em Mananga, 16 membros do

People's United Democratic Movement (PUDEMO) foram presos por carregar cartazes e panfletos "sediciosos".

Em setembro de 2008, o acirramento político entre Governo e oposição se intensificou ainda mais quando da realização das primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes e a missão observadora da SADC considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos. Apesar da relativa tranquilidade do pleito, os períodos anterior e posterior às eleições foram conturbados, marcados por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. O evento mais grave ocorreu dois dias após a eleição, quando duas pessoas morreram na explosão acidental da bomba que seria colocada em uma ponte junto ao palácio presidencial. Uma das vítimas era membro da *People's United Democratic Movement* (PUDEMO), a outra da *Swaziland Solidarity Network* (SSN). Ambos os grupos anunciaram apoio ao ato e celebraram como heróis os dois mortos, sem assumir responsabilidade pelo planejamento do atentado.

Em resposta, o Governo suazi aprovou severa legislação antiterror, o "Ato da Suazilândia de Supressão ao Terrorismo" (SSTA), que dá ao Governo o poder de deter por até sete dias em regime incomunicável ou de expulsar do país sem julgamento suspeitos de terrorismo. Com base em poderes atribuídos pelo SSTA, quatro organizações foram classificadas oficialmente pelo Primeiro Ministro Barnabas Dlamini como entidades terroristas, tornando ilegal qualquer forma de associação com as mesmas: o *People's United Democratic Movement* (PUDEMO), o *Swaziland Youth Congress* (SWAYOCO), *Swaziland Solidarity Network* (SSN) e o *Swaziland People's Liberation Army* (Umbane).

Ao mesmo tempo, acordo estabelecido ainda em 2009 entre a *Swaziland Coalition of Concerned Civic Organisations* (SCCCO) e a *Freedom House*, ONG financiada principalmente pelo Governo dos EUA, permitiu o fortalecimento da oposição ao Governo suazi, na medida em que facilitou o acesso a recursos para projetos em prol do avanço pacífico da democracia na Suazilândia. Em decisão adotada em princípios do mesmo ano, a Suprema Corte afirmou a obrigatoriedade do Governo de prover educação primária gratuita a todas as crianças, conforme previsto na Constituição de 2006. Resultado de ação movida pelo sindicato dos ex-mineradores, a decisão evidencia a pressão político-social sofrida pelo Governo do Rei Mswati III.

A deterioração das condições econômico-financeiras do Reino da Suazilândia tem contribuído para acirrar os ânimos da população e aumentar a tensão social no país. A alteração do regime aduaneiro da SACU, modificando o padrão de distribuição de receita entre seus países membros, reduziu drasticamente a arrecadação do Governo suazi, uma vez que cerca de 60% de sua receita tinha origem nos repasses da SACU. Em 2010, por exemplo, a medida ocasionou redução de 11% do PIB da Suazilândia, segundo dados do FMI. Isso, somado ao elevado nível de gastos com funcionalismo público (em torno de 18% do PIB), resultou em aumento drástico do déficit público em 2011, atingindo 15% do PIB, quase o dobro do registrado em 2010.

Em missão enviada em março de 2011, o FMI concluiu ser insustentável o nível de gastos com o funcionalismo público vigente, identificou iminente colapso financeiro no país e recusou-se a estender empréstimos ao Reino antes de certificar-se de que o país adotará medidas de ajuste fiscal e saneamento das contas públicas. A União Europeia, outra tradicional doadora de ajuda externa à Suazilândia, igualmente tem-se recusado a transferir recursos ao Estado suazi e limita sua cooperação a projetos de redução da pobreza e assistência a infectados pelo HIV/AIDS. Ademais, a acentuada dependência comercial em relação à África do Sul, que consome cerca de 60% das exportações suazis e responde por 90% das importações, é fator adicional de fragilidade econômica.

A expectativa de vida no país caiu de aproximadamente 60 anos na década de 1990 para 30 no presente, o que tem estimulado o trabalho infantil, conforme indicado pelo estudo global da OIT completado em 2006. Além de elevadas taxas de desemprego e de infecção pelo vírus HIV/AIDS, cerca de dois terços da população vivem abaixo da linha da pobreza e dependendo da ajuda do Governo, cuja situação é de virtual insolvência.

Em 22 de março de 2011, novas manifestações tomaram as ruas da Suazilândia em defesa de reformas econômicas e políticas, ganhando o apoio de diversas associações nacionais de trabalhadores e reunindo mais de 10.000 pessoas. Menos de um mês depois, sindicatos e movimentos sociais suazis convocaram novas manifestações de protesto para os dias 12, 13 e 14 de abril de 2011, em Manzini. A Swaziland Federation of Trade Unions (SFTU), o partido oposicionista ilegal People's Union Democratic Organization (PUDEMO) e a Swaziland Solidarity Network (SSN) foram os principais organizadores dos protestos que tinham como finalidade marcar o 38º aniversário do banimento dos partidos políticos. O Governo classificou os protestos como ilegais e atuou com antecedência para impedi-los, detendo as principais lideranças sindicais do país, dispersando as passeatas e, conforme agências informativas e organizações não-governamentais, prendendo jornalistas, entre os quais pelo menos quatro estrangeiros. A truculenta resposta do Governo e a prisão dos líderes políticos de oposição levaram os sindicatos a suspenderem sua mobilização ao fim do segundo dia de protestos.

As aspirações democráticas dos grupos de oposição suazis e o conflito social latente no país são acompanhados pelos países vizinhos preocupados com potencial transbordamento de refugiados, em caso de descontrole social em maior escala. Em nota à imprensa de 14 de abril de 2011, o Governo da África do Sul manifestou "grande preocupação" com a situação política no Reino da Suazilândia, pediu prudência e cobrou o início de um diálogo político amplo, que permita uma rápida e pacífica solução para a crise.

O país recorreu oficialmente à vizinha África do Sul, em setembro de 2011, em busca de apoio financeiro. Temerosa do transbordamento da instabilidade no país vizinho, a África do Sul estendeu ao Banco Central suazi empréstimo de cerca de US\$ 340 milhões. O Governo do Presidente sul-africano Zuma vinculou o empréstimo ao compromisso suazi de ampliar o processo de diálogo com setores da oposição com vistas a uma gradual abertura política do país. Mswati III, por sua vez, comprometeu-se a promover reformas democráticas e respeitar os direitos humanos

de forma transparente e inclusiva. Em novembro de 2011, alterações ministeriais em posições-chave do Governo confirmaram a preocupação do monarca suazi em mostrar ativismo diante de crise que ameaça levar a Suazilândia ao colapso, procurando atenuar a percepção generalizada da opinião pública local sobre a existência de corrupção, privilégios e gestão pública irresponsável.

Direitos humanos

A situação do país é discutida no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, uma vez que, além dos problemas sociais (especialmente relacionados à pobreza e aos elevados índices de infecção por HIV/AIDS), a Suazilândia também suscita preocupações em virtude das frequentes denúncias de violência contra manifestantes, além de desrespeito à liberdade de associação e de expressão.

A Suazilândia foi avaliada pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos em 4 de outubro de 2011. Em seu relatório, o país informou que a Constituição estabeleceu, em setembro de 2009, Comissão Independente de Direitos Humanos e Administração Pública com poderes para investigar denúncias de violações cometidas por instituições públicas e privadas, assim como para interromper e reparar os efeitos dessas violações. Destacou ainda os esforços empreendidos em favor da erradicação da pobreza extrema, da garantia da segurança alimentar, bem como o aumento dos investimentos em saúde. O Conselho, em resposta, elogiou os aludidos esforços, ao mesmo tempo em que demonstrou preocupação com a persistência da discriminação contra mulheres e as restrições de direitos civis e políticos. Inconsistências entre a Constituição e a legislação comum do país foram igualmente apontadas.

POLÍTICA EXTERNA

O Reino da Suazilândia possui relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (a Suazilândia é um dos quatro países africanos a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia que o Estado suázi desfrutou no passado junto às potências capitalistas, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não possuindo o país qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Cuba). Cabe registrar, contudo, a visita de Estado que o Rei Mswati III fez a Cuba em junho de 2005. Na ocasião foram tratados temas de cooperação na área de saúde, educação e esportes, consolidados no Acordo de Cooperação assinado entre o Chanceler cubano e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Mabili Dlamini, em 21 de junho.

África do Sul

A África do Sul mantém bom relacionamento com o país, o que lhe garante a posição de principal parceiro internacional da Suazilândia, graças à forte dependência da economia suazi em relação ao vizinho. Além de destinatário de 60% das exportações suazis e origem de 90% das importações do país, a África do Sul é também essencial para a política monetária suazi, uma vez que a Suazilândia adota a paridade entre sua moeda (lilangeni) e a sul-africana (rand). Politicamente, a África do Sul tem manifestado preocupação com a instabilidade do vizinho, razão pela qual o empréstimo concedido em 2011 foi condicionado ao compromisso suazi com a ampliação do diálogo com a oposição e com a promoção gradual de abertura política do país.

Moçambique

A Suazilândia tem mantido laços cordiais com Moçambique, mesmo durante os quase 15 anos de regime marxista-leninista moçambicano. Em sua última visita de Estado ao país, o monarca suazi cumpriu ampla programação de visitas, que

incluíram projetos sócio-econômicos em Cabo Delgado e o Porto de Maputo (principal via de escoamento do açúcar e dos cítricos exportados pela Suazilândia). Em março de 2011, foi apreendido no porto de Maputo um carregamento com armas de fogo e drogas que estariam em trânsito em direção à Suazilândia. A oposição suázi acusou Moçambique de estar prestando auxílio ao Rei Mswati III, na ofensiva contra manifestações oposicionistas naquele país, embora inquérito moçambicano tenha concluído que o carregamento não se dirigia à Suazilândia.

Taiwan

O Reino da Suazilândia é um dos 23 países a manterem relações diplomáticas com a República da China (Taiwan). Taiwan é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, onde procura aproveitar-se dos benefícios que a Suazilândia disfruta no âmbito da AGOA. Esses investimentos atingiram seu ápice em 2002, quando as empresas taiwanesas chegaram a empregar mais de 35 mil pessoas, mas vem caindo sensivelmente desde então. Além de investimentos, Taiwan envia missões médicas regulares ao país. Em 2007, foi assinado Acordo de Cooperação no Setor de Saúde entre os dois países.

Em 2008, um dos principais empresários do país, Ndumiso Mamba, personalidade muito próxima ao Rei, declarou que a Suazilândia deveria engajar-se seriamente no assunto dos benefícios econômicos que poderão advir do comércio com a China. Entretanto, o Chefe de Estado suázi, evitando envolver-se em polêmica, garantiu às autoridades de Taipé que o fortalecimento dos elos econômicos e comerciais com Pequim não comprometeria as relações políticas bilaterais com Taiwan.

Taiwan tem, naturalmente, interesse em cultivar as relações com a Suazilândia. Em julho de 2010, o Rei Mswati III realizou visita a Taipé e o Vice-Presidente de Taiwan, Vincent Siew, visitou Mbabane em setembro de 2010. Autoridades suazis têm defendido publicamente, em diferentes foros, a adesão de Taiwan à Organização das Nações Unidas.

EUA

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o Governo estadunidense possui programas de apoio às pequenas e médias empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, a Suazilândia é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, uma de suas prioridades no cenário austral africano) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação da Suazilândia na COMESA - que conflitava com seu status de membro da SACU -, chegou ao fim com o anúncio de que a Suazilândia permanecerá como membro da COMESA, mas não integrará a união alfandegária. O país continuará, contudo, a beneficiar-se do status de membro não-recíproco da Área de Livre Comércio da COMESA, podendo exportar seus bens com tarifas reduzidas, sem conceder acesso recíproco ao seu mercado.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumprindo ainda mencionar que, em 2010, o Reino da Suazilândia manifestou interesse em se tornar Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com a República de Moçambique. O Governo da Suazilândia, porém, não deu continuidade ao processo de negociação, embora recentemente o Governo moçambicano tenha realizado gestões no sentido de dar encaminhamento à questão.

Em relação a Madagascar, o Governo suazi concedeu abrigo ao presidente deposto Marc Ravalomanana em março de 2009, que, desde Mbabane, proferiu pronunciamento sobre a crise política em seu país.

ECONOMIA

Agricultura

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 13% em 2010, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 37% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 50%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto as últimas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, possuindo grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, as propriedades coletivas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o Governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical é planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob a Lei Norte-Americana de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA), com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão. A mineração ocorre em pequena escala, consistindo principalmente na exploração de carvão na mina de Maloma, que responde por 0,4% do PIB.

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB real é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como, por exemplo, açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados da década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, atingindo parcos 1,1% em 2010, conforme dados do Banco Mundial.

Política econômica

Desde a independência, foram adotados princípios de livre mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE tornaram a diversificação crucial para a Suazilândia, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da Área Monetária Comum (CMA) restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. Devido à paridade do lilangeni ao rand, a livre movimentação de fundos no âmbito da CMA implica que as taxas de juros devem ser semelhantes às sul-africanas, com exceção do prêmio de risco, caso contrário, haveria uma fuga de capitais para a África do Sul. Embora a Suazilândia tenha o direito de quebrar a paridade, isso dificilmente será feito. A circulação do rand deixou de ser legal em 1986, mas, devido ao volume de negócios e ao alto nível de transações individuais com a RAS, o rand voltou a circular legalmente na Suazilândia.

Indústria

O setor secundário (inclusive o de eletricidade e o de fornecimento de água) respondeu por 46% do PIB em 2007, o que constituiu a maior contribuição para o crescimento econômico. Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira, frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para a Suazilândia, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido uma maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pela Lei Norte-Americana de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA). No entanto, a extinção do Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATC), no fim de 2004, teve impacto adverso sobre essa indústria, que luta para continuar competindo com a China e outros países asiáticos, onde os custos são muito menores e a produtividade é mais alta. O setor enfrenta, ainda, as greves organizadas por poderosos sindicatos.

Tendências do Mercado de Trabalho

A maior parte dos empregos formais na Suazilândia está concentrada no setor público; o Governo, porém, vem sofrendo pressões para diminuir o tamanho do funcionalismo. Os empregos na iniciativa privada estão concentrados na indústria e

na agricultura comercial. O mercado de trabalho informal reflete a agricultura de subsistência (que emprega 75% da população) e a pecuária. Há, também, um pequeno número de suazis que trabalham em minas na África do Sul, embora esse número venha sendo afetado negativamente pela queda nos níveis da produção e pela utilização de tecnologias de mineração. Na Suazilândia, os níveis de desemprego são elevados, quadro que vem se exacerbando com a racionalização do serviço público e pelos problemas enfrentados pela indústria têxtil. A taxa de desemprego no país gira em torno de 40%.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. A última visita de autoridade suázi ao Brasil ocorreu em setembro de 1993, ocasião em que o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. No regresso de sua participação na 60ª AGNU, o avião que conduzia o rei Mswati III fez escala em Fortaleza.

Delegação suazi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará.

Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.

Cooperação

Embora haja possibilidade de cooperação em diversas áreas, nenhum projeto está ainda em andamento. O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia foi assinado em 25/01/2008 e encontra-se em processo de ratificação. O Governo da Suazilândia tem solicitado cooperação brasileira nas áreas de saúde, educação e agricultura – os quais, eventualmente, poderiam vir a ser objeto de projetos de cooperação desenvolvidos sob o abrigo do aludido Acordo.

Na área de saúde, há interesse suazi especialmente em projetos de combate ao HIV/AIDS, que contemplem tanto aquisição e produção de medicamentos anti-retrovirais quanto capacitação em gestão, elaboração de políticas públicas e formação de funcionários. A esse respeito, missão de técnicos brasileiros foi enviada a Mbabane em fevereiro de 2006 com o objetivo de verificar as possibilidades de cooperação na área, mas a iniciativa não teve. Em julho de 2011, o Governo suazi solicitou novamente visitas oficiais para marcar o início das discussões sobre cooperação técnica com o Governo Brasileiro para o combate ao HIV/AIDS, através da Fundação Oswaldo Cruz. A fim de encaminhar o assunto, está previsto o envio de missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a realizar-se na ocasião de visita a outros países vizinhos.

O país também demonstrou interesse em fortalecer as relações bilaterais na área de educação, em especial mediante envio de estudantes suazis para estudos de graduação no Brasil. O tema, porém, não teve maiores desdobramentos.

O Ministro da Agricultura suazi, Clement Dlamini, em encontro com Embaixador brasileiro em Maputo (novembro/2010), também manifestou o desejo de firmar acordo de cooperação na área de agricultura com o Brasil, em especial na

produção de soja. E, ainda em 2010, houve manifestação de interesse por parte do Governo suazi em estabelecer cooperação na área de incentivo ao turismo.

Biocombustíveis

Outro âmbito de cooperação bilateral possível é o de biocombustíveis. Nos últimos anos, vem crescendo o interesse suazi em desenvolver uma indústria de biocombustíveis, principalmente para a produção de etanol, tanto de milho quanto de cana-de-açúcar. Não há ainda produção comercial de bioenergia (etanol, biodiesel) na Suazilândia, mas o país já produz eletricidade a partir do bagaço da cana-de-açúcar (biomassa) e a produção de biocombustíveis vem se desenvolvendo em caráter experimental, sem mensuração do volume de produção e de consumo interno. A produção experimental de biocombustíveis concentra-se nos cultivos de cana-de-açúcar (etanol) e *jatropha* (pinhão-manso; planta da mesma família da mamona, utilizada na produção de biodiesel). A Suazilândia chegou, também, a pesquisar a produção de etanol a partir da mandioca, cultivo propício ao terreno árido do país. Não há exportação e tampouco importação de bioenergia.

Encontra-se em processo de elaboração pelo Governo suazi estratégia para a produção de biocombustíveis. O debate sobre o assunto no país, contudo, é complexo e centra-se no argumento da rivalidade da produção de biocombustíveis com a produção de gêneros alimentícios e no impacto social e econômico do cultivo de cana-de-açúcar e da *jatropha*. Por um lado, o país tem território pequeno, a disputa por terra é relevante, há carência de alimentos e de água, e elevada parcela da população vive abaixo da linha da pobreza – elementos que reforçam o argumento, defendido inclusive por ONGs estrangeiras, de que a eventual produção de biocombustíveis colocaria em risco a já frágil segurança alimentar do país. Por outro lado, o país possui vastas áreas de cultivo de cana-de-açúcar e tradição no setor sucroalcooleiro, com investimentos estatais e de empresas estrangeiras, além de histórico de produção experimental de etanol a partir da cana pela Royal Swaziland Sugar Corporation. Em 2006, a empresa estatal anunciou projeto de ampliação da capacidade produtiva e melhoria de destilarias existentes.

Apesar do anúncio da encomenda ao Brasil de dois automóveis movidos a álcool para testes em 2006 e da ida de empresários brasileiros ao país em julho de 2007, não há iniciativas vigentes de cooperação bilateral na área. Com a recente assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Brasil, porém, deve ser realizada missão de prospecção da EMBRAPA para analisar possibilidades e modalidades de cooperação no tema.

Investimentos

A mineração é pouco desenvolvida na Suazilândia, embora o país possua importante jazida de antracito, mineral utilizado na fabricação de pelotas de minério de ferro. O mineral é considerado estratégico pela Vale, que, desde 2008, vem

estudando a possibilidade de adquirir mina localizada em Lubhuku. Até o momento, porém, não se logrou estabelecer acordo entre a Vale e o Governo suazi.

Assuntos consulares

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique.

Atos bilaterais

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia assinado em 25/01/2008 e aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal em 10/12/2009 e, no Plenário do Senado Federal, em 17/12/2009. Aguarda o processo de ratificação interna pelo Reino da Suazilândia.

Trata-se do primeiro ato bilateral assinado entre os dois países.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Comércio bilateral

Tradicionalmente, a Suazilândia importa do Brasil motores e turbinas, material elétrico, tubos de aço, equipamentos e utensílios agrícolas, além de materiais químicos. Em 2011, 79% do valor total exportado pelo Brasil à Suazilândia compunha-se de turbinas a vapor, seguido de máquinas ceifeiras e debulhadoras, que representaram 8.9% das exportações. Os principais produtos importados, em 2011, foram circuitos integrados (46%) e microprocessadores (35% do valor total).

O comércio bilateral, que desde 2000 encontrava-se estagnado em torno de US\$ 600 mil, sofreu considerável incremento a partir de 2008, quando atingiu US\$ 2,223 milhões, como reflexo do crescimento das exportações brasileiras para o país, que chegaram a US\$ 2,055 milhões. A partir de 2009, contudo, houve uma inversão na balança comercial. A Suazilândia passou a exportar mais para o Brasil, que, desde então, apresenta déficit na relação comercial bilateral.

Em 2010, houve novo surto de crescimento do comércio bilateral, quando as transações totalizaram US\$ 22,749 milhões. O crescimento deveu-se ao aumento das importações oriundas da Suazilândia, que totalizaram US\$ 19,761 milhões. Em 2011, o volume de comércio entre os dois países permaneceu relativamente estável em relação a 2010 (US\$ 20,994 milhões).

ANEXOS

Cronologia

Século XVI – O povo suazi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Século XIX – Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região.
1836 – Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888 – Formação de um Governo provisório, formado por representantes do Governo britânico, sul-africano e suazi
1889 – Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suazi.
1903 – Os suazis passam a ser administrados pelo Governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949 – Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia à União-Sul-Africana.
1963 – É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suazis.
1967 – É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968 – A Suazilândia torna-se independente do Governo britânico. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973 – Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado.
1982 – Ascensão do Rei Mswati III ao trono suazi e introdução de importantes reformas políticas no país.
1993 – O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2006 – Promulgação da nova Constituição. Manifestações, comícios e passeatas são reprimidos violentamente pela polícia.
2008 – Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição. Considerado “livre e limpo” por observadores internacionais, o pleito ocorreu em clima conturbado, marcado por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas.
2009 – Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA), realizada em Belém do Pará.

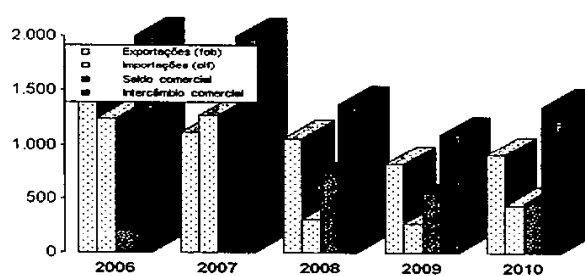
INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS

SUAZILÂNDIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	1.463	1.113	1.063	825	910
Importações (cif)	1.242	1.270	312	271	443
Saldo comercial	220	-157	751	554	467
Intercâmbio comercial	2.705	2.383	1.375	1.097	1.353

Elaborado pelo MRE/DP/CDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.

(1) Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



O comércio exterior de Suazilândia apresentou em 2010 um decréscimo em relação ao ano de 2006 em torno de 50%. O mesmo ocorreu de 2007 para 2006 (- 12%), cujos dados foram obtidos pela posição real, já que 2008 em diante são dados de espelho. Em 2011 observe a 164ª posição no intercâmbio mundial, segundo dados do FMI.

SUAZILÂNDIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total	
África do Sul	446,1	30,5%	888,5	79,8%	0,0 200,0 400,0 600,0 800,0
Itália	446,1	30,5%	153,5	13,8%	África do Sul 888,5
Namíbia	11,5	0,8%	31,3	2,8%	Itália 153,5
Moçambique	247,4	16,9%	20,2	1,8%	Namíbia 31,3
Emirados Árabes Unidos	1,3	0,1%	5,6	0,5%	Moçambique 20,2
Botsuana	13,0	0,9%	3,3	0,3%	Emirados Árabes Unidos 5,6
Austrália	2,3	0,2%	2,2	0,2%	Botsuana 3,3
Zâmbia	1,5	0,1%	1,5	0,1%	Austrália 2,2
Lesoto	25,6	1,7%	1,3	0,1%	Zâmbia 1,5
Reino Unido	4,5	0,3%	1,3	0,1%	Lesoto 1,3
...					Reino Unido 1,3
Brasil	0,00	0,00%	0,00	0,0%	
Subtotal	1.199,2	82,0%	1.108,6	99,6%	
Outros países	263,6	18,0%	4,6	0,4%	
Total	1.462,8	100,0%	1.113,2	100,0%	

Elaborado pelo MRD/DPRI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.
(1) última posição disponível com dados reais

África do Sul, Itália, Namíbia e Moçambique são os principais mercados de destino das exportações de Suazilândia com 98% da pauta em 2007. O Brasil não tem dados para o período em análise.

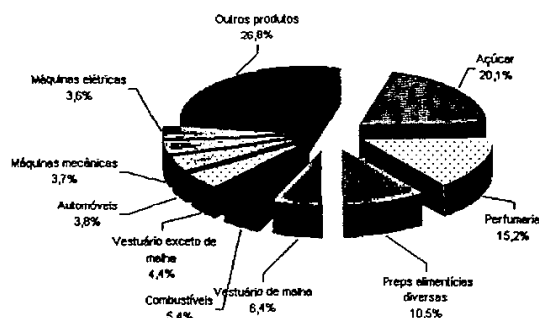
SUAZILÂNDIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total	
África do Sul	995,2	80,1%	1.033,2	81,4%	0,0 250,0 500,0 750,0 1.000,0
China	24,6	2,0%	50,8	4,0%	África do Sul 1.033,2
Japão	1,2	26,1%	30,1	2,4%	China 50,8
Taipei	38,0	3,1%	24,3	1,9%	Japão 30,1
Estados Unidos	37,9	3,1%	17,4	1,4%	Taipei 24,3
Moçambique	11,3	0,9%	16,9	1,3%	Estados Unidos 17,4
Índia	10,6	0,9%	16,2	1,3%	Moçambique 16,9
Botsuana	4,4	0,4%	11,3	0,9%	Índia 16,2
Itália	4,6	0,4%	9,7	0,8%	Botsuana 11,3
Reino Unido	8,5	0,7%	8,5	0,7%	Itália 9,7
...					Reino Unido 8,5
Brasil	2,69	0,2%	5,00	0,4%	
Subtotal	1.138,9	91,7%	1.223,3	96,3%	
Outros países	103,5	8,3%	46,7	3,7%	
Total	1.242,4	100,0%	1.270,0	100,0%	

Elaborado pelo MRD/DPRI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.
(1) última posição disponível com dados reais

África do Sul representou 81% das importações de Suazilândia no ano de 2007, China foi o segundo mercado provedor. No ano de 2006, África do Sul permaneceu no ranking de principal país, seguido do Japão com 26%. O Brasil ocupou a 13ª posição em 2007, participando com 0,4% no total.

Descrição	2010	% no total
Açúcar	183,2	20,1%
Perfumaria	138,4	15,2%
Preps alimentícias diversas	95,4	10,5%
Vestuário de malha	58,6	6,4%
Combustíveis	48,8	5,4%
Vestuário exceto de malha	40,2	4,4%
Automóveis	34,9	3,8%
Máquinas mecânicas	33,5	3,7%
Máquinas elétricas	32,7	3,6%
Subtotal	665,6	73,2%
Outros produtos	244,2	26,8%
Total	909,7	100,0%

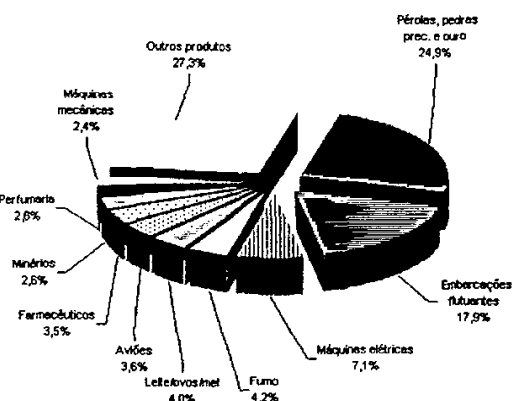


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Açúcar é o principal item da pauta de exportação de Suazilândia, seguido de perfumaria representados pelos óleos essenciais (15%) que nos anos anteriores corresponderam pelo principal produto da pauta. Outros produtos também destacados em 2010 foram: preparações alimentícias diversas (11%), vestuário (11%); combustíveis (5%), automóveis (4%) e maquinárias (7%).

SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2010 - US\$ Milhões

Descrição	2010	% no total
Pérolas, pedras prec. e ouro	110,2	24,9%
Embarcações flutuantes	79,5	17,9%
Máquinas elétricas	31,5	7,1%
Fumo	18,4	4,2%
Leite/ovos/mel	17,5	4,0%
Aviões	15,9	3,6%
Farmacêuticos	15,4	3,5%
Minérios	11,5	2,6%
Perfumaria	11,3	2,6%
Máquinas mecânicas	10,7	2,4%
Subtotal	321,9	72,7%
Outros produtos	121,1	27,3%
Total	442,9	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

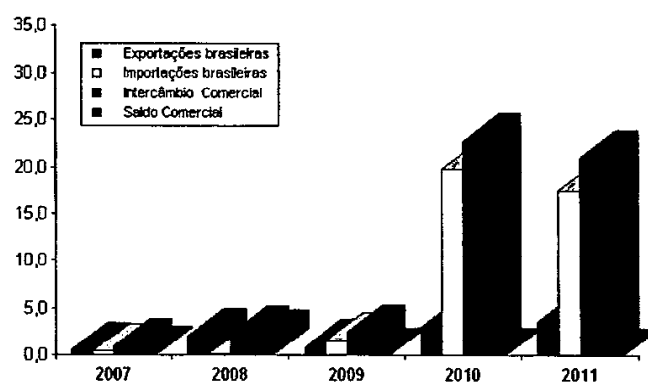
A pauta de importação de Suazilândia é bastante diversificada. O principal item da pauta em 2010 foram pérolas, pedras preciosas e ouro (25%), seguido de embarcações flutuantes (18%) e máquinas (9.4%).

BRASIL-SUAZILÂNDIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	0,5	2,1	0,9	3,0	3,6
Variação em relação ao ano anterior	71,9%	276,1%	-57,4%	241,4%	20,8%
Importações brasileiras	0,4	0,2	1,6	19,8	17,4
Variação em relação ao ano anterior	84,3%	-58,0%	776,4%	1166,7%	-12,0%
Intercâmbio Comercial	1,0	2,2	2,4	22,7	21,0
Variação em relação ao ano anterior	77,1%	129,9%	9,2%	834,6%	-7,7%
Saldo Comercial	0	2	-1	-17	-14

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Suazilândia foi o 146º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 2000%, passando de US\$1 milhão, para US\$ 21 milhões, sendo 560% nas exportações e 4000% nas importações.

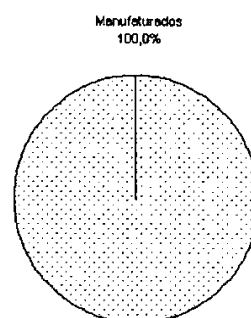
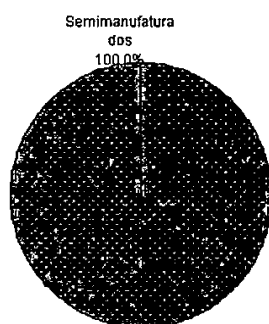


BRASIL-SUAZILÂNDIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	3,6	100,0%	17,4	100,0%
Total	3,6	100,0%	17,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Suazilândia são compostas por produtos manufaturados, que representaram 100% das vendas em 2011. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2011, representados pelas máquinas elétricas e mecânicas.



BRASIL-SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Suazilândia, 2011
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	0,0	0,1	3,2	89,4%	
Químicos orgânicos	0,0	0,0	0,1	4,1%	
Obras de ferro	0,1	0,2	0,1	2,7%	
Açúcar	0,4	0,0	0,1	1,6%	
Cerâmicas	0,1	0,0	0,0	1,1%	
Subtotal	0,6	0,4	3,6	99,0%	
Outros produtos	0,3	2,6	0,0	1,0%	
Total	0,9	3,0	3,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/EX/LEGUAD

Máquinas mecânicas representam 90% dos itens brasileiros exportados para Suazilândia, seguidos de químicos orgânicos, obras de ferro, açúcar e cerâmicas.

BRASIL-SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

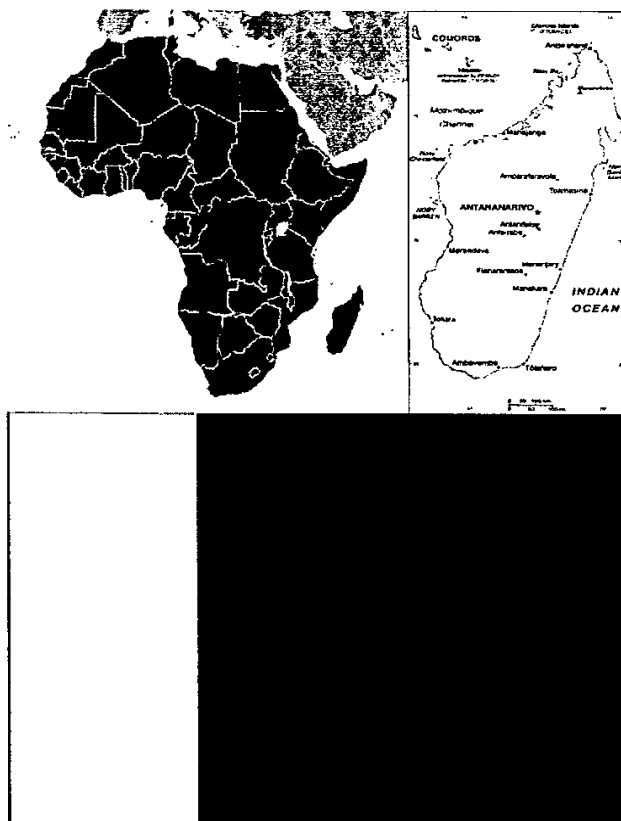
DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Suazilândia, 2011
			Valor	% no total	
Máquinas elétricas	0,6	18,0	16,6	95,3%	
Máquinas mecânicas	0,9	1,7	0,8	4,5%	
Subtotal	1,5	19,7	17,4	99,9%	
Outros produtos	0,1	0,1	0,0	0,1%	
Total	1,6	19,8	17,4	100,0%	

Elaborado pelo MFEDPS/DIC - Divisão de Intelecto Comercial com base em dados do SICOMEX/Alexisap

As importações brasileiras originárias de Suazilândia apresentaram alto grau de concentração de máquinas elétricas e mecânicas que representam a totalidade em 2011, assim como no ano de 2010 e em 2009.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II**

REPÚBLICA DE MADAGASCAR



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	4
POLÍTICA INTERNA	6
POLÍTICA EXTERNA	12
ECONOMIA.....	13
RELAÇÕES BILATERAIS.....	17
RELAÇÕES COMERCIAIS.....	17
INVESTIMENTOS BRASILEIROS	18
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS.....	18
ASSISTÊNCIA CONSULAR	18
ANEXOS	19

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km ² (aproximadamente a área do Estado de Minas Gerais)
POPULAÇÃO (2011, PNUD):	21,3 milhões
IDIOMA:	Malgaxe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões tradicionais animistas, cristianismo e islamismo
SISTEMA POLÍTICO:	Semipresidencialismo
CHEFE DE ESTADO (DE FACTO)	Presidente Andry Rajoelina (desde mar/2009)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jean Omer Beriziky (desde out/2011)
CHANCELER:	Pierrot Rajaonarivelo (desde nov/2011)
PIB real (2010, BM):	US\$ 8,7 bilhões (est.)
PIB PPP(2010, BM):	US\$ 20,0 bilhões (est.)
Variação do PIB (2010, BM):	1,6% (2010); -4,6 (2009); 7,1% (2008); 6,2% (2007)
PIB per capita (2010, BM):	US\$ 421,0 (est.)
PIB per capita PPP (2010, BM):	US\$ 969,0 (est.)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary (USD 1 = MGA 2.235,0 em 19/01/2012)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2011, PNUD):	64,5%
IDH (2011, PNUD):	0,480 (151º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011, PNUD):	66,7 anos
EMBAIXADOR DE MADAGASCAR PARA O BRASIL:	Narisoa Rajaonarivony (cumulativo com Washington)
EMBAIXADORA DESIGNADA DO BRASIL PARA MADAGASCAR:	Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Não há registro de cidadãos brasileiros

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

  Brasil → Madagascar	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	7.528,79	12.732,78	12.726,00	6.793,04	9.438,90	24.419,71	21.363,71	28.156,95	22.902,53
Exportações	7.358,20	12.520,76	12.583,20	6.548,36	9.234,65	24.074,40	21.186,71	27.954,42	21.901,27
Importações	170,59	212,02	142,80	244,67	204,25	345,30	176,99	202,53	1.001,2
Saldo	7.187,60	12.308,73	12.440,40	6.303,68	9.030,40	23.729,10	21.009,71	27.751,89	20.900,07

PERFIS BIOGRÁFICOS**Andry RAJOELINA*****Presidente interino***

Nascido em 30 de maio de 1974, em Antananarivo, Andry Rajoelina iniciou sua carreira como comunicador em rádio e televisão. Concorreu e venceu as eleições municipais de 2007, assumindo a prefeitura da capital do país.

Em janeiro de 2009, após ter seu canal de televisão fechado pelo Governo central sob alegações de “perturbação da paz e segurança”, Rajoelina passa a liderar a oposição contra o então Presidente Marc Ravalomanana. Em março de 2009, após a deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas, Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado interinamente enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT) até que tenham lugar novas eleições.

Jean Omer BERIZIKY**Primeiro-Ministro**

Nascido em 9 de setembro de 1950, na região Norte de Madagascar, Jean Omer Beriziky trabalhou como professor de História e diplomata, tendo exercido a função de Embaixador de Madagascar junto à União Europeia e à Bélgica entre 1995 e 2006.

Membro do partido LEADER-Fanilo (Liberalismo Econômico e Ação Democrática para a Reconstrução Nacional), de centro, foi nomeado, em 28 de outubro de 2011, Primeiro-Ministro do Governo transitório (HAT) liderado pelo Presidente Rajoelina.

Pierrot Jocelyn RAJAONARIVELO**Chanceler**

Nasceu em 1946, na Ilha de Sainte-Marie. Após ter exercido a função de Embaixador nos EUA entre 1989 e 1997, ocupou, até 2002, o cargo de Vice-Primeiro-Ministro no Governo do Presidente Didier Ratsiraka, além de ser eleito para o cargo de Secretário Nacional do partido AREMA (*Antokin'ny Revolisiona Malagasy*, em malgaxe).

Quando Ratsiraka perdeu a disputa presidencial para Marc Ravalomanana, em 2002, Rajaonarivelo seguiu para o exílio. Regressou a Madagascar em 2009, quando Andry Rajoelina assumiu a Presidência.

Em março de 2011, Rajaonarivelo assumiu o Ministério da Economia e da Indústria. Deixou a Pasta em novembro do mesmo ano para assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA INTERNA

A história escrita de Madagascar começou no século VII d. C., quando os árabes estabeleceram entrepostos comerciais ao longo da costa noroeste. O contato com os europeus começou no século XVI, quando o capitão português Diego Dias avistou a ilha, depois que seu navio se separou da flotilha que se dirigia à Índia. Ao final do século XVII, os franceses estabeleceram entrepostos comerciais ao longo da costa leste. De 1774 a 1824, a ilha foi frequentada por piratas, inclusive americanos, responsáveis pela introdução do arroz malgaxe para a Carolina do Sul.

A partir da década de 1790, líderes do grupo étnico dos merinas lograram estabelecer hegemonia sobre a maior parte da ilha, inclusive a costa. Em 1817, o governante dos merinas e o Governador britânico de Maurício concluíram um tratado abolindo o tráfico de escravos, que fora importante componente da economia malgaxe. Em troca, a ilha recebeu assistência militar e financeira. A influência britânica permaneceu forte por muitas décadas, durante as quais a elite merina foi convertida ao presbiterianismo, ao congregacionismo e ao anglicanismo.

Os britânicos aceitaram a imposição de um protetorado francês sobre Madagascar, em 1885, em troca do controle de Zanzibar (hoje parte da Tanzânia) e como parte de uma definição geral das esferas de influência na área. O controle absoluto da França sobre Madagascar foi obtido militarmente, em 1895-96, e a monarquia merina foi abolida.

Tropas malgaxes lutaram na França, no Marrocos e na Síria, durante a Primeira Guerra Mundial. Quando a França foi ocupada pelos alemães, o Governo de Vichy passou a administrar Madagascar. Em virtude de sua posição estratégica, tropas britânicas ocuparam a ilha em 1942, para evitar que fosse ocupada pelos japoneses. O Reino Unido entregou a ilha à França Livre em 1943.

Em 1947, uma revolta nacionalista foi suprimida, depois de vários meses de lutas intensas. Os franceses reformaram as instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência. A República Malgaxe foi proclamada em 14 de outubro de 1958, como Estado autônomo dentro da Comunidade Francesa. Um período de Governo provisório encerrou-se com a adoção de uma constituição, em 1959, e independência completa obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo opositorista Albert Zafy. O novo Governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

Em março de 1998, um referendo popular decidiu pela transformação do país em federação, dividida em seis regiões autônomas, e ampliou o poder do presidente. Em maio do mesmo ano, eleições legislativas deram a vitória ao partido governista Associação pelo Renascimento de Madagascar (Arema).

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana, do TIM (*Tiako-i-Madagasikara* – “Eu Amo Madagascar”). Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Seguiu-se uma crise política, com os partidários de Ratsiraka tendo bloqueado a estrada que ligava Toamasina, principal porto do país, à capital, principal bastião de Ravalomanana. Em abril de 2002, a Corte Constitucional confirmou o prefeito da capital como vencedor. Explosões esporádicas de violência e uma considerável desorganização da atividade econômica continuaram até julho de 2002, quando Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional (França e os EUA acabaram reconhecendo o governo do candidato do TIM), fugiram do país e exilaram-se na França. Além das diferenças políticas, questões étnicas desempenharam papel importante na crise e continuam a influenciar a política até hoje. Ratsiraka pertence à etnia *Betsimisaraka* e Ravalomanana é *Merina*.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. As eleições legislativas de dezembro de 2002 deram a seu partido a maioria absoluta na Assembleia Nacional. As eleições municipais de novembro de 2003 foram consideradas livres, novamente com ampla vitória do partido governista, mas também com a eleição de um número significativo de candidatos independentes ou de oposição regional. Passada a crise, o Presidente decidiu substituir os governadores provinciais com a nomeação de PDEs (Presidentes das Delegações Especiais). A legislação que se seguiu estabeleceu uma estrutura de 22 regiões para descentralizar a administração. Em setembro de 2004, o governo nomeou 22 Chefes Regionais, que se reportam diretamente ao Presidente, para a implementação dos planos de descentralização.

Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de 5 anos, o que representou a continuidade parcial do seu projeto político. Ravalomanana manteve apenas 7 dos vinte Ministros, entre os quais o Chanceler Ranjeva, mas os 13 novos eram técnicos de sua confiança, não tendo sido feitas quaisquer concessões políticas à oposição. A Corte Constitucional rejeitou 19 pedidos de impugnação do pleito e confirmou o resultado. Ravalomanana anunciou uma agenda imediata para os primeiros cem dias de mandato, baseada em um tripé: abertura política; ampliação da ajuda econômica prestada por doadores, no contexto da implantação do Plano de Ação de Madagascar; e a adoção de medidas para estimular o crescimento econômico. Com uma oposição extremamente dividida, a campanha ocorreu em clima de relativa tranquilidade.

No primeiro semestre de 2007 foi concluída uma reforma constitucional. O Comitê Preparatório dos textos da revisão submeteu ao Presidente duas versões: uma com a supressão do Senado e outra sem esse dispositivo. As principais alterações no texto foram: o aumento dos poderes do Chefe de Estado (o direito de legislar por meio de medidas provisórias em caso de “urgência” ou de “catástrofe” e o de exercer maior controle sobre o judiciário, por passar a presidir o Conselho Superior da Magistratura); a supressão das seis províncias autônomas; a retirada dos princípios da laicidade do Estado, do humanismo e da ecologia do preâmbulo da Carta; a inclusão do inglês como idioma oficial; a modificação do direito de greve para incluir o princípio da continuidade do serviço público e das necessidades fundamentais e de segurança da nação; a afirmação, para a aceitação de candidatura presidencial, da exigência de nacionalidade malgaxe, por parte de pai e mãe, bem como de moradia no país por pelo menos seis meses antes da apresentação oficial da candidatura (“emenda Ratsiraka”); a ausência dos parlamentares nas sessões legislativas passaram a ser punidas com o não-pagamento dos jetons; a redução do mandato dos senadores para 5 anos; e a perda da imunidade dos parlamentares em matéria criminal.

A reforma foi submetida a referendo em 4 de abril e aprovada por 75% dos votos válidos. Cabe ressaltar, contudo, que a participação do eleitorado foi baixa (43,72%), afetada também pelas fortes chuvas que caíram na maior parte do país no dia da votação. A maioria dos partidos da oposição boicotou o referendo. A nova Carta foi sancionada pelo Presidente Marc Ravalomanana em 27 de abril de 2007.

A atual crise política

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o Governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a “renúncia” forçada do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma “Autoridade Nacional de Transição” (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo Governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores – os três ex-Presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador em nome da SADC. Em agosto, a mediação da SADC levou à assinatura, em Maputo, de acordo básico sobre a transição política, prevista para durar o tempo máximo de 15 meses, ao final do qual seriam realizadas eleições presidenciais e

legislativas, "sob supervisão internacional", que conduziriam ao restabelecimento do Estado de direito no país.

Durante a segunda rodada de negociações para a solução da crise política malgaxe, no entanto, a equipe de mediação não logrou obter consenso entre os quatro movimentos políticos sobre a divisão dos principais cargos do futuro governo de transição. Em setembro, Rajoelina formou, unilateralmente, governo de transição.

Novos esforços em busca de uma solução consensual para a partilha de poder foram conduzidos pelo Grupo Internacional de Contato (GIC, formado por ONU, União Africana e Organização Internacional da Francofonia), em reuniões em Antananarivo (outubro) e em Adis Abeba (novembro).

Em Adis Abeba, foi assinado Ato Aditivo ao Acordo de Maputo, consagrando o princípio da divisão igualitária dos cargos e pastas, aceito por Rajoelina, em contrapartida à confirmação de seu nome como Presidente da Transição. Significativamente, o documento firmado em Adis Abeba apenas distribuiu os cargos de modo quantitativo e não determinou a qual grupo caberia cada pasta ministerial.

A exemplo de iniciativas anteriores, os entendimentos alcançados em Adis Abeba não prosperaram. Atos públicos de Rajoelina demonstravam a sedimentação da tomada unilateral de poder. O Acordo de Maputo foi formalmente revogado em 18/12/09 pela HAT, ocasião em que se publicou decreto de reorganização da "Transição para a Quarta República".

O impasse no país comprometeu sua participação no âmbito das Nações Unidas. As delegações de Zâmbia e Tanzânia, em nome do grupo africano, solicitaram a rejeição das credenciais da delegação de Madagascar, pedido corroborado pela delegação da África do Sul, sob a justificativa de que os Acordos de Maputo e Adis Abeba não haviam sido implementados. Em 22/12/2009, o plenário da AGNU aprovou o relatório do Comitê de Credenciais que adiou a consideração das credenciais de Madagascar.

A condenação da comunidade internacional diante do não cumprimento dos Acordos manteve-se visível. O Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, em visita a Antananarivo em janeiro/2010, manifestou insatisfação quanto às medidas unilaterais do governo Rajoelina. Cúpula da SADC rejeitou a convocação de eleições para março daquele ano, bem como a adoção de qualquer medida que contrariasse as determinações do Acordo de Maputo e seu Ato Aditivo. A União Africana, a SADC e o GIC agiram em coesão, não reconhecendo o governo da HAT sob alegações de que não cumpria as determinações dos Acordos.

Em fevereiro de 2010, passaram-se a observar fissuras na base de sustentação do HAT, especialmente no processo de escolha dos candidatos para as eleições, tidas como inaceitáveis pelo Parlamento Europeu e pelos EUA em função de contrariarem os Acordos de Maputo. Em 19/02/2010, a Comissão para a Paz e Segurança da UA deu prazo até 16/3 para que o governo de fato tomasse medidas claras para garantir a plena conformidade com os acordos de Maputo e Adis Abeba, e a soma da pressão internacional ao desgaste interno pareciam estar surtindo algum efeito.

Em 28/04/2010, mediadores lograram reunir Andry Rajoelina, Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy em Pretória, em evento conhecido como "reunião da última chance", no qual teria sido apresentada proposta redigida pela França, prevendo a criação de um parlamento. Diante de continuado impasse e da manutenção da intransigência de Rajoelina no retorno a Madagascar, as Forças Armadas malgaxes deram ao Presidente *de facto* um ultimato, exigindo uma saída para a crise até o final de abril, incluindo data para realização de eleição com reconhecimento internacional. A despeito de não ser definida consequência concreta para o não-cumprimento das exigências, os militares conseguiram que Rajoelina se comprometesse a considerar os resultados de Pretória na gestão da transição.

No plano internacional, a UA impôs proibição a quaisquer viagens a seus países aos indivíduos das instituições envolvidas no Governo *de facto*. Bruxelas, por sua vez, decidiu suspender o apoio orçamentário, à exceção da assistência humanitária, contribuindo para a piora da situação econômica já deteriorada do país.

Em 26/06/2010, no aniversário de 50 anos da independência de Madagascar, a crise política ainda não havia sido solucionada. O Governo *de facto* seguia mostrando-se pouco disposto a acatar as iniciativas propostas pela mediação internacional. O governo da HAT persistia em levar Marc Ravalomanana a julgamento no país, o que impediria que o Presidente deposto participasse das eleições. Rajoelina, por sua vez, surpreendeu, ao declarar em discurso televisivo, que tampouco seria candidato.

Em 30/08/2010, o presidente deposto Marc Ravalomanana foi condenado à revelia à prisão perpétua e a trabalhos forçados, pela sua alegada responsabilidade em "massacre" ocorrido em 7 de fevereiro de 2009. O governo *de facto* alegou que Ravalomanana evadira-se de enfrentar a justiça em seu próprio país, o que daria plena legitimidade ao julgamento *in absentia*. Por um lado, não havia perspectiva de que a sentença pudesse ser executada, tendo em vista que o governo da África do Sul, onde Ravalomanana se encontrava, não tencionava colaborar com governo sem reconhecimento internacional. Por outro lado, a condenação prejudicou ainda mais o ambiente para a negociação entre as partes e, portanto, para a solução da crise.

Em 17/11/2010, a "Constituição da 4ª República" foi aprovada em referendo por 70,7% dos votantes. O texto incluiu previsão da diminuição da idade mínima para o exercício do cargo de Presidente de 40 para 35 anos, viabilizando eventual candidatura de Rajoelina, então com 36 anos, nas eleições previstas para maio de 2011.

No mesmo dia do referendo, grupo de oficiais liderados pelo General Noel Rakotonandrasana (que também liderou o golpe contra Ravalomanana) amotinou-se na Base Aérea de Ivato, declarando que "havam suspendido as instituições estabelecidas" e criando "uma comissão militar para gerir os negócios do país". Não lograram, contudo, angariar apoio, nem conseguiram prejudicar o referendo. Os amotinados ofereceram resistência, mas acabaram se entregando no dia 20/11/2010, sem que tenha havido feridos ou danos materiais. De todo modo, o episódio evidenciou fissuras existentes nas Forças Armadas malgaxes.

No plano internacional, a Comunidade Francófona, os EUA, a UE e a SADC apontaram para a falta de legitimidade do referendo, que não haveria contado

com a participação de todos os atores políticos, e se recusam a enviar observadores para as eleições programadas.

Apesar da tendência a enraizar-se como governo efetivo e angariar reconhecimento de fato, o regime de Rajoelina não dava mostras, ainda, de força para romper o impasse político e implementar agenda construtiva. Em contexto de incerteza, as eleições legislativas marcadas para março de 2011 foram adiadas *sine die* (sob a justificativa de que a atual Constituição proíbe a realização de eleições em tempo de chuva e furacões). O Governo da HAT seguia apresentando o referendo constitucional de novembro como evidência de legitimidade e desconsiderava qualquer proposta "inclusiva", que implicasse negociação com a oposição.

Em junho de 2011, Cúpula Extraordinária da SADC emitiu recomendação no sentido de alterar o "Mapa do Caminho" estabelecido pelo Acordo de Maputo, segundo a qual as Autoridades de Transição se comprometeriam com a criação, com a brevidade possível, das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana. O Conselho de Governo de Madagascar acatou a recomendação e emitiu comunicado que não indica possíveis datas para a realização de eleições, limitando-se a "reiterar que cabe a Madagascar, nação soberana, determinar seu calendário eleitoral". Missão da troika do Órgão da SADC sobre Cooperação em Assuntos Políticos, de Defesa e Segurança, ocorrida em Antananarivo entre os últimos dias 11 e 17 de setembro de 2011, viabilizou a assinatura, em 17/09/2011, do novo 'Mapa', no qual os grupos políticos malgaxes se comprometeram com a restauração da ordem constitucional no país, mediante a organização de eleições e o fim do exílio de Ravalomanana.

A partir do novo 'Mapa do caminho', avanços no restabelecimento da ordem política em Madagascar puderam ser observados. Em comunicado emitido em Reunião em dezembro de 2011, o Conselho de Paz e de Segurança da UA (CPSUA) felicitou as partes malgaxes pelos avanços nas negociações para encerrar a crise política no país. Mencionou-se a possibilidade de reintegrar Madagascar à UA e o MNE malgaxe confirmou intenção de realizar eleições no primeiro semestre de 2012. A designação consensual, de Jean Omer Beriziky, como Primeiro-Ministro; a formação do Governo de União Nacional; o retorno do ex-Presidente Didier Ratsiraka ao país e o estabelecimento de um Congresso de Transição e de Alto Conselho de Transição também sinalizaram para uma evolução positiva do contexto político nacional.

Em 21 de janeiro de 2012, porém, o Presidente deposto Marc Ravalomanana foi impedido de entrar em Madagascar, frustrando as expectativas otimistas que derivaram do acordo de setembro de 2011. Manifestantes pró-Ravalomanana, que esperavam o regresso do Presidente deposto no aeroporto de Antananarivo, teriam sido duramente reprimidos por forças policiais. O incidente do último é sintomático das dificuldades e desafios que persistem e que tornam incertas as perspectivas de reconciliação entre as diferentes facções políticas. Continua dessa forma adiada a implementação do acordado em setembro de 2011.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitaram suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido bastante ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro, tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela intensidade.

A política externa do governo do Presidente Marc Ravalomanana buscou reforçar as relações com os países interessados em ajudar no desenvolvimento de Madagascar, em especial os Estados Unidos (o país chegou a ser um dos maiores recipientes da “*Millenium Challenge Account*”). Procurou, igualmente, fortalecer as relações com países anglófonos, especialmente com a África do Sul, como meio de contrarrestar a tradicionalmente forte influência francesa. Em agosto de 2005, o país tornou-se oficialmente o 14º membro pleno da SADC.

O advento da crise política de 2009 alterou os rumos da política externa malgaxe. Em 25 de setembro daquele ano, o plenário da Assembleia Geral da ONU impediu a intervenção, no Debate-Geral, do autoproclamado “Presidente da Alta Autoridade Transição” de Madagascar, Andry Rajoelina, com base em questão de ordem levantada pelo Chanceler da República Democrática do Congo, em nome dos países SADC e da União de Comoros. A cassação da palavra de Rajoelina representou êxito para a estratégia da SADC de pressionar o Governo *de facto* a honrar os compromissos assumidos nos acordos de Maputo e garantir o estabelecimento de um governo de união nacional.

A União Africana e, sobretudo, a SADC tem participado ativamente das negociações com vistas à normalização da política interna em Madagascar. (ver item “Política interna/A atual crise política”)

ECONOMIA

Conjuntura econômico-comercial

No ano passado, o PIB do país cresceu cerca de 1%, somando US\$ 9,86 bilhões. Estimativas apontam crescimento médio real em torno de 4% ao ano, no biênio 2012-2013. A renda per capita do país, segundo dados do Banco Mundial, é baixa, cerca de US\$ 500,00 e a expectativa de vida é de 66 anos.

A economia do país é baseada na agricultura, na criação de gado e na pesca. O setor agrícola ocupa aproximadamente 70% da força de trabalho da ilha e a agricultura carece de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores. Os principais produtos agrícolas são arroz e café, seguidos por outras culturas menos relevantes: cana-de-açúcar, mandioca e banana. No entanto, com população estimada em cerca de 21,3 milhões de habitantes, Madagascar não é autossuficiente na produção de alimentos, dependendo de importações para abastecer o mercado local.

O país é dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política, no início de 2009, por volta da metade das receitas governamentais provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional em Madagascar. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos Estados Unidos, foi igualmente prejudicado. Esse quadro aumenta os riscos de insegurança alimentar, motivo pelo qual o governo prevê, no orçamento de 2012, maiores estímulos à agricultura local.

O turismo internacional vem ganhando importância econômica. Em 2011, segundo estimativa da *"The Economist Intelligence Unit"* (EIU), cerca de 210 mil turistas estrangeiros visitaram Madagascar.

Na indústria de mineração merecem destaque as reservas de níquel, titânio e cobalto. Projetos de extração industrial de níquel refinado e de cobalto deverão entrar em fase operacional ainda no biênio 2012-2013, na Mina Ambatovy. A produção estimada de níquel é de 60 mil toneladas/ano e a de cobalto de seis mil toneladas/ano. Estão em andamento prospecções de petróleo e de gás.

A inflação tem-se mantido, nos últimos cinco anos, em torno de 9%, com viés de baixa a partir do ano passado, cuja estimativa é de que tenha encerrado em 7,8%, de acordo com a EIU. Não há estatísticas consistentes sobre o nível de desemprego do país. Esforços arrecadatórios têm contribuído para melhorar a situação fiscal do país tem melhorado. Desse modo, o Governo espera fechar 2012 com pequeno déficit (cerca de -0,5% do PIB), seguido, em 2013, por superávit da ordem de 2% do PIB.

No âmbito do comércio exterior, as exportações do país são limitadas, registrando, em 2010, a cifra de US\$ 1,1 bilhão. No último quinquênio, as vendas externas do país mantiveram-se praticamente estagnadas. No período compreendido entre janeiro e agosto de 2011, últimos dados disponíveis, as exportações limitaram-se a US\$ 847 milhões. Registre-se que, recentemente, as exportações, sobretudo de têxteis, têm sido prejudicadas por conta da perda de privilégios de acesso de produtos malgaxes ao mercado estadunidense, no âmbito do AGOA - African Growth and

Opportunity Act, em vista das repercussões da crise política interna. Os principais destinos, em 2010, para os produtos malgaxes foram França (27%); Estados Unidos (9,4%); China (8,7%); Países Baixos (6,6%) e Alemanha (5,7%); e os principais produtos da pauta ofertada foram artigos de vestuário (27,9%); máquinas mecânicas (7,0%); peixes e crustáceos (7,0%); minérios (6,3%); café (6,3%).

As importações totais do país poderão exibir alguma tendência de crescimento, tendo em vista as necessidades de aquisição de bens de capital, por conta dos projetos no setor mineral. Em 2010, as importações malgaxes somaram US\$ 2,8 bilhões. Naquele ano, os principais fornecedores de Madagascar foram China (15,4% do total); França (12,0%); África do Sul (6,8%); Bareine (4,8%); Estados Unidos (4,5%). Prevaleram as compras de máquinas e aparelhos mecânicos (15,6%), combustíveis e lubrificantes (15,2%), produtos da cadeia têxtil (11,0%), máquinas elétricas (7,8%), obras de ferro e aço (6,0%).

A balança comercial do país é fortemente deficitária, em média (-)18% do PIB. Em 2010, o saldo negativo das transações comerciais malgaxes foi de US\$ 1,7 bilhão. Dados preliminares relativos ao período de janeiro a agosto de 2011 indicam que o déficit contabilizado foi da ordem de US\$ 1,2 bilhão.

Agricultura

A agricultura garante a subsistência da maioria dos malgaxes e contribuiu com 26,8% do PIB em 2007. Cerca de metade das terras em Madagascar são cultiváveis, mas apenas 5% são utilizadas e a produtividade é baixa devido à falta de irrigação. A comercialização dos produtos é prejudicada pelas dificuldades de transporte e pela falta de acesso a crédito agrícola. Ciclones e inundações periódicos afetam a produção nas áreas do norte e leste do país, enquanto que as secas afetam o sul. O alimento de base é arroz, que constitui 70% da produção agrícola e cujo cultivo predomina na região de Alaotra, ao sul. Esforços para alcançar a autosuficiência vem sendo prejudicados pela utilização de técnicas de cultivo tradicional e pouco uso de insumos.

Energia

O setor petrolífero de Madagascar passa por processo de grande expansão, devido às reservas descobertas na última década. O país tem tentado atrair, nos últimos anos, investidores estrangeiros dispostos a investir em seus blocos *on-shore* e *off-shore*, contudo, a instabilidade política e as incertezas acerca da viabilidade econômica dos blocos petrolíferos têm afastado potenciais investidores. De concreto, foi acordada a aquisição, pela empresa francesa Total, de 60% do projeto de areias betuminosas em Bemolanga, com estimativa de extração de 10 bilhões de barris de petróleo. A empresa pretende realizar perfurações no valor total de USD 170 milhões.

Na expectativa do sucesso da prospecção petrolífera, o Governo de Madagascar revisou as atribuições do OMNIS, o Escritório de Minas Nacionais e de

Indústrias Estratégicas, criando a companhia nacional de petróleo de Madagascar, a qual atua em parceria com as empresas estrangeiras na prospecção e produção de petróleo em Madagascar. O OMNIS passou a atuar como agência reguladora, supervisionando os contratos.

Com o início da produção de petróleo, ganhou importância a cooperação do país com a Noruega. Madagascar recebe, desde 2005, assistência técnica da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), por meio do Programa “Petróleo para o Desenvolvimento”. O Programa busca auxiliar na organização dos setores de petróleo e gás do país, com o intuito de fortalecer as instituições governamentais relacionadas à exploração de hidrocarbonetos.

Madagascar não possui reservas de gás natural nem tampouco faz uso desse recurso em sua matriz energética.

Ao longo dos últimos anos, Madagascar tem desenvolvido diversas iniciativas para a produção de bioenergia, tanto em parceria com organizações internacionais (PNUD) e ONGs (WWF) quanto por projetos de empresas estrangeiras. No que se refere aos biocombustíveis, foi concedida, em dezembro de 2007, a primeira licença ambiental para a construção de usina de produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, em projeto da empresa "Jason World Energy".

Com vistas a superar a dependência da importação de petróleo, há expectativa, por parte do Governo malgaxe, de que o País se torne importante produtor de energia renovável, no quadro de suas políticas de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, em 2009 o Estado malgaxe anunciou sua intenção de estabelecer programa para disseminar a produção, distribuição e utilização do etanol como combustível. Para tanto, o Ministério do Meio-Ambiente, Florestas e Turismo (MEFT) iniciou estudo de impacto ambiental de projetos alcooleiros de grande escala nas localidades de Vatomandry e Ambositra, tradicionais produtoras de rum.

A produção voltada para biocombustíveis se concentra nas plantações de *jatropha* (pinhão-mansão), planta especialmente adaptada às condições locais devido à sua capacidade de se desenvolver em áreas consideradas impróprias para o cultivo agrícola. Em fins de 2009, a empresa italiana Tozzi Renewable Energy (TRE), deu início ao empreendimento "Madagascar Jatropha Project", com investimento previsto de USD 300 milhões na plantação de mais de 100 mil hectares de *jatropha*, com vistas à produção de biodiesel. A TRE é a terceira empresa a entrar no ramo do pinhão-mansão na região de Atsimo Andrefana, juntando-se à GEM (Green Energy Madagascar) e à MMR (Madagascar Minerals Ressources). A título de comparação, a empresa australiana Green Energy Madagascar (GEM) assegurou o direito de uso sobre cerca de 490 mil hectares em Madagascar, onde tem desenvolvido grandes plantações de *jatropha* para a produção de biodiesel.

Investimentos Estrangeiros Diretos em Madagascar

De acordo com a UNCTAD, os ingressos anuais de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em Madagascar atingiram valor recorde de US\$ 1,1 bilhão

em 2008. Esses investimentos apresentaram queda expressiva em 2009 e 2010, encerrando o último ano em US\$ 860 milhões.

A queda nos influxos de IED poderia ser explicada, em parte, pelos efeitos da crise econômica mundial. De acordo com o portal *African Economic Outlook*, essa situação é agravada pela crise política pela qual o país está passando desde 2009. Os investidores estrangeiros teriam preocupações quanto à validade legal dos contratos e concessões assinadas com o atual governo, bem como quanto à possível revisão dos contratos assinados com o governo anterior.

Por razões históricas, a França é o principal investidor em Madagascar. Merecem destaque também as Ilhas Maurício, China e os EUA como grandes investidores no país. A UNCTAD estimou o estoque de IED em Madagascar em US\$ 4,4 bilhões no ano de 2010.

Oportunidades para Investimentos Estrangeiros em Madagascar

O Governo de Madagascar simplificou os procedimentos para estabelecer e conduzir negócios no país, com a finalidade específica de encorajar investidores estrangeiros. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Madagascar considera que os setores com maior potencial para atração de investimentos estrangeiros são turismo, *agrobusiness*, mineração, indústria elétrica, infraestrutura e tecnologias da informação e comunicação.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas oficialmente em 7 de outubro de 1996. Desde então, o Brasil mantém Embaixada cumulativa com a Missão em Maputo. Há boas possibilidades de intensificação das relações bilaterais.

Em virtude do comparecimento de representante brasileiro à Conferência de Solidariedade (abril de 2008), durante a qual foi apresentada a situação de Madagascar após ser atingida pelo ciclone Ivan, a Missão do Brasil em Adis Abeba recebeu a visita de agradecimento do Embaixador malgaxe acreditado junto a Etiópia. Naquela ocasião, o diplomata comunicou o interesse no estabelecimento de cooperação bilateral, tendo identificado as seguintes áreas como prioritárias: 1) a transferência de tecnologias disponíveis no campo das energias renováveis, tendo em vista a total dependência daquele país da importação de petróleo e 2) integração do território de Madagascar ao acesso das imagens de sensoriamento remoto emitidas pelo satélite CBERS III, com vistas, sobretudo, ao monitoramento e prevenção de ciclones. As solicitações foram formalizadas por nota verbal.

A primeira atividade de cooperação técnica bilateral Brasil-Madagascar teve lugar entre 13 e 29 de setembro de 2008, no âmbito da parceria ABC/ JICA (Programa JBPP). Delegação de seis profissionais de saúde malgaxes participaram de curso de treinamento em saúde materno-infantil no Brasil, com vistas à melhoria dos serviços de saúde materno infantil e neonatal em Madagascar. O curso incluiu visitas e treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), além de maternidades em Caruaru (PE) e em São Sebastião (DF).

Em julho de 2009, representante de Madagascar, Eric Beantanana, esteve presente no Seminário de Alto Nível sobre o Papel dos Investimentos Públicos na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social, realizado no Rio de Janeiro.

Novamente no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP), técnicos malgaxes da área de saúde visitaram, em Belo Horizonte, entre 10 e 31 de outubro de 2009, o Hospital Sofia Feldman, referência em saúde materno-infantil, com o objetivo de melhorar o atendimento nessa área, em Madagascar.

Relações comerciais

Em 2011, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 22,9 milhões, retração de 18,7% em relação ao ano anterior. Madagascar é o 34º parceiro comercial do brasileiro no continente africano. O fluxo comercial é majoritariamente composto por exportações brasileiras do Brasil, que importa muito pouco do país africano.

As exportações brasileiras para Madagascar sofreram retração de 21,7% no ano passado, limitando-se a US\$ 21,9 milhões, equivalentes a 0,18% das vendas do País para a África.

Esse quadro contrasta com a evolução das exportações brasileiras para a África que, em 2011, aumentaram 31,9%. Na pauta de exportações do Brasil, prevalecem produtos manufaturados, que, em 2011, corresponderam a 81% do total.

Os principais produtos da pauta em 2011 foram: açúcar (81%); carnes (9,8%); óleos vegetais (7,9%); veículos automotores (0,9%). Tendo em vista a concentração da pauta em açúcar, a queda no fluxo total de exportações foi causada pela redução das vendas desse produto entre 2010 e 2011, de US\$ 25,5 milhões para 16,8 milhões.

As importações brasileiras originárias de Madagascar, em 2011, foram de US\$ 1,0 milhão, sendo os principais itens demandados pelo Brasil: minérios (47,4%); instrumentos de precisão (23,3%); máquinas e aparelhos elétricos (9,7%).

Em suma, no ano passado, a balança comercial bilateral foi superavitária para o Brasil em US\$ 20,9 milhões, repetindo 23 anos de saldo favorável para o lado brasileiro.

Investimentos brasileiros

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros em Madagascar. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos de Madagascar no Brasil.

O presidente Ravalomanana demonstrava interesse, desde 2005, de estreitar os vínculos com o Brasil, em especial na área do desenvolvimento econômico, incluindo agro-indústria (complexos soja e sucroalcooleiro e biodiesel) e mineração, aí incluindo o setor petrolífero. A Petrobras, antes reticente a entrar no país, já deu indicações de interessar-se na pesquisa de petróleo em Madagascar.

Haveria espaço para as construtoras brasileiras no país, em particular no programa de recuperação da malha viária e do interesse na construção de hidrelétricas.

Atos bilaterais

Até o momento, não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e Madagascar.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos de Madagascar sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Assistência consular

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar. O Setor Consular da Embaixada em Maputo, Moçambique, detém a jurisdição consular brasileira para o país.

ANEXOS

Cronologia Histórica de Madagascar

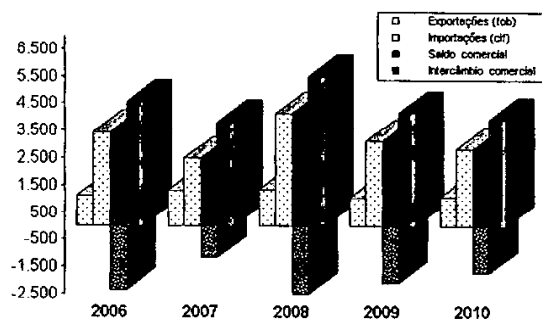
Década de 1880 a 1905: a França consolida seu domínio sobre Madagascar.
1910-20: Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946: Madagascar se torna Território Ultramarino.
26/06/1960: Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975: O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeada República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito Presidente.
1992: Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993: Albert Zafy eleito Presidente.
1996: Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à Presidência.
Maior de 2001: Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001: Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.
Fevereiro de 2002: Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002: A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002: Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002: O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004: O BM e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US\$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006: Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007: O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento.
Novembro de 2007: Projeto de mineração de níquel em Tamatave, estimado em US\$ 3,3 bilhões. A mina é considerada a maior do mundo.
Março 2009: Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).

Indicadores Econômicos e Comerciais

MADAGASCAR: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	1.116	1.320	1.348	1.053	1.100	847
Importações (cif)	3.451	2.492	4.144	3.127	2.824	2.090
Saldo comercial	-2.335	-1.172	-2.795	-2.075	-1.724	-1.243
Intercâmbio comercial	4.566	3.812	5.492	4.180	3.924	2.937

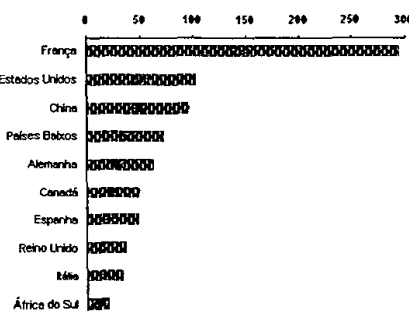
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012



O comércio exterior de Madagascar apresentou, em 2010, decréscimo de 14% relação ao ano de 2006, passando de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 2,9 bilhões. No ranking do FMI, Madagascar figurou como o 149º mercado mundial, sendo o 146º exportador e o 144º importador.

MADAGASCAR: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
França	295	26,8%	245	28,9%
Estados Unidos	103	9,4%	57	6,8%
China	96	8,7%	62	7,3%
Países Baixos	72	6,6%	22	2,7%
Alemanha	63	5,7%	59	7,0%
Canadá	49	4,5%	39	4,6%
Espanha	48	4,4%	30	3,6%
Reino Unido	37	3,3%	26	3,1%
Itália	34	3,1%	18	2,1%
África do Sul	20	1,8%	15	1,8%
...				
Brasil	0,2	0,02%	0,4	0,05%
Subtotal	816	74,2%	575	67,9%
Outros países	284	25,8%	272	32,1%
Total	1.100	100,0%	847	100,0%

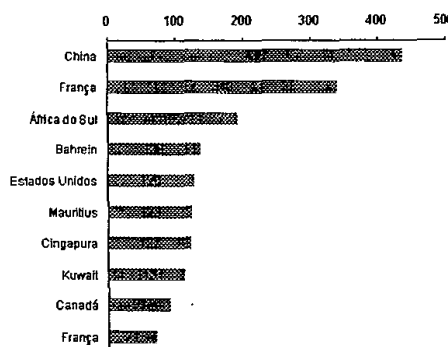


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

França é o principal exportador para Madagascar com 27% da pauta, os demais em destaques responderam por 74% e foram: Estados Unidos, China, Países Baixos, Alemanha, Canadá, Espanha, Reino Unido, Itália e África do Sul. O Brasil obteve o 63º lugar entre os destinos em 2010, participando com 0,02% do total.

MADAGASCAR: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
China	436	15,4%	360	17,2%
França	340	12,0%	277	13,2%
África do Sul	192	6,8%	136	6,5%
Bahrein	136	4,8%	102	4,9%
Estados Unidos	128	4,5%	41	2,0%
Mauritius	123	4,3%	97	4,6%
Cingapura	122	4,3%	113	5,4%
Kuwait	113	4,0%	95	4,6%
Canadá	91	3,2%	19	0,9%
França	71	2,5%	63	3,0%
...				
Brasil	31	1,1%	17	0,8%
Subtotal	1.781	63,1%	1.320	63,2%
Outros países	1.043	36,9%	770	36,8%
Total	2.824	100,0%	2.090	100,0%

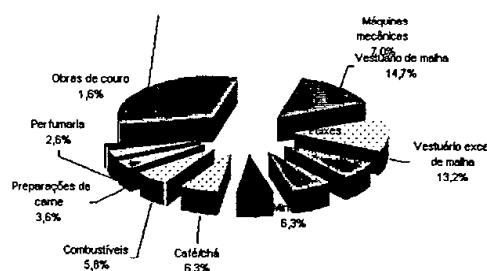


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Os dez principais compradores dos produtos de Madagascar em 2010 responderam por 62% da pauta com destaque para China e França que corresponderam com 28% do montante. O Brasil posicionou-se no 20º lugar, com 1,1% da demanda importadora do país.

MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2010 - US\$ milhões

Descrição	2010	% no total
Vestuário de malha	159	14,7%
Vestuário exceto de malha	142	13,2%
Máquinas mecânicas	76	7,0%
Peixes	75	7,0%
Minérios	68	6,3%
Café/chá	68	6,3%
Combustíveis	63	5,8%
Preparações de carne	39	3,6%
Perfumaria	28	2,6%
Obras de couro	18	1,6%
Subtotal	735	68,0%
Outros produtos	347	32,0%
Total	1.082	100,0%

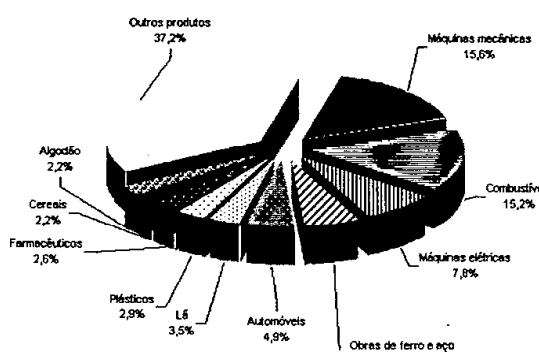


Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

As exportações de Madagascar são bem diversificadas. Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: vestuário (28%); máquinas mecânicas (7%); peixes (7%); minérios (6%); café/ chá (6%).

MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2010 - US\$ milhões

Descrição	2010	% no total
Máquinas mecânicas	398	15,6%
Combustíveis	386	15,2%
Máquinas elétricas	198	7,8%
Obras de ferro e aço	152	6,0%
Automóveis	124	4,9%
Lã	89	3,5%
Plásticos	74	2,9%
Farmacêuticos	66	2,6%
Cereais	56	2,2%
Algodão	56	2,2%
Subtotal	1.699	62,8%
Outros produtos	947	37,2%
Total	2.546	100,0%



Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

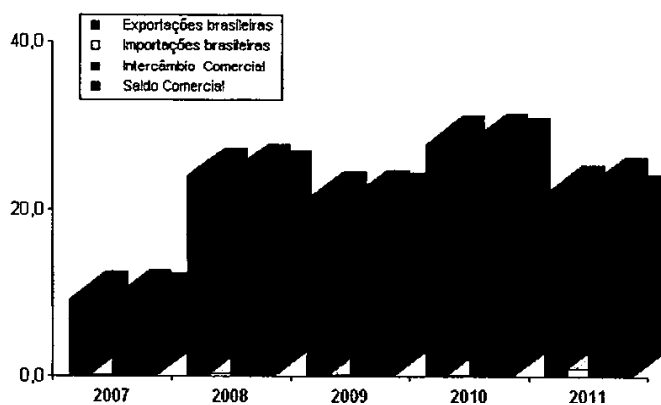
Os dez principais produtos importados por Madagascar em 2010 representam 63%. São eles: máquinas (16%); combustíveis (15%); máquinas elétricas (8%); obras de ferro e aço (6%); automóveis (5%); lã (4%); Plásticos (3%).

BRASIL-MADAGASCAR: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	9,2	24,1	21,2	27,9	21,9
Variação em relação ao ano anterior	41,5%	161,6%	-12,0%	31,7%	-21,5%
Importações brasileiras	0,2	0,3	0,2	0,2	1,0
Variação em relação ao ano anterior	-16,4%	69,1%	-49,0%	14,8%	395,0%
Intercâmbio Comercial	9,4	24,4	21,4	28,1	22,9
Variação em relação ao ano anterior	40,4%	159,6%	-12,5%	31,6%	-18,5%
Saldo Comercial	9	24	21	28	21

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Madagascar foi o 144º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 144%, passando de US\$ 9 bilhões, para US\$ 23 bilhões, sendo 138% nas exportações e 390% nas importações. A participação de Madagascar no comércio exterior brasileiro foi de 0,00% em 2011.

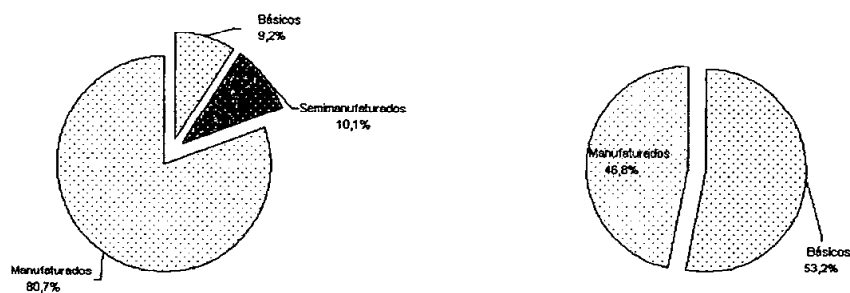


BRASIL-MADAGASCAR: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ bilhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	2,0	9,2%	0,5	53,0%
Semimanufaturados	2,2	10,1%	0,0	0,0%
Manufaturados	17,7	80,6%	0,5	46,7%
Total	21,9	100,0%	1,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para Madagascar são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 81% das vendas em 2011, com destaque para açúcar. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos e manufaturas representam a pauta em 2011.



BRASIL-MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Madagascar, 2011
			Valor	% no total	
Açúcar	17,8	25,5	16,8	81,4%	
Carnes	0,1	0,0	2,0	9,8%	
Gorduras	0,0	0,0	1,6	7,9%	
Automóveis	0,7	0,4	0,2	0,9%	
Subtotal	18,6	25,9	20,6	93,9%	
Outros produtos	2,6	2,0	1,3	6,1%	
Total	21,2	27,9	21,9	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleceexib

Açúcar foi o principal item nas vendas brasileiras para Madagascar, que representou 82% da pauta de 2011, seguido de carnes (10%) e gorduras (8%).

BRASIL-MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Madagascar, 2011
			Valor	% no total	
Minérios	0,00	0,00	0,47	47,4%	0,47
Instrumentos de precisão	0,00	0,08	0,23	23,2%	0,23
Máquinas elétricas	0,00	0,00	0,10	9,7%	0,10
Vestuário de malha	0,10	0,02	0,03	2,6%	
Subtotal	0,10	0,10	0,83	82,9%	
Outros produtos	0,08	0,10	0,17	17,1%	
Total	0,18	0,20	1,00	100,0%	

Elaboração pelo NRE/DP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexweb

As importações brasileiras originárias de Madagascar apresentaram alto grau de concentração em minérios (48%) da pauta em 2011, seguidos de instrumentos de precisão e máquinas elétricas (10%).

Aviso nº 541 - C. Civil.

Em 28 de março de 2012.

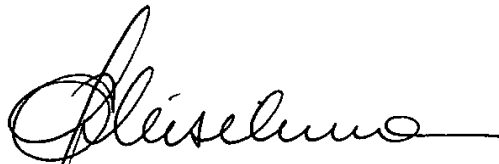
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/07/2012.

2

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 50, de 2012 (nº 301, de 28 de junho de 2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária do Brasil junto à União Europeia.*

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à União Europeia (UE).

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em atendimento a preceito regimental, a indicada nasceu em 14 de julho de 1946, no Rio de Janeiro (RJ). É filha de Clovis Barrouin Mello e Maria Lessa Barrouin Mello.

Foi admitida no Curso Preparatório da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco no ano de 1967. Frequentou, ainda, o Instituto no Curso de Altos Estudos (CAE), em 1996, quando defendeu tese intitulada “República Popular da China: reformas econômicas e relacionamento com o Brasil.”

Em 1968, titulou-se como Terceira-Secretária na carreira

diplomática. Tornou-se Segunda-Secretária em 1972. Por merecimento, tornou-se Primeira-Secretária em 1978, Conselheira em 1983, Ministra de Segunda Classe em 1990 e Ministra de Primeira Classe em 1998. Em 2011, passou a integrar o Quadro Especial da carreira.

Entre as funções desempenhadas pela diplomata, destacam-se a de Assistente na Divisão de Política Comercial (1980-83); Chefe da Divisão de Ásia e Oceania I (1983-86); Conselheira e Ministra-Conselheira na Embaixada em Washington (1986-91); Consulesa-Geral no Consulado-Geral em Miami (1991-95); Chefe do Departamento de Ásia e Oceania (1996-99); Embaixadora em Nova Délhi (1999-04); Embaixadora, cumulativa, no Nepal, Ilhas Maldivas e Sri Lanka (2000-04); Embaixadora no Vaticano e, cumulativa, junto à Ordem de Malta (2004-09); Subsecretária-Geral de Política I (2009 até o presente). Para além disso, chefiou inúmeras delegações brasileiras e recebeu várias condecorações ao longo de sua carreira.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a União Europeia. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos da UE, bem assim de sua política externa e econômica.

Contando com cerca de meio bilhão de habitantes, com aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e com 40% do comércio mundial de bens e serviços, a União Europeia é o maior e mais rico mercado global. No plano comercial, a União representa seus 27 Estados-membros em negociações comerciais internacionais. Assim o é tendo em conta sua Política Comercial Comum, de que resultou a celebração de dezenas de acordos de livre comércio. No momento atual, o bloco negocia acordos dessa natureza com Índia, Japão, Estados Unidos da América (EUA) e Mercosul. Em relação a esse, merece registro que foram formalmente relançadas em maio de 2010 as negociações visando um acordo de associação entre os dois blocos.

A coordenação na área econômica, entretanto, ainda não se reproduziu, de maneira integral, no campo político. Nesse domínio, não obstante as inovações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, percebe-se a adoção de posições divergentes dos membros da União em diferentes temas da agenda internacional. Há, ainda, dificuldades de implementação da chamada Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Dificuldades orçamentárias, ausência de coordenação efetiva nas ações e duplicação de esforços representam alguns dos desafios da PCSD. No tocante ao processo de ampliação, contam-se hoje cinco candidatos: Islândia, Turquia, Antiga República Iugoslávia da Macedônia,

Montenegro e Sérvia.

No momento presente, contudo, o maior desafio é assegurar a denominada “zona do euro”. A crise econômica que se abateu sobre a Europa revelou falhas no projeto de união monetária, tais como a ausência de harmonização das políticas fiscais. O remédio empregado até aqui para aplacar a crise é a adoção concomitante de medidas de austeridade e consolidação fiscal pela maioria dos países da zona do euro. O futuro dirá sobre o impacto dessas ações na retomada do crescimento econômico do bloco.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a hoje União Europeia tem longa história. Elas foram estabelecidas à época da Comunidade Econômica Europeia (CEE), no romper dos anos 1960. Formalmente, nossa delegação junto à CEE foi criada no final do governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Em 2010, a Missão passou a representar os interesses do país junto à União Europeia e à Comunidade Europeia de Energia Atômica.

O relacionamento bilateral é de inegável importância política e econômica para ambas as partes. Dessa forma, o comércio, tradicionalmente superavitário em favor do Brasil, atingiu em 2011 a cifra recorde de US\$ 99,3 bilhões. Exportamos o equivalente a US\$ 52,9 bilhões e importamos US\$ 46,4 bilhões. Trata-se, pois, do nosso principal parceiro comercial.

Ainda em relação ao intercâmbio comercial, é digno de nota a circunstância de o Brasil ocupar o quarto posto no fluxo de investimentos diretos europeus. Nesse quesito, estamos atrás, tão-só, dos EUA, da Suíça e do Canadá. Na mesma linha, convém registrar que nosso país tornou-se importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. Nesse item, somos o sexto maior investidor no bloco, na sequência de EUA, Suíça, Japão, Canadá e Noruega. O estoque acumulado de investimentos é de cerca de US\$ 80 bilhões.

No campo da cooperação em matéria de ciência, tecnologia e inovação, percebe-se grande potencial com perspectivas de incremento de ganhos de produtividade para a indústria de ambas as partes, mas, sobretudo, para o parque industrial brasileiro. Assim, merecem apoio os Fóruns Empresariais Brasil-UE, os Diálogos setoriais, as Cúpulas anuais da Parceria Estratégica, as reuniões ministeriais e o Diálogo Político de Alto Nível.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 50, DE 2012

(nº 301/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Os méritos da Senhora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de junho de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Figueiredo.

EM nº 00192/2012 MRE

Brasília, 25 de Maio de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre a União Europeia e *curriculum vitae* de VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00192 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

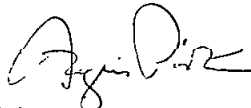
Brasília, 25 de maio de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre a União Europeia e *curriculum vitae* de **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO

CPF: 056.484.327-04

ID.: 2511 MRE

1946 Filha de Clovis Barrouin Mello e Maria Lessa Barrouin Mello, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1967 CPCD - IRBr

1996 CAE - IRBr, República Popular da China: Reformas Econômicas e Relacionamento com o Brasil

Cargos:

1968 Terceira-Secretária

1972 Segunda-Secretária

1978 Primeira-Secretária

1983 Conselheira

1990 Ministra de Segunda Classe

1998 Ministra de Primeira Classe

2011 Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1968-70 Divisão de Conferências, Organismos e Assuntos Gerais, Assistente e Subchefe

1970-71 Assessoria de Relações Internacionais da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Chefe

1971-74 Comissão Nacional de Energia Nuclear, Gabinete, Chefe, interina

1974-76 Embaixada no México, Segunda-Secretária

1976-80 Embaixada em Madri, Segunda e Primeira-Secretária

1980-83 Divisão de Política Comercial, assistente

1981 Reunião do Sub-Comitê Intergovernamental sobre Comércio entre Países em Desenvolvimento, Lubiana, Chefe de Delegação

1981 Reunião do Sub-Comitê Intergovernamental de Acompanhamento e Coordenação do Plano de Ação de Caracas sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento sobre Reservas Alimentares, Manila, Chefe de Delegação

1983-86 Divisão de Ásia e Oceania I, Chefe

1986 Divisão de Energia e Recursos Minerais, Chefe

1986 Reunião do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, Jacarta, Chefe de Delegação

1986-91 Embaixada em Washington, Conselheira e Ministra-Conselheira

1987 Sub-Grupo de Trabalho Brasil-Argentina sobre Salvaguardas Nucleares, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação

1990 Reunião do Comitê Executivo sobre o Protocolo de Montreal sobre Proteção da Camada de Ozônio, Montreal, Chefe de Delegação

1991-95 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral

1995-96 Secretaria de Imprensa, Chefe

1996-99 Departamento de Ásia e Oceania, Chefe

1997 I Reunião de Consulta Política Brasil-Coréia, Chefe de Delegação

1999-04 Embaixada em Nova Délhi, Embaixadora

2000-04 Embaixada no Nepal, Ilhas Maldivas, e Sri Lanka, Embaixadora, cumulativa

2001 Reunião do Comitê Executivo do Protocolo de Montreal, em Colombo, Chefe de Delegação

2002 Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Clima, Nova Délhi, Chefe de Delegação

2004-09 Embaixada no Vaticano, Embaixadora

2004-09 Embaixada junto à Ordem de Malta, Embaixadora, cumulativa

2009- Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretária-Geral

Condecorações:

1979 Ordem "Isabel la Católica", Espanha, "Lazo de Dama"
1980 Medalha da Ordem de "Mayo al Mérito", Argentina, Comendador
1984 Medalha da Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
1995 Medalha da Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz
1995 Medalha da Ordem do Mérito, Alemanha, Grã-Cruz
1996 Medalha da Ordem do Mérito, Itália, Grã-Cruz
1996 Medalha da Ordem da Coroa Preciosa, Japão, Borboleta
2002 Medalha do Pacificador, Brasil, Grã-Cruz
2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2007 Ordem de Pio IX, Vaticano, Grã-Cruz

Publicações:

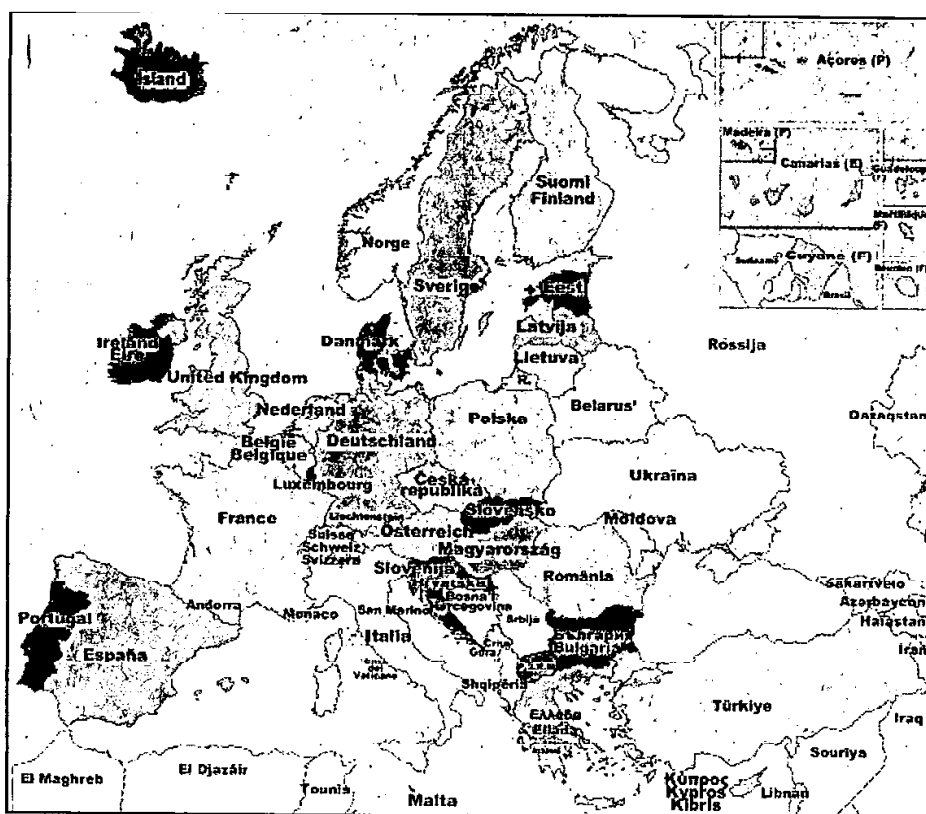
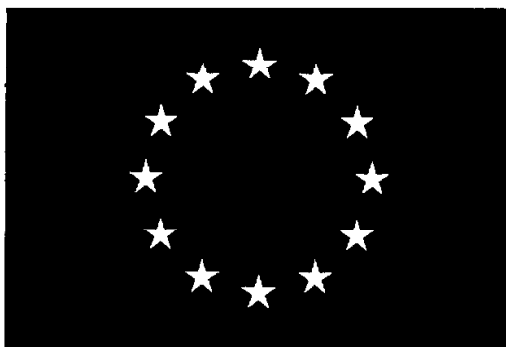
1982 O Brasil e o Diálogo Norte-Sul, Ed. na ESAF, Brasília
1998 China: Situação e Perspectiva. Fórum Nacional de 1998, in O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século, coord. João Paulo dos Reis Velloso, José Olympio Editora, Rio de Janeiro



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIÃO EUROPEIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Maio de 2012

ÍNDICE

1. DADOS BÁSICOS	3
2. PERFIS BIOGRÁFICOS	4
3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA.....	7
3.1. POLÍTICA INTERNA	7
3.1.1. A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA	7
3.1.2. A UNIÃO EUROPEIA	9
3.1.3. O TRATADO DE LISBOA	10
3.1.4. AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS	12
3.1.5. AS COMPETÊNCIAS COMUNITÁRIAS E A SOBERANIA NACIONAL.....	23
3.2. POLÍTICA EXTERNA	24
3.3. ECONOMIA	26
4. A MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA	30
5. RELAÇÕES BRASIL-UE.....	31
6. AMÉRICA LATINA-CARIBE E UNIÃO EUROPEIA	36
7. MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA	37
8. ATOS BILATERAIS FIRMADOS COM A UNIÃO EUROPEIA	38

1. DADOS BÁSICOS

PAÍSES-MEMBROS	Alemanha; Austria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Tcheca; Romênia; Suécia
PRINCIPAIS ÓRGÃOS	Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo); Conselho de Ministros; Parlamento Europeu; Comissão Europeia; Tribunal de Justiça da União Europeia
ÁREA	4.324.782 km ²
POPULAÇÃO (est. 2011)	502.503.966 habitantes
PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU	Herman Van Rompuy (Bélgica)
PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA (CE)	José Manuel Durão Barroso (Portugal)
ALTA REPRESENTANTE P/ RELAÇÕES EXTERIORES E POLÍTICA DE SEGURANÇA	Baronesa Catherine Ashton de Uppholland (Reino Unido)
PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UE	Dinamarca (PM Helle Thorning-Schmidt)
EMBAIXADOR JUNTO À UE EM BRUXELAS	Ricardo Neiva Tavares
EMBAIXADORA DA UE EM BRÁSILIA	Ana Paula Zacarias
PIB (est. 2011)	US\$ 17,69 trilhões (Brasil: US\$ 2,518 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2010)	US\$ 32,66 mil (Brasil: US\$ 10.710,00)
PIB PPP (est. 2011)	US\$ 15,39 trilhões (Brasil: US\$ 2,28 trilhões)
PIB <i>per capita</i> PPP (est. 2011)	US\$ 34 mil (Brasil: US\$ 11.600,00)

COMÉRCIO BRASIL-UE (US\$ bilhões FOB)

Fonte: MDIC

BRASIL-UE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (até março)
Intercâmbio	29,1	31,9	40,7	45,3	51,3	67,28	82,6	63,3	82,25	99,3	23,1
Exportações	15,6	18,8	24,7	27,0	31,1	40,4	46,4	34,0	43,13	52,9	11,4
Importações	13,5	13,1	16,0	18,2	20,2	26,7	36,2	29,2	39,12	46,4	11,6
Saldo	2,1	5,8	8,7	8,8	10,8	13,7	10,2	4,8	4,01	6,5	-0,18

2. PERSOAS BIOGRÁFICAS

HERMAN VAN ROMPUY

Presidente do Conselho Europeu

Nascido em 31 de outubro de 1947, na comuna flamenga de Etterbeek, na região de Bruxelas. É graduado em Filosofia Tomista (1968) e licenciado em Ciências Económicas (1971), com louvor, na Universidade Católica de Louvain. Iniciou sua carreira política em 1973, no CVP (Partido Flamengo Cristão), hoje CD&V (Cristãos Democratas Flamengos), atualmente no poder. Foi Ministro do Orçamento de 1993 a 1999, período em que conseguiu reduzir significativamente o déficit interno belga. Van Rompuy assumiu o cargo de Primeiro-Ministro da Bélgica em dezembro de 2008 e permaneceu na função por menos de um ano. Foi eleito, por unanimidade, em novembro de 2010, para a Presidência do Conselho Europeu, até maio de 2012, e teve seu mandato estendido, em março passado, até novembro de 2014.

JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO

Presidente da Comissão Europeia

Nascido em Lisboa, em 23 de março de 1956. Político e professor, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa; obteve o Diploma de Estudos Europeus e Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Genebra. Foi Subsecretário do Ministério dos Assuntos Internos, em 1985, e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1992. Foi nomeado Primeiro-Ministro de Portugal, cargo que exerceu até julho de 2004, quando assumiu as funções de Presidente da Comissão Europeia.

CATHERINE ASHTON

Alta Representante para Política Exterior e de Segurança da União Europeia e Vice-Presidente da Comissão Europeia

Nascida em 20 de março de 1956. Graduou-se em Ciências Económicas e em Sociologia na Universidade de Londres, em 1977. Exerceu diversos cargos na administração pública britânica nas áreas de educação e saúde. Em junho de 2001, foi nomeada Subsecretária de Estado no Ministério da Educação e, em maio de 2007, no Ministério da Justiça. Em 28 de junho de 2007, foi designada por Gordon Brown para o cargo de Líder da Câmara dos

Lordes, tendo sido responsável pela aprovação do Tratado de Lisboa naquela casa parlamentar. Em 2008, foi nomeada Comissária de Comércio da União Europeia. Em 19 de novembro de 2009, por decisão consensual dos Chefes de Estado europeus, foi nomeada Alta Representante para Política Exterior e de Segurança da União Europeia. Acumula o cargo de Vice-Presidente da Comissão Europeia. Tem título nobiliárquico de Baronesa Catherine Ashton of Upholland.

MARTIN SCHULZ, Presidente do Parlamento Europeu

Nascido em 20 de dezembro de 1955 em Hehlrath, cidade alemã próxima das fronteiras com os Países Baixos e a Bélgica. Iniciou a sua carreira política aos 19 anos, no Partido Social-Democrata alemão. Com 31 anos tornou-se o mais jovem presidente de câmara de Würselen (Renânia do Norte-Vestefália), cargo que exerceu durante 11 anos. Deputado no Parlamento Europeu desde 1994, Martins Schulz foi líder da delegação de socialistas alemães desde 2000, havendo ocupado simultaneamente o cargo de Vice-Presidente dos eurodeputados socialistas ao Parlamento Europeu. Em 2004, foi eleito líder do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, função que desempenhou até a eleição para a Presidência do Parlamento Europeu em janeiro de 2012. Exercerá o cargo de Presidente do Parlamento Europeu até as eleições europeias de junho de 2014.

3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA

3.1. POLÍTICA INTERNA

3.1.1. A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA

O projeto de integração europeia nasceu do desejo de evitar a repetição das dificuldades econômicas e nacionalismos exacerbados que levaram às duas Grandes Guerras do Século XX. Além disso, a integração apresentou-se como forma de preservar o prestígio e autonomia decisória da Europa no contexto de crescente rivalidade entre as superpotências a partir da década de 1950.

Entre as primeiras iniciativas de relevo no sentido de maior unidade entre os países europeus está o Conselho da Europa, criado pelo Tratado de Londres, de 1949. O novo organismo, em seus primeiros anos, e em boa parte por pressão do Reino Unido, não foi capaz de ir além de declarações vagas sobre objetivos políticos comuns, muito aquém do tipo de instituição federal almejada pelos entusiastas da integração europeia.

Nesse contexto, alguns líderes europeus, entre os quais se destacam Jean Monnet, empresário com experiência na área de planejamento econômico, e Robert Schuman, Ministro das Relações Exteriores da França, decidiram relançar o processo de integração. A ideia era avançar em bases pragmáticas e paulatinamente, de modo a obter ganhos concretos sem despertar resistências de forças políticas adversas à integração.

Partindo da constatação de que o cerne da tensão política na Europa Ocidental consistira na rivalidade franco-alemã, e ciente de que a participação da Alemanha era imprescindível para a reconstrução europeia, Monnet propôs a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O plano era submeter o controle desses produtos, a base do desenvolvimento industrial europeu e em particular da indústria bélica, ao controle de entidade supranacional, capaz de fixar preços, reduzir tarifas e abolir subsídios.

O plano foi acolhido por Schuman, que o apresentou em conferência de imprensa realizada em 9 de maio de 1950, na qual enunciou abertamente o objetivo de construir uma federação europeia. O Tratado de Paris, que criou a CECA, foi assinado em 1951 e entrou em vigor no ano seguinte. Os participantes incluíam tanto a Alemanha e Itália, perdedoras na Segunda Guerra Mundial, quanto os países do “Benelux” (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), objeto da agressão militar alemã, além da França, que lograra identificar-se com o lado vencedor.

O impulso gerado pela Declaração Schuman levou a outras duas iniciativas mais ambiciosas, que se revelaram prematuras: a Comunidade de Defesa Europeia (cujo tratado fundador foi assinado pelos seis integrantes da CECA, mas não foi ratificado, em razão do temor francês a respeito do rearmamento alemão) e a Comunidade Política Europeia (cujo plano foi abandonado após o fracasso da Comunidade de Defesa).

O malogro dessas iniciativas na área política e de defesa levou à necessidade de retomar o processo de integração europeu no campo econômico e comercial. Em 1955, o Benelux apresentou proposta de “estabelecimento de uma Europa unida pelo desenvolvimento de instituições comuns, a fusão progressiva das economias nacionais, a criação de um mercado comum e a harmonização paulatina de políticas sociais”.

As negociações que se seguiram levaram à assinatura, em março de 1957, dos Tratados de Roma, que criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica, (EURATOM). Ratificados pelos seis Estados-membros – Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos –, entraram em vigor em janeiro de 1958.

O Tratado sobre o Estabelecimento da Comunidade Econômica Europeia previu a criação de um mercado comum no prazo de doze anos, por

meio da eliminação gradual de todas as restrições sobre o comércio interno, o estabelecimento de tarifa externa comum, a redução de barreiras para o livre movimento de pessoas, capital, bens e serviços entre os Estados-membros, o desenvolvimento de políticas agrícola e de transportes comuns e a criação do Fundo Social Europeu e do Banco Europeu de Investimentos. A EURATOM, por sua vez, nasceu com o objetivo de criar um mercado comum para energia atômica, mas estava destinada a ser parceiro menor entre as instituições europeias, com ênfase em atividades de pesquisa.

Cada uma das três comunidades contava com uma Comissão, com funções executivas, um Conselho de Ministros e uma Corte de Justiça, que foram unificados em 1965. Além disso, as Comunidades Europeias também contavam com uma Assembleia Parlamentar que, a partir de 1962, passou a ser chamada de Parlamento Europeu.

Do controle da produção do carvão e do aço, que fora a matéria-prima da indústria de guerra, à criação, em 1968, de uma união aduaneira, o avanço foi significativo. Não obstante, o prazo estabelecido pelo Tratado de Roma para a entrada em funcionamento do mercado comum deixou de ser cumprido.

Nos anos 80, foi dado novo impulso à criação do mercado comum, com a aprovação do Ato Único Europeu, que foi assinado em 1986 e entrou em vigor em 1987. O documento reuniu a atuação das três comunidades, que passaram a ser conhecidas como Comunidades Europeias. As reuniões de Chefes de Estado e de Governo, no âmbito do Conselho Europeu, ganharam "status" jurídico.

O Ato Único traçou o objetivo de completar todos os requisitos para a entrada em operação do mercado comum em 31 de dezembro de 1992. Para facilitar a adoção das mais de 300 novas medidas necessárias à eliminação das barreiras físicas, fiscais e técnicas entre os Estados-membros, foram adotadas transformações institucionais, em particular a generalização das decisões por maioria qualificada.

Além disso, as instituições comunitárias receberam competências sobre áreas não contempladas no Tratado de Roma, como meio ambiente, pesquisa e desenvolvimento e política regional. O Ato Único Europeu também criou marco formal para a cooperação na área de política externa, a qual era levada a cabo, desde 1970, de forma voluntária, no contexto de reuniões dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados-membros.

O estabelecimento do mercado comum extinguiu todas as demais barreiras técnicas ao comércio resultantes de legislações nacionais, permitindo o livre movimento de bens, serviços e capital entre os então doze Estados-membros. O território dos doze passou a ser equivalente, para fins de comércio interno e externo, ao de um único país.

3.1.2. A UNIÃO EUROPEIA

A queda do muro de Berlim e a reunificação alemã modificaram profundamente o contexto geopolítico em que se havia desenvolvido o processo de integração europeia desde os anos 1950.

O ressurgimento da Alemanha como Estado unificado, indiscutível potência econômica e demográfica do continente, despertou receios em outros países, em particular a França. Nesse contexto, adotou-se para a unificação alemã a mesma solução que permitira o retorno daquele país ao seio da comunidade internacional nos anos 40 e 50: sua inserção em processo reforçado de integração regional.

Com a previsão da entrada em vigor do mercado comum no final de 1992, havia a percepção de que o passo seguinte seria a união monetária, assim como passos mais ousados na direção da união política. Essas medidas foram contempladas no Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht, assinado em 1992 e vigente desde 1993.

O Tratado de Maastricht criou a União Europeia (preservando, no entanto, as Comunidades, e transformando a CEE em Comunidade Europeia) e preparou o terreno para a instituição de uma política monetária comum baseada em uma moeda única administrada por um banco central independente. Maastricht criou a cidadania europeia, que proporciona aos naturais dos Estados-membros o direito de viver e votar em qualquer dos países da UE, e estendeu as competências da Comunidade a novos domínios, entre os quais transportes, saúde pública, seguridade social e proteção ao consumidor.

A arquitetura institucional estabelecida pelo Tratado de Maastricht definiu três domínios ou “pilares” distintos de atuação da União Europeia: a dimensão comunitária (primeiro pilar); a de política exterior e segurança (segundo pilar); e a de assuntos de Interior e Justiça (terceiro pilar).

O primeiro pilar, de natureza supranacional, diz respeito às políticas comuns (agricultura, união aduaneira, mercado interno ou união econômica e monetária, por exemplo). Nesse primeiro contexto, o processo de tomada de decisões segue o chamado “método comunitário”, ou seja, o sistema por meio do qual a Comissão Europeia detém o monopólio do direito de proposição ou iniciativa. As matérias do primeiro pilar são, portanto, aquelas em que os Estados-membros transferiram parcelas importantes de sua competência e soberania à União Europeia. Nos âmbitos do segundo e terceiro pilares, de natureza intergovernamental, as decisões são tomadas pelos Estados-membros reunidos no Conselho da UE (“método intergovernamental”).

O Tratado de Amsterdã, assinado em 1997 e vigente a partir de 1999, procedeu a uma revisão dos Tratados anteriores. Algumas modificações

limitadas foram adotadas, em preparação à adesão de novos Estados-membros. No entanto, os principais resultados residem no fortalecimento do método comunitário, com a criação da “área de justiça, liberdade e segurança” e o aumento dos poderes do Parlamento Europeu e do Presidente da Comissão Europeia. Amsterdã criou o cargo de Alto Representante para Política Exterior e de Segurança Comum da UE e previu, pela primeira vez, que Estados-membros poderiam ter seu direito de voto suspenso caso violassem os princípios básicos dos direitos humanos e da democracia.

A revisão seguinte dos documentos fundamentais da UE veio em 2000, com o Tratado de Nice, que entrou em vigor em 2003. Seu objetivo consistia, principalmente, em preparar o bloco para a adesão de países do Leste europeu, além de tornar a União mais democrática e transparente. Nice adotou algumas modificações institucionais, como a ampliação da Comissão e do Parlamento Europeus e a redistribuição do peso dos votos dos Estados-membros no Conselho da UE. Por ocasião da assinatura desse tratado, também foi aprovada a “Carta de Direitos Fundamentais” da UE.

3.1.3. O TRATADO DE LISBOA

A “Declaração sobre o Futuro da União”, anexa ao Tratado de Nice, determinou o lançamento de amplo debate sobre questões fundamentais a respeito do processo de integração europeia, entre as quais a delimitação mais precisa das competências da União e dos Estados-membros; a definição do “status” jurídico da Carta de Direitos Fundamentais; a simplificação das disposições dos Tratados, cuja leitura se havia tornado complexa após a aprovação dos Tratados de Amsterdã e Nice; e definição do papel dos Parlamentos nacionais na arquitetura institucional europeia.

Com vistas a aprofundar o debate sobre essas e outras questões, os líderes europeus, reunidos em Laeken, na Bélgica, em dezembro de 2001, criaram a “Convenção sobre o Futuro da Europa”, presidida pelo ex-Presidente francês Valéry Giscard d’Estaing, a qual reunia 105 representantes dos Estados-membros e em processo de adesão, além de representantes dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu.

A Declaração de Laeken menciona a possibilidade de que a simplificação e unificação dos quatro Tratados em um único documento leve, “no longo prazo”, à adoção de um “texto constitucional” da União Europeia.

Apesar de ser discutível se havia mandato para tanto, por iniciativa de seu presidente, a Comissão preparou anteprojeto de Tratado Constitucional para a União Europeia, com 448 artigos, além de 35 protocolos e 50 declarações

anexas. O documento outorgava personalidade jurídica à União Europeia, criava as figuras do Presidente do Conselho Europeu e do Ministro das Relações Exteriores do bloco e reforçava consideravelmente as competências comunitárias, em detrimento daquelas que permaneceriam na alçada dos Estados-membros.

O Tratado Constitucional foi assinado em 2004, em Roma, e chegou a ser ratificado por nove Estados-membros, até ser rejeitado em referendos realizados no ano seguinte na França e nos Países Baixos, dois países fundadores da CEECA, ainda em 1951, e que haviam estado na linha de frente do processo de integração desde então. Como a entrada em vigor do Tratado Constitucional dependia de sua ratificação unânime por todos os Estados-membros, a derrota nos referendos levou a uma revisão dos planos de reforma da UE.

Em 2007, os Chefes de Estado e de Governo da UE determinaram que uma comissão elaborasse novo projeto de tratado, simplificado e mais breve, que contivesse o essencial do Tratado Constitucional no que diz respeito à arquitetura institucional, mas com menor potencial de gerar resistências, sobretudo em alguns aspectos de natureza simbólica.

Acordou-se que o novo instrumento, ao contrário do projeto de Tratado Constitucional, não revogaria os Tratados anteriores, mas consistiria numa série de emendas àqueles Tratados, dando origem ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Além disso, o novo texto não incluía artigo sobre os símbolos da UE (bandeira, hino, moeda, etc). A Carta de Direitos Fundamentais continuaria fora do corpo do Tratado, embora tenha passado a ter valor vinculante. Além disso, o dispositivo que previa que o direito da União prevalecesse sobre o direito dos Estados-membros foi igualmente retirado do corpo do Tratado e transferido, em linguagem menos direta, para uma declaração anexa.

O novo Tratado foi assinado em Lisboa, em dezembro de 2007. De modo a evitar a repetição da experiência com os referendos francês e holandês, todos os Estados-membros, à exceção da Irlanda, optaram pela ratificação parlamentar. O texto foi finalmente ratificado por todos os países-membros em novembro de 2009 e entrou em vigor em 1º de dezembro de 2009, menos de dois anos após sua assinatura.

O Tratado de Lisboa criou o cargo de Presidente permanente do Conselho Europeu, que passaria a presidir as reuniões do órgão, em lugar do Chefe de Estado ou de Governo do país que ocupasse a presidência de turno do bloco, como ocorria até então. Também foi criado o cargo de Alto Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança. Trata-se de reformulação do posto de Ministro das Relações Exteriores da UE, previsto no Tratado

Constitucional. O Alto Representante tem a tripla missão de Vice-Presidente da Comissão Europeia, Chefe do novo Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE) e presidente do Conselho de Ministros das Relações Exteriores do bloco. O SEAE reúne órgãos e pessoal anteriormente ligados à Comissão, ao Secretariado do Conselho e aos Estados-membros, com o objetivo de conceder maior coerência e representatividade à atuação externa da UE. Também foram concedidos novos poderes ao Parlamento Europeu, que passou a ter o mesmo nível de importância do Conselho na atividade legislativa do bloco. Finalmente, o Tratado de Lisboa, a exemplo de seus antecessores, ampliou as competências da União e uso da maioria qualificada dos Estados-membros no processo de tomada de decisões do Conselho da UE.

3.1.4. AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

A União Europeia não representa uma federação como os Estados Unidos da América, nem uma organização de cooperação entre governos, como as Nações Unidas. Possui, de fato, um caráter único, supranacional. Os países que pertencem à UE, os seus “Estados-membros”, continuam a ser nações soberanas e independentes, mas partilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, delegar determinados poderes de decisão a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos do interesse coletivo possam ser tomadas democraticamente em nível europeu.

A UE dispõe de quadro institucional que visa a promover seus valores e servir os seus interesses, dos seus cidadãos e dos Estados-membros. Conforme o Tratado de Lisboa, as instituições da UE são o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça da UE, o Banco Central Europeu e o Tribunal de Contas.

O Parlamento Europeu

Diretamente eleitos de cinco em cinco anos por sufrágio universal, os deputados do Parlamento Europeu (PE) representam os cidadãos da UE. Juntamente com o Conselho, o PE é uma das principais instituições da UE com poderes legislativos.

O Parlamento Europeu desempenha três funções principais:

- debate e aprova, juntamente com o Conselho, a legislação comunitária;
- fiscaliza outras instituições da UE, especialmente a Comissão, a fim de assegurar que funcionem de forma democrática (controle democrático); e
- debate e aprova, juntamente com o Conselho, o orçamento da UE.

Aprovação da legislação comunitária

Em diversos domínios, como a defesa do consumidor e do meio ambiente, o PE colabora com o Conselho, que representa os governos nacionais, tomando decisões sobre o teor da legislação da UE e aprovando-a oficialmente. Tal processo chama-se “co-decisão”.

Ao abrigo do Tratado de Lisboa, o leque das políticas abrangidas pela co-decisão aumentou, conferindo ao PE mais poderes para influenciar o conteúdo da legislação em áreas como a agricultura, a política energética, a imigração e os fundos da UE.

Além disso, certas decisões importantes, como a adesão de novos países à UE, também requerem a aprovação do PE.

Controle democrático

O PE exerce influência sobre as outras instituições europeias de várias formas.

Quando é designada uma nova Comissão Europeia, os seus 27 membros (um por cada país da UE) não podem assumir funções sem antes obterem a aprovação do PE. Se os eurodeputados não aprovarem um dos Comissários designados, podem rejeitar toda a Comissão.

O PE pode obrigar a Comissão a demitir-se em bloco, por meio de moção de censura.

O PE acompanha de perto as atividades da Comissão, examinando seus relatórios e interrogando regularmente os Comissários. As comissões parlamentares desempenham importante papel neste sentido.

Os eurodeputados examinam as petições apresentadas pelos cidadãos e podem instituir comissões de inquérito.

Quando os dirigentes nacionais se reúnem no âmbito das cimeiras europeias, o PE dá seu parecer sobre os assuntos da ordem de trabalhos.

Fiscalização do orçamento

O PE, juntamente com o Conselho, adota o orçamento anual da UE.

Existe, no PE, comissão que fiscaliza a execução do orçamento e avalia a gestão, pela Comissão Europeia, do orçamento do ano anterior.

Composição

O número de eurodeputados de que dispõe cada país é, em grande medida, proporcional à sua população. Contudo, nenhum país pode ter menos do que seis nem mais do que 96 deputados no PE.

As últimas eleições foram realizadas em junho de 2009, quando 43,39% dos 375 milhões de eleitores europeus escolheram 736 eurodeputados, cujos mandatos se estendem até junho de 2014.

Os eurodeputados identificam-se, principalmente, por grupos políticos, e não por nacionalidade.

Os seguintes grupos políticos estão representados na atual legislatura:

- PPE - Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), com 265 deputados;
- S&D - Aliança dos Socialistas e Democratas Progressistas, com 184 deputados;
- ALDE - Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, com 84 deputados;
- G-EFA - Grupo dos Verdes/Aliança Livre Européia, com 55 deputados;
- ECR - Reformistas e Conservadores Europeus, com 54 deputados;
- GUE/NGL - Grupo Confederal da Esquerda Unitária Européia/Esquerda Nórdica Verde, com 35 deputados;
- EFD - Grupo União para a Europa das Nações, com 32 deputados, e
- 27 deputados independentes

O atual Presidente do Parlamento Europeu é o socialista alemão Martin Schulz, eleito em 17 de janeiro de 2012 com 387 votos a favor.

Localização

O PE possui três sedes: Bruxelas (Bélgica), Luxemburgo (Luxemburgo) e Estrasburgo (França).

Em Luxemburgo, estão sediados o Secretariado-Geral e os serviços administrativos do Parlamento.

As reuniões de todos os deputados do PE, denominadas “sessões plenárias”, realizam-se em Estrasburgo e, por vezes, em Bruxelas. As reuniões das comissões parlamentares também têm lugar em Bruxelas.

O Conselho Europeu

As reuniões do Conselho Europeu são essencialmente Cúpulas, no âmbito das quais os Chefes de Estado ou de Governo da UE tomam decisões sobre as grandes prioridades políticas e iniciativas da UE.

O Conselho Europeu desempenha sobretudo duas funções: (a) definir a direção e as prioridades políticas gerais; e (b) resolver determinadas questões que, por sua complexidade ou sensibilidade, não possam ser resolvidas em nível inferior da cooperação intergovernamental.

Embora fundamental na definição da agenda política da UE, não possui quaisquer poderes legislativos.

Composição

O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado ou de Governo de cada país da UE, o Presidente da Comissão Europeia e o Presidente do Conselho Europeu, que preside as reuniões. A Alta Representante para as Relações Exteriores e Política de Segurança também participa dos Conselhos Europeus.

O atual Presidente do Conselho Europeu é o ex-Primeiro-Ministro belga, Herman Van Rompuy, cujo mandato teve início em 1º de dezembro de 2009 e termina em 31 de maio de 2012 (Van Rompuy teve seu mandato renovado pelos líderes dos Estados-membros, em 1º de março de 2012, até 30 de novembro de 2014).

As reuniões do Conselho Europeu realizam-se, ordinariamente, de seis em seis meses, geralmente em Bruxelas. O Presidente pode convocar Conselhos extraordinários, caso julgue necessário.

Os Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia e a Alta Representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança não têm direito de voto.

Antecedentes

O Conselho Europeu teve início informalmente em 1974 como espaço de debate para os dirigentes da UE. Transformou-se, rapidamente, no órgão que estabelece os objetivos gerais e as prioridades para a União Europeia. O Conselho Europeu adquiriu estatuto formal em 1992 e tornou-se uma das sete instituições oficiais da UE em 2009.

O Conselho da União Europeia

É no âmbito do Conselho da União Europeia, conhecido informalmente como Conselho, que os Ministros de cada Estado-membro, nas áreas de competência e nas respectivas pastas, encontram-se para adotarem legislação e assegurarem a coordenação das políticas da UE.

Não confundir esta instituição com:

- o Conselho Europeu, que é outra instituição da UE, no âmbito da qual os Chefes de Estado ou de Governo dos países da UE reúnem-se para debater as prioridades políticas da UE.
- o Conselho da Europa, que não é instituição da UE, mas uma organização intergovernamental, que visa a proteger os direitos humanos, a promover a diversidade cultural na Europa e a combater problemas sociais, como o racismo, o preconceito e a intolerância. O Conselho da Europa conta com 47 Estados-membros, incluindo-se os 27 da UE.

Missão

1. Aprovar a legislação da UE;
2. Coordenar as políticas dos países da UE;
3. Assinar acordos entre a UE e terceiros países;
4. Aprovar o orçamento anual da UE;
5. Definir as políticas externa e de defesa da UE; e
6. Coordenar a cooperação entre os tribunais e as forças policiais dos países da UE.

1. Aprovação da legislação europeia: o Conselho e o Parlamento partilham entre si a tarefa de aprovação de nova legislação da UE, proposta pela Comissão.

2. Coordenação de políticas gerais, em especial a política econômica: os países da UE optaram por ter uma política econômica geral para a Europa, cuja coordenação é assegurada pelos Ministros da Economia e das Finanças de cada país. Outro objetivo, nesse contexto, é o de criar mais emprego e melhorar os sistemas de ensino, de saúde e de segurança social. Embora os países da UE sejam responsáveis pela sua própria política nessas áreas, podem chegar a acordo sobre objetivos comuns e inspirar-se nas experiências positivas uns dos outros.

3. Assinar acordos internacionais: o Conselho assina acordos em nome da UE, com incidência sobre temas gerais, como o ambiente, o comércio, o desenvolvimento, a pesca, a ciência, a tecnologia e os transportes.

4. Aprovação do orçamento da UE: o orçamento da UE é decidido anualmente pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

5. Política externa e de segurança: os governos nacionais mantêm controle independente nestas áreas, mas trabalham em conjunto, a fim de desenvolverem política externa e de segurança comum (PESC). O Conselho é a principal instância onde se desenvolve esta cooperação. A UE não possui um exército próprio, mas, para poder reagir rapidamente em situações de conflito internacional ou de catástrofe natural, alguns Estados-membros fornecem efetivos para uma força militar de reação rápida, cujo papel se limita ao desempenho de tarefas de natureza humanitária e de missões de socorro e de manutenção da paz.

6. Justiça: os cidadãos europeus devem se beneficiar da igualdade de acesso à justiça em toda a UE. No âmbito do Conselho, os Ministros da Justiça esforçam-se por assegurar que as decisões dos tribunais de um país sejam reconhecidas nos demais Estados-membros. Os Ministros da Justiça e dos Assuntos Internos asseguram a coordenação do controle das fronteiras externas da UE, assim como da luta contra o terrorismo e o crime organizado internacional.

Composição do Conselho

Não existem propriamente membros permanentes do Conselho. Para cada reunião do Conselho, os países enviam o Ministro responsável pelo domínio político em questão. Por exemplo, os Ministros do Ambiente participam da reunião que trata de questões ambientais e que é conhecida como “Conselho de Meio Ambiente”.

Presidência do Conselho

O Conselho é presidido rotativamente pelos 27 Estados-membros da União, por períodos de seis meses. No semestre do seu mandato, a Presidência dirige as reuniões em todos os níveis, propõe orientações e prepara os

compromissos necessários à tomada de decisões pelo Conselho. Para promover a continuidade dos trabalhos do Conselho, as presidências semestrais cooperam estreitamente entre si por grupos de três. O "trio" de presidências elabora um programa comum das atividades do Conselho para um período de 18 meses.

Só uma formação do Conselho não é presidida pela presidência semestral: o Conselho dos Negócios Estrangeiros, que, desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, é sempre presidido pelo Alto Representante da União para as Relações Exteriores e a Política de Segurança. Este cargo é ocupado, desde 1º de Dezembro de 2009, por Catherine Ashton. Cerca de vinte grupos de trabalho no domínio das relações exteriores são igualmente presididos por um presidente fixo, designado pelo Alto Representante.

A Presidência rotativa dinamarquesa

Ao assumir, em 1º de janeiro último a presidência do Conselho da União Europeia, a Dinamarca estruturou seus objetivos para o semestre em quatro grandes eixos: "Europa responsável", "Europa dinâmica", "Europa verde" e "Europa segura". Durante esse período, Copenhague pretende fazer avançar agenda que transcenda a busca de soluções para a crise da zona do euro – entre as quais se destacariam as reformas estruturais relacionadas à maior disciplina fiscal pretendidas para o continente ("Europa responsável") – e contemple, também, medidas concretas que se traduzam em benefícios tangíveis para a população, inclusive no que toca à criação de empregos ("Europa dinâmica"). Outras prioridades apontadas por Copenhague para a sua presidência "pro tempore" do bloco consistem no impulso à economia verde ("Europa verde"), tema caro à Dinamarca e de grande apelo junto à opinião pública do país, e o combate ao terrorismo e ao crime transfronteiriço ("Europa segura").

Em que pese o destaque que a Dinamarca vem atribuindo à necessidade de medidas voltadas mais diretamente ao bem-estar da população, a presidência do país muito dificilmente deixará de ser dominada pela busca da implementação do pacote fiscal acordado no final de 2011. Disto naturalmente se ressentirão os demais eixos do pacote dinamarquês, em especial aquele voltado à promoção de uma agenda de crescimento, que estaria baseada, fundamentalmente, na revitalização do mercado único. Dadas a parcas possibilidades de a Dinamarca vir a exercer influência nas decisões mais relevantes tomadas no contexto da crise do euro, sobretudo pelo fato de o país não adotar a moeda comum, o presente quadro deverá impor limites importantes à capacidade de atuação de Copenhague durante sua presidência de turno.

Votação

Como regra geral, as decisões do Conselho são tomadas por maioria qualificada. Quanto maior for a população de um Estado-membro, de mais votos

este disporá. Entretanto, o número de votos a que cada país tem direito é ponderado de forma a favorecer os países com menor população.

Relacionam-se, a seguir, os votos a que cada país tem direito nas reuniões do Conselho:

- Alemanha, França, Itália e Reino Unido: 29 votos
- Espanha e Polónia: 27 votos
- Romênia: 14 votos
- Países Baixos: 13 votos
- Bélgica, Grécia, Hungria, Portugal, e República Tcheca: 12 votos
- Áustria, Bulgária e Suécia: 10 votos
- Dinamarca, Eslováquia, Finlândia, Irlanda e Lituânia : 7 votos
- Chipre, Eslovênia, Estónia, Letónia e Luxemburgo: 4 votos
- Malta: 3 votos

Total: 345 votos

O processo de votação mais comum no Conselho é por maioria qualificada. Para que uma proposta seja aprovada por maioria qualificada, é necessário:

- que a maioria (em alguns casos, uma maioria de dois terços) dos 27 países da UE vote a favor; e
- que se alcancem pelo menos 255 votos favoráveis, dos 345 votos possíveis

Além disso, um país pode requerer que se verifique se a maioria dos votos obtidos representa, pelo menos, 62% da população total da UE. Caso contrário, a proposta não pode ser adotada.

Quando estão em causa temas sensíveis, como segurança e assuntos externos ou fiscalidade, as decisões do Conselho têm de ser tomadas por unanimidade, o que significa que a proposta pode ser vetada por um único país.

A partir de 2014, será introduzido um “sistema de votação por dupla maioria”. De acordo com tal sistema, para que haja aprovação, a proposta terá de ser apoiada por dois tipos de maioria: uma maioria de países (pelo menos 15) e uma maioria da população total da UE (os países a favor devem representar, pelo menos, 65% da população da UE).

A Comissão Europeia

A Comissão Europeia é uma das principais instituições da UE. Além de representar e defender os interesses da UE no seu conjunto, a Comissão prepara os projetos de legislação europeia e assegura a execução das políticas e do orçamento da UE.

Composição

Os 27 Comissários, um por cada Estado-membro, são responsáveis pela direção política da UE durante mandato de cinco anos. O Presidente da Comissão atribui a cada Comissário responsabilidade por áreas políticas específicas.

José Manuel Durão Barroso é o atual Presidente da Comissão Europeia, tendo dado início ao seu segundo mandato em fevereiro de 2010. O Presidente é nomeado pelo Conselho Europeu, que, conforme o Presidente indicado, aponta igualmente os outros Comissários. A nomeação de todos os Comissários, incluindo o Presidente, está sujeita à aprovação do Parlamento Europeu. Durante o mandato, os Comissários são responsáveis perante o Parlamento, o único órgão com poder para demitir a Comissão.

A gestão corrente da Comissão é assegurada pelo seu pessoal, constituído por administradores, juristas, economistas, tradutores, intérpretes, pessoal de secretariado, entre outros, repartidos por vários serviços ou Direções-Gerais.

O termo “Comissão” pode ser usado para referir-se aos 27 Comissários, o pessoal permanente ou a instituição, no seu conjunto.

Funções

Para supervisionar e executar as políticas da UE, a Comissão Europeia desempenha as funções de:

1. propor nova legislação ao Parlamento e ao Conselho;
2. gerir o orçamento;
3. garantir o cumprimento da legislação da UE (em conjunto com o Tribunal de Justiça); e
4. representar a UE no âmbito internacional, incumbindo-se, por exemplo, de negociar acordos com terceiros países.

1. Propor novas leis: a Comissão tem o “direito de iniciativa”, ou seja, pode propor novas leis para proteger os interesses da UE e dos seus cidadãos, mas apenas sobre matérias que não possam ser tratadas em nível nacional, regional ou local (princípio da subsidiariedade). Os serviços da Comissão elaboram os projetos das novas propostas de lei. É necessário que pelo menos 14 dos 27 Comissários concordem com um projeto de lei para este ser enviado ao Conselho e ao Parlamento, que decidem sobre sua aprovação.

2. Gerir o orçamento: em colaboração com o Conselho e o Parlamento, a Comissão estabelece as prioridades de despesa a longo prazo no “quadro financeiro” da UE. Elabora também o orçamento anual, que é submetido à aprovação do Parlamento e do Conselho, e controla como são gastos os fundos da UE, por exemplo, pelas agências ou pelas autoridades nacionais e regionais. A execução do orçamento pela Comissão é fiscalizada pelo Tribunal de Contas. A Comissão gere o financiamento das políticas, como agricultura e

desenvolvimento rural, e dos programas, como o programa Erasmus de intercâmbio de estudantes.

3. Garantir o cumprimento da legislação da UE: enquanto “guardião dos Tratados”, a Comissão verifica se os Estados-membros aplicam corretamente a legislação da UE. Caso considere que o governo de um Estado-membro não está aplicando corretamente a legislação, a Comissão, em correspondência oficial, solicita a retificação do problema. A Comissão só recorre ao Tribunal de Justiça em última instância. Este pode impor sanções e suas decisões são vinculantes para os países e as instituições europeias.

4. Representar a UE em nível internacional: a Comissão fala em nome dos países da UE em organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio.

Também negocia acordos internacionais em nome da UE, como o Acordo de Cotonou, sobre ajuda e comércio entre a UE e os países em desenvolvimento de África, Caribe e Pacífico.

Localização

Os serviços da Comissão estão divididos entre Bruxelas e Luxemburgo. A Comissão tem representações em todos os países da UE e delegações em diversas capitais do mundo.

O Tribunal de Justiça da União Europeia

O Tribunal de Justiça interpreta o direito da UE, a fim de garantir sua aplicação uniforme em todos os Estados-membros. Além disso, resolve os litígios entre os Governos nacionais e as instituições europeias. Particulares, empresas e organizações podem recorrer ao Tribunal de Justiça da UE se considerarem que seus direitos foram infringidos por alguma instituição europeia.

Composição

O Tribunal de Justiça da UE é composto por um juiz de cada Estado-membro. É assistido por oito advogados-gerais, aos quais cabe apresentar publicamente, e com imparcialidade, pareceres sobre os processos recebidos. Os juízes e os advogados-gerais são nomeados por período renovável de seis anos.

A fim de ajudar o Tribunal de Justiça da UE a fazer face ao grande número de processos que lhe são submetidos e de proporcionar aos cidadãos uma proteção jurídica mais eficaz, um “Tribunal Geral” ocupa-se das ações ajuizadas por particulares, empresas e algumas organizações, bem como de processos relacionados com o direito da concorrência. O Tribunal da Função Pública Europeia pronuncia-se sobre os litígios entre as instituições da UE e o seu pessoal.

Tipos de processos

O Tribunal pronuncia-se sobre os processos que são submetidos à sua apreciação. Os cinco tipos de processos mais comuns são os seguintes:

1. pedidos de decisão a título prejudicial – os tribunais nacionais dirigem-se ao Tribunal de Justiça para que esclareça a interpretação de um dispositivo do direito da UE;
2. ações por incumprimento – ajuizadas contra os Governos nacionais por não aplicação do direito comunitário;
3. recursos de anulação – interpostos contra a legislação da UE que, alegadamente, viole os Tratados ou os direitos fundamentais da UE;
4. ações por omissão – ajuizadas contra as instituições da UE por não tomarem as decisões que lhes competem; e
5. ações diretas – ajuizadas por particulares, empresas ou organizações contra ações ou decisões da UE.

O Banco Central Europeu

O Banco Central Europeu (BCE), com sede em Frankfurt, na Alemanha, é responsável pela gestão do euro, a moeda única europeia, bem como por assegurar a estabilidade dos preços na UE.

O BCE é igualmente responsável pela definição e execução da política económica e monetária da UE.

As principais missões do BCE são:

- garantir a estabilidade dos preços (manter a inflação sob controle), especialmente nos países que utilizam o euro;
- velar pela estabilidade do sistema financeiro, assegurando supervisão adequada dos mercados e das instituições financeiras.

O BCE trabalha com os bancos centrais dos 27 Estados-membros, que formam o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC).

O BCE também coordena a colaboração entre os bancos centrais da zona do euro (16 Estados-membros, que adotaram o euro). A cooperação entre este grupo mais reduzido de bancos é denominada "Eurossistema".

O BCE também é responsável por:

- fixar as principais taxas de juros para a zona do euro e controlar a massa monetária;
- gerir as reservas de divisas da zona do euro e comprar ou vender divisas sempre que necessário para manter o equilíbrio das taxas de câmbio;
- ajudar a assegurar uma supervisão adequada dos mercados e instituições financeiras pelas autoridades nacionais, bem como o bom funcionamento dos sistemas de pagamento;

- autorizar os bancos centrais dos países da zona do euro a emitir notas de euro; e
- acompanhar a evolução dos preços e avaliar os riscos que estes representam para a estabilidade inflacionária.

Estrutura

O BCE conta com os seguintes órgãos de decisão:

- Comissão Executiva – responsável pela gestão das atividades correntes do BCE. É constituída por seis membros (um Presidente, um Vice-Presidente e quatro vogais), que são nomeados por um período de oito anos pelos dirigentes dos países da zona do euro.
- Conselho do BCE – define a política monetária da zona do euro e fixa as taxas de juros, segundo as quais os bancos comerciais podem obter fundos junto do Banco Central. É composto pelos seis membros da Comissão Executiva e pelos governadores dos 16 bancos centrais dos países da zona do euro.
- Conselho Geral – participa dos trabalhos de consulta e coordenação do BCE e ajuda a preparar a adesão de novos países à zona do euro. É constituído pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do BCE e pelos governadores dos bancos centrais dos 27 países da UE.

O BCE é completamente independente. Com efeito, o BCE, os bancos centrais nacionais do Eurosystem e os membros dos respectivos órgãos de decisão não podem solicitar ou receber instruções de qualquer outro órgão. Todas as instituições e governos dos países da UE devem respeitar este princípio.

O Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu controla as finanças da UE. Sua função é melhorar a gestão financeira da UE e verificar como são usados o dinheiro público. O Tribunal foi criado em 1975, e sua sede é em Luxemburgo.

Missão

Para garantir que o dinheiro dos contribuintes seja usado da melhor forma, o Tribunal de Contas da UE tem o direito de realizar auditorias junto a qualquer pessoa ou organização responsável pela gestão de fundos europeus. As suas conclusões são apresentadas por escrito sob a forma de relatórios, que são transmitidos à Comissão e aos governos dos Estados-membros.

O Tribunal de Contas não dispõe de poder jurisdicional próprio. Quando os auditores detectam fraudes ou irregularidades, informam o OLAF (Organismo Europeu de Luta Antifraude).

O Tribunal deve apresentar, ao Parlamento Europeu e ao Conselho, relatório anual sobre o exercício financeiro precedente, a “quitação anual”. O Parlamento analisa o relatório antes de decidir se aprova a forma como a Comissão executou o orçamento.

O Tribunal de Contas também emite pareceres sobre as propostas de legislação financeira da UE e sobre as ações comunitárias em matéria de luta contra a fraude.

Os auditores executam inspeções nas instituições da UE, nos Estados-membros e nos países que se beneficiam da ajuda da UE. Com efeito, embora o trabalho do Tribunal diga principalmente respeito a verbas da responsabilidade da Comissão, 80% destas receitas e despesas são geridas pelas autoridades nacionais.

Composição

O Tribunal é composto por um membro de cada país da UE, nomeado pelo Conselho por um período renovável de seis anos. Os membros elegem entre si o Presidente por um período renovável de três anos. O atual Presidente, Vitor Manuel da Silva Caldeira, de Portugal, foi eleito em janeiro de 2008.

Organização

O Tribunal de Contas dispõe de cerca de 800 funcionários, incluindo tradutores, administradores e auditores. Os auditores estão divididos por “grupos de auditoria”. Compete-lhes elaborar os projetos de relatórios que servem de base às decisões do Tribunal.

3.1.5. AS COMPETÊNCIAS COMUNITÁRIAS E A SOBERANIA NACIONAL

A política interna e a atuação externa da União Europeia devem ser compreendidas à luz da singular divisão de competências entre os Estados-membros e os órgãos comunitários. A UE só dispõe das competências que lhe são expressamente atribuídas pelos Estados-membros, as quais são divididas, pelo Tratado de Lisboa, em competências exclusivas, partilhadas e de apoio.

Nas matérias de competência exclusiva da UE, o primado dos órgãos comunitários é, em geral, absoluto. Após vários tratados do processo de integração europeu nos quais os Estados-membros cederam competências soberanas a órgãos comunitários, hoje somente a UE legisla no que diz respeito à união aduaneira, à política comercial comum, às regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno, à política monetária na área do euro e à conservação dos recursos biológicos do mar.

Nas áreas de “competência compartilhada”, a UE atua, em tese, quando oferece “valor adicionado” à ação dos Estados-membros. Atualmente, há competência compartilhada no que tange ao mercado interno, à política social, à agricultura e à pesca, à defesa do consumidor, ao ambiente, aos transportes, à energia e ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Em caso de conflito sobre a distribuição dessas competências, aplica-se o princípio do “primado do direito comunitário”, segundo o qual as normas dos Estados-membros não podem contrariar as da União Europeia, obrigação cujo cumprimento pode ser exigido no Tribunal de Justiça da UE.

Nos assuntos em que tem tão-somente competência de apoio, a UE atua com base no “princípio da subsidiaridade” e apenas complementa ou coordena a ação dos Estados-membros, que continuam a ser os principais responsáveis pelos temas. São, em geral, questões importantes para a identidade nacional, tais como cultura e educação, esportes, saúde, turismo, proteção civil e indústria, sobre as quais o Conselho da UE toma suas decisões por unanimidade. Nessas áreas, em geral, salvo mandato específico concedido pelos Estados-membros, os órgãos comunitários somente emitem recomendações para que legislações nacionais não sejam demasiadamente diferentes umas das outras.

Essa separação de competências é definida, na prática, pela acomodação de interesses entre a Comissão Europeia e os Estados-membros. A Comissão, que é o histórico “motor da integração regional” é o único órgão com poder formal para propor a adoção de normas na UE, atua para aumentar as competências comunitárias. Por sua vez, os Estados-membros, ciosos de sua soberania em determinadas áreas, devem conceder mandatos específicos – em geral, por meio de Conclusões adotadas nas reuniões setoriais do Conselho da UE – para que aquele órgão supranacional passe a atuar em questões concretas relativas às competências de apoio, e em alguns casos nas que dizem respeito às competências compartilhadas.

3.2. A POLÍTICA EXTERNA DA UNIÃO EUROPEIA

Entidade única e especial no sistema internacional, a União Europeia (UE), ao mesmo tempo em que ocupa posição de destaque, também enfrenta importantes desafios no novo cenário multipolar, marcado pelo crescimento da economia e da atuação externa de grandes países em desenvolvimento, como os BRICs. Para se compreender seu papel no contexto atual, bem como os riscos e oportunidades que se lhe apresentam, deve-se atentar para as diferentes capacidades de atuação internacional da UE nas áreas comercial, política e militar.

Com cerca de 500 milhões de habitantes, a União Europeia é hoje o maior e mais rico mercado global, detendo aproximadamente 30% do PIB e

40% do comércio mundial de bens e serviços. Em decorrência da Política Comercial Comum, a UE representa seus 27 Estados-membros, detém participação fundamental em negociações comerciais internacionais, já firmou dezenas de acordos de livre comércio e está negociando tratados similares com importantes parceiros, entre os quais Índia, Japão, EUA e Mercosul. No que tange, portanto, a aspectos comerciais do novo cenário multipolar, o papel de destaque da UE parece consagrado.

Por outro lado, no que toca à coordenação na esfera política, os Estados-membros da UE continuam adotando posturas divergentes em vários assuntos da agenda internacional, a despeito das inovações introduzidas pelo Tratado de Lisboa. Nas áreas de defesa e segurança, os Estados-membros não transferiram competências exclusivas para órgãos comunitários, como fizeram na área comercial, e as decisões da UE têm de ser tomadas por consenso.

A despeito de tais dificuldades, o bloco vem demonstrando perceber a necessidade de expressar suas próprias opiniões e valores em política internacional; bem como de se aproximar de países de importância crescente no contexto multipolar. É nesse sentido que a UE buscou a criação de Parcerias Estratégicas. Atualmente, a UE possui tais parcerias com os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a Índia, a China, a Rússia, a África do Sul, o Brasil, o México e a Coreia do Sul. Da mesma forma, a União Europeia atuou para se fazer representar em órgãos multilaterais, como as Nações Unidas, e em grupos como o G. 20 financeiro, onde seus Estados-membros também falam em nome próprio.

No entanto, tendências de longo prazo e problemas de curto prazo têm levado vários analistas a questionar as perspectivas de desenvolvimento da UE. No longo prazo, o envelhecimento de sua população e as baixas taxas de natalidade no continente poderão levar a uma diminuição do mercado interno europeu e a perspectivas negativas para a economia do bloco. No curto prazo, a crise financeira iniciada em 2008 e a atual situação de alguns Estados-membros da zona do euro também demonstram as dificuldades para a UE se desenvolver economicamente.

Uma saída apontada para o bloco seria a associação com países e regiões do mundo que estejam crescendo economicamente, como os integrantes dos BRICs. A negociação do acordo de livre comércio com o Mercosul faz parte dessa estratégia.

Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)

A construção da Europa política foi formalizada no Tratado de Maastricht, de 1992, o qual prevê que a UE teria uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Esta veio a ser complementada em 1999, pelo estabelecimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), com o

objetivo de estabelecer identidade comunitária específica em matéria militar, independente das ações da OTAN. O Tratado de Lisboa, em vigor desde 2009, alterou a denominação da PESD para Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) que, parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), teve as competências de suas missões ampliadas.

A construção e consolidação da PCSD ("Common Security and Defence Policy" – CSDP) enfrentam desafios importantes. Conforme têm apontado muitos analistas europeus, uma das principais dificuldades residiria no fato de que, a exemplo de Tratados anteriores, tal política manteve sua natureza intergovernamental, o que dificulta a obtenção de consenso para que se possibilitem ações efetivas. Ademais, a PCSD vê-se hoje confrontada pelas crises orçamentárias enfrentadas pelos Estados-membros, cujos efeitos nas capacidades operacionais da UE são agravados pela falta de coordenação e pela duplicação de esforços dentro do bloco.

Ampliação da UE

O processo de ampliação da União Europeia pode ser considerado um dos mais importantes instrumentos de sua política externa. Há hoje cinco países candidatos a adesão: Islândia; Turquia; a Antiga República Jugoslava da Macedônia ("*Former Yugoslav Republic of Macedonia*", ou "FYROM"); Montenegro; e Sérvia. A Croácia concluiu as negociações com a UE em 30 de junho de 2011 e firmou com o Conselho Europeu, em 9 de dezembro passado, Tratado de Adesão à UE. Com a aprovação da adesão em referendo de 22 de janeiro, a Croácia tornar-se-á o segundo Estado da Antiga República da Iugoslávia a entrar no bloco comunitário. Até 1º de julho de 2013, quando se espera que o processo esteja concluído, a Croácia gozará de estatuto de observador nos grupos de trabalho do Conselho Europeu e nos Comitês da Comissão Europeia.

Relatório sobre ampliação publicado pela Comissão Europeia em 12/10/2011 registrou alguns progressos nas negociações com os países na rota da adesão ao Bloco, notadamente com a Macedônia, Montenegro, Islândia e Sérvia.

3.3. ECONOMIA

A crise que se abate sobre a zona do euro decorre, essencialmente, de falhas originais do projeto de união monetária, que não foi acompanhado da necessária harmonização das políticas fiscais. Ao se disseminar à maior parte da União Europeia a moeda comum - e, de forma implícita, a credibilidade econômica e fiscal do marco alemão -, esse desdobramento permitiu a um grupo de países menos competitivos economicamente e com menor solidez fiscal o endividamento a taxas de juros mais baixas, muito próximas daquelas obtidas

pela Alemanha. A consequência foi o forte crescimento das dívidas pública e privada desses países, em euros. Embora o Pacto de Estabilidade e Crescimento (de 1997) previsse mecanismos de verificação e sanções aos países que ultrapassassem os limites de 60% do PIB para a dívida pública e 3% do PIB para o déficit fiscal, as sanções não chegaram a ser aplicadas de forma efetiva, e o endividamento continuou a crescer.

Diante das medidas de estímulo econômico adotadas globalmente em 2008 e 2009, para enfrentar a crise financeira internacional, a dívida pública dos países europeus aumentou exponencialmente, de maneira geral. No caso da Grécia, de Portugal e da Irlanda, o endividamento atingiu patamar que começou a ser considerado pelos credores como incompatível com as capacidades de seus governos de honrar os compromissos assumidos. Essa desconfiança provocou a elevação dos juros cobrados pelo mercado para a rolagem das dívidas desses três países, que, assim, se viram forçados a recorrer a programas de resgate da UE e do FMI.

O caso da Grécia revelou-se muito mais crítico do que parecia inicialmente - tendo sido necessária a aprovação de dois planos de resgate da economia daquele país. O temor de que as dificuldades enfrentadas pela Grécia se disseminassem, contaminando economias maiores, provocou nova queda da confiança dos investidores e o consequente acirramento dos efeitos da crise, sobretudo no segundo semestre de 2011. Os juros cobrados pelo mercado para a aquisição dos títulos das dívidas soberanas de praticamente todos os outros países que adotam o euro (com exceção da Alemanha) cresceram ainda mais, aumentando a pressão junto às lideranças políticas pela adoção de medidas urgentes para apaciar esses e outros efeitos da crise.

Convencida de que a busca da harmonização das políticas fiscais revestir-se-á de especial importância na solução dos problemas enfrentados pela zona do euro, a Alemanha - com o concurso da França - apresentou proposta de novo "pacto fiscal" na UE, com a finalidade de promover a disciplina orçamentária e a coordenação de políticas econômicas no bloco. Diante da recusa do Reino Unido e da República Tcheca de tomar parte, os outros 25 Estados-membros da UE firmaram, em março último, o "Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Monetária e Econômica", o qual, entre outras medidas, determina a incorporação nas legislações nacionais da regra do equilíbrio orçamentário, de forma mandatória e permanente, com monitoramento pela Comissão Europeia. O novo Tratado deverá entrar em vigor em 2013. Seu texto deixa entreaberta a possibilidade de eventual adesão posterior pelo Reino Unido e pela República Tcheca.

No entendimento de Berlim, estariam assim assentadas as bases legais para a disseminação da prática da disciplina fiscal, o que, em tese, impediria a repetição no futuro de crise semelhante à atual. Cumprindo o que seria sua parte

na barganha, a Alemanha terminou por concordar com o aumento da capacidade de empréstimo dos dois fundos de resgate da zona do euro (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e Mecanismo Europeu de Estabilidade). Anteriormente limitada a EUR 500 bilhões, a capacidade de empréstimo conjunta do FEEF (temporário) e do MEE (permanente) foi elevada para EUR 700 bilhões. Como essa quantia não é percebida como suficiente para eventualmente resgatar economias do porte da italiana e/ou da espanhola, os europeus esperam que os sócios do FMI aceitem efetuar novas contribuições ao Fundo, no total de EUR 375 bilhões (US\$ 500 bilhões). Desse valor, EUR 150 bilhões proviriam de países da zona do euro, que já se comprometeram nesse sentido.

Até a conclusão do processo de consolidação fiscal e de reformas estruturais para promover competitividade levado a cabo pelos países da UE, parece estar a cargo do Banco Central Europeu a tarefa de "ganhar tempo" e enfrentar os efeitos da crise no curto prazo. A decisão do BCE de oferecer aos bancos europeus liquidez ilimitada, por 3 anos, a juros muito baixos (hoje 1% ao ano), na expectativa de que utilizem esses recursos para investir em títulos soberanos dos países em dificuldade, parece estar rendendo os resultados esperados. O BCE emprestou EUR 1 trilhão à banca européia, e foi observada paulatina queda nas taxas de juros cobradas pelo mercado para a aquisição dos títulos de praticamente todos os países da zona do euro, o que aliviou perceptivelmente as tensões naquela zona. A inflação sob controle, estável em 2,7% - acima do limite de 2% do BCE, mas com perspectiva de baixa ao longo de 2012, diante da estagnação da economia da UE - tem contribuído para deixar o BCE mais à vontade para seguir essa linha de ação. As pressões do mercado, contudo, podem retornar sobre aqueles países percebidos como menos exitosos nesse processo de consolidação fiscal e de reformas estruturais, como parece ser o caso da Espanha neste momento.

As lideranças europeias, tanto nacionais quanto comunitárias, agora admitem que a adoção simultânea de medidas de austeridade e consolidação fiscal pela maioria dos países da zona do euro fatalmente deverá comprometer a necessária retomada do crescimento econômico do bloco. Parecem, no entanto, dispostas a arcar com o ônus desse efeito indesejado, aparentemente visto como mal inevitável no curto prazo, diante da perspectiva de conquista de objetivo maior de longo prazo. No entendimento dos tomadores de decisão europeus, reformas estruturais em nível nacional, para promover a competitividade, e a paulatina desvalorização do euro, diante da expansão da base monetária decorrente da atuação do BCE para aliviar as tensões do mercado de títulos soberanos, concorreriam para promover as exportações extrabloco da UE e assim diminuir os efeitos negativos da consolidação fiscal sobre a atividade econômica.

Com relação às eleições na França e na Grécia e a repercussão que poderão ter sobre a estratégia adotada pela UE para enfrentar a crise na zona do euro, o Embaixador Frans Van Daele, Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, declarou-se otimista quanto à transição política na França e minimizou as ameaças de campanha de François Hollande, que defendia a renegociação do novo "pacto fiscal" (Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Monetária e Econômica). A renegociação do Tratado seria tarefa muito difícil, uma vez que o instrumento já foi objeto de acordo entre 25 Estados-membros, mas estima ser possível acomodar as preocupações que vêm sendo externadas pelo Presidente-eleito da França. No que tange ao caso grego, Van Daele se diz pessimista. Afirmou não ser possível prever o que vai ocorrer após os resultados inconclusivos do pleito do dia 6 de maio, os quais não permitem vislumbrar a formação de novo Governo com a estabilidade política necessária, e avaliou que a situação na Grécia tende a complicar-se ainda mais.

Cabe registrar que a Comissão Europeia emitiu comunicado de imprensa sobre as eleições na Grécia, em que manifesta a expectativa de que o futuro Governo grego honre os compromissos assumidos no âmbito do segundo plano de resgate da economia grega. Em sua mensagem por ocasião das comemorações do "Dia da Europa", o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, recordou as medidas adotadas para a superação da crise na zona do euro e retomou o discurso em defesa da promoção do crescimento econômico na UE. Considerou que o bloco europeu está dando "resposta robusta" à crise, mediante (i) o saneamento de seu setor bancário; (ii) o reforço da governança econômica; (iii) o estabelecimento de mecanismos "críveis" de resgate financeiro; e (iv) a ajuda "sem precedentes" aos Estados-membros em dificuldade. E a solidez dessa "resposta", continuou, reside no fato de que está assentada no binômio "estabilidade e crescimento" - ou seja, consolidação fiscal, "porque a crise mostrou que o crescimento fomentado pelo débito é insustentável", e criação de condições para o crescimento econômico, por meio de reformas estruturais e investimentos em infraestrutura. O Presidente da Comissão Europeia preocupou-se em sublinhar que esse enfoque duplo não é novo, embora a ênfase no crescimento se tenha destacado apenas mais recentemente. Em alusão às eleições na França, Durão Barroso felicitou o que classificou de "novo momentum que se está formando entre os Estados-membros para se ligar o motor do crescimento europeu" e concluiu sua mensagem externando a expectativa de que "aqueles Estados-membros que estão pedindo mais medidas para impulsionar o crescimento reflitam isso em suas posições" no próximo Conselho Europeu (28 e 29 de junho).

Após as manifestações de apoio qualificado em favor da permanência da Grécia na zona do euro proferidas em Berlim, em 15 de maio passado, pela

Chanceler alemã e pelo novo Presidente francês, José Manuel Durão Barroso também transmitiu mensagem clara a respeito do futuro de Atenas na UE. Aparentemente após haver-se coordenado com os demais garantes do programa de resgate da economia grega, o Presidente da CE procurou alertar os eleitores na Grécia para o fato de que, ao votarem no próximo dia 17 de junho – em eleição que classificou de "histórica" –, estarão, em última instância, definindo a futura participação de seu país no projeto europeu. Depois de procurar deixar claro que as próximas eleições equivaleriam, na prática, a um "referendum" sobre a participação da Grécia na zona do euro – e, por extensão, na própria UE –, o Presidente Barroso concluiu afirmando que a decisão última sobre a permanência na zona do euro necessita vir da própria Grécia, cujos eleitores precisam agora dizer se querem continuar trabalhando com os membros da zona do euro e com as instituições europeias.

No dia 19 de maio último, após suas participações na Reunião de Cúpula do G8 em Camp David, os Presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, emitiram comunicado conjunto a respeito dos debates havidos na ocasião sobre o estado da economia global – especialmente no que se refere à zona do euro. Ambos os Presidentes ressaltaram que os Chefes de Estado e de Governo europeus concordam quanto à importância de conjugar políticas de austeridade com iniciativas em prol do crescimento. Van Rompuy e Barroso ainda observaram que as medidas sendo discutidas e implementadas pela UE para gerar crescimento, combinadas com reformas estruturais, investimentos em infraestrutura e consolidação fiscal, foram bem recebidas pelos Chefes de Estado e de Governo dos países não europeus que fazem parte do G8, os quais transmitiram mensagens de confiança aos colegas da UE.

Por fim, que o Presidente do Conselho Europeu convocou a realização de uma cúpula informal na noite do dia 23 de maio. Além de servir de ocasião para um primeiro encontro do novo Presidente francês, François Hollande, com os demais Chefes de Estado e de Governo da UE, a minicúpula de Van Rompuy também se destinava a explorar ideias – novas ou antigas – que contribuam para o debate em curso sobre formas de promover a retomada do crescimento da economia europeia. A eventual divulgação de decisões deverá, no entanto, ocorrer somente depois da reunião ordinária do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho próximo.

4. A MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Comunidade Econômica Europeia em 24 de maio de 1960 – foi o primeiro país latino-

americano a fazê-lo – data em que o Embaixador Augusto Frederico Schmidt apresentou credenciais a Jean Rey, membro da primeira Comissão da CEE, encarregado das relações exteriores, e que viria a ser o primeiro Presidente da Comissão unificada das três Comunidades Europeias.

A representação brasileira funcionou inicialmente em Paris, como um apêndice da Delegação junto à UNESCO. Não tardou, porém, o estabelecimento de uma representação diplomática permanente, com sede em Bruxelas, em decisão tomada no final do Governo Kubitschek, que, por Decreto de 23 de janeiro de 1961 – três anos apenas após a entrada em vigor do Tratado de Roma –, criou a Delegação do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia.

Por Decreto de 22 de maio de 1963, as atribuições da representação brasileira foram ampliadas para as demais comunidades – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) –, com a criação da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias (BRASEUROPA).

Por meio do Decreto nº 7.136, de 29 de março de 2010, alterou-se a denominação da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias para Missão do Brasil junto à União Europeia, à qual cabe a representação dos interesses do Brasil também junto à Comunidade Europeia de Energia Atômica.

5: RELACIONES BRASIL-UE

A União Europeia constitui iniciativa de integração regional “*sui generis*”, com crescentes características supranacionais, que congrega, entre seus 27 Membros, diversos entre os Estados de maior projeção política na arena internacional – dois dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), seis entre os vinte membros do G-20 e cinco dos dez maiores contribuintes para o orçamento da ONU, entre outros exemplos. Além disso, em termos agregados, a UE é a maior economia mundial, com um PIB de US\$ 17,69 trilhões de dólares em 2011 (US\$ 15,39 trilhões, pelo critério PPP).

Para o Brasil, a importância da UE é inegável, tanto do ponto de vista econômico quanto político. As relações do Brasil com a Europa são especialmente dinâmicas e têm sido marcadas pela diversidade. As duas partes mantêm diálogo político maduro, baseado em comunhão de valores e em pontos de vista coincidentes sobre questões importantes da agenda global; na área econômica, têm buscado explorar a complementaridade de setores produtivos; e, no plano da cooperação, mantêm laços importantes nos campos do intercâmbio científico e tecnológico e nas áreas de saúde e agrícola (inclusive no que se refere à agricultura familiar e ao fomento da segurança alimentar).

No final de 2005, a UE procedeu a uma reavaliação de suas relações com o conjunto da América Latina, até então baseada essencialmente na interlocução política e comercial sem identificação de parceiros individuais na região. Optou, na oportunidade, por passar a privilegiar um único parceiro, com capacidade para dialogar de igual para igual com o bloco, e junto ao qual seria possível pleitear mais efetivamente os objetivos e interesses comunitários. O Brasil apareceu como candidato ideal em razão do peso de sua economia, sua liderança no processo de integração da América do Sul e sua atuação cada vez mais destacada no cenário internacional, com peso que transcende a esfera regional.

Após reflexão interna, o bloco propôs ao Brasil, em maio de 2007, a elevação do relacionamento bilateral ao status de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula entre o Brasil e a Tróica da UE (Lisboa, 4 de julho de 2007).

O termo “parceria estratégica”, inicialmente utilizado de maneira informal pela mídia e por observadores da política externa da UE, passou, nos anos 2000, a ser empregado oficialmente para designar relações políticas de natureza especial e privilegiada entre o bloco e certos países-chave. Até 2007, os parceiros estratégicos da UE eram Estados Unidos, Canadá, Japão, China, Rússia, Índia e África do Sul, esta última lançada apenas dois meses antes da I Cúpula Brasil-UE. Após o lançamento da parceria com o Brasil, somaram-se ao grupo o México e a Coreia do Sul, em maio e outubro de 2010, respectivamente.

Tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial (a UE é o maior parceiro comercial do Brasil e os países-membros do bloco são responsáveis por quase metade do estoque de investimento externo no Brasil; por sua vez, o Brasil é o sexto maior investidor na UE em estoque acumulado), as relações bilaterais foram enriquecidas em sua vertente política por meio do lançamento da Parceria Estratégica. Ao cabo de intenso exercício de adensamento e diversificação dos canais institucionais de diálogo, o Governo brasileiro e a UE lograram promover, em curto espaço de tempo, importante salto qualitativo nas relações bilaterais. O estabelecimento da Parceria Estratégica facilitou e agilizou a troca de idéias entre o Brasil e a UE, nos mais variados níveis, sobre os principais temas da agenda internacional.

Por ocasião da II Cúpula Brasil-UE (2008), foi adotado Plano de Ação Conjunta da Parceria Estratégica, com propostas concretas de ação conjunta para o triênio 2009-11 em áreas como promoção da paz e da segurança; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis. Na V Cúpula, as partes adotaram versão revista do instrumento, a ter vigor no triênio de 2012-2014. O

instrumento substitui e aprofunda o Plano de Ação original e contém diretrizes para a atuação dos mais de 20 diálogos setoriais bilaterais já estabelecidos. Esses foros têm-se reunido com frequência regular e produzido resultados positivos. A versão atualizada do documento reflete o resultado das atividades realizadas até o momento e prevê o reforço da cooperação em diversos campos.

Os resultados da V Cúpula Brasil-UE, realizada em Bruxelas, em 3 e 4 de outubro de 2011, ilustram o alto grau de maturidade atingido pelas relações bilaterais, que se têm intensificado em todos os níveis. A Declaração Conjunta aprovada na ocasião demonstra a afinidade de valores que norteiam o tratamento pelo Brasil e pela UE dos grandes temas da agenda internacional. As duas partes decidiram em Bruxelas aprofundar ainda mais o diálogo político com vistas a lograr maior convergência de posições sobre os principais desafios globais e nas grandes conferências e Cúpulas internacionais.

Cabe registrar, também, o êxito do V Fórum Empresarial Brasil-UE, realizado simultaneamente à V Cúpula. A dimensão adquirida pelo evento, não apenas quanto ao número de participantes, mas também à sua representatividade, traduz o interesse das comunidades de negócios brasileira e europeia no incremento do intercâmbio de informações sobre oportunidades de comércio e investimentos entre as partes.

A VI Cúpula Brasil-UE terá lugar no Brasil, em 2012. O lado brasileiro sugeriu, em princípio, que o encontro se realize no mês de outubro. A proposta se encontra sob exame do lado europeu.

A cooperação com a UE em matéria de ciência, tecnologia e inovação constitui elemento de especial importância para o Brasil, cuja indústria muito se beneficiaria de ganhos de produtividade que o aprofundamento desse intercâmbio poderá engendrar. Nesse contexto, merece destaque o papel potencial do programa "Ciência sem Fronteiras" no adensamento da cooperação bilateral em C,T&I. Por ocasião da V Cúpula, as partes concordaram em avançar no sentido de promover a mobilidade acadêmica bilateral e, já em novembro, foi realizada, em Brasília, a reunião inaugural do Diálogo Brasil-UE em Educação.

A cooperação triangular em prol de países em desenvolvimento – especialmente os países africanos lusófonos (PALOPs), o Timor-Leste e o Haiti – representa, também, tema especialmente caro ao Brasil na agenda bilateral com a União Europeia. Além de estar mencionado diversas vezes no Plano de Ação Conjunta da Parceria Estratégica assinado em dezembro de 2008, bem como na nova versão do instrumento, adotada em outubro último, o assunto foi ressaltado nas Declarações Conjuntas da III, IV e V Cúpulas Brasil-UE. A importância política do tema e as expectativas geradas em potenciais beneficiários não foram suficientes, contudo, para que iniciativas trilaterais envolvendo o Brasil e a UE ganhassem a dimensão almejada. Tal fato se deve, sobretudo, a dificuldades relacionadas à pequena disponibilidade de fundos

européus para cooperação triangular distintos daqueles já alocados para sua cooperação bilateral.

Em 6 e 7 de fevereiro passado, a Alta Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton, realizou visita a Brasília, oportunidade em que manteve com o Sr. Ministro de Estado discussões proveitosas tanto sobre temas da agenda internacional, tais como a primavera árabe, o processo de paz no Oriente Médio e a responsabilidade ao proteger, quanto acerca de questões atinentes às relações bilaterais e multilaterais, a exemplo dos direitos humanos, a mudança climática e a situação econômico-financeira internacional.

A visita de Ashton veio somar-se a outro importante desdobramento no contexto do “follow-up” da V Cúpula, representado pela visita ao Brasil do Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissário de Empresas e Indústria, Antonio Tajani, em dezembro, à frente de missão empresarial.

O relacionamento bilateral Brasil-UE conta, atualmente, com a seguinte moldura:

Cúpulas anuais da Parceria Estratégica. As cinco primeiras Cúpulas tiveram lugar, respectivamente, em julho de 2007, em Lisboa, em dezembro de 2008, no Rio de Janeiro, em outubro de 2009, em Estocolmo, em julho de 2010, em Brasília, e em outubro de 2011, em Bruxelas.

Reuniões ministeriais, tal como previsto no Plano de Ação.

Diálogo Político de Alto Nível (DPAN). Diálogo criado com o objetivo de adicionar foro de natureza essencialmente política ao diálogo bilateral, até então restrito à esfera da Comissão Mista.

Comissão Mista Brasil-Comissão Europeia. A Comista foi estabelecida pelo Acordo de Cooperação de 1982 e mantida pelo Acordo-Quadro de Cooperação, que o substituiu e se encontra vigente desde 1995. Das treze reuniões realizadas até o momento, 6 foram conduzidas em nível de Secretários-Gerais. O mecanismo passou a se reunir todos os anos, de forma a poder cumprir sua função de avaliação da implementação das iniciativas acordadas no Plano de Ação Conjunta e em cada um dos diversos Diálogos Setoriais. Contribui também para a preparação das Cúpulas da Parceria Estratégica. Como previsto no Plano de Ação, a Comista e o Diálogo de Alto Nível se complementam para permitir o tratamento do conjunto de temas da agenda bilateral.

Reuniões de Diálogo Político em Nível de Altos Funcionários. Mecanismo de interlocução, em nível de Subsecretários-Gerais, foi estabelecido em 2011.

Fóruns Empresariais Brasil-UE, realizados à margem das Cúpulas.

Diálogos setoriais, que se reúnem regularmente. Atualmente, há mais de 20 diálogos, entre os quais: Diálogo sobre Questões Macroeconômicas; Diálogos-piloto sobre Questões Industriais e Regulatórias; Diálogo sobre Serviços Financeiros; Mecanismo de Consultas sobre Questões Sanitárias e Fitossanitárias; Diálogo sobre Transportes Marítimos; Diálogo sobre Transportes Aéreos; Diálogo sobre Cooperação Administrativa em Questões de Concorrência; Diálogo sobre Ciência e Tecnologia; Diálogo sobre Desarmamento e Não-Proliferação; Diálogo sobre Sociedade da Informação; Diálogo sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima; Diálogo Regular sobre Política Energética; Diálogo sobre Políticas de Integração Regional; Diálogo sobre Direitos Humanos; Diálogo informal sobre Governança do Setor Público; Diálogo sobre Temas das Nações Unidas; e Diálogo em Educação.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial Brasil-UE em 2011 atingiu a cifra recorde de US\$ 99,3 bilhões (a China, cujo intercâmbio comercial com o Brasil somou US\$ 77,1 bilhões no mesmo ano, ocupou uma distante segunda colocação entre os principais parceiros comerciais do País). As exportações do Brasil para a UE no ano passado somaram US\$ 52,9 bilhões (recorde histórico; aumento de 10% em relação ao recorde anterior, de US\$ 46,4 bilhões, atingido em 2008) e as importações totalizaram US\$ 46,4 bilhões (também recorde; crescimento de 18,6% em comparação ao recorde anterior, de US\$ 39,1 bilhões, obtido em 2010).

Os países-membros da UE detêm, ademais, quase a metade do estoque de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil, além de terem sido responsáveis, nos últimos anos, por semelhante percentagem do fluxo de IED recebido pelo País. O fluxo de investimentos diretos europeus para o Brasil nos primeiros sete meses de 2011 chegou a cerca de US\$ 23 bilhões. O estoque histórico de investimentos europeus no Brasil perfaz aproximadamente US\$ 180 bilhões, e o País ocupa o quarto posto entre os principais destinos dos investimentos do bloco, depois de EUA, Suíça e Canadá.

Fenômeno significativo observado ao longo dos últimos anos é a transformação do Brasil em importante fonte de investimentos diretos

estrangeiros na UE. Dados recentes colocam o Brasil na posição de 6º maior investidor no bloco, depois de EUA, Suíça, Japão, Canadá e Noruega, com estoque acumulado de cerca de US\$ 80 bilhões.

6. AMÉRICA LATINA E CARIBE – UNIÃO EUROPEIA

O diálogo político entre os países da América Latina e do Caribe, de um lado, e a União Europeia, do outro, começou a ser aprofundado a partir da realização da primeira reunião em São José da Costa Rica, em 1984, entre a então chamada Comunidade Econômica Europeia (CEE) e o Grupo de Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá), com vistas à promoção do processo de paz na América Central. Com a posterior formação do Grupo do Rio, foi institucionalizado, em 1990, o diálogo político regular entre a tróica europeia e os Ministros das Relações Exteriores do Grupo. Em 1999, realizou-se, no Rio de Janeiro, a I “Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia” (ALC-UE), a que se seguiram as Cúpulas de Madri (2002); Guadalajara (2004); Viena (2006); Lima (2008); e Madri (2010).

As reuniões de cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina, Caribe e União Europeia (ALC-UE) constituem o foro de diálogo político no mais alto nível entre essas regiões. O Brasil e os demais países latino-americanos e caribenhos têm procurado fazer do mecanismo ALC-UE um instrumento de cooperação efetiva, cujo progressivo aperfeiçoamento poderá ensejar a formação de uma associação estratégica birregional.

Lançada em 2 e 3 de dezembro passado, em Caracas, na esteira de decisão adotada por ocasião da “Cúpula da Unidade” (Cancun, México, 23/2/2010), a “Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos” (CELAC) foi definida em seu Estatuto de Procedimentos como interlocutor na Cúpula América Latina & Caribe – União Europeia (ALC-UE) e no Diálogo Ministerial Institucionalizado Grupo do Rio - UE.

As Cúpulas ALC-UE, que se realizam com periodicidade bianual, alternaram-se ao longo dos anos com reuniões ministeriais do Grupo do Rio com a União Europeia. A VII Cúpula birregional está prevista para ter lugar em Santiago, em janeiro de 2013.

Em 7 de novembro de 2011, foi realizada, em Berlim, cerimônia de lançamento da Fundação EULAC (*European Union & Latin America and the Caribbean*). O Brasil espera que a entidade possa iniciar suas atividades o mais brevemente possível, tendo em vista, sobretudo, a expectativa de que venha a aportar contribuição aos trabalhos da próxima VII Cúpula ALC-UE, em 2013. O objetivo fundamental da entidade é o de promover o fortalecimento do diálogo entre as duas regiões, por meio do fomento ao debate sobre estratégias e ações comuns, a partir de uma agenda positiva de cooperação.

7. MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

As negociações visando a um Acordo de Associação entre os dois blocos foram formalmente relançadas em maio de 2010, na Cúpula MERCOSUL-UE em Madri. Desde então, houve oito reuniões do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) – a última delas realizada em Bruxelas, entre 12 e 16 de março de 2012).

Em fevereiro-março de 2011, a Argentina informou aos sócios do MERCOSUL que não poderia proceder à troca de ofertas, inicialmente prevista para o final de março de 2011, antes de suas eleições presidenciais em outubro último e transição subsequente.

Em maio de 2011, o MERCOSUL e a UE acordaram aguardar as eleições na Argentina e na França (abril-maio de 2012) para tomar decisão sobre a troca de ofertas. Os trabalhos passaram, então, a concentrar-se na negociação do marco normativo do futuro acordo.

O Brasil continua a emprestar seu apoio inequívoco ao processo de negociação do Acordo de Associação, e está comprometido com a busca de instrumento abrangente, equilibrado e ambicioso.

A parte europeia, por sua vez, tem dado repetidas indicações de que segue empenhada em promover a conclusão do Acordo. Em recente debate na Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu (20/3), a Alta Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton, confirmou a expectativa europeia de que negociações possam ser concluídas até o final do ano corrente.

O Brasil tem-se mostrado consciente das sensibilidades da UE em relação à agricultura. Por outro lado, vem ressaltando a importância de que a UE, de sua parte, tenha em mente os limites do Mercosul, sobretudo nas áreas industrial e de propriedade intelectual. Para a parte brasileira, é preciso haver enfoque pragmático, flexível e realista de ambos os lados.

Quanto às tratativas em torno dos capítulos político e de cooperação do Acordo, o Brasil considera bem-vindos avanços logrados em sessões recentes do CNB, as quais permitiram que se chegasse a entendimento sobre a maior parte dos elementos do projeto em negociação.

8. ATOS BILATERAIS FIRMADOS COM A UNIAO EUROPEIA

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo, por troca de Notas, Relativo aos Transportes Marítimos.	18/09/1980	1º/10/1982	D.O.U. 99, de 25/05/1983
Protocolo Adicional ao Acordo entre o Brasil e a CEE Relativo ao Comércio de Produtos Têxteis Decorrente da Adesão da Grécia às Comunidades Europeias.	01/12/1982	01/02/1982	D.O.U. 244, de 22/12/1983
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Artigo 10 do Acordo-Quadro de Cooperação.	14/10/1983	14/10/1983	D.O.U. 244, de 22/12/1983
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil.	04/04/1984	19/11/1984	D.O.U. 27, de 09/02/1989
Acordo sobre Comércio de Produtos Têxteis.	08/10/1985	19/11/1986	D.O.U. 205, de 24/10/1986
Acordo-Quadro de Cooperação	29/06/1992	01/11/1995	D.O.U. 228, de 29/11/1995
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira.	19/12/1994	21/06/1995	D.O.U. 166, de 29/08/1995
Ajuste Complementar ao Acordo-Quadro de Cooperação para Apoio à Reestruturação do Setor de Energia Elétrica do Brasil - EBRRA 2000.	23/10/1998	23/10/1998	D.O.U. 14-E, de 21/01/1999
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	19/01/2004	15/12/2006	D.O.U. 91, de 14/05/2007
Diálogo Regular de Política Energética Brasil - Comunidade Europeia - Termos de Referência	05/07/2007	05/07/2007	D.O.U. 145, de 30/07/2007
Primeira Emenda ao Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira.	18/09/2008	18/09/2008	D.O.U. 219, de 11/11/2008 (anexos publicados no D.O.U. 226, de 20/11/2008)

Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais.	19/09/2008	19/09/2008	D.O.U. 219, de 11/11/2008
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos	14/07/2010	Em tramitação na Casa Civil. Nota europeia de 04/04/2011 informou da aprovação do acordo por aquela parte.	
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	Em tramitação na Casa Civil. Nota europeia de 26/09/2011 informou da aprovação do acordo por aquela parte.	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	Em tramitação no Senado Federal (PDS 123/2012). Nota europeia de 24/02/2011 informou da aprovação do acordo por aquela parte.	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	01/04/2011	D.O.U. 48, de 11/03/2011

Aviso nº 544 - C. Civil.

Em 28 de junho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/07/2012.

3

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 46, de 2012 (nº 297, de 28 de março de 2012, na origem), da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.*

RELATOR: Senador **ANIBAL DINIZ**

A Senhora Presidenta da República, através da Mensagem nº 46, de 2012 (nº 297, de 28.03.2012, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **NEI FUTURO BITENCOURT**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Nascido em Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 13 de outubro de 1957, filho de Xamuset Campello Bittencourt e Heloisa Futuro Bittencourt, o Sr. **NEI FUTURO BITENCOURT** tornou-se Engenheiro pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1977 e Jornalista pela mesma instituição de ensino.

No Instituto Rio Branco, em 1982, concluiu os Cursos de Preparação e de Aperfeiçoamento à Carreira de Diplomata.

Em 1983, o diplomata indicado ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário. Em 1987, passou a Segundo

Secretário e, em 1995, a Primeiro Secretário. Foi promovido aos cargos de Conselheiro, em 2003; e Ministro de Segunda Classe, em 2010.

Dentre as funções exercidas na Chancelaria, destacam-se as de Assistente da Divisão da Europa I, de 1984 a 1985; Chefe, substituto, da Divisão de Temas Científicos e Tecnológicos, de 1993 a 1995; Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, em 1995; Assessor da Secretaria-Geral; de 1995 a 1996; Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico; de 2002 a 2004; e Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Planejamento Administrativo, de 2004 a 2006.

O diplomata em referência, no exterior, serviu em Varsóvia (1985 a 1989), como Terceiro e Segundo-Secretário; Barcelona (1989 a 1993), no cargo de Cônsul-Adjunto; Tóquio (1996 a 1999), como Primeiro-Secretário; Londres (1999 a 2002), como Primeiro-Secretário; Washington (2006 a 2009), como Conselheiro; e Maputo (2009-2010), como Ministro-Conselheiro.

Para fins de apreciação das relações bilaterais entre Brasil e os dois países, foram anexadas à aludida mensagem presidencial, pelo Ministério das Relações Exteriores, informações detalhadas da conjuntura econômica e da política interna e externa da República do Cameroun e da República do Chade.

Localizada na região centro-oeste da África, a República do Cameroun tem população estimada em 19,71 milhões de habitantes e valor nominal do Produto Interno Bruto (PIB) igual a 22,4 bilhões de dólares. Trata-se de república parlamentarista. Tornou-se independente da França em 1960. Em referendo realizado no território sob administração britânica, a região sul aderiu ao novo país, enquanto a parte norte, com predomínio muçulmano, optou pela integração à Nigéria. Em 1972, mediante a realização de referendo, a unificação da Federação foi aprovada por ampla maioria dos eleitores, surgindo então a República Unida do Cameroun.

O início da abertura política deu-se em dezembro de 1990. O cargo de Primeiro Ministro foi criado em 1992. No entanto, esse cargo não tem o mesmo peso que em outros regimes parlamentaristas, e a maioria das decisões é tomada pelo Presidente. Em 1996, passou a vigorar nova constituição, que prevê um parlamento bicameral, composto de Assembleia Nacional e Senado. Contudo, essa disposição ainda não foi implementada, e o Poder Legislativo continua a ser exercido pela Assembleia Nacional,

unicameral.

No tocante à política externa, a República do Cameroun tem relações estreitas com a China, país com o qual mantém oito acordos de cooperação técnica nas áreas de educação e saúde. O documento menciona, também, investimentos chineses em infraestrutura e a concessão de empréstimos ao Cameroun.

A influência francesa é significativa na vida econômica do país, nos acordos militares, nos vínculos culturais e educacionais, na cooperação técnica e na forte presença de nacionais franceses.

Cameroun e Gabão mantêm diálogo construtivo em matérias de política regional e de integração econômica. Entre a Guiné Equatorial e o país, existem recorrentes desavenças, apesar de trabalharem juntos para aperfeiçoar a definição de suas questões fronteiriças. A relação bilateral com a Nigéria deteriorou-se desde 1994, com a ocorrência de conflitos armados na Península de Bakassi. A questão foi submetida à Corte Internacional de Justiça, que, em 2002, deu ganho de causa ao Cameroun em relação à soberania da Península de Bakassi. Mesmo assim, a situação só foi solucionada em 2008.

No campo econômico, a agricultura representa 20% (vinte por cento) do PIB; a atividade industrial, 19% (dezenove por cento) do PIB; refino de petróleo, 9% (nove por cento) do PIB; e o setor terciário, 46% (quarenta e seis por cento) do PIB.

O relacionamento entre o Brasil e a República do Cameroun remonta ao ano de 1960. No ano seguinte, houve visita de grupo parlamentar brasileiro ao Cameroun e de missão especial camerounesa ao Brasil. Em 1965, foi firmado acordo comercial entre eles. Durante a visita do Chanceler Gibson Barbosa, em 1972, foram assinados acordos de cooperação técnica e cultural. Em 1982, foi criada a Embaixada brasileira em Iaundê e, em 1984, estabelecida a Embaixada daquele país em Brasília. Em 1999, devido a restrições orçamentárias, foi desativada a Embaixada em Iaundê, passando a ser cumulativa com Libreville, no Gabão. Em 2005, foi reaberta a Embaixada do Brasil em Iaundê, e foram assinados protocolos de intenções nos campos da agricultura, educação e esportes. Os dois países mantêm laços muito estreitos.

Por sua vez, a República do Chade, situada na região central

da África, com população estimada em 11,27 milhões de habitantes e valor nominal do PIB igual a 7,6 bilhões de dólares, conquistou a sua independência em 1960. Uma guerra civil, iniciada em 1965, foi travada por mais de uma década. Houve inúmeras tentativas de golpes de Estado. Em 1990, Idriss Déby Itno tomou o poder, tendo sido eleito em 1996 e reeleito em 2001, 2006 e 2011.

No que concerne à política externa, a República do Chade tem relações privilegiadas com a França. O documento salienta que a China é o terceiro destino das exportações chadianas e o principal fornecedor desse país. O relacionamento com o Sudão vem se caracterizando por constantes rompimentos e reconciliações e a crise sudanesa repercute em menor estabilidade política do Chade.

No aspecto econômico, em 2010, houve sinais de recuperação. O setor petrolífero teve melhor desempenho em consequência dos aumentos de preços, pois a produção permaneceu constante; a agricultura foi impulsionada por boas safras; e o setor de serviços incentivado pelos gastos do governo em infraestrutura e pelos investimentos de origem líbia, chinesa e nigeriana, que apresentaram dinamismo acentuado. Houve crescimento de 4,5% (quatro e meio por cento) do PIB, deflação de 1% (um por cento) e melhora do desempenho da balança comercial. O país apresenta alguns desafios: a baixa capacidade do setor exportador para dinamizar outros setores, a estagnação do setor petrolífero e a incipiente diversificação econômica.

O Brasil e a República do Chade estabeleceram relações diplomáticas em 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê. As relações vêm se intensificando gradualmente, em decorrência da cooperação no campo da agricultura. Não há registro de investimento de empresa brasileira no Chade. A pauta de comércio é composta basicamente por exportações brasileiras, principalmente máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Considerando a natureza da matéria ora examinada, não cabe acrescentar outras observações no âmbito deste relatório.

Diante do exposto, em cumprimento ao disposto no art. 52, IV, da Constituição Federal, submeto à apreciação e julgamento desta douta Comissão, a escolha do Senhor **NEI FUTURO BITENCOURT**, certo de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para

5

deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 46, DE 2012** **(nº 297/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Os méritos do Senhor Nei Futuro Bitencourt que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de março de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial 'D' muito decorativa e o nome 'Diniz' visível.

EM No 00086 MRE

Brasília, 12 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **NEI FUTURO BITENCOURT**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NEI FUTURO BITENCOURT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº /DP/AFEPA/G-MRE/APES

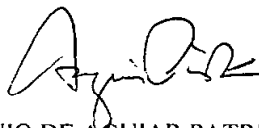
Brasília, de de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **NEI FUTURO BITENCOURT**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NEI FUTURO BITENCOURT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE NEI FUTURO BITENCOURT**

CPF.: 607.505.617-34

ID.: 8283 MRE

1957 Filho de Xamuset Campello Bittencourt e Heloisa Futuro Bittencourt, nasce em 13 de outubro, em Caicó/RN

Dados Acadêmicos:

1977 Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

1981 Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário

1987 Segundo-Secretário

1995 Primeiro-Secretário

2003 Conselheiro

2010 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1972 CPCD - IRBr

1984-85 Divisão da Europa I, assistente

1985 Divisão de Feiras e Turismo, assistente

1985-89 Embaixada em Varsóvia, Terceiro e Segundo-Secretário

1989-93 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Adjunto

1993-95 Divisão de Temas Científicos e Tecnológicos, Chefe, substituto

1995 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor

1995-96 Secretaria Geral, assessor

1996-99 Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário

1999-02 Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário

2002-04 Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, Coordenador-Geral

2004-06 Coordenação-Geral de Planejamento Administrativo, Coordenador-Geral

2006-09 Embaixada em Washington, Conselheiro

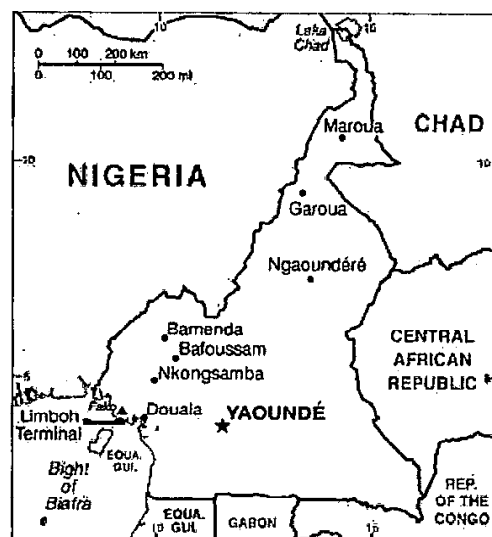
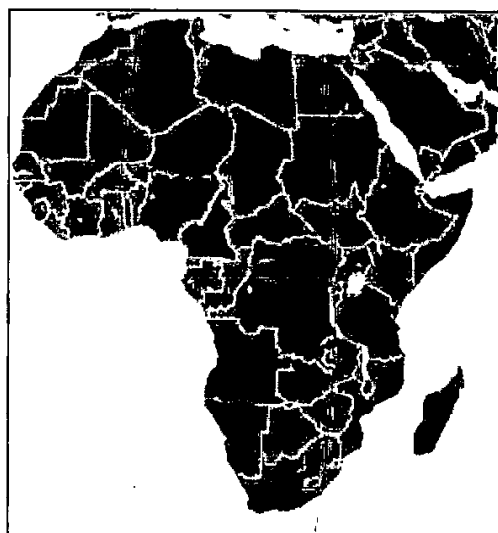
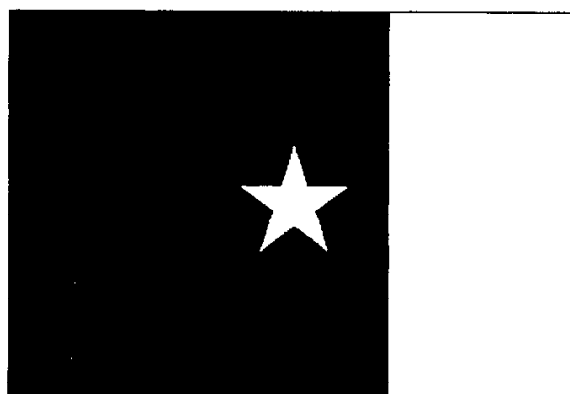
2009 Embaixada em Maputo, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado

2010 Embaixada em Maputo, Ministro-Conselheiro


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA I

REPÚBLICA DO CAMEROUN



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	5
RELAÇÕES BILATERAIS	8
POLÍTICA INTERNA.....	12
POLÍTICA EXTERNA.....	14
ECONOMIA.....	17
ANEXOS.....	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	19
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	20
ATOS BILATERAIS	22
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	24

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Cameroun
Capital:	Iaundê
Área:	469.440 km² (pouco maior que as áreas dos Estados do Paraná e de São Paulo somadas)
População (estimativa 2011):	19.711.291 habitantes
Idiomas:	Francês (70%) e inglês (30%) oficiais; mais de 240 línguas regionais (principais: fang, bamilequê, duala)
Principais religiões:	Cristianismo (56,5%); religiões tradicionais (animistas) (22,9%); islamismo (19,6%)
Sistema político:	República parlamentarista
Chefe de Estado:	Presidente Paul Biya (desde novembro de 1982)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Philemon Yang (desde julho de 2009)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Pierre Moukoko Mbonjo (desde dezembro de 2011)
PIB (estimativa FMI, 2010):	US\$ 22,4 bilhões (nominal). US\$ 44,3 bilhões (PPP)
PIB per capita (estimativa FMI, 2010):	US\$ 1.100 (nominal). US\$ 2.170 (PPP)
IDH (2011):	0,482 (150º entre 187 países)
Expectativa de vida (2011):	51,6 anos
Unidade monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Comunidade brasileira estimada:	80 pessoas

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL F.O.B) Fonte: MDIC

Brasil → Cameroun	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010	2011
Intercâmbio	20.634	30.126	88.449	106.540	132.250	136.243	106.453	174.649	174.649	141.930
Exportações	19.671	28.819	87.714	104.457	121.115	133.396	103.006	109.667	109.667	137.978
Importações	963	1.307	735	2.083	11.135	2.847	3.447	64.981	64.981	4.132
Saldo brasileiro	18.708	27.512	86.979	102.374	109.980	130.549	99.559	44.686	44.686	133.666

PERFILS BIOGRÁFICOS

Paul Biya
Presidente da República

Nasceu em Mvomeka'a, cidade ao sul do país, em 13 de fevereiro de 1933. Concluiu seus estudos primários em 1948, na Escola Católica de Nden. Em 1956, ingressou no Liceu *Louis Le Grand*, em Paris. Posteriormente, formou-se em Direito pela Universidade de Sorbonne e obteve diplomas do Instituto de Estudos Políticos de Paris e do Instituto Francês de Altos Estudos de Ultramar.

De volta ao Cameroun, na década de 1960, Biya ocupou diversos cargos na administração federal no Governo de Ahmadou Babatoura Ahidjo (1960-1982), até alcançar o posto de Secretário-Geral da Presidência da República e Diretor do Gabinete Civil, em 1968. Sua carreira progrediu de forma considerável, tendo sido Secretário-Geral da Presidência e Primeiro-Ministro de 1970 a 1982.

Em 1982, Biya sucedeu Ahidjo como Presidente da República, após renúncia do mandatário camerounês por questões de saúde. No ano seguinte, foi eleito presidente do seu partido, a União Nacional Camerounesa – renomeado “Reunião Democrática do Povo Camerounês” (RDPC) em 1985.

Em 1984, Biya foi eleito Presidente da República, tendo sido reeleito em 1988, 1992, 1997 e 2004 e 2011, para mandatos de sete anos.

Philemon Yunji Yang***Primeiro-Ministro***

Philemon Yunji Yang nasceu em 14 de junho de 1947, em Jiketem-Oku, na Província Noroeste do Cameroun. Estudou Direito na Universidade de Iaundê e tornou-se promotor de Justiça na Corte do Sudoeste, localizada na cidade de Buea, em janeiro de 1975. Foi o Embaixador do Cameroun no Canadá de 1984 a 2004.

Yang é filiado ao partido Reunião Democrática do Povo Camerounês (RDPC), de Paul Biya. Já ocupou diversas posições-chave no serviço público camerounês, tais como Ministro-Delegado de Administração Territorial (1975-1979), Ministro da Pecuária e Indústrias Animais (1979-1984) e Secretário-Geral Assistente da Presidência da República de 2004 até ser indicado como Primeiro-Ministro, em 30 de junho de 2009.

Pierre Moukoko Mbonjo***Ministro das Relações Exteriores***

Nasceu em 25 de julho de 1954, em Bonabéri-Douala.

Formado em Letras pela Universidade de Paris IV (1977), é também Mestre e Doutor em Ciência Política pela mesma universidade.

É, desde 1986, Professor do Instituto de Relações Internacionais do Cameroun (IRIC), a academia diplomática do país.

Foi Ministro das Comunicações de 2004 a 2006.

Ocupa o cargo de Secretário-Adjunto de Comunicação do Comitê Central da Reunião Democrática do Povo Camaronês (RDPC), partido governista, desde abril de 2007.

Foi nomeado para o cargo de Ministro das Relações Exteriores em 9 de dezembro de 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais com a República do Cameroun revestem-se de grande importância. Entre os países da África Ocidental e Central, o Cameroun é um dos países com os quais o Brasil mantém laços mais estreitos.

O relacionamento remonta ao ano de 1960, quando a independência do Cameroun francês foi reconhecida pelo Brasil, em 25 de janeiro. A independência do antigo *Cameroon* britânico, por sua vez, obteve reconhecimento por parte do Brasil em 19 de setembro do mesmo ano.

No ano seguinte, missão parlamentar liderada pelo deputado José Pereira Coelho de Souza (PL-RS) representou o Brasil nas festividades de comemoração da independência camerunesa. Ainda em 1961, missão especial do Cameroun visitou o Brasil.

As décadas de 1960 e 1970 conheceriam avanços no relacionamento entre os dois países. Em 1965, missão do Itamaraty ao Cameroun resultou na assinatura de Acordo Comercial bilateral. Em 1972, a visita do Chanceler Gibson Barbosa a Iaundê culminou na assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e na assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, bem como na condecoração de várias autoridades locais – inclusive o atual presidente, Paul Biya.

Na década de 1980, os dois países aprofundaram suas relações. Em 1982, foi criada a Embaixada do Brasil em Iaundê. Em 1984, estabeleceu-se a Embaixada do Cameroun em Brasília. Com a instalação de missões diplomáticas residentes, o relacionamento bilateral adquiriu maior fluidez, com maior intercâmbio de visitas oficiais, culminando na realização, em novembro de 1986, da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, em Iaundê.

Em 2003, foi criado o Grupo Parlamentar Brasil-Cameroun.

Em janeiro de 2005, realizou-se visita do Ministro Celso Amorim a Iaundê; em abril do mesmo ano, o então Presidente Lula realizou visita oficial ao Cameroun. Nessa oportunidade, foram assinados protocolos de intenções nos campos da agricultura, educação e esportes. Em agosto do mesmo ano, Brasil e Cameroun realizaram a II Reunião da Comissão Mista, em Brasília.

A III edição da Comissão Mista foi realizada em fevereiro de 2010, novamente em Brasília, a pedido da parte camerunesa, a fim de coincidir com a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Henri Eyebé Ayissi. Na oportunidade, foram assinados dois acordos bilaterais: a instituição de Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais regulares entre

as duas Chancelarias e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva.

Em março de 2010, o Ministro Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, visitou o Cameroun e assinou Acordo Bilateral para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e a Inclusão Social.

Em agosto de 2010, o presidente do Cameroun, Paul Biya, visitou o Brasil. Nessa ocasião, os laços entre os dois países foram estreitados. Foram assinados o Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura e Pecuária, o Acordo de Cooperação no Campo do Turismo – atualmente em tramitação na Casa Civil – e o Acordo sobre o Exercício de Atividades Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativa e Técnico – em tramitação na Câmara dos Deputados (PDC 475/2011).

Cooperação técnica

A cooperação técnica entre os dois países beneficia-se das constantes visitas de autoridades. Já visitaram o Brasil os Ministros do Equipamento (duas ocasiões), dos Transportes e das Minas e Energia. A Ministra Ananga Messina, da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, visitou Brasília em maio de 2010, no contexto da reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e dos Países Africanos, e novamente em agosto de 2011.

Na área agrícola, cabe lembrar o treinamento de trinta técnicos em cacauicultura da Sociedade Camerounesa de Desenvolvimento do Cacau (SODECAO) por especialistas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC/MAPA), em 2010, realizado em várias cidades no interior do Cameroun.

Também em 2010, missão pluridisciplinar camerounesa, chefiada pelo Diretor-Geral da SODECAO, Jérôme Mvondo, esteve no Brasil para manter contatos junto à EMBRAPA visando a identificar oportunidades de cooperação na área de transformação do cacau. Um dos objetivos do Cameroun é o de se beneficiar da técnica brasileira de multiplicação vegetal denominada “biofábrica”.

Em 2011, os dois países deram prosseguimento às iniciativas de cooperação. Entre os dias 7 e 11 de fevereiro, realizou-se missão da ABC ao Cameroun para estabelecer parcerias nas áreas de piscicultura, água e saneamento.

Em agosto deste ano, a vinda da ministra da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ananga Messina, deu seguimento à cooperação que os dois países têm mantido na área agrícola.

Cooperação cultural

Em março de 2010, foi reaberto Leitorado de Língua, Literatura e Cultura Brasileira na Universidade de Iaundê I.

Também merecem destaque a Retrospectiva do Cinema Brasileiro e a promoção, em julho de 2010, da “Semana Villa-Lobos”, que contou com concerto do pianista brasileiro Fábio Gardenal, exibição de filme sobre a vida de Villa-Lobos e oficina com estudantes de piano locais.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Cameroun é composta por cerca de 80 pessoas. O atendimento consular é realizado pela Embaixada do Brasil em Iaundê, que também é responsável pelo atendimento aos brasileiros no vizinho Chade.

Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil para o Cameroun.

POLÍTICA INTERNA

Em 1º de janeiro de 1960, sob a liderança de Ahmadou Ahidjo, do partido União Camerounesa (UC), a ex-colônia francesa conquistou a independência, estabelecendo-se a República do Cameroun. Em referendo realizado no território sob administração britânica, a região sul aderiu ao novo país, enquanto a parte norte, com população predominantemente muçulmana, optou por integrar-se à Nigéria. Em 1961, sob a presidência de Ahidjo, formou-se a Federação do Cameroun, com ambas as regiões preservando certa autonomia.

Durante o restante da década de 60, Ahidjo exerceu um Governo ditatorial, respaldado pelo aparato de segurança interna do país. Em 1966, o sistema multipartidário foi abolido pelo Presidente. Os partidos políticos foram amalgamados na União Nacional Camerounesa (UNC).

Em maio de 1972, após a realização de referendo em que ampla maioria dos eleitores aprovou a unificação da Federação, surgiu a República Unida do Cameroun. Em 4 de novembro de 1982, o Presidente Ahidjo renunciou ao cargo, sendo constitucionalmente substituído pelo Primeiro-Ministro, Paul Biya, dois dias depois.

No ano seguinte, a suspeita de que estaria sendo planejado golpe de Estado contra Paul Biya, em agosto, forçou Ahidjo a deixar a liderança da UNC, que passou às mãos do atual Presidente, no congresso partidário de 14 de setembro de 1983. Em abril de 1984, motim da Guarda Republicana contra Biya foi contido pelo Exército. Em 1984, Paul Biya foi eleito Presidente do Cameroun.

Em dezembro de 1990, Biya promulgou a Lei das Associações e Partidos Políticos, que restaurou o multipartidarismo no país. Era o início da abertura política. Em 1992, foi criado o cargo de Primeiro-Ministro. O cargo não possui o mesmo peso que em outros regimes parlamentaristas, e a maioria das decisões é tomada pelo Presidente. Atualmente, é ocupado por um representante da parcela anglófona da população, como forma de acalmar as tensões separatistas das regiões noroeste e sudoeste, que concentram a maioria dos falantes de inglês.

Em 1996, nova constituição passou a vigorar. A Constituição prevê um Parlamento bicameral, composto de Assembleia Nacional e Senado. Essa medida, bandeira dos setores oposicionistas, ainda não foi implementada, e o Poder Legislativo continua a ser exercido pela Assembleia Nacional, unicameral.

O Cameroun tem mais de 250 partidos, mas somente 16 concorreram nas eleições presidenciais de 2004, e 51 disputaram as eleições municipais e legislativas de 2007. Somente cinco partidos têm

representação na Assembleia Nacional, o que os torna as principais forças políticas do país. O principal deles é o “Reunião Democrática do Povo Camerounês” (RDPC), partido de Biya, que detém controle de 80% das cadeiras das assembleias, tanto locais quanto nacional.

A oposição tem como principal instrumento a Frente Social-Democrata (SDF), de John Fru Ndi. A União Democrática do Cameroun (UDC) não possui grande representatividade na Assembleia Nacional, mas tem importante apoio popular na região oeste do país.

Em 2004, o Governo iniciou luta contra a corrupção, intitulada “Operação Falcão”. Como consequência, em março de 2008, o ex-Ministro de Economia e Finanças, Polycarpe Abah-Abah, e o ex-Ministro da Saúde, Urbain Olangena Awono, foram presos, sob alegação de desvio de verbas.

Eleito presidente em 1984, Biya foi reeleito em 1988, 1992, 1997, 2004 e 2011.

Nas eleições de 2011, foi concedido, pela primeira vez, o direito de voto a cidadãos residentes no exterior – importante tema na política local, uma vez que a diáspora reúne importantes lideranças oposicionistas. A novidade, no entanto, não teve impacto nos resultados eleitorais, tendo o Presidente Paul Biya sido reeleito uma vez mais, por ampla margem.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Cameroun é relativamente discreta. No plano multilateral, o país foi, no período de 2002/2003, membro do Conselho de Segurança da ONU. Teve desempenho avaliado como correto durante sua presidência da Organização da Unidade Africana (OUA) – antecessora da atual União Africana (UA) – no período 1996/1997, quando procurou mediar conflitos na República Centro-Africana e no Chade.

O país é membro da Comunidade dos Estados da África Central (CEAC) e da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) – onde representa cerca de 50% do Produto Interno Bruto do conjunto dos seis membros da Comunidade, a saber: Cameroun, Chade, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão e Guiné Equatorial. Ambos são organismos de integração econômica, mas que constituem também foros regionais relevantes de cooperação política. É membro, também, da Organização Internacional da Francofonia e da Comunidade Britânica, evidenciando a presença das duas comunidades linguísticas do país.

China

Cameroun e China mantêm relações estreitas. Destacam-se, em particular, os investimentos chineses em infraestrutura e a concessão de empréstimos ao país africano.

O Presidente chinês Hu Jintao esteve no Cameroun em fevereiro de 2007 e assinou oito acordos de cooperação técnica. Entre os acordos, destacam-se os que foram assinados nas áreas de educação (construção de duas escolas rurais) e saúde (hospitais de ginecologia, obstetrícia e pediatria, bem como o fornecimento de equipamento médico para essas atividades). Foi assinado também um acordo quadro para um empréstimo destinado ao financiamento de projeto de telecomunicações (US\$ 4,5 milhões), e concedido empréstimo sem juros de US\$ 4,07 milhões.

Em junho de 2009, a China entregou ao Governo camerounês o Palácio Polivalente de Esportes de Iaundê, orçado em cerca de US\$ 30,1 milhões. O projeto integra a iniciativa chinesa de auxiliar no Programa Nacional de Desenvolvimento da Infraestrutura Esportiva (PNDIS) do Cameroun e é um dos diversos exemplos de obras construídas pelo Governo chinês em solo camerounês.

O Presidente Biya, que pouco se desloca ao exterior em viagens oficiais, esteve na China em cinco ocasiões (1983, 1993, 2003, 2006 e, recentemente, em julho de 2011).

Em janeiro deste ano, por ocasião da visita do Vice-Primeiro Ministro chinês, Hui Liangyu, ao Cameroun, foi assinado acordo que rege empréstimo de 450 milhões de dólares destinados à construção do porto em águas profundas de Kribi.

Na ótica do Governo camerounês, as relações com a China são “pragmáticas e exemplares”.

França

As relações com a França são ainda prioritárias. Permanece grande a influência francesa na vida econômica do país, nos acordos militares, nos vínculos culturais e educacionais, na cooperação técnica, na forte presença de nacionais franceses, entre outros.

Gabão

Cameroun e Gabão constituem os pilares da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e, nesse sentido, têm mantido diálogo construtivo em temas de política regional (constituição da força de paz na República Centro-Africana) e de integração econômica. Nesse contexto, foi lançado o projeto de criação de uma “*Air Cemar*”, que poderia substituir as duas empresas nacionais de aviação.

O Gabão abriga forte colônia de imigrantes camerouneses, muito ativos na vida econômica do país (sobretudo no ramo das pequenas empresas). O Gabão importa do Cameroun grande parte dos gêneros alimentícios que consome, assim como variada gama de produtos semimanufaturados e manufaturados simples, o que reflete o maior dinamismo e diversificação da economia camerounesa.

A integração das economias do Gabão e do Cameroun é promovida ativamente pela União Europeia e pela França, que financiam a construção de estradas de rodagem ligando as capitais dos dois países, além de favorecer conexões rodoviárias do Chade e da República Centro-Africana até os portos de Duala (Cameroun) e Libreville (Gabão).

Guiné Equatorial

O Cameroun mantém com a Guiné Equatorial relação de “cordial desconfiança”, mutuamente alimentada. Ao mesmo tempo em que os países

trabalham juntos para melhor definir suas questões fronteiriças e que realizam, periodicamente, reuniões da Comissão Mista bilateral, há recorrentes desavenças entre os dois países. A mais recente ocorreu em maio de 2009, com a expulsão de cidadãos camerouneses residentes na Guiné Equatorial. Esta não foi a primeira vez que o Governo de Obiang expulsou cidadãos camerouneses de seu território, tendo-o feito recentemente em 2004 e 2007.

Nigéria

A relação bilateral entre o Cameroun e Nigéria deteriorou-se a partir de 1994, quando ocorreram conflitos armados na Península de Bakassi – área de cerca de 1.000 km² na costa do Cameroun, habitada sobretudo por nigerianos, e cuja projeção marítima é rica em petróleo (que a Nigéria explora no denominado “Setor G”) e recursos pesqueiros, de que se beneficiam, sobretudo, os pescadores nigerianos.

O Cameroun submeteu a questão à Corte Internacional de Justiça (CIJ), que, em 10 de outubro de 2002, deu ganho de causa ao Cameroun no que se refere à soberania sobre a Península de Bakassi.

Às vésperas de uma eleição presidencial, a Nigéria pareceu inicialmente esboçar reação de inconformidade, o que ensejou decidida intervenção do Secretário-Geral da ONU, com apoio da França (que mantém militares na área) e de outros países, para o encontro de solução politicamente aceitável, sem comprometer os direitos reconhecidos ao Cameroun. Assim, foi criada Comissão Mista para implementar a decisão da Haia, com a participação de representante do Secretário-Geral da ONU.

A Nigéria, entretanto, não cumpriu a obrigação de retirar-se do território de Bakassi dentro do prazo, esgotado em 15 de setembro de 2004, alegando aceitação tácita camerounesa de alteração do calendário pertinente. A questão só foi resolvida pacificamente em agosto de 2006, quando a península foi entregue ao Cameroun. O acordo foi visto como uma grande vitória do Governo Biya. O Governo nigeriano completou a cessão em 14 de agosto de 2008.

ECONOMIA

O Produto Interno Bruto do Cameroun, quando usada a taxa oficial de câmbio, é de cerca de US\$ 20 bilhões e a renda per capita de cerca de US\$ 1.200. Usada, porém, a paridade do poder de compra, o PIB dobra para cerca de US\$ 40 bilhões, um dos mais altos da África Subsaariana, e a renda per capita para US\$ 2.200. A taxa de crescimento do PIB em 2007 foi de 2,7% e a da inflação de 1,1%.

A economia camerounesa tem oscilado segundo a flutuação dos preços internacionais dos principais produtos agrícolas de exportação, da oscilação dos preços do petróleo e das altas ocasionais da cotação do franco CFA, em paridade com o euro. Existe, porém, certo equilíbrio na economia camerounesa: agricultura (20% do PIB), atividade industrial (19%) e exploração e refino do petróleo (9%). Além desses setores, o setor terciário contribui com cerca de 46% do PIB e emprega cerca de 35% da população. É formado basicamente pela administração pública e pelo comércio.

O setor primário continua de fundamental importância: emprega cerca de 50% da população economicamente ativa. Cerca de 90% da produção agrícola se dá a nível de subsistência e 10% de plantações de escala industrial. Devido à variedade climática registrada no país, diferentes tipos de culturas predominam em cada região. Desta forma, os principais produtos na planície costeira são banana, cacau, óleo de palma, borracha e chá; no planalto do sul, café, açúcar e tabaco; e, no norte, mais seco, algodão. Apenas 15% do território camerounês é cultivado.

O setor secundário emprega 15% da população. A indústria, de relativa importância, sobretudo no contexto regional, contribui com cerca de 19% do PIB, destacando-se a produção de alumínio, refino de petróleo, reparos de navios e bens de consumo para o mercado interno, como têxteis, produtos alimentícios, cerveja, cigarro, montagem de produtos industriais importados e produtos de madeira.

Entre os problemas mais sérios para o desenvolvimento do país, podem-se mencionar, entre outros, um serviço público superdimensionado, altos impostos, dificuldade na execução dos contratos, oscilações no fornecimento de energia e deficiência dos meios de transportes.

A infraestrutura do transporte camerounês é, em geral, incapaz de sustentar o crescimento econômico do país. As rodovias, geralmente sem asfalto, tornam-se especialmente problemáticas durante a época de chuvas, o que encarece o transporte de produtos no país. O sistema ferroviário do Cameroun tem 1.009 quilômetros de extensão e é importante parte do transporte de cargas dentro do país, além de ser a principal ligação com os vizinhos Chade e República Centro-Africana. Há três aeroportos no país

(Duala, Garua e Iaundê), que atendem rotas internacionais e podem receber aeronaves de grande porte.

Desde 1990, o Governo vem trabalhando com o FMI e com o Banco Mundial em programas de saneamento da economia, de aumento da eficiência na agricultura e no comércio e de recapitalização dos bancos.

Depois de grave crise no setor bancário nos anos 90, em que vários bancos foram à falência, o Governo reestruturou o setor e transferiu sua supervisão para a Comissão Bancária da África Central (COBAC).

A política monetária fica a cargo do Banco dos Estados da África Central (BEAC), que, além de definir a política monetária de todos os países-membros da Comunidade Econômica e Monetária da África Central, fixa taxas de juros para depósitos e empréstimos e determina o lastro mínimo para os bancos comerciais.

ANEXOS

Cronologia do relacionamento bilateral

1960	Brasil reconhece a independência do Cameroun francês, em 25 de janeiro, e do Cameroon britânico, em 19 de setembro.
1961	Grupo parlamentar brasileiro visita o Cameroun, e missão especial camerounesa visita o Brasil.
1965	Assinatura de Acordo Comercial entre Brasil e Cameroun.
1972	Visita do Chanceler Gibson Barbosa a Iaundê; assinatura de Acordos de Cooperação Técnica e Cultural.
1982	Criação da Embaixada brasileira em Iaundê, cumulativa com o Chade e encarregada de acompanhar os assuntos relativos à República Centro-Africana (que não mantinha relações diplomáticas com o Brasil).
1984	Estabelecida a Embaixada do Cameroun em Brasília.
1986	Comissão Mista (Comista) Brasil-Cameroun reúne-se pela primeira vez em Iaundê; visita do Chanceler brasileiro Roberto Abreu Sodré ao Cameroun (novembro).
1999	Devido a restrições orçamentárias, a Embaixada brasileira é desativada, passando a ser cumulativa com Libreville, no Gabão.
2004	Assinatura de Memorando de Entendimento na Área de Educação.
2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Iaundê (abril); visitas do Chanceler Celso Amorim (janeiro) e do Presidente Lula (abril) ao Cameroun. Ainda nesse ano, em agosto, é realizada em Brasília a II Comissão Mista Brasil-Cameroun.
2007	Abertura de Lectorado de Língua e Literatura Brasileira na Universidade de Iaundê I.
2008	Realização da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, em Brasília (fevereiro); Visita do Ministro das Relações Exteriores camerounês, Henri Eyébe Ayissi, ao Brasil
2010	Visita ao Brasil do Presidente Paul Biya.

Cronologia histórica

Século I a.C	Presença das primeiras tribos bantus na região força a marcha dos pigmeus para as florestas no interior do atual território do país.
Século XV	Expedições portuguesas exploram a costa da região, batizando-a de “Camarões” devido à grande presença do crustáceo em seus rios.
Século XVII	Holandeses ocupam a região.
Século XVIII	Missionários britânicos fazem protestos contra o tráfico de escravos. A Sociedade Missionária Batista de Londres cria em Vitória, atual Limbé, uma colônia cristã para escravos libertos.
1884	Alemães dominam a região, criando o Protetorado do Kamerun.
1916	Durante a I Guerra Mundial, tropas britânicas e francesas forçam os alemães a deixarem o país.
1919	A Declaração de Londres divide o país em uma parte britânica (20% do território) e uma parte francesa (os 80% restantes).
1960	Independência do Cameroun Francês, que muda de nome para República do Cameroun; Ahmadou Ahidjo torna-se presidente.
1961	A ONU realiza plebiscito nas duas regiões previamente sob controle britânico. A parte norte decide pela união com a Nigéria, enquanto a seção sul se integra à República do Cameroun.
1966	Criação da <i>Union Nationale Camerounaise</i> (UNC), partido englobando as maiores tendências políticas francófonas do país.
1972	Após referendo, o Cameroun se torna um Estado unitário e passa a adotar o nome oficial de “República Unida do Cameroun”.
1982	Ahidjo renuncia à Presidência por motivos de saúde, e o Primeiro-Ministro Paul Biya assume.
1983	Ahidjo se exila, após acusações de que teria planejado golpe contra Biya.
1984	Biya é eleito presidente; muda o nome do país de volta para “República do Cameroun”.
1992	Paul Biya é reeleito na primeira eleição multipartidária do Cameroun.
1994	Começam as disputas com a Nigéria sobre a península de Bakassi.

1996	Após conflitos na fronteira, Cameroun e Nigéria aceitam mediação da ONU sobre o conflito a respeito de Bakassi.
1997	Biya é reeleito presidente por mais sete anos.
2000	O Banco Mundial aprova financiamento para a construção de oleoduto ligando o Chade ao Cameroun, apesar dos protestos de ativistas dos direitos humanos e ambientais.
2004	Biya é mais uma vez eleito presidente, por mais sete anos.
2006	Após decisão da Corte Internacional de Justiça em favor do Cameroun, a Nigéria desocupa a Península de Bakassi. O processo de transferência de soberania da Península em favor do Cameroun se completa em 2008.
2008	Emenda constitucional permite reeleições ininterruptas para Paul Biya.
2011	Biya é reeleito para novo mandato de sete anos.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto n.º	Data
Acordo Comercial	05/06/1965	07/10/1966	61860	06/12/1967
Acordo de Cooperação Técnica	14/11/1972	20/09/1973	73158	14/11/1973
Acordo Cultural	14/11/1972	20/09/1973	73158	14/11/1973
Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo	04/08/2010	Em tramitação na Casa Civil		
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	04/08/2010	Em tramitação na Câmara dos Deputados (PDC 475/2011)		

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾	2011 ⁽³⁾
Exportações (fob)	4.652	4.899	5.593	3.792	4.471	1.674
Importações (cif)	2.916	3.614	4.344	3.929	4.482	1.672
Balança comercial	1.736	1.285	1.249	-137	-111	-2
Intercâmbio comercial	7.568	8.513	9.937	7.721	8.953	3.346

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Division of Trade Statistics, September 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balança de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) pré-est. Última posição disponível em 09/07/2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	18,2	18,7	19,1	19,5	20,0
Densidade demográfica (hab/Km ²)	38,3	39,3	40,2	41,0	42,1
PIB Nominal (US\$ bilhões) ⁽²⁾	18,0	20,7	23,4	23,7	23,6
Crescimento real do PIB (%) ⁽³⁾	3,2	3,5	2,9	2,0	2,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,4	3,5	5,3	1,0	3,1
Reservas internacionais (US\$ milhões)	1.735	2.932	3.091	3.676	3.665
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	3,3	3,0	2,8	2,9	3,1
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽³⁾	522,9	479,3	447,8	472,2	495,3

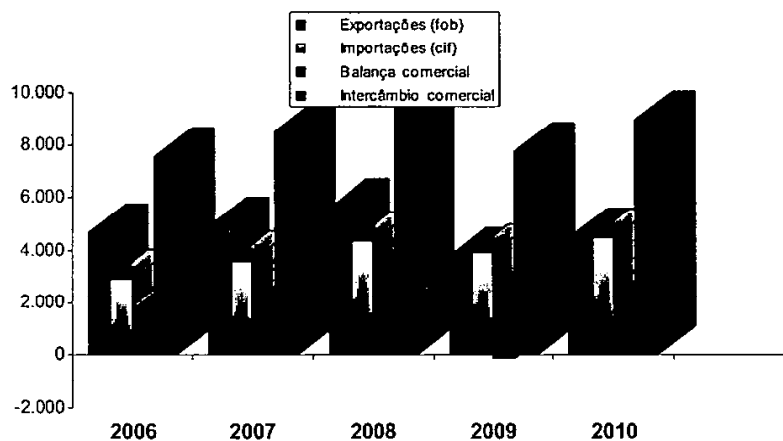
Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de Economist Intelligence Unit, Country Report July 2011.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2006: estimativa.

(3) 2010: dado real.

COMÉRCIO EXTERIOR DO CAMEROUN



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
Espanha	1.089	19,5%	484	12,8%	670	15,0%	257	15,3%
Países Baixos	445	7,9%	555	14,6%	571	12,8%	173	10,4%
China	436	7,8%	362	9,5%	420	9,4%	231	13,8%
Itália	742	13,3%	467	12,3%	413	9,2%	166	9,9%
França	451	8,1%	217	5,7%	290	6,5%	117	7,0%
Estados Unidos	584	10,4%	243	6,4%	283	6,3%	69	4,1%
Índia	29	0,5%	58	1,5%	189	4,2%	80	4,8%
Reino Unido	132	2,4%	158	4,2%	147	3,3%	23	1,4%
Chade	120	2,1%	105	2,8%	133	3,0%	50	3,0%
Bélgica	221	4,0%	171	4,5%	131	2,9%	62	3,7%
Gabão	112	2,0%	98	2,6%	125	2,8%	47	2,8%
Gana	85	1,5%	75	2,0%	95	2,1%	36	2,1%
Trinidad and Tobago	79	1,4%	69	1,8%	88	2,0%	33	2,0%
Portugal	26	0,5%	109	2,9%	77	1,7%	11	0,6%
Alemanha	131	2,3%	41	1,1%	77	1,7%	83	5,0%
<i>Brasil</i>	3	0,1%	3	0,1%	65	1,5%	1	0,1%
SUBTOTAL	4.685	83,8%	3.215	84,8%	3.775	84,4%	1.436,8	85,8%
DEMAIS PAÍSES	908	16,2%	577	15,2%	696	15,6%	237,2	14,2%
TOTAL GERAL	5.593	100,0%	3.792	100,0%	4.471	100,0%	1.674,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FAI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-abril, última posição disponível em 05/05/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010 ⁽¹⁾	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES								
França	927	21,3%	824	21,0%	850	19,0%	324	19,4%
China	419	9,6%	457	11,6%	595	13,3%	222	13,3%
Nigéria	607	14,0%	423	10,8%	554	12,4%	235	14,0%
Bélgica	270	6,2%	260	6,6%	247	5,5%	93	5,6%
Alemanha	166	3,8%	133	3,4%	180	4,0%	54	3,2%
Costa do Marfim	52	1,2%	125	3,2%	159	3,5%	30	1,8%
Estados Unidos	138	3,2%	169	4,3%	146	3,2%	68	4,1%
Tailândia	95	2,2%	110	2,8%	132	2,9%	55	3,3%
Índia	105	2,4%	74	1,9%	124	2,8%	52	3,1%
Itália	135	3,1%	112	2,9%	122	2,7%	47	2,8%
<i>Brasil</i>	147	3,4%	109	2,8%	121	2,7%	26	1,6%
Países Baixos	109	2,5%	114	2,9%	93	2,1%	43	2,6%
África do Sul	63	1,5%	66	1,7%	84	1,9%	27	1,6%
Espanha	73	1,7%	67	1,7%	77	1,7%	25	1,5%
Reino Unido	61	1,4%	51	1,3%	62	1,4%	28	1,7%
Mauntânia	50	1,1%	43	1,1%	55	1,2%	21	1,2%
Turquia	36	0,8%	55	1,4%	53	1,2%	30	1,8%
República da Coreia	49	1,1%	36	0,9%	53	1,2%	23	1,4%
Paquistão	90	1,4%	32	1,4%	40	1,0%	14	1,0%
Cingapura	27	0,6%	32	0,5%	40	0,8%	13	0,8%
SUBTOTAL	3.618	83,3%	3.293	83,8%	3.787	84,5%	1.428,4	85,4%
DEMAIS PAÍSES	726	16,7%	636	16,2%	695	15,5%	243,6	14,6%
TOTAL GERAL	4.344	100,0%	3.929	100,0%	4.482	100,0%	1.672,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FAI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-abril, última posição disponível em 05/05/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 1 0 ⁽¹⁾	
		Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)			
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais		1.649	43,7%
Cacau e suas preparações		754	20,0%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira		612	16,2%
Frutas; cascas de cítricos e de melões		260	6,9%
Borracha e suas obras		154	4,1%
Alumínio e suas obras		100	2,7%
Algodão		92	2,4%
Café, chá, mate e especiarias		71	1,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		15	0,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		8	0,2%
Subtotal		3.715	98,5%
Demais Produtos		56	1,5%
Total Geral		3.771	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)			
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais		537	14,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		466	12,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos		279	7,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		264	7,0%
Cereais		225	6,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		142	3,8%
Produtos farmacêuticos		134	3,6%
Plásticos e suas obras		100	2,7%
Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos		95	2,5%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose		80	2,1%
Sal, enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento		56	1,5%
Peixes e crustáceos, moluscos		52	1,4%
Gorduras e óleos animais ou vegetais		49	1,6%
Subtotal		2.479	66,1%
Demais Produtos		1.165	33,9%
Total Geral		3.644	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Carrações não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 06/09/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. DE CAMARÕES ⁽¹⁾					
(US\$ mil, fob)					
	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	104.457	121.115	133.398	103.006	109.668
Variação em relação ao ano anterior	19,1%	15,9%	10,1%	-22,8%	6,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	1,4%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Importações	2.083	11.135	2.847	3.447	64.981
Variação em relação ao ano anterior	183,4%	434,5%	-74,4%	21,1%	1785,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	106.540	132.250	136.244	106.453	174.649
Variação em relação ao ano anterior	20,5%	24,1%	3,0%	-21,9%	64,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	0,7%	0,7%	0,5%	0,6%	0,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	102.374	109.980	130.549	99.559	44.687

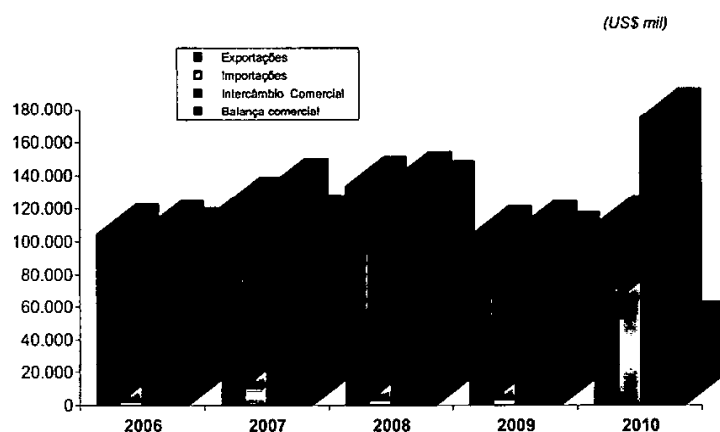
Elaborado pelo MRE/OPRIOC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/AfriqueWeb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. DE CAMARÕES		
(US\$ mil, fob)		
	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	54.327	86.105
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-29,0%	58,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,7%	1,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,5%	0,6%
Importações	63.489	1.170
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	5671,7%	-98,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	29,1%	0,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,8%	0,0%
Intercâmbio Comercial	117.816	87.275
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	51,9%	-25,9%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	0,8%	0,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,3%
Balança Comercial	-9.162	84.935

Elaborado pelo MRE/OPRIOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AfriqueWeb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-REPÚBLICA DE CAMARÕES 2006 - 2010



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. CAMARÕES		2008	%	2009	%	2010	%
(US\$ mil, fob)			no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Açúcares e produtos de confeitaria	13.705	10,3%	8.133	7,9%	33.678	30,7%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	19.496	14,6%	41.316	40,1%	31.724	28,9%	
Produtos químicos inorgânicos	70.617	52,9%	20.910	20,3%	26.796	24,4%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.653	1,2%	4.547	4,4%	4.695	4,3%	
Ferro fundido, ferro e aço	7.321	5,5%	3.572	3,5%	4.067	3,7%	
Veículos automóveis, tratores suas partes e acessórios	432	0,3%	605	0,6%	2.158	2,0%	
Sal, enxofre, terras. Pedras, gesso, cal e cimento	7.863	5,9%	320	0,3%	0	0,0%	
Cereais	0	0,0%	8.862	8,6%	0	0,0%	
Subtotal	121.087	90,8%	88.265	85,7%	103.118	94,0%	
Demais Produtos	12.309	9,2%	14.741	14,3%	6.550	6,0%	
TOTAL GERAL	133.396	100,0%	103.006	100,0%	109.668	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. CAMARÕES						
(US\$ mil, fob)	2 0 0 8	% no total	2 0 0 9	% no total	2 0 1 0	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais	0	0,0%	0	0,0%	61.387	94,5%
Borracha e suas obras	1.247	43,8%	2.489	72,2%	3.127	4,8%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.592	55,9%	704	20,4%	450	0,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	0	0,0%	0	0,0%	13	0,0%
Subtotal	2.839	99,7%	3.193	92,6%	64.977	100,0%
Demais Produtos	6	0,3%	254	7,4%	4	0,0%
TOTAL GERAL	2.847	100,0%	3.447	100,0%	64.981	100,0%

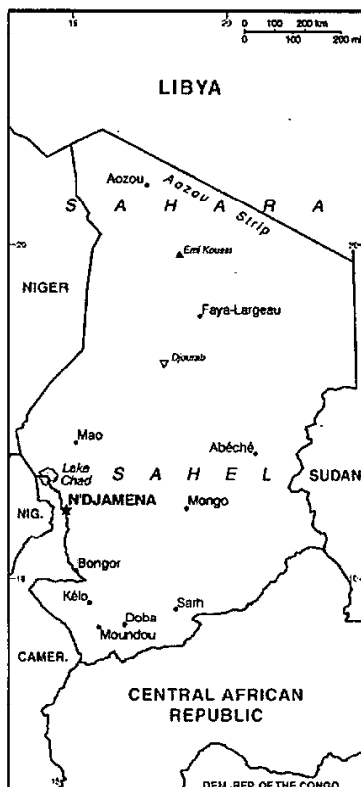
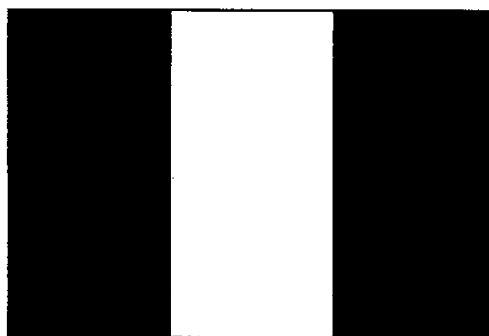
Elaborado pelo MRE/DPP/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/ARCSweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CAMARÕES				
	2 0 1 0 (jan-ago)	% do total	2 0 1 1 (jan-ago)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitaria	10.134	18,7%	47.360	55,0%
Produtos químicos inorgânicos	16.072	29,6%	30.137	35,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.159	5,8%	2.726	3,2%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	0	0,0%	937	1,1%
Carnes e miudezas, comestíveis	320	0,6%	519	0,6%
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	576	1,1%	307	0,4%
Veículos automotores, tratores, ciclos	1.940	3,6%	229	0,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	18.213	33,5%	65	0,1%
Subtotal	50.414	92,8%	82.280	95,6%
Demais Produtos	3.913	7,2%	3.825	4,4%
TOTAL GERAL	54.327	100,0%	86.105	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Borracha e suas obras	1.868	2,9%	576	49,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	218	0,3%	299	25,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	286	24,4%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	61.387	96,7%	0	0,0%
Subtotal	63.473	100,0%	1.161	99,2%
Demais Produtos	0	0,0%	9	0,8%
TOTAL GERAL	63.489	100,0%	1.170	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPP/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/ARCSweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA I

REPÚBLICA DO CHADE



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	7
POLÍTICA INTERNA.....	9
POLÍTICA EXTERNA	11
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	13
ANEXOS	15
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	16
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	16
ATOS BILATERAIS	16
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	17

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Chade
Capital:	N'Djamena
Área:	1,284 milhão de km ² (aproximadamente a área do Estado do Pará)
População (Censo 2009):	11,27 milhões
Idiomas:	Francês (oficial), árabe (oficial), sara (no sul) e mais de 120 línguas e dialetos
Principais religiões:	Islamismo (53,1%), catolicismo (20,1%), protestantismo (14,2%) e crenças tradicionais (7,3%) (Censo de 1993)
Sistema político:	República presidencialista
Chefe de Estado:	Presidente Idriss Déby Itno (desde dezembro de 1990)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Emmanuel Nadingar (desde março de 2010)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Ministro Moussa Faki Mahamat (desde abril de 2008)
PIB (FMI, 2010):	US\$ 7,6 bilhões (nominal) US\$ 16,9 bilhões (PPP)
PIB per capita (FMI, 2010):	US\$ 743 (nominal) US\$ 1.653 (PPP)
IDH (PNUD, 2011):	0,328 (183º entre 187 países avaliados)
Expectativa de vida (PNUD, 2011):	49,6 anos
Unidade monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Comunidade brasileira estimada:	Não há registro de brasileiros no Chade

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL F.O.B.)

Brasil – Chade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	261	364	143	527	725	4.444	4.411	2.558	2.808	2.530
Exportações	261	341	143	520	720	4.434	4.411	2.285	2.807	2.528
Importações	0	23	0	7	5	10	0	273	1	2
Saldo brasileiro	261	318	143	513	715	4.424	4.411	2.012	2.806	2.526

Fonte: MDIC.

PERFIS BIOGRÁFICOS**Idriss Déby Itno**
Presidente da República

Idriss Déby Itno nasceu na cidade de Berdoba, no nordeste do Chade, em 1952. Estudou na Escola de Oficiais de N'Djamena, tendo obtido, em 1976, licença de piloto profissional na França. É muçulmano.

De retorno ao Chade, Déby aproximou-se de Hissène Habré, líder rebelde que chegou ao poder em 1982. Promovido a coronel, Déby voltou à França, onde cursou a Escola de Guerra Inter-Exércitos (1986-1987). Novamente no Chade, é nomeado Conselheiro de Defesa por Habré. Em 1989, desentendimentos com o Presidente Hissène Habré levaram Déby a exilar-se na Líbia e, em seguida, no Sudão, onde cria o “Movimento Patriótico de Salvação” (MPS).

Em dezembro de 1990, Déby chega ao poder por meio de um golpe de estado. Após seis anos de Governo, ocorreram as primeiras eleições multipartidárias do Chade, que foram vencidas por Déby. O Presidente foi reeleito em 2001, 2006 e 2011, em pleitos boicotados pela oposição.

Emmanuel Nadingar
Primeiro-Ministro

Nascido em Bebidja, sudoeste do Chade, em 1959, Nadingar obteve a formação de contador em Brazzaville (República do Congo). Fundou, em meados dos anos 1990, o “Partido Nacional para a Recuperação e o Desenvolvimento”, que se fundiu ao “Movimento de Salvação Patriótica”, do Presidente Déby.

Antes de assumir o cargo de Primeiro-Ministro, em março de 2010, Nadingar atuara como Ministro da Defesa, Ministro do Petróleo e Ministro da Descentralização.

Moussa Faki Mahamat
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Moussa Faki nasceu em Biltine, no leste do Chade. Tem doutorado em Direito Público, obtido em Brazzaville (República do Congo). Após o golpe de Hissène Habré, Moussa Faki exilou-se e somente retornou ao Chade em 1991, quando Déby já era Presidente.

Ente 1999 e 2002, foi Chefe de Gabinete de Déby, e, em 2001, foi também diretor de campanha para a reeleição do Presidente.

Foi Primeiro-Ministro do Chade entre 2003 e 2005.

Em 2007, foi apontado Presidente do Conselho Econômico, Cultural e Social do país.

Em 2008, assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELACIONES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê. Desde então, as relações vêm se intensificando gradualmente, principalmente em decorrência da cooperação no campo da agricultura. A ex-Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, por exemplo, visitou o Brasil em maio de 2010, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Cooperação técnica – Projeto Cotton-4

Embora não haja acordo de cooperação técnica em vigor entre o Brasil e o Chade, o país africano é um dos beneficiários do Projeto “Cotton-4”, que está sendo executado com base em acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a União Africana.

Benin, Burkina Faso, Chade e Mali – países em cujas economias a produção algodoeira tem grande importância – formam o chamado “Cotton-4”, agrupamento que visa a fortalecer a posição de seus membros na Organização Mundial do Comércio em questões relativas ao algodão.

O projeto Cotton-4 está entre os mais importantes projetos de cooperação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para o continente africano.

O projeto de cooperação começou a ser negociado em fevereiro de 2009, quando também ficou definido que sua sede ficaria em Sotuba, no Mali. O projeto visa ao fortalecimento da cadeia produtiva do algodão nos quatro países participantes através da transferência de variedades brasileiras de algodão, desenvolvidas pela Embrapa, além da difusão de técnicas de melhoramento e pesquisa a técnicos e especialistas.

Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, designada pelo Governo malinês, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, os quais são ministrados por membros da Embrapa. Ademais, foi montada uma unidade demonstrativa com quatro hectares de área, onde foram feitos os testes e a adaptação das variedades brasileiras às condições de clima e de solo da região. O projeto conta também com um representante permanente da Embrapa, responsável pela supervisão dos testes e manutenção das unidades.

Em novembro de 2009, o ex-Chanceler Celso Amorim, o Presidente do Mali e o Ministro da Agricultura malinês visitaram Sotuba

para participar da primeira colheita e lançar a pedra fundamental das edificações previstas no projeto. Em 2010, ocorreu a segunda colheita, com resultados ainda mais satisfatórios que no ano anterior. Concomitantemente, foram instaladas nos outros três países participantes unidades de validação e demonstração para reprodução dos testes realizados em Sotuba e aplicação do conhecimento adquirido ao longo das capacitações do projeto. Até o momento, ocorreram oito cursos, formando mais de cem técnicos dos quatro países. No segundo semestre de 2011, a revitalização de Sotuba e a construção dos laboratórios serão concluídos e o complexo será inaugurado.

Classificado como um “Projeto Estrutural”, o Cotton-4, cujo orçamento ultrapassa os 5 milhões de dólares, almeja não somente transferir técnicas e tecnologias desenvolvidas pelo Brasil, mas também deixar, ao seu término, uma estrutura permanente de capacitação. Esse elemento faz do Cotton-4 um polo difusor de conhecimento do continente e um fator de coesão e fortalecimento regional. Devido a tais características, o projeto por mais de uma vez foi apresentado, estudado e discutido no âmbito da OMC, como modelo a ser seguido para a cooperação internacional e a transferência de tecnologia.

Comércio e investimentos bilaterais

Desde 2006, mesmo com os efeitos da crise, o intercâmbio se multiplicou por quatro, passando de US\$ 726 mil para US\$ 2,8 milhões – valores, no entanto, ainda muito modestos. A pauta de comércio é composta basicamente por exportações brasileiras, principalmente máquinas, aparelhos e matérias elétricos (75%).

Não há registros de investimentos de empresas brasileiras no Chade.

Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT)

A Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT) foi criada pela Resolução 1778 (2007) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de garantir a proteção de civis, especialmente dos refugiados darfurianos no Chade e na República Centro-Africana.

Em 15 de janeiro de 2010, o Governo do Chade solicitou à ONU a retirada da MINURCAT de seu território. Na ocasião, argumentou que a menor intensidade do conflito em Darfur e os entendimentos bilaterais

entre os Governos do Chade e do Sudão reduziam as chances de novos influxos de refugiados sudaneses em território chadiano.

Unanimemente aprovada, a Resolução 1923 determinou que o efetivo militar fosse reduzido para 1900 indivíduos até 15 de julho de 2010. A retirada completa das tropas se completou em 31 de dezembro de 2010. O Chade assumiu o compromisso de assegurar a proteção de civis.

O Brasil votou a favor da Resolução 1923, no entendimento de que o país anfitrião tem o direito soberano de solicitar a retirada de missão de paz, sem prejuízo de suas obrigações – nesse caso, mantida a obrigação do Governo do Chade para com a proteção de civis.

Assuntos consulares

Não há registros de brasileiros no Chade. O atendimento consular está sob a jurisdição da Embaixada do Brasil em Iaundê (Cameroun).

Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil para o Chade.

POLÍTICA INTERNA

Ex-colônia francesa, o Chade tornou-se independente em 1960, tendo por primeiro Presidente François Tombalbaye. Enfrentando forte oposição na região norte do país, Tombalbaye, político sulista, foi, com o passar dos anos, impondo um regime crescentemente autoritário. Nesse contexto, inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década.

Cada vez mais isolado no âmbito interno e externo, Tombalbaye foi deposto e morto em 1975. Não obstante, o país permaneceu instável politicamente. O General Félix Malloum, novo Presidente, entrou em conflito com movimento liderado por Hissène Habré, a Frente de Libertação Nacional do Chade, principal força rebelde do norte.

Como resultado desses novos embates, formou-se, em 1979, governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Oueddei, líder de outra importante frente de libertação. Contudo, desentendimentos com o movimento de Habré levaram a novos conflitos, que só foram equacionados, em favor do último, depois de vários anos de choques armados e em função de intervenção militar francesa.

A despeito desse desfecho, o estabelecimento de um regime cada vez mais autoritário alienou o apoio externo e interno a Habré. Em 1989, depois de desentendimentos com o Presidente Habré, Déby Itno, naquele momento ocupando importante cargo na hierarquia militar, voou para o Sudão para lançar o Movimento Patriótico de Salvação. Apoiado pelo Sudão e pela Líbia e ainda contando com a simpatia francesa, Déby logrou chegar ao poder em 1990.

Ao assumir a Presidência da República, Déby comprometeu-se com a transição para a democracia. A organização de partidos políticos de oposição foi autorizada em 1992. Além disso, concedeu-se mais liberdade de expressão e de imprensa. Por fim, em 1996, aprovou-se uma Constituição via referendo, e realizaram-se eleições, vencidas por Déby.

Em 2004, aprovaram-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumentou-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais. Embora essas emendas tenham sido aprovadas tanto pela Assembléia Nacional como por referendo, elas geraram uma série de críticas entre os tradicionais opositores e alguns apoiadores de Déby.

Nesse contexto, a oposição civil conseguiu organizar-se melhor. Surgiu, em 2004, a Coordenação dos Partidos Políticos em Defesa da Constituição, que, apesar de não ter evitado o referendo referente às reformas constitucionais, realizou um efetivo boicote às eleições presidenciais de 2006. Nesse mesmo período, grupos armados foram criados ou se fortaleceram. A instabilidade importada da crise no Sudão

dificultava ainda mais a governabilidade do país. Em 2008, rebeldes chegaram a cercar o palácio presidencial, mas Déby, com apoio logístico francês, conseguiu resistir.

Desde então, acordos com lideranças oposicionistas, a chegada das missões da União Europeia e, posteriormente, da ONU, e a retomada das relações diplomáticas e militares com o Sudão parecem ter contribuído para a diminuição da violência.

Eleições parlamentares foram realizadas em fevereiro de 2011. O Movimento Patriótico de Salvação, de Déby, conquistou 113 cadeiras das 188 disponíveis. Os três principais partidos opositores (a União Nacional pela Democracia e Renovação, a União pela Renovação e Democracia e a Federação Ação pela República) obtiveram apenas 20 assentos.

Déby foi reeleito Presidente do Chade, para seu terceiro mandato consecutivo, em 21 de abril de 2011. Os candidatos oposicionistas boicotaram o pleito, como já haviam feito em 2006.

POLÍTICA EXTERNA

Para compreender a política externa chadiana, faz-se necessário analisar as relações do país com as grandes potências, com as nações vizinhas e também com as organizações africanas de integração.

A França, ex-metrópole, continua a desempenhar papel de extrema importância na política interna chadiana. A presença de tropas francesas em território chadiano – embora inexistia um tratado bilateral de defesa – é fator que, nos momentos de crise, influi na permanência ou queda dos Governos estabelecidos. Foi assim na década de 1980, quando tropas francesas intervieram diretamente contra as tropas líbias e a favor de Habré, governante que, porém, não lograria contar com apoio francês em seu conflito com Déby Itno, em 1990. Este, por sua vez, foi apoiado militarmente pela França nos momentos de maiores tensões políticas.

Embora a França ocupe uma posição de hegemonia no campo político e militar e seja o segundo principal país de origem das importações do Chade, outros países também se destacam na área econômica. Nessa esfera, vale ressaltar a posição dos Estados Unidos, principal destino do petróleo explorado pelo consórcio liderado pela empresa americana *ExxonMobil*. Na parte política, as relações com os norte-americanos estão centradas em acordo para o combate de atividades terroristas.

Com relação à China, o Chade também é afetado pelo avanço do país asiático sobre o Continente Africano. Após o rompimento das relações diplomáticas com Taiwan e do estabelecimento de relações com Pequim, em 2006, a presença chinesa faz-se cada vez mais visível, principalmente no setor petrolífero. A China já é o terceiro destino das exportações chadianas e o principal fornecedor desse país.

Quanto aos países vizinhos, cabe destacar as relações com Sudão, Líbia e Cameroun. O relacionamento com o Sudão vem se caracterizando pelos constantes rompimentos e reconciliações. A crise no Sudão vem tendo consequências para estabilidade política do Chade. As levadas de refugiados sudaneses têm sido fontes de problemas de ordem política e humanitária para autoridades chadianas. Mais importante ainda era o apoio dado pelo governo sudanês às atividades de grupos rebeldes opositores do Presidente Déby.

Em janeiro de 2010 os dois países restabeleceram relações diplomáticas e militares. Seguiu-se, no mês seguinte, uma visita de Déby Itno a Darfur. Em março, foi assinado acordo para patrulhamento conjunto das fronteiras, o qual vem sendo cumprido com resultados positivos para segurança no leste do Chade.

As relações com a Líbia ocupam, desde a assunção de Déby ao poder, posição de destaque na política externa chadiana. O país, à época de

Muammar Kadhafi, foi importante mediador nas disputas com o Sudão. Além disso, a nação vizinha realizou importantes investimentos na infraestrutura chadiana.

Compartilhando fronteira de aproximadamente 800 km, Chade e Cameroun mantêm relações bastante cordiais. As relações econômicas dos países também são bastante intensas. O oleoduto que escoia boa parte da produção petrolífera chadiana passa por território camaronês. Além disso, esse país é o terceiro principal fornecedor de produtos para o Chade.

O Chade é membro da União Africana (UA) e das organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). No âmbito da UA, o país, que normalmente mantém perfil discreto, destacou-se ao ser indicado como um dos cinco representantes do Painel de Alto Nível para Solução da Crise em Côte d'Ivoire.

A Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), formada por Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, Congo-Brazzaville, República Centro-Africana e Gabão, é um projeto de integração com viés político e econômico. Os países membros da organização compartilham moeda e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento regional.

Em 2010, a organização anunciou importantes medidas, tais como: a criação do passaporte CEMAC, que dispensará a necessidade de visto para deslocamentos intrarregionais; e o estabelecimento de uma companhia área para melhorar o transporte entre os países. No contexto de denúncias de corrupção, foram anunciadas também reformas no Banco Central regional (Banco dos Estados da África Central), que concederam maior autonomia para essa instituição. No entanto, o maior problema de ordem monetária da região – a paridade do Franco FCA com o Euro e a consequente ausência de uma política monetária verdadeiramente autônoma – ainda deverão ser enfrentados.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central é composta, por sua vez, pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Um dos principais objetivos dessa organização é formar um mercado único na África Central. Interesses econômicos diversificados, desavenças políticas e o engajamento dos países membros em diferentes organizações regionais são fatores que têm impedido o sucesso pleno da consecução desses objetivos.

ECONOMIA

Até o início da década de 1990, a economia do Chade era baseada em atividades agrícolas e pastorais bastante tradicionais. Não produzindo nenhum bem de grande demanda no mercado internacional, havia sérias dificuldades para a monetização da economia e, dessa forma, para a dinamização das relações mercantis. Regionalmente, o Sul, com terras mais férteis, concentrava a maior parte da população, que, majoritariamente, retirava seu sustento do cultivo do algodão. O Norte, mais árido, possuía menor densidade demográfica.

A economia do país, contudo, modificou-se rapidamente com a descoberta de consideráveis reservas de petróleo, no início dos anos 1990. Transformações significativas tiveram lugar em decorrência dos investimentos necessários para implantar a indústria petrolífera. O país, após longo período de conflitos internos, apresentou modesto crescimento do PIB nos anos 1990 (média de 2,1% a.a), que se acelerou entre 2001 e 2005 (média de 6% a.a).

A natureza dessas mudanças é mais bem compreendida quando se faz uma análise estrutural da economia chadiana. Embora a distribuição territorial da população tenha se mantido relativamente estável e apesar de a produção de algodão continuar importante para o sustento de 10% da população chadiana, percebe-se um claro declínio da participação das atividades agropecuárias no PIB (saíram de 34% e chegaram a 17%). Ademais, houve considerável incremento da capacidade de gasto do Estado, uma vez que suas receitas cresceram significativamente. Por fim, houve mudança bastante significativa nas exportações do país, que, além de terem crescido exponencialmente, estão baseadas quase que unicamente em um produto: o petróleo.

Apesar das esperanças de desenvolvimento e de estabilidade política decorrente da implantação da nova economia, muita pouca coisa efetivamente foi alcançada. A segurança nacional e a estabilidade política continuam ameaçadas pela existência de inúmeras milícias. As recorrentes crises alimentares, por sua vez, são fortes indícios de que as condições de vida da população pouco se alteraram.

Se a situação do país já não era positiva, o quadro piorou a partir de 2006, quando a produção parou de crescer e, mais recentemente, quando se iniciou uma trajetória de declínio. Essa queda na produção é associada à diminuição da produtividade do importante campo de Doba, no sul do país. Há sérios questionamentos se o início da produção no campo de Ronier, previsto para este ano, poderá reverter essa trajetória.

Nesse contexto adverso, o PIB, entre 2006 e 2009, passou a apresentar crescimento mais baixo e volátil: em 2006 e 2007, o crescimento

foi próximo a zero; em 2008, acima de 10%; e em 2009, negativo em decorrência da crise financeira internacional. Refletindo menor dinamismo econômico e impactadas pelos gastos com segurança e infraestrutura, além do desperdício gerado pela corrupção, as contas fiscais deterioraram-se continuamente, o que gerou uma série de atritos com os países doadores e com os órgãos multilaterais de crédito.

As contas externas também passaram por processo de deterioração. O país, em 2009, perdeu mais da metade de suas reservas, que eram de US\$ 1,3 bi e passaram para US\$ 600 mi. Os amplos saldos comerciais e as remessas de chadianos que vivem em outros países não são suficientes para cobrir os déficits nas contas de serviço e de rendas. Esse último é extremamente alto em decorrência das remessas de lucros das multinacionais petrolíferas. O país depende, portanto, da boa vontade dos doadores e dos investimentos diretos estrangeiros.

Em 2010, no entanto, a economia deu sinais de recuperação. O setor petrolífero teve melhor desempenho em decorrência dos aumentos de preços (a produção permaneceu constante), a agricultura, impulsionada por boas safras, e o setor de serviços, estimulados pelos gastos do governo em infraestrutura e pelos investimentos estrangeiros (líbios, chineses e nigerianos) apresentaram dinamismo acentuado. O PIB cresceu 4,5%. A balança comercial teve um desempenho melhor e voltaram-se a acumular reservas. Em decorrência das boas safras, verificou-se deflação de 1%, o que contrasta com o aumento de preços de 10% em 2009.

Segundo estimativas, o crescimento do PIB em 2011 foi de 2,5% e a inflação apresentou o valor de 6,5%. Os resultados, menos positivos que os apresentados em 2010, são em parte atribuídos à crise na vizinha Líbia, que teve repercussões no Chade.

O país apresenta como desafios certos problemas estruturais, a saber: baixa capacidade do setor exportador de dinamizar outros setores, setor petrolífero estagnado e incipiente diversificação econômica.

ANEXOS

Cronologia das relações bilaterais Brasil-Chade

1996 - Estabelecimento de relações diplomáticas;
2009 - Início do Projeto de Cooperação entre o Brasil e os países do “ <i>Cotton-4</i> ”;
2010 - Visita da então Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, ao Brasil.

Cronologia histórica

1960 - O Chade alcança sua independência em 1960, sob a liderança de François Tombalbaye;
1965 - Inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década;
1975 - François Tombalbaye é retirado do poder e morto. Assume o General Félix Malloum;
1979 - Forma-se governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Ouedde;
1982 - Habré chega ao poder;
1990 - Déby Itno lidera golpe de Estado e assume a Presidência;
1992 - A organização de partidos políticos de oposição é autorizada;
1996 - Aprova-se, via referendo, constituição. Déby Itno é eleito Presidente;
2001 - Déby Itno é reeleito Presidente da República;
2004 - Aprovaram-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumenta-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais;
2006 - Déby Itno é reeleito. Oposição realiza boicote;
2011 - Déby é reeleito Presidente. Oposição novamente boicota o pleito.

Atos bilaterais

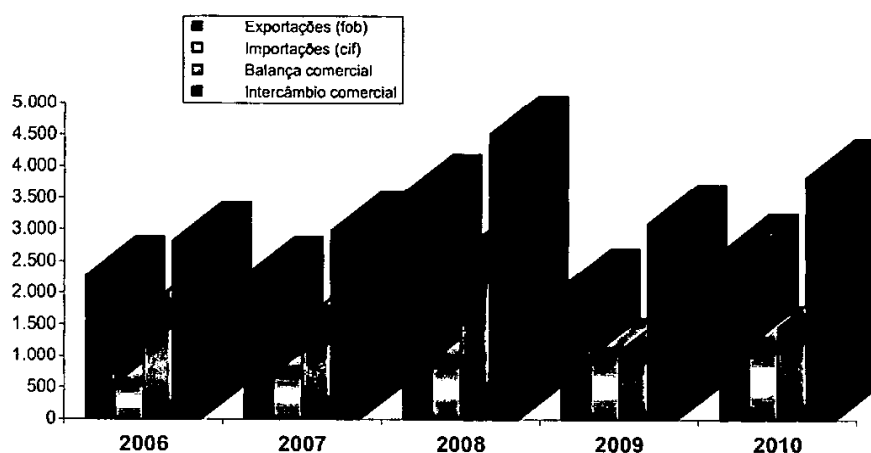
Não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e o Chade.

Dados econômico-comerciais

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	2.280	2.278	3.588	2.104	2.660	820
Importações (cif)	542	712	932	1.008	1.187	365
Balança comercial	1.738	1.566	2.656	1.096	1.473	455
Intercâmbio comercial	2.822	2.988	4.520	3.112	3.847	1.185

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

(1) janeiro - abril



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2008	no total	2009	no total	2010	no total	2011 ⁽¹⁾	no total
EXPORTAÇÕES								
Estados Unidos	3155	67,9%	1873	89,0%	1918	72,1%	667	81,3%
China	38	1,0%	69	2,8%	251	16,9%	75	9,2%
Países Baixos	16	0,4%	32	1,5%	124	4,7%	9	1,0%
Alemanha	19	0,3%	9	0,2%	85	3,2%	4	0,5%
França	50	1,4%	100	4,8%	43	1,6%	51	6,2%
Brasil	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	3.268	91,1%	2.068	98,3%	2.621	98,5%	806	98,2%
DEMAIS PAÍSES	320	8,9%	36	1,7%	39	1,5%	14	1,8%
TOTAL GERAL	3.588	100,0%	2.104	100,0%	2.660	100,0%	820	100,0%
IMPORTAÇÕES								
China	88	9,4%	169	16,8%	353	29,8%	63	17,1%
França	157	16,8%	181	16,0%	173	14,5%	56	15,2%
Canadá	132	14,1%	115	11,1%	146	12,3%	55	15,0%
Estados Unidos	69	7,4%	69	6,8%	97	8,2%	12	3,3%
Bélgica	27	2,9%	36	3,5%	43	3,6%	18	4,9%
Arábia Saudita	42	4,5%	29	2,9%	38	3,2%	16	4,4%
Índia	27	2,9%	55	5,0%	31	2,6%	15	4,1%
Países Baixos	36	3,9%	40	3,9%	30	2,5%	8	2,2%
Singapura	41	4,4%	34	3,4%	28	2,5%	19	5,2%
Alemanha	50	5,3%	25	2,5%	28	2,3%	6	1,7%
Nigéria	27	2,9%	19	1,8%	24	2,0%	10	2,8%
Finlândia	1	0,1%	2	0,2%	23	1,9%	58	15,9%
Reino Unido	24	2,6%	25	2,5%	20	1,7%	3	1,0%
Ucrânia	85	9,2%	48	4,8%	14	1,1%	2	0,5%
Índia	19	2,1%	6	0,6%	12	1,0%	14	3,7%
África do Sul	9	1,0%	8	0,8%	10	0,8%	4	1,1%
Espanha	5	0,6%	8	0,6%	10	0,8%	3	0,7%
Costa do Marfim	4	0,5%	7	0,7%	8	0,7%	3	0,8%
Brasil	0	0,0%	5	0,5%	3	0,2%	3	0,7%
SUBTOTAL	842	90,3%	864	85,7%	1.093	92,0%	334	91,5%
DEMAIS PAÍSES	90	9,7%	144	14,3%	94	8,0%	23	6,5%
TOTAL GERAL	932	100,0%	1.008	100,0%	1.187	100,0%	365	100,0%

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, March 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

(1) janeiro - abril

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2010 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil)			
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	2.853	89,5%	
Produtos químicos inorgânicos/isótopos	79	2,5%	
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	72	2,3%	
Subtotal	3.004	94,2%	
Demais Produtos	184	5,8%	
Total Geral	3.188	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ mil)			
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	262	29,6%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	104	11,7%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	74	8,4%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	67	7,6%	
Ferro fundido, ferro e aço	30	3,4%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	28	3,2%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	28	3,2%	
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	24	2,7%	
Produtos farmacêuticos	24	2,7%	
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos e féculas	23	2,6%	
Plásticos e suas obras	19	2,1%	
Preparações alimentícias diversas	15	1,7%	
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	13	1,5%	
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	12	1,4%	
Produtos diversos das indústrias químicas	12	1,4%	
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	11	1,2%	
Subtotal	746	84,2%	
Demais Produtos	140	15,8%	
Total Geral	886	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap

O Chade não informou dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível 02/09/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHADE ⁽¹⁾		2006	2007	2008	2009	2010
		(US\$ mil - fob)				
Exportações		720	4.434	4.411	2.285	2.897
Varição em relação ao ano anterior		38,5%	515,6%	-0,5%	-48,2%	22,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África		0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações		10	10	10	273	1.101
Varição em relação ao ano anterior		23,6%	85,3%	100,0%	n.a.	-99,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		726	4.444	4.411	2.558	2.898
Varição em relação ao ano anterior		37,7%	512,5%	-0,7%	-42,0%	8,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial		715	4.425	4.411	2.012	2.898

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Acevedo

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país a não-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

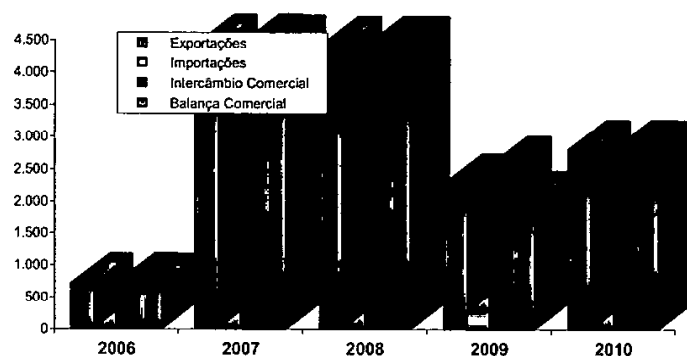
n.a. - não aplicável

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHADE		2010	2011
		(US\$ mil, fob)	(jan-ago)
Exportações		1.576	2.343
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior		9,1%	48,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,0%	0,0%
Importações		0,90	1,55
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior		2627,3%	71,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		1.577	2.345
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior		9,1%	48,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África		0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%
Balança Comercial		1.575	2.341

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Acevedo

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE 2006-2010

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE		2008		2009		2010	
	US\$ mil - fob	valor	% total	valor	% total	valor	% total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		2.039	46,2%	989	43,3%	2.119	75,5%
Carnes e miúdos de carneiros		379	8,6%	403	17,6%	249	8,9%
Veículos automotores, tratores, etc		0	0,0%	177	7,7%	206	7,3%
Produtos farmaciais		0	0,0%	0	0,0%	150	5,4%
Apóceres e produtos de confeitaria		336	7,6%	548	24,0%	47	1,7%
Café e suas preparações		12	0,3%	11	0,5%	22	0,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		1.199	27,2%	9	0,4%	7	0,2%
Outros produtos de origem animal		0	0,0%	4	0,0%	4	0,1%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos		8	0,2%	15	0,7%	0,42	0,0%
Subtotal		3.975	90,1%	2.285	100,0%	2.805	99,9%
Demais Produtos		436	9,9%	0	0,0%	2	0,0%
TOTAL GERAL		4.411	100,0%	2.285	100,0%	2.807	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE		US\$ mil - fob		2008	% total	2009	% total	2010	% total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)									
Gomas, resinas e outros látex e extratos vegetais		0,0	0,0%	0,0	0,0%	60,0	60,0%	60,0	60,0%
Relógios e aparelhos semelhantes e suas partes		0,0	0,0%	0,0	0,0%	32,3	32,3%	32,3	32,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Veículos automotores, tratores, ciclos		0,0	0,0%	273	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal		0	0,0%	0	0,0%	92,3	92,3%	92,3	92,3%
Demais Produtos		0	0,0%	0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL GERAL		0	0,0%	273	100,0%	92,3	92,3%	92,3	92,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE		2010	%	2011	%
(US\$ mil : fob)		(jan-ago)	do total	(jan-ago)	do total
EXPORTAÇÕES (Principais grupos de produtos)					
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		5	0,3%	1.120	47,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		1.286	81,6%	773	33,0%
Veículos automotíveis, tratores, ciclos		0	0,0%	191	8,2%
Carnes e miudezas comestíveis		153	9,7%	177	7,6%
Subtotal		1.444	91,6%	2.261	96,5%
Demais Produtos		132	8,4%	82	3,5%
TOTAL GERAL		1.576	100,0%	2.343	100,0%
IMPORTAÇÕES (Principais grupos de produtos)					
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		0,0	0,0%	1,53	98,77%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		0,0	0,0%	0,02	0,97%
Aparelhos de relojoaria e suas partes		0,32	35,6%	0,00	0,00%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		0,0	0,0%	0,00	0,00%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais		0,6	63,3%	0,00	0,00%
Subtotal		0,9	98,9%	2	99,7%
Demais Produtos		0	0,1%	10	0,0%
TOTAL GERAL		0,9	100,0%	1,55	0,0%

Elaborado pelo MRE/OPR/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Alas web.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2011.

Aviso nº 540 - C. Civil.

Em 28 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/07/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:13006/2012

4

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Presidencial nº 49, de 2012 (nº 300, de 28.06.2012, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.*

RELATOR: Senador **ANIBAL DINIZ**

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 103, III, do Regimento Interno, opinar sobre a indicação do Sr. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Do currículo do diplomata em referência, consta que ele nasceu em Porto Alegre (RS), em 29 de janeiro de 1957, filho de Sebastião Eulálio de Oliveira Lima e Isis Pinto Dias Lima, e que concluiu o Bacharelado em Direito na Universidade de Brasília – UnB.

Em 1983, o candidato ao referido cargo de Embaixador iniciou a carreira diplomática como Terceiro Secretário. Em 1987, passou a Segundo Secretário e, em 1994, passou, por merecimento, a Primeiro Secretário. Foi promovido, também por merecimento, aos postos de Conselheiro, em 2002; e de Ministro de Segunda Classe, em 2007.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso Preparatório à Carreira Diplomática (1982), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1991), e o Curso de Altos Estudos (2007), com a apresentação da tese intitulada “O UNIDROIT e os Esforços Internacionais de Harmonização do

Direito Privado. A Participação do Brasil”.

Quando em serviço no Brasil, o diplomata indicado exerceu, no Ministério das Relações Exteriores, a função de Assistente da Divisão de Ásia e Oceania II, Assistente da Divisão de Informação Comercial, Assistente da Divisão da América Meridional I, Chefe, substituto, da Divisão Jurídica e de Assessor Internacional do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

No exterior, o diplomata em referência, prestou serviços na Embaixada em Buenos Aires, na Embaixada em Caracas, nas Embaixadas em Lisboa, Ottawa, Roma, La Paz e no Consulado-Geral em Chicago, onde exerce, desde 2008, o cargo de Cônsul-Geral Adjunto.

É autor do trabalho “A Harmonização do Direito Privado”, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão em 2008.

Para fins de apreciação das relações bilaterais entre Brasil e Nigéria, foram anexadas, à aludida mensagem presidencial, pelo Ministério das Relações Exteriores, informações detalhadas da conjuntura política e econômica daquele país.

A República Federal da Nigéria – localizada no oeste do continente africano – com população estimada em 162,5 milhões de habitantes, é o país mais populoso da África. Antiga colônia britânica, conquistou a sua independência em 1960. Desde então, tem sido marcada por instabilidade política e social.

Em relação à política externa, a Nigéria tem-se firmado como membro ativo da comunidade internacional. A participação nigeriana foi determinante para a formação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Participou, intensamente, das operações de paz na Libéria e em Serra Leoa. A Nigéria pleiteia ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Hoje, os Estados Unidos são o mais importante parceiro econômico da Nigéria. Existe cooperação mútua em matéria de segurança e de combate ao terrorismo. A sua política externa é afetada por fatores da sua política interna, tais como a proporção significativa de muçulmanos e a existência de grupos fundamentalistas islâmicos, e de fatores da política externa como a dependência em relação a países ocidentais e rivalidades com outros países africanos. É relevante a influência econômica e política chinesa na Nigéria.

Na área econômica, o PIB da Nigéria é o maior da África Ocidental e o terceiro maior do continente africano, com valor nominal igual a 244 bilhões de dólares (2011). O setor petrolífero é o principal setor da economia nigeriana, que tem a décima maior reserva de petróleo do mundo e a segunda maior da África. Os constantes superávits da balança comercial nigeriana devem-se ao petróleo. O gás natural é outra riqueza nigeriana, sendo que o país tem a oitava maior reserva do mundo e a maior do continente africano. O setor de mineração parece promissor. A produção agrícola, atualmente relegada a segundo plano, já foi setor importante da economia nacional.

O Brasil e a Nigéria estabeleceram relações diplomáticas em 1961. O relacionamento bilateral é caracterizado pela fluidez e cordialidade, consequência dos fortes laços culturais entre os dois países. A criação da Cúpula África-América do Sul (atual ASA) é fruto da iniciativa diplomática brasileira e nigeriana. Em 2012, o Ministro de Comércio e Investimentos e delegação técnica da Comissão Fiscal da Nigéria visitaram o Brasil. Foi instituído Grupo de trabalho para promover a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, gás, eletricidade, eficiência energética e de biocombustíveis. No que tange à participação do empresariado brasileiro no setor energético nigeriano, destaca-se que a Andrade Gutierrez está estudando a possibilidade de realizar projeto de construção de infraestrutura naquele país.

O Brasil mantém com a Nigéria dois projetos de cooperação técnica na área da agricultura. Um deles diz respeito à produção e processamento industrial de mandioca e à produção e processamento de frutas tropicais e hortaliças, cuja instituição executora é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Esses projetos permitem o treinamento de técnicos nigerianos em unidades da Embrapa e a transferência de tecnologias e recursos genéticos vegetais brasileiros. Ao todo, esses projetos contemplam a capacitação de 45 técnicos. Existe, ainda, cooperação na área de arrecadação de tributos.

O documento ressalta que a Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil na África. Em 2011, os combustíveis representaram 99,8% das importações brasileiras oriundas da Nigéria, ao passo que 56,4% do petróleo importado pelo Brasil é de origem nigeriana.

Até o momento, segundo a Embaixada brasileira em Abuja, a única empresa brasileira com atividades na Nigéria é a Petrobras. Em 2011,

missão nigeriana no Brasil manteve contato com diversos interlocutores, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e com as construtoras Odebrecht e OAS. A Nigéria oferece oportunidades para as empresas brasileiras, tanto no setor energético, quanto no setor de construção rodoviária e de engenharia pesada.

No que refere a financiamentos e seguros de exportações, a dívida em atraso da Nigéria com o Brasil foi reescalada em 2006, com remissão parcial no valor de quase 85 milhões de dólares e pagamentos já efetuados no total de pouco mais de 67 milhões de dólares.

Em face do exposto, submetemos ao exame e julgamento desta Comissão a indicação do Sr. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, constante da aludida mensagem presidencial, atendendo ao disposto no art. 52, IV, da Constituição Federal, entendendo que os seus ilustres membros já dispõem dos elementos suficientes para a apreciação da escolha presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 49, DE 2012** **(nº 300/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Os méritos do Senhor João André Pinto Dias Lima que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de junho de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'S' e uma assinatura que parece ser 'Pinto'.

EM nº 00137/2012 MRE

Brasília, 11 de Abril de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 0137/DP/AFEPA/G-MRE/APES

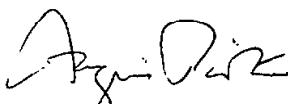
Brasília, 11 de abr11 de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**

CPF.: 24531715187

ID.: 8286/MRE

1957 Filho de Sebastião Eulálio de Oliveira Lima e Isis Pinto Dias Lima, nasce em 29 de janeiro, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1981 Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília-UnB
1982 CPCD - IRBr
1991 CAD-IRBr
2007 CAE-IRBr, O UNIDROIT e os Esforços Internacionais de Harmonização do Direito Privado. A Participação do Brasil.

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário
1987 Segundo-Secretário
1994 Primeiro-Secretário, por merecimento
2002 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

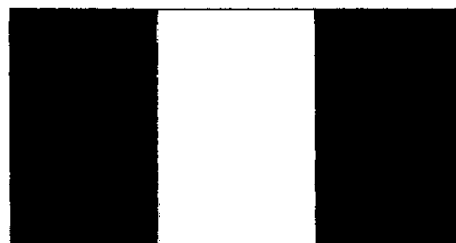
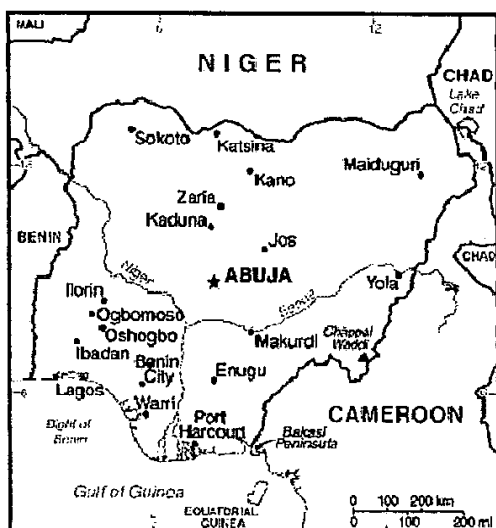
1984 Divisão de Ásia e Oceania II, assistente
1985 Divisão de Informação Comercial, assistente
1987 Embaixada em Buenos Aires, Terceiro e Segundo-Secretário
1990 Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1993 Divisão da América Meridional I, assistente
1994 Embaixada em Lisboa, Primeiro-Secretário
1998 Embaixada em Ottawa, Primeiro-Secretário
2001 Divisão Jurídica, Chefe, substituto
2003 Presidência da República, Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Assessor Internacional
2003 Embaixada em Roma, Conselheiro
2007 Embaixada em La Paz, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
2008 Consulado-Geral em Chicago, Ministro de Segunda Classe, Cônsul-Geral Adjunto

Publicação:

2008 A Harmonização do Direito Privado, FUNAG, Brasília

**ANA PAULA SIMÕES SILVA**

Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA**

Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	5
RELAÇÕES BILATERAIS	7
POLÍTICA INTERNA.....	14
POLÍTICA EXTERNA	19
ECONOMIA	23
ANEXOS	26
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	26
CRONOLOGIA HISTÓRICA	26
ATOS BILATERAIS	28
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	31

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República Federal da Nigéria
CAPITAL:	Abuja
ÁREA:	923.768 km ² (pouco maior que a de Mato Grosso)
POPULAÇÃO:	162,5 milhões (país mais populoso da África)
IDIOMA:	Inglês (oficial); mais de 500 línguas africanas (principais: hauçá, iorubá, igbo e fula)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (50%), cristianismo (40%), religiões tradicionais africanas (10%)
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Goodluck Jonathan (desde maio de 2010)
CHANCELER:	Olubenga Ayodeji Ashiru (desde julho/2011)
PIB (2011)	US\$ 244 bilhões
PIB PPP (2011)	US\$ 323 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB:	7,4% (2011); 7,9% (2010); 7,0% (2009); 6,0% (2008); 6,4% (2007)
PIB PER CAPITA (2010):	US\$ 1.574
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US\$ 3.230
UNIDADE MONETÁRIA:	Naira
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) - 2011:	0,459 (156º de 187 países no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011):	51,9 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2011):	60,8%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Vincent Amrib-Okun Okoedion
EMBAIXADORA EM ABUJA:	Ana Cândida Perez
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	1.212 brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil – Nigéria	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	1.976.139	4.006.265	3.596.242	5.291.920	6.793.421	8.241.872	5.826.817	6.783.227	9.578.443
Exportações	469.634	505.235	953.226	1.373.624	1.512.357	1.535.590	1.066.462	862.541	1.192.085
Importações	1.516.505	3.501.030	2.643.016	3.918.296	5.281.064	6.706.282	4.760.354	5.920.686	8.386.358
Saldo	-1.046.871	-2.995.795	-1.689.790	-2.544.672	-3.768.707	-5.170.692	-3.693.891	-5.058.145	-7.194.273

PERFIS BIOGRÁFICOS

Goodluck Jonathan
Presidente

Goodluck Jonathan nasceu no estado de Bayelsa, sul da Nigéria, em 1957. Como a maioria dos sulistas nigerianos, segue o cristianismo. Jonathan graduou-se em Ciências e é Doutor em Zoologia.

Integra o PDP (*People's Republic Party*), sigla que tem dominado a vida política da Quarta República Nigeriana (estabelecida em 1999). O PDP segue orientação liberal e ocupa, no espectro político nigeriano, posições mais à direita.

Entre dezembro de 2005 e maio de 2007, Jonathan governou seu estado natal, principal área produtora de petróleo do país e palco de atuação de grupos rebeldes, como o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger.

Em dezembro de 2006, foi escolhido como candidato a Vice-Presidente na chapa liderada por Umaru Yar'Adua. Em maio de 2007, tornou-se Vice-Presidente da Nigéria, após vitória nas eleições de abril. Por ocasião do afastamento da presidência, por motivos de saúde, do Presidente Yar'Adua, no início de 2010, Jonathan tornou-se Presidente em exercício.

Em abril de 2011, venceu as eleições presidenciais, com 58% dos votos. Seu mandato se estenderá até 2015.

Olugbenga Ashiru
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 27 de agosto de 1948, em Ijebu-Ode, Ogun. Formou-se em História – especialização em Relações Internacionais – pela Universidade de Lagos. Em 1972, ingressou na carreira diplomática, tendo servido em Tóquio, Estocolmo, Bangui, Londres, Pyongyang (Embaixador) e Pretória (Alto Comissário).

Foi Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Europeus, Diretor de Regiões do Mundo e Subsecretário para Regiões do Mundo e Organizações Internacionais. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em julho de 2011, após a eleição de Presidente Jonathan. É casado e tem quatro filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, nesse mesmo ano, foi criada a Embaixada do Brasil em Lagos. A Nigéria estabeleceu Embaixada residente no Brasil em 1966.

O relacionamento bilateral tem sido marcado pela fluidez e cordialidade, consequência natural dos fortes laços culturais que unem os dois países. É relevante observar que não houve interrupção das relações nem mesmo durante períodos de crise na Nigéria, como a intervenção militar de 1966 e a guerra de Biafra (1967-1970), região cujas pretensões secessionistas o Brasil não reconheceu. A relação bilateral sofreu um distanciamento no período ditatorial de Sani Abacha (1993-1998), quando a Nigéria enfrentou período de isolamento internacional por conta das violações aos direitos humanos atribuídas ao Governo nigeriano.

A partir do final da década de 1990, o relacionamento bilateral começou a adquirir renovado impulso, que já se fez notar com a visita do General Olusegun Obasanjo a Brasília, em abril de 1999, ainda na condição de Presidente eleito. Em novembro de 2000, também o Vice-Presidente nigeriano, Atiku Abubakar, visitou oficialmente o Brasil, por ocasião da realização da IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria. Abubakar também esteve no Brasil em setembro de 2002, para participar do Congresso Mundial de Petróleo, no Rio de Janeiro.

Em abril de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Nigéria. No ano seguinte, o Presidente brasileiro retornou a Abuja para participar da Cúpula África - América do Sul (então chamada AFRAS, atualmente ASA). Cabe registrar que a própria criação desse mecanismo deveu-se, em grande parte, às iniciativas diplomáticas do Brasil e da Nigéria.

O Presidente Lula e o Presidente Umaru Yar'Adua mantiveram, ainda, encontro bilateral em 2007, à margem da Cúpula do G8+5, em Heiligendamm, Alemanha. Em julho de 2009, o Presidente Yar'Adua realizou visita oficial ao Brasil.

Em março de 2010, o então Ministro-Chefe da Secretaria Especial para Promoção de Políticas de Igualdade Racial, Edson Santos, chefiou Delegação à Nigéria. A visita culminou na assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas áreas de Direitos Culturais, Combate à Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas.

Em 22 de junho de 2010, Brasil e Nigéria realizaram Reunião de Consultas Políticas, em Abuja. O temário do encontro foi equilibrado entre temas multilaterais, regionais e bilaterais.

Em julho do mesmo ano, o Ministro da Defesa da Nigéria, Adetokumbo Kayode, realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que foi assinado Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa.

Em 2012, houve visitas ao Brasil do Ministro de Comércio e Investimentos, Olusegun Aganga (19 a 22 de março) e de delegação técnica da Comissão Fiscal da Nigéria (30 de janeiro a 1º de fevereiro), cujo mandato consiste em revisar, periodicamente, as fórmulas e princípios de alocação de receitas entre os entes que compõem a Federação Nigeriana.

Cooperação na área de energia

Em julho de 2009, os dois países assinaram Memorando de Entendimento estabelecendo as condições para a criação de Grupo de Trabalho a fim de promover a cooperação bilateral nos campos de petróleo, gás, eletricidade, eficiência energética e biocombustíveis.

No mesmo mês, o Presidente Umaru Yar'Adua realizou visita ao Brasil e manteve encontro com o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. O mandatário nigeriano solicitou maiores investimentos da empresa brasileira em seu país e informou que a Nigéria daria início a novas rodadas de licitação de campos de exploração de hidrocarbonetos, nas quais a participação da Petrobras seria muito apreciada.

O interesse nigeriano pela cooperação energética com o Brasil manteve-se no Governo Jonathan. Por ocasião da Posse da Presidenta da República, Dilma Roussef, o Vice-Presidente Sambo encontrou-se, em Brasília, com o então Presidente da Petrobras, o Dr. Sérgio Gabrielli, com quem acordou a assinatura do Memorando de Entendimento entre a NNPC (*Nigerian National Petroleum Corporation*) e a Petrobras, cobrindo as áreas de pesquisa e desenvolvimento, refino, marketing e comercialização.

No que se refere à participação da iniciativa privada brasileira no setor energético nigeriano, o Diretor de Mercados da Zagope (subsidiária da Andrade Gutierrez em Portugal), Fernando Furtado, visitou Abuja, de 26 a 28 de janeiro de 2011, para encontrar-se com o Ministro da Energia e com o Sr. Ibrahim Shehu Njiddah, Diretor do Conselho Nacional de Energia (*National Energy Council*). A missão empresarial teve por objetivo obter subsídios para que a AG estude a possibilidade de realizar projeto de construção de infraestrutura na Nigéria.

Cooperação técnica

A Agência Brasileira de Cooperação mantém com a Nigéria dois projetos de cooperação técnica na área da agricultura, a saber: Produção e Processamento Agroindustrial de Mandioca e Produção e Processamento

de Frutas Tropicais e Hortaliças. Pela parte brasileira, a instituição executora é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela parte nigeriana o *Agricultural Research Council of Nigeria* (ARCN). A implementação desses projetos de cooperação tem permitido o treinamento de técnicos nigerianos em unidades da Embrapa e a transferência de tecnologias e recursos genéticos vegetais brasileiros, importantes no contexto do sistema agroclimático e ecológico das regiões onde o projeto tem sido implementado.

O projeto de produção e processamento de mandioca contempla o treinamento de 20 técnicos, e o de frutas prevê a capacitação de 25 técnicos nigerianos nos centros de excelência da EMBRAPA. Ao final desses projetos, espera-se que os técnicos nigerianos estejam capacitados nas áreas de procedimento biotecnológico, melhoramento genético, práticas de proteção de plantas e operação do processo agroindustrial. Os técnicos também adquirirão competência para elaborar, monitorar e avaliar projetos agrícolas, com vistas ao fortalecimento, desenvolvimento e sustentabilidade desse setor. Em maio e junho de 2010, foram realizadas as primeiras capacitações dos projetos. A Embrapa deverá agendar novas capacitações em 2012.

Em 24 de fevereiro de 2012, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Nigéria, por meio da Embaixada em Abuja, transmitiu o interesse do país em beneficiar-se do programa “Mais Alimentos África”, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em sua resposta à demanda nigeriana, o MDA esclareceu ser necessária, como medida inicial, a redação conjunta de Projeto de Cooperação Técnica bilateral, específico para o programa.

Cooperação na área de arrecadação de tributos

Entre 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2012, missão fiscal nigeriana visitou Brasília com o objetivo de conhecer o sistema de arrecadação de tributos brasileiro. O desenvolvimento de um modelo de arrecadação de tributos eficiente é considerado essencial para a Nigéria, uma vez que atualmente as receitas do estado nigeriano advêm quase exclusivamente do setor petrolífero.

Candidaturas

Em 2011, a Nigéria apoiou a candidatura do professor José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da FAO. A Nigéria apoiou também a

candidatura do Embaixador Gilberto Saboia à Comissão de Direito Internacional (CDI).

Comércio Bilateral

A Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano. O comércio bilateral (exportações e importações), que em 2002 foi de US\$ 1,5 bilhão, elevou-se para US\$ 8,2 bilhões em 2008. Em 2010, declinou para US\$ 6,7 bilhões, mas em 2011 as trocas se recuperaram e atingiram a soma de US\$ 9,5 bilhões. Em 2011, o Brasil teve déficit de US\$ 7,1 bilhões no comércio com a Nigéria.

Os principais produtos da pauta bilateral de exportação do Brasil são açúcar e cereais, que, juntos, respondem por 65% do total. As importações brasileiras oriundas da Nigéria compõem-se quase que exclusivamente de combustíveis (99,8%, em 2011). Em 2010, 56,4% do petróleo importado pelo Brasil veio da Nigéria. Os constantes déficits com esse país africano e o alto peso desempenhado pelo petróleo nas trocas entre os dois países fazem com que o Governo brasileiro defenda a diversificação da pauta de comércio bilateral.

Em 2010, foi estabelecida, em Lagos, Câmara de Comércio e Indústria Nigéria-Brasil. Em agosto do ano passado, houve missão nigeriana ao Brasil, a qual manteve contatos com diversos interlocutores, como a FIESP, a Odebrecht e a OAS.

Financiamentos e investimentos

Em abril de 2008, o BNDES abriu ao *First Bank of Nigeria* e ao *Guaranty Trust Bank* linha de crédito de US\$ 63 milhões, para financiar exportações de produtos brasileiros, reatando, após vinte anos, as relações financeiras entre o Brasil e a Nigéria.

Missão empresarial liderada pelo então Ministro da Indústria, do Comércio e Desenvolvimento, Miguel Jorge visitou a Nigéria em 10 e 11 de junho de 2009, havendo-se estimado o fechamento de negócios da ordem de US\$ 5 milhões e um potencial futuro de contratos no valor de cerca de US\$ 230 milhões.

Segundo a Embaixada do Brasil em Abuja, a única empresa brasileira com atividades na Nigéria é a Petrobrás. A empresa mantém atividades em território nigeriano desde 1998, com operações em águas profundas no Delta do Rio Níger. Possui participação, como operadora, no bloco OPL 315 e, como não operadora, nos blocos OML 127 (Agbami) e OML 130 (Akpo). O campo de Agbami iniciou sua produção em julho de

2008 e o de Akpo em março de 2009. Segundo a Petrobras, haveria boas perspectivas de ampliação das atividades da empresa naquele país.

Há registro de investimentos diretos da Nigéria no Brasil nos setores de comércio atacadista de madeira/material de construção, comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, e incorporação de empreendimentos imobiliários.

Oportunidades para empresas brasileiras

A Nigéria oferece grandes oportunidades no setor de energia. No dia 26 de agosto de 2010, o Presidente da Nigéria, Goodluck Jonathan, apresentou, em Lagos, o *Roadmap for the Nigerian Power Sector Reform*, que prevê a reforma do setor de energia no país, com grande abertura à participação do setor privado. Segundo esse documento, o Governo nigeriano deverá desligar-se, no médio prazo, da geração e distribuição de energia no país. O plano apresentado prevê a privatização de 11 companhias distribuidoras e 6 companhias geradoras de eletricidade.

Como mencionado, o Governo da Nigéria tem incentivado a participação de empreiteiras brasileiras na construção de usina hidrelétrica de grande porte na região de Mambilla, no estado de Taraba. A usina, com produção anual estimada em 2600 mil megawatts, poderá duplicar a capacidade nigeriana de geração de energia. A Andrade Gutierrez fez visitas à Nigéria, em 2010, para avaliar o projeto, cujo custo é estimado em US\$ 4 bilhões.

Convém destacar que, no início de 2007, o Governo nigeriano assinou contrato como a empresa chinesa *China Gezhouba Group Corporation* (uma das principais construtoras da usina de Três Gargantas, na China) para dar início à execução do projeto de Mambila, que teria financiamento do Eximbank chinês. Suspeitas de irregularidade na concessão do projeto, no entanto, de acordo relatório publicado, em 2009, pelo instituto britânico *Chatham House*, teriam levado à sua interrupção, em outubro de 2007. Desde então, o Governo nigeriano estaria em busca de novas fontes de financiamento.

Estão avançadas as tratativas entre empresas dos dois países com vistas ao uso do etanol misturado ao combustível, que prevê a instalação de uma usina de processamento de cana-de-açúcar no estado de Benue. A Nigéria pretende ainda solicitar apoio brasileiro para o processamento de palmeira, com vistas a fomentar a pequena indústria moveleira local e mesmo exportar MDF (tipo de aglomerado de madeira utilizado em larga escala pela indústria de móveis).

Grandes empresas brasileiras do setor de construção rodoviária e de engenharia pesada têm demonstrado interesse em levar sua experiência

para a Nigéria. Especialistas brasileiros em transporte desempenharam papel relevante no recém-inaugurado sistema de transportes urbanos de Abuja. Sistemas semelhantes poderão ser implantados em outras cidades da Nigéria. O Brasil poderia oferecer apoio para a construção de estações rodoviárias, que inexistem, hoje, na Nigéria. São de origem brasileira a maior parte dos ônibus urbanos interestaduais que trafegam no país. É preciso lembrar, entretanto, que a ausência de conexões aéreas diretas entre os dois países é empecilho para o desenvolvimento de relações empresariais mais amplas.

A necessidade de se estabelecer tais conexões, bem como a vontade brasileira em diversificar a pauta de comércio bilateral foram temas discutidos pelo Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Nuruddeen Mohammed em 26 de novembro de 2011, por ocasião da reunião ministerial da ASA (América do Sul – África).

Em janeiro de 2012, a empresa aérea nigeriana *Arik Air* manifestou interesse em estabelecer possíveis canais de diálogo com a ANAC visando a dar início a voos diretos entre os dois países.

Restrições às exportações de carnes

A legislação nigeriana (*Import Prohibition Order*) proíbe importações de produtos agrícolas, tais como carnes bovina e suína, frutas frescas, óleos vegetais e animais vivos, como forma de proteção do mercado local.

Apesar de o Governo nigeriano ter-se comprometido a alterar sua legislação, até o presente momento, a *Import Prohibition Order* não sofreu alterações e continua vigente. Acerca desse tema, o Brasil manteve reunião bilateral com a Delegação da Nigéria às margens da 49ª Sessão do Comitê sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC), em outubro de 2010. Na ocasião, a representante nigeriana esclareceu, em caráter informal, que a lista de restrições estaria sendo revista, de modo a que o país possa adequar-se às regras da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados do Oeste da África). Não soube precisar, porém, quando a nova lista de produtos seria editada.

Não obstante, avalia-se que a chave para ter acesso ao mercado nigeriano parece estar na associação, parceria ou outro tipo de entendimento de empresas brasileiras com empresários locais. A facilitação da entrada de produtos agrícolas na Nigéria requer entendimentos com os grandes importadores e investimento na produção e/ou capacitação local. O

Governo nigeriano está empenhado em desenvolver o setor e exige contrapartidas para permitir importação.

Arroz

O Brasil tem feito reiteradas gestões para acessar o mercado nigeriano de arroz. A Nigéria é um dos maiores importadores de arroz no mundo, tenta desenvolver programa de auto-suficiência e restringe as importações, submetidas a regime de licenças especiais. As licenças de importação são concedidas para os importadores nigerianos pelo Ministério do Comércio e Indústria e/ou pelo Ministério da Agricultura, com comunicação, para as medidas necessárias à permissão da entrada do produto, ao Ministério das Finanças e outras autoridades. As licenças de importação são concedidas mediante promessa do importador de que haverá, em contrapartida, investimento no desenvolvimento do setor produtivo local.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Nigéria é estimada em cerca de 1.212 pessoas. Não há cônsules honorários, tampouco conselho de representantes. O atendimento consular é realizado pela Embaixada em Abuja e pelo Consulado-Geral em Lagos.

Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida em atraso da Nigéria com o Brasil, referente a financiamentos e seguros de exportações, foi reescalada em 2006, com remissão parcial no valor de US\$ 84.660.006,35 e pagamentos já efetuados no total de US\$ 67.293.786,00.

POLÍTICA INTERNA

Antiga colônia britânica, a Nigéria tornou-se independente em 1960. Sua trajetória desde então tem sido caracterizada por diversos momentos de instabilidade política e social, os quais decorrem de diversos fatores.

Em primeiro lugar, há que se levar em consideração a divisão entre o sul, mais desenvolvido e de maioria cristã, e o norte, habitado sobretudo por muçulmanos (doze estados nortistas adotam a charia, a lei islâmica, como código penal).

Além das diferenças regionais, há um complexo cenário étnico: o país é habitado por diversos povos, destacando-se os iorubás, que habitam sobretudo o sudoeste do país; os hauçás (*hausa*), nortistas e muçulmanos; e os igbos, que vivem principalmente no sudeste e são cristãos.

Um sistema energético deficiente, impasses quanto à alocação dos recursos advindos do setor petrolífero e um histórico de intervenções das Forças Armadas no cenário nacional contribuem para a instabilidade político-institucional nigeriana.

Em termos institucionais, a Nigéria é uma Federação formada por 36 estados. Para alguns observadores, o sistema federativo, raro no continente africano, tem favorecido, até o momento, a integridade territorial nigeriana, na medida em que serve como válvula de escape para demandas que, em um estado unitário, poderiam se desdobrar em conflitos secessionistas mais graves.

A IV República Nigeriana

Em 1998, com a morte do General Sani Abacha, ditador que governava o país desde 1993, iniciou-se o processo de redemocratização da Nigéria. No ano seguinte, realizaram-se eleições presidenciais, das quais saiu vitorioso o General da Reserva Olusegun Obasanjo, cristão e sulista. Teve início, então, a chamada IV República nigeriana. O partido do Presidente Obasanjo, o PDP (*People's Democratic Party*), de orientação liberal, permanece no poder desde então, tendo vencido as eleições de 2003, 2007 e 2011.

No pleito de 2003, Obasanjo foi reeleito com cerca 60% dos votos. Não obstante inúmeras deficiências e irregularidades, as eleições tiveram seus resultados endossados pelos observadores internacionais.

Paralelamente ao processo de democratização, a IV República também assinalou uma queda na intensidade da participação dos militares

na vida política do país. Desde que Obasanjo assumiu seu primeiro mandato democrático, as Forças Armadas têm-se mantido discretas em relação aos temas políticos.

Na tentativa de atenuar as divergências regionais opondo o Sul ao Norte do país, os membros do PDP decidiram informalmente que haveria alternância, na presidência, entre candidatos sulistas e candidatos nortistas. Nas eleições de 2007, o candidato indicado pelo PDP foi Umaru Yar'Adua, nortista e muçulmano.

O Governo Yar'Adua e a sucessão presidencial

Umaru Yar'Adua foi eleito graças à influência de Olusegun Obasanjo, em pleito cujo resultado só foi sancionado pela Corte Suprema em dezembro de 2008, mais de um ano depois de realizado.

A nota positiva de seu Governo foi o fato de ter mantido o país dentro dos princípios da democracia e do estado de direito, respeitando as prerrogativas do Legislativo, do Judiciário e dos Governos estaduais.

Em fins de novembro de 2009, Yar'Adua foi forçado a afastar-se da presidência por motivos de saúde, gerando vácuo de poder que seria superado apenas em 13 de janeiro de 2010, por meio de decisão do Tribunal Superior de Abuja autorizando o Vice-Presidente Goodluck Jonathan a exercer a função presidencial. No dia 9 de fevereiro, as duas casas da Assembleia passaram resoluções confirmando-o como Presidente em exercício da Nigéria, tendo sido empossado em 6 de maio de 2010, no dia seguinte ao falecimento do Presidente Yar'Adua.

O Governo de Goodluck Jonathan

O Presidente Goodluck Jonathan assumiu a Presidência após um período em que a Nigéria deu provas de amadurecimento político, tendo atravessado, sem convulsão ou golpe, o vácuo de poder causado pelo afastamento do Presidente Yar'Adua.

Em seu discurso de posse, retomou promessas feitas antes por Yar'Adua: combater a corrupção; respeitar o estado de direito; continuar a implementar o programa de anistia no Delta; melhorar as condições de vida da população nigeriana, sobretudo quanto ao fornecimento de água e energia elétrica.

Jonathan foi o primeiro membro de uma etnia do Sul que chegou à Presidência, sem fazer parte dos grupos influentes da política nigeriana e sem conexões com o meio militar (ao contrário dos ainda muito influentes ex-Presidentes Obasanjo, Babangida, Buhari e Gowon, militares

aposentados). Ao assumir a Presidência, tinha como trunfos principais o apoio de setores organizados da opinião interna e dos "parceiros internacionais" com maior influência sobre a Nigéria: EUA, Reino Unido e UE, que desejavam antes de tudo a preservação da estabilidade e do estado direito no país e viram com alívio a superação da crise constitucional.

O MEND (Movimento pela Emancipação do Delta do Níger) e a greve geral de novembro de 2010

Os meses de outubro e novembro de 2010 foram particularmente difíceis para o Presidente Jonathan. No dia 1º de outubro, por ocasião das comemorações do Cinquentenário da Independência, um atentado terrorista resultou em 12 mortos e 36 feridos. O atentado foi reivindicado pelo MEND (Movimento pela Emancipação do Delta do Níger). Na época, os atentados a bomba repercutiram com intensidade no quadro político nigeriano pré-eleitoral, com acusações recíprocas entre o Governo do Presidente Jonathan e seus opositores do Norte.

O Governo negociou a anistia aos líderes do MEND, o que permitiu a melhora das condições de segurança na região do Delta, mas não erradicou o crime organizado (roubo de combustíveis e sequestros) tampouco contribuiu para melhorar o quadro de degradação ambiental da região.

Em novembro de 2010, o Governo enfrentou uma greve geral, decretada pelas principais centrais sindicais, que exigiam aumento de 100% do salário mínimo. A Nigéria foi parcialmente paralisada pelo movimento grevista. Os sindicatos argumentavam que desde 2008 a inflação de dois dígitos (cerca de 15% ao ano) estava corroendo os salários.

Disputa pré-eleitoral

Desde a posse de Jonathan, a sucessão presidencial passou a ser o assunto mais discutido no cenário político nigeriano. No dia 26 de julho de 2010, reunião de governadores sulistas apoiou uma possível candidatura de Jonathan ao pleito de 2011. No dia seguinte, os governadores do Norte endossaram, oficialmente, a possibilidade de Jonathan declarar-se candidato, dentro do preceito constitucional que faculta a todos os cidadãos nigerianos maiores candidatarem-se a cargo eletivo.

De modo geral, o Norte do país não conseguiu opor ao nome do Presidente nenhum candidato de consenso que representasse os anseios das novas gerações. Os meios de comunicação especularam que o principal rival de Jonathan seria Muhammadu Buhari, candidato do *Congress for*

Progressive Change (CPC). Seu prestígio foi, entretanto, negativamente afetado pelo escasso brilho do período em que ocupou a presidência, de 1984 a 1985.

Eleições presidenciais de 2011

Goodluck Jonathan venceu as eleições presidenciais realizadas no dia 16 de abril de 2011 com 58,98% dos votos. O segundo colocado, Muhammadu Buhari (CPC), obteve 31,98% dos votos, concentrados na zona geopolítica do Norte.

O resultado eleitoral confirmou que o país continuava polarizado entre Norte e Sul. Os partidários de Buhari alegaram irregularidades no pleito e chegaram a causar graves perturbações da ordem nas principais cidades nortistas. Em poucos dias, a violência causou mais de uma centena de mortos, 15 mil deslocados internos e destruição de propriedades. Os distúrbios começaram a arrefecer após a imposição do toque de recolher e de medidas enérgicas das forças de segurança.

Apesar de falhas técnicas e irregularidades, as eleições foram consideradas livres, transparentes e genuínas pela comunidade internacional. Em novembro de 2011, o Tribunal Eleitoral referendou a eleição de Goodluck Jonathan.

O PDP conservou a maioria e elegeu/reelegeu 18 dos 26 Governadores nos estados em que houve eleição; por outro lado, os dois principais partidos de oposição, ACN e CPC, fortaleceram-se, respectivamente, no Sudoeste e no Norte.

O Boko Haram

O grupo Boko Haram surgiu no norte do país, área de maioria muçulmana e caracterizada pela extrema pobreza. A organização, cujo nome significa “a educação ocidental é pecaminosa”, tem usado a violência como arma política desde o assassinato de seu líder, Mohammed Yussuf, em 2009. Os alvos são tanto instituições consideradas ocidentais, como também muçulmanos mais moderados, que se opõem ao radicalismo do grupo.

No dia 26 de agosto de 2011, um atentado organizado pelo Boko Haram atingiu o edifício-sede da ONU em Abuja, ocasionando 26 mortes. Poucos meses depois, na semana do Natal, ataques do grupo a igrejas católicas no Norte da Nigéria deixaram mais de 50 mortos.

Em resposta aos ataques, o Presidente Jonathan decretou, nos primeiros dias de 2012, estado de emergência em alguns estados do norte,

como Borno, e o fechamento temporário das fronteiras terrestres com o Chade, o Níger e o Cameroun (acredita-se que cerca de 40% dos membros do Boko Haram estejam espalhados por países limítrofes, o que justificaria a medida presidencial).

Não obstante, em 20 de janeiro de 2012, a organização logrou promover ataques simultâneos a alvos variados na cidade nortista de Kano, segunda área metropolitana do país, que resultaram em mais de 200 mortos. No mês seguinte, a organização promoveu novos atentados nas cidades de Jos, Suleja, Kaduna, Kano e Gombe.

O Boko Haram representa novo desafio para a Nigéria, país que conheceu, até recentemente, relativa tolerância entre cristãos e muçulmanos. Os sistemas de segurança nigerianos – carentes de um comando central e de treinamento adequados – tem-se mostrado incapazes de conter as atividades da organização. Especula-se que os integrantes da organização possam ter recebido treinamento da Al-Qaeda do Maghreb Islâmico (AQMI) e da organização somali Al-Shabbab.

O fim do subsídio aos combustíveis

No dia 1º de janeiro de 2012, o Presidente Jonathan anunciou abruptamente o fim dos subsídios governamentais ao preço dos combustíveis. O Governo argumentou que a política de subsídios consumiria mais de 25% das receitas nigerianas, comprometendo a capacidade do poder público de investir em infraestrutura e, como consequência, bloqueando a diversificação da economia.

À medida seguiu-se uma série de manifestações populares e greves, uma vez que o preço da gasolina aos consumidores finais duplicou em poucos dias, em contexto sócio-econômico no qual 70% da população sobrevive com menos de US\$ 2 por dia, não obtendo qualquer outro benefício da enorme riqueza nigeriana de petróleo que esteja além da gasolina barata. A repercussão negativa da medida culminou com a realização de greve geral de protesto entre os dias 9 e 14 de janeiro.

No dia 16 de janeiro, o Governo decidiu reduzir o preço do combustível para os consumidores finais, reduzindo a tensão política no país.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o Governo do General Sani Abacha (1993-1998), a Nigéria foi paulatinamente excluída do cenário internacional, sobretudo por problemas relacionados à questão do respeito aos direitos humanos. Nesse mesmo período, houve um estreitamento de suas relações com Líbia, Sudão, Iraque, Coreia do Norte e Irã.

Ao assumir a presidência, em 1999, o Presidente Obasanjo trabalhou para modificar a imagem negativa de seu país, mediante frequentes visitas e encontros com outros líderes de Estado e de Governo. Seu trabalho foi continuado pelos Presidentes Yar'Adua e Jonathan.

Desde então, a Nigéria tem-se afirmado cada vez mais como membro ativo da comunidade internacional. O país tem exercido papel destacado nas crises que surgem nos países vizinhos, como, por exemplo, a crise ivoriana de 2010/2011.

Atuação na África Ocidental

No contexto regional, cabe lembrar que a participação da Nigéria foi fundamental para o surgimento, em 1975, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A CEDEAO procura implementar ambiciosos projetos de integração regional, tais como a criação de uma área de livre comércio que abranja os países membros, a harmonização das políticas econômicas e fiscais e a introdução de moeda comum na sub-região.

No longo prazo, a Nigéria espera que, mediante a instalação de um mercado comum na África Ocidental, suas indústrias venham a se beneficiar do desenvolvimento do comércio intra-regional.

Ademais, a CEDEAO tem ampliado suas iniciativas de natureza político-militar, com participação no envio de tropas para a manutenção da paz em áreas conflagradas, bem como na concertação de posições comuns aos países da sub-região. Nesse contexto, o combate a pirataria no Golfo da Guiné, problema que afeta principalmente Nigéria e Benin, também tem sido discutido no âmbito desse organismo.

A Nigéria participou intensamente das operações de paz na Libéria (1990-1996 e 2003) e Serra Leoa (1993-1999). O êxito inicial obtido em ambos os países contribuiu para reforçar as aspirações nigerianas de liderança regional, bem como as de um assento permanente no Conselho de Segurança. Mais recentemente, a rápida reação de Abuja às crises na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe fortaleceu a postura nigeriana de

liderança sub-regional. Por ocasião da crise ivoriana de fins de 2010 e início de 2011, o Governo nigeriano logo se colocou contra a permanência de Laurent Gbagbo no poder. A postura adotada, portanto, veio ao encontro daquela defendida pelas potências ocidentais, nomeadamente a França.

Reforma do Conselho de Segurança da ONU

Uma das metas da política externa nigeriana é tornar o país membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), objetivo que vem deixando mais explícito recentemente (o país ocupou um dos assentos não-permanentes no biênio 2010-2011). Há a avaliação de que EUA, Reino Unido e França estariam sinalizando que a Nigéria seria o candidato da África com mais probabilidade de obter apoio para participar em um CSNU ampliado, devido ao seu perfil de atuação internacional. Nesse pleito, a África do Sul é rival da Nigéria como principal candidato africano.

Estados Unidos

Maior comprador do petróleo (44%), principal fonte de investimentos e país receptor de peso no contexto da “diáspora” nigeriana, os EUA são hoje o mais importante parceiro econômico da Nigéria. Além dos laços comerciais, os dois países têm cooperado em matéria de segurança e combate ao terrorismo. Interessa a Washington evitar a disseminação do terrorismo na região da África Ocidental. Em janeiro de 2012, missão norte-americana esteve em Abuja para discutir cooperação nessas áreas.

Oriente Médio e Norte da África

A política externa nigeriana para o Oriente Médio e Norte da África está sujeita a influências da política interna do país - proporção alta de muçulmanos (50%), existência de grupos fundamentalistas islâmicos (Boko Haram), etc – e a fatores de política externa, como a dependência em relação a países ocidentais e rivalidades com outros países africanos.

No contexto da crise líbia, o voto favorável à Resolução 1973 (2011), documento que criou a base legal para o uso de força militar naquele país, foi, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação interna e externa de apoio à democracia, de aproximação com os países ocidentais e

de imposição de derrota ao regime de Muammar Kaddafi, defensor, no passado, da partição da Nigéria em linhas confessionais.

Ainda com referência às relações com o Norte da África, a Nigéria reconhece a República Árabe Saaraui Democrática, que tem Representante Residente em Abuja. O reconhecimento é herança de regime militar passado e atualmente a Chancelaria nigeriana mantém as relações no patamar mais baixo possível. As relações com o Marrocos e a Argélia são muito boas e ambos mantêm Embaixadores residentes em Abuja.

China

A China e a Nigéria estabeleceram relações diplomáticas em 10 de fevereiro de 1971, mas a influência econômica e política da China no país africano só adquiriu peso significativo a partir do Governo de Olusegun Obasanjo (1999-2007). O então Presidente nigeriano, ao procurar uma alternativa para as grandes empresas petrolíferas ocidentais, buscou a atração de investimentos chineses para projetos de infraestrutura, em troca de licenças para a exploração de petróleo em termos favoráveis (estratégia apelidada de *oil for infrastructure*).

O intercâmbio comercial China-Nigéria aumentou consideravelmente no período, sobretudo no final do segundo mandato de Obasanjo: de US\$ 3 bilhões em 2006 para US\$ 7,2 bilhões em 2008. Houve troca de visitas de alto nível: Obasanjo visitou Beijing, em 1999 (como Presidente eleito) e em 2005 (abril) e 2006 (novembro); os Presidentes Jiang Jemin (abril 2002) e Hu Jintao (abril 2006) visitaram a Nigéria. Foram anunciados grandes projetos chineses em infraestrutura, principalmente na reabilitação do sistema ferroviário da Nigéria e na área de energia. Alguns desses projetos, no entanto, acabaram não se materializando, principalmente por não terem evoluído nas etapas de detalhamento. A China tampouco logrou deslocar os principais compradores de petróleo nigeriano: somente 3% do petróleo importado pela China do continente africano provêm da Nigéria.

No Governo de Umaru Yar'Adua (2007-fevereiro 2010), algumas iniciativas econômicas chinesas sofreram reveses porque o mandatário, buscando livrar-se da influência de seu predecessor, cancelou ou suspendeu os projetos *oil for infrastructure* que favoreciam Obasanjo e aliados.

ECONOMIA

O peso demográfico da Nigéria – com cerca de 160 milhões de habitantes, é o país mais populoso do continente africano – é acompanhado também por seu peso econômico: o PIB nigeriano é o maior da África Ocidental e o terceiro maior da África (atrás do sul-africano e do egípcio). Em 2010, o Produto Interno Bruto atingiu a cifra de US\$ 193,6 bilhões.

O setor petrolífero é o principal da economia nacional. A Nigéria tem a décima maior reserva de petróleo do mundo (36 bilhões de barris) e a segunda maior do continente africano, atrás somente da Líbia. A produção diária, em 2010, foi de cerca de 2,5 milhões de barris por dia.

A importância do óleo é comprovada por dados macroeconômicos e comerciais. Em 2010, o petróleo e seus derivados representaram 88% das exportações. Da mesma forma, estima-se que 80% do orçamento e 90% das divisas governamentais advenham desse setor.

O recente crescimento do PIB nigeriano também deve ser compreendido à luz de uma conjuntura favorável ao petróleo. Na última década, no contexto de aumento do preço desse minério, o PIB vem crescendo a taxas médias de 7% ao ano. Em 2011, o crescimento atingiu 7,4%. A inflação, por seu turno, manteve-se relativamente controlada (10,8%).

O petróleo tem permitido ao país obter constantes superávits em sua balança de comércio. Em 2010, por exemplo, as receitas de exportação atingiram a soma de 77 bilhões de dólares, ao passo que as importações ficaram na casa dos US\$ 47 bilhões. Mesmo em 2009, ano marcado pela crise econômica mundial, a Nigéria obteve um saldo de US\$ 9 bilhões.

Aproximadamente metade das exportações de petróleo nigeriano tem como destino os EUA, onde o produto é utilizado principalmente na produção de gasolina. A Índia é o segundo maior comprador, e o Brasil é o terceiro. Em relação às importações, o principal fornecedor nigeriano é a China (15% do total importado). O Brasil ocupa a 11ª posição nessa lista.

Apesar da riqueza potencial, a exploração petrolífera é apontada como a principal responsável pela poluição do Delta do Niger, pela concentração de riquezas, pelos baixos indicadores sociais, pela ausência de diversificação econômica e mesmo pelos diversos conflitos étnicos e religiosos que ameaçam a governabilidade. Observadores variados apontam a Nigéria como caso clássico de país que sofreria da “maldição dos recursos naturais”. Para esses analistas, como o estado nigeriano não depende de atividades econômicas desenvolvidas pela população como um todo para se financiar, muito pouco é feito em prol da diversificação de sua economia e do desenvolvimento sócio-econômico do país.

De fato, a riqueza proveniente da exploração do petróleo não tem sido revertida em benefícios sociais. O PIB per capita nigeriano é de apenas US\$ 1222. Nesse quesito, a Nigéria não está nem entre os dez principais países da África.

Paradoxalmente, para um país rico em petróleo, o setor energético vive situação de crise: a Nigéria precisa importar 85% do combustível que consome, e o Governo não conseguiu cumprir a promessa de fornecer, no ano de 2009, 6 mil MW de energia elétrica (3,7 mil MW foram gerados). Apenas uma das quatro refinarias existentes (todas estatais) está funcionando, após anos de ineficiência gerencial, corrupção, burocracia e falta de investimentos.

Gás natural e mineração

O gás natural é outra riqueza nigeriana: o país tem a oitava maior reserva do mundo e a maior do continente africano. No entanto, a produção não é expressiva, devido à insuficiente infraestrutura no setor. O gás natural associado ao petróleo é, em sua maior parte, queimado. Nesse cenário, investimentos adicionais em gasodutos regionais e plantas de LNG (gás natural liquefeito) se fariam necessários para acelerar as exportações e a geração doméstica de eletricidade.

Outro setor que aparece como promissor é o de mineração. De acordo com o Ministro do Comércio e Investimento, Olusegun Aganga, o país deverá iniciar a produção de minério de ferro em 2012, com a expectativa de atingir 20 milhões de toneladas em cinco anos.

Agricultura

A atual condição da produção agrícola nigeriana – pouco dinâmica – também está, em parte, ligada ao setor petrolífero. A agricultura já foi setor importante da economia nacional, mas, após as descobertas do petróleo, a Nigéria a relegou a uma posição de segundo plano, de modo que, hoje, o país tem uma agricultura atrasada e se vê obrigado a importar grande parte dos alimentos de que necessita. Apesar disso, o setor emprega cerca de 70% da população nacional (o setor petrolífero caracteriza-se por pequena demanda por mão-de-obra, o equivalente a apenas 1% da força de trabalho nacional).

Investimentos

Nos últimos anos, a China, embora sem figurar como grande importador de petróleo nigeriano, tem aumentado seus investimentos no país, em particular nos setores de petróleo, gás, energia elétrica, infraestrutura, engenharia civil, mineração, comunicações e agricultura. Em maio de 2010, China e Nigéria assinaram Memorando de Entendimento para a construção de três refinarias e um complexo petroquímico, com capacidade de refino de 750 mil barris/dia, no valor de 28,5 bilhões de dólares.

De acordo com a UNCTAD, a Nigéria está entre os 20 maiores destinos (terceiro na África, atrás de Angola e Egito), no mundo, para Investimentos Estrangeiros Diretos. Os principais setores de investimento externo são petróleo e gás, telecomunicações e infraestrutura.

Obstáculos ao desenvolvimento econômico

Embora exportadora de petróleo, a Nigéria precisa importar boa parte do combustível que consome. Ademais, o país não dispõe de uma reserva estratégica de combustíveis, a fim de evitar colapso em caso de interrupção de suprimento.

Geograficamente, grande parte da produção de petróleo nigeriana está concentrada no Delta do rio Níger, região que tem sido alvo de conflitos insurgentes, com roubo de petróleo (“bunkering”) e destruição de infraestrutura, o que acarreta fuga de investimentos estrangeiros.

Ademais, os recursos advindos do petróleo têm destinação duvidosa. O ECA (*Excess Crude Account*) – antecessor do Fundo Soberano, criado em maio deste ano, mas ainda não capitalizado – possuía USD 20 bilhões em 2007 e, apenas USD 1 bilhão no final de 2010. Por fim, o crescimento da violência, associada a fatores religiosos, étnicos e econômicos, tornam ainda mais difícil o ambiente para investimentos, principalmente de empresas de menor porte.

ANEXOS

Cronologia histórica

Séc. XV - Portugueses chegam à costa do país
Séc. XVII - Europeus estabelecem portos costeiros para o aumento do tráfico de escravos
Séc. XIX - Usman dan Fodio estabelece império islâmico centrado em Sokoto
1901 - Reino Unido estabelece protetorado no território
1914 - Nigéria torna-se colônia britânica
1960 - Independência nigeriana
1966 - Militares assumem o poder
1967 - Rebeldes proclamam independência da República de Biafra, no leste do país, mas movimento sai derrotado
1975 - Após golpe pacífico, Murtala Ramat Mohammed sobe ao poder, mas é morto em seguida. Em seu lugar assume Olusegun Obasanjo
1977 - Nova Constituição é promulgada
1979 - Shehu Shagari vence eleições presidenciais
1983 - Nigéria retorna ao Governo militar
1993 - Sani Abacha sobe ao poder após cancelamento de eleições
1999- Obasanjo é eleito presidente
2003 - Reeleição de Obasanjo
2007 - Umaru Musa Yar'Adua é eleito presidente, na primeira transferência de poder entre presidentes eleitos da história do país
2010 (janeiro) - Umaru Musa Yar'Adua falece e VPR Goodluck Jonathan assume a Presidência
2011 (abril) Goodluck Jonathan é eleito
2011 (agosto) – Atentado do grupo terrorista Boko Haram atinge prédio da ONU em Abuja
2012 (janeiro) – Governo anuncia fim dos subsídios aos combustíveis. Protestos e greves se espalham pelo país.

Cronologia das relações bilaterais

1960 - Brasil reconhece a independência da Nigéria e envia delegação aos festejos comemorativos.
1961 - Estabelecimento de relações diplomáticas. Criação da Embaixada residente do Brasil em Lagos.
1966 - Nigéria estabelece Embaixada residente em Brasília.
1967 - Guerra de Biafra. Brasil não reconheceu o movimento secessionista.
1972 - Chanceler Gibson Barboza visita a Nigéria. Acordos de Cooperação Cultural e Comercial.
1974 - Okoi Arikpo, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
1977 - Joseph Garba, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
1979 - Vice-Presidente Shehu Yar'Adua visita o Brasil. Assina múltiplos acordos. Justin Tseayo, Ministro da Energia nigeriano visita o Brasil.
1981 - Chanceler Saraiva Guerreiro visita a Nigéria. Primeira reunião da Comissão Mista bilateral.
1983 - Presidente João Batista Figueiredo visita a Nigéria.
1986 - Chanceler Abreu Sodre visita a Nigéria.
1988 - Ike Nwachukwu, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
1989 - Terceira reunião da Comissão Mista.
1998 - Início do processo de redemocratização da Nigéria. Relações voltam a tomar impulso.
1999 - Olusegun Obasanjo visita o Brasil como Presidente-eleito.
2000 - Atiku Abubakar, Vice-Presidente da Nigéria, visita o Brasil. 4ª Reunião da C. Mista.
2005 - Embaixada do Brasil é transferida para Abuja, a nova capital nigeriana.
2005 - Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Nigéria.
2005 - Chanceler Celso Amorim visita a Nigéria.
2005 - Olusegun Obasanjo, Presidente da Nigéria, visita o Brasil.
2005 - Ministro Luiz Fernando Furlan (MDIC) visita a Nigéria.
2005 - V reunião da Comissão Mista.
2006 - Danjuma Idris Waziri, Ministro do Comércio nigeriano, visita o Brasil. Oluyemi Adeniji, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
2006 - Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa da Cúpula AFRAS (África-América do Sul), em Abuja. Encontro dos Presidentes Lula e Yar'Adua, em Berlim.

2008 - Abril. Ministro de Estado do Comércio da Nigéria, Garba Bichi, visita o Brasil.
2008 - Junho. Sexta reunião da Comissão Mista.
2009 - Julho. Presidente Umaru Musa Yar'Adua visita o Brasil.
2010 - Junho. Reunião de Consultas Políticas.
2012 - Março. Ministro de Comércio e Investimentos da Nigéria, Olusegun Aganga, visita o Brasil.

Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Nº (D.O.U)	Data
Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão	10/01/1979	10/1/1979	-	26/01/1979
Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além	10/01/1979	18/10/1991	219	12/11/1991
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	10/01/1979	02/08/1983	210	01/11/1983
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Coordenação	10/01/1979	10/01/1979	89	04/04/1979
Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio	10/01/1979	10/01/1979	88	04/04/1979
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	08/11/2000	Em ratificação (Decreto Legislativo 781/2005; falta aprovação interna nigeriana)		
Acordo sobre Serviços Aéreos	06/09/2005	Em ratificação (Decreto Legislativo 254/2008; falta aprovação interna nigeriana)		
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	06/09/2005	10/11/2008	217	07/11/2008
Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro	06/09/2005	Em ratificação (Decreto Legislativo 279/2008; falta aprovação interna nigeriana)		
Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	06/09/2005	29/07/2009	197	13/10/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação no Domínio da Defesa	22/07/2010	Tramitação Casa Civil	-	

Dados Econômico-Comerciais

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

PIB Nominal	US\$ 244 bilhões
Crescimento real do PIB	7,4%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 1.574
PIB PPP	US\$ 323 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 3.230
Inflação	10,8%
Reservas internacionais	US\$ 35 bilhões
Dívida externa	US\$ 11 bilhões
Câmbio (N / US\$)	153,9

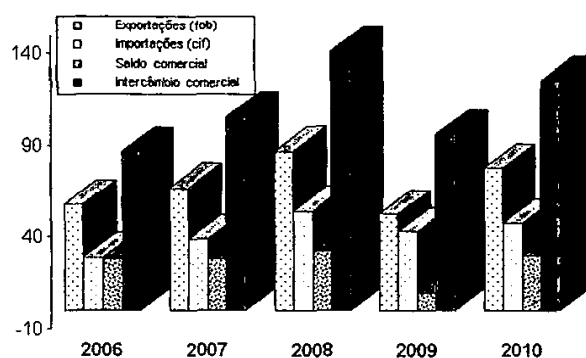
Com PIB Nominal de US\$ 244 bilhões e crescimento em torno de 7,4%, a Nigéria destacou-se como a 39ª economia do mundo e um das principais economias exportadoras de combustíveis.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do EIU, The Economist Intelligence Unit, Country Report March 2012 e Central Intelligence Agency, World Factbook (www.cia.gov)

NIGÉRIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-nov)
Exportações (fob)	58	67	87	53	78	99
Importações (cif)	29	39	54	43	48	53
Saldo comercial	29	28	33	9	30	46
Intercâmbio comercial	87	106	141	96	125	152

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012.



O comércio exterior da Nigéria apresentou, em 2010, variação de 44% em relação a 2006, passando de US\$ 87 bilhões para US\$ 125 bilhões. No ranking do FMI, a Nigéria figurou como o 45º mercado mundial, sendo o 54º principal exportador e o 37º importador.

NIGÉRIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-nov)	% no total
Estados Unidos	28,5	36,6%	29,5	29,9%
Índia	9,4	12,0%	11,6	11,7%
Brasil	6,9	7,6%	7,7	7,8%
Espanha	5,1	6,6%	7,0	7,1%
França	3,1	3,9%	4,5	4,6%
Países Baixos	2,9	3,7%	4,2	4,2%
África do Sul	2,5	3,2%	2,8	2,8%
Alemanha	2,3	2,9%	4,0	4,0%
Costa do Marfim	2,0	2,6%	2,6	2,6%
Portugal	1,6	2,1%	1,9	1,9%
Subtotal	63,4	81,4%	75,8	76,6%
Outros países	14,5	18,6%	23,2	23,4%
Total	77,8	100,0%	99,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012.

Estados Unidos, Índia e Brasil representam 56% da pauta em 2010. O Brasil obteve o 3º lugar entre os principais destinos, participando com 7,6% do total.

NIGÉRIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

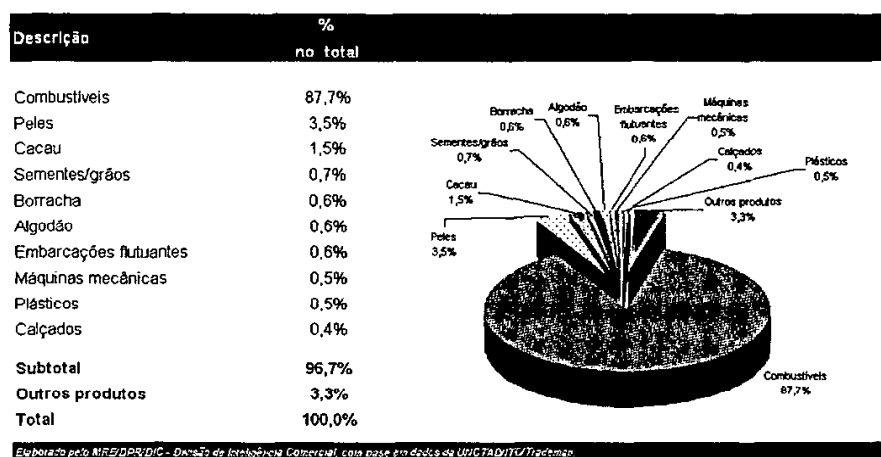
Descrição	2010	% no total	2011 (jan-nov)	% no total
China	7,4	15,5%	9,1	17,2%
Países Baixos	4,5	9,6%	2,6	4,9%
Estados Unidos	4,4	9,3%	4,8	9,0%
França	2,3	4,8%	2,0	3,8%
Índia	2,1	4,5%	2,4	4,4%
Reino Unido	2,0	4,2%	2,1	4,0%
Alemanha	1,5	3,1%	1,6	3,0%
Itália	1,1	2,3%	1,1	2,1%
Taiilândia	1,0	2,2%	1,3	2,4%
Emirados Árabes Unidos	1,0	2,0%	1,1	2,2%
Brasil	0,9	2,0%	1,2	2,2%
Subtotal	28,2	59,4%	29,2	55,2%
Outros países	19,3	40,6%	23,7	44,8%
Total	47,6	100,0%	52,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012.

A China é o principal fornecedor de bens para a Nigéria. Em 2010 respondeu com 16% do total, seguido de Países Baixos (10%); Estados Unidos (9%); França (5%); Índia (5%); Reino Unido (4%); Alemanha (3%). O Brasil posicionou-se no 11º lugar, com 2% da demanda importadora do país.

NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

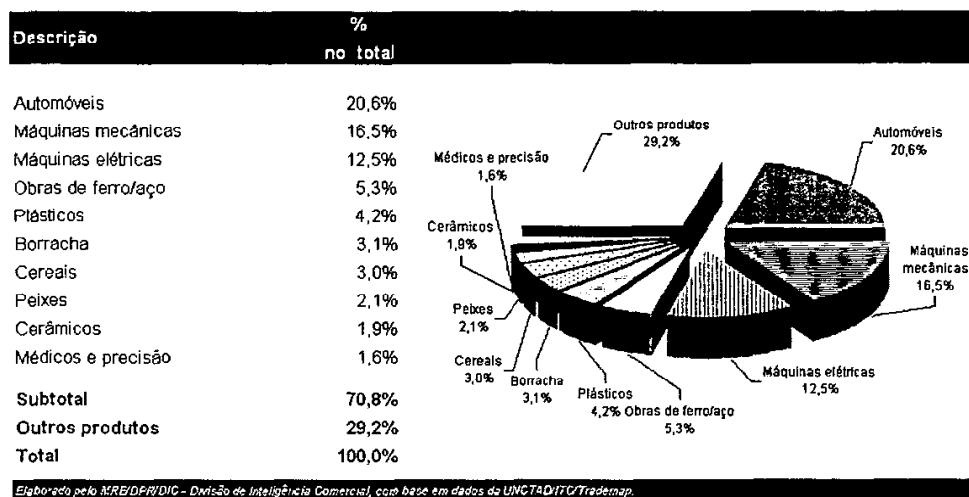
2010 - Em %



A pauta de exportação nigeriana é altamente concentrada. Combustíveis representaram, em 2010, 88% do total. Na sequência estão: peles (4%); cacau (2%); e sementes/grãos (2%). Estes itens somados representaram em torno de 96% da pauta em 2010.

NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %



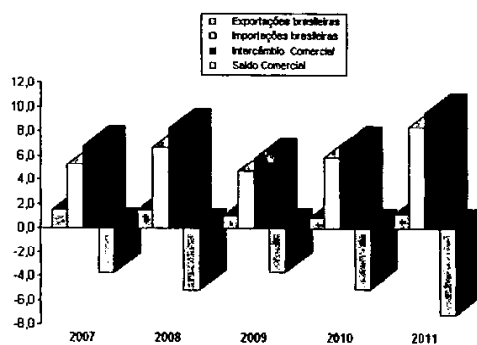
Os principais produtos importados pela Nigéria foram: automóveis (21%); máquinas mecânicas (17%); máquinas elétricas (13%); e obras de ferro/aço (5%). Esses itens em conjunto somaram em torno de 71% da pauta em 2010.

BRASIL - NIGÉRIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-fev)	2012 (jan-fev)
Exportações brasileiras	1,5	1,5	1,1	0,9	1,2	0,14	0,18
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	1,6%	-30,6%	-19,0%	38,1%	-12,3%	26,8%
Importações brasileiras	5,3	6,7	4,8	5,9	8,4	0,88	1,03
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	26,9%	-29,0%	24,3%	41,7%	13,8%	5,0%
Intercâmbio Comercial	6,8	8,2	5,8	6,8	9,6	1,12	1,21
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	21,3%	-29,3%	16,4%	41,2%	9,7%	7,7%
Saldo Comercial	-3,8	-5,2	-3,7	-5,1	-7,2	-0,84	-0,85

Elaborado pelo MRE/DPE/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Alexweb

A Nigéria foi o 11º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 41%, passando de US\$ 7 bilhões, para US\$ 10 bilhões, apesar do declínio de 21% das exportações do ano de 2011 em relação ao ano de 2007. A participação de Nigéria no comércio exterior brasileiro foi de 2% em 2011.

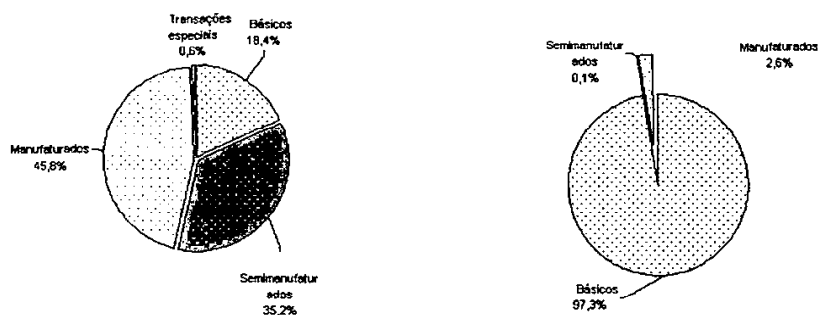


BRASIL-NIGÉRIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	219	18,4%	8.161	97,3%
Semimanufaturados	420	35,2%	5	0,1%
Manufaturados	546	45,8%	221	2,6%
Transações especiais	7	0,6%	0	0,0%
Total	1.192	100,0%	8.386	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPREDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a Nigéria são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 46% das vendas em 2011. Em seguida estão os bens semimanufaturados, com 35% e os básicos com 18%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representaram 97% do total em 2011, com destaque para "óleos brutos de petróleo".



BRASIL-NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		Exportações brasileiras para a Nigéria, 2011
			Valor	% no total	
Açúcar	0,41	0,44	0,60	50,1%	
Cereais	0,04	0,03	0,17	14,6%	
Químicos orgânicos	0,05	0,04	0,06	4,9%	
Plásticos	0,03	0,03	0,05	4,5%	
Bebidas	0,05	0,04	0,05	4,1%	
Automóveis	0,05	0,04	0,04	3,3%	
Combustíveis	0,23	0,04	0,04	3,2%	
Fumo	0,01	0,03	0,03	2,5%	
Aviação	0,03	0,03	0,03	2,2%	
Máquinas mecânicas	0,02	0,02	0,02	2,0%	
Subtotal	0,93	0,74	1,09	91,4%	
Outros produtos	0,13	0,13	0,10	8,6%	
Total	1,07	0,86	1,19	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPREDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/ALC/EXE.

A pauta de exportação brasileira para a Nigéria é concentrada. Açúcar e cereais são os principais itens brasileiros exportados para a Nigéria e juntos somaram 65% da pauta, em 2011. Em seguida destacaram-se: químicos orgânicos (5%); plásticos (4,5%); bebidas (4%).

BRASIL-NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Nigéria, 2011
			Valor	% no total	
Combustíveis	4,76	5,91	8,37	99,8%	
Frutas	0,00	0,00	0,01	0,1%	
Subtotal	4,76	5,91	8,38	99,9%	
Outros produtos	0,00	0,01	0,01	0,1%	
Total	4,76	5,92	8,39	100,0%	

Elaborado pelo MPE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

As importações brasileiras originárias de Nigéria apresentaram alto grau de concentração. Os combustíveis são quase a totalidade das compras. Em 2011 esse grupo representou 99,8% das compras brasileiras.

BRASIL-NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-fev)	2012 (jan-fev)		Exportações brasileiras para Nigéria em 2012 (jan-fev)
		Valor	% no total	
Exportações				
Açúcar	67	99	55,0%	
Cereais	11	20	11,3%	
Químicos orgânicos	8	9	4,8%	
Resíduos das inds alimentares	0	9	4,8%	
Bebidas	16	8	4,7%	
Papel	4	7	4,1%	
Combustíveis	0	7	3,9%	
Máquinas mecânicas	5	6	3,1%	
Plásticos	3	5	2,6%	
Fumo	8	4	2,2%	
Subtotal	122	174	96,5%	
Outros produtos	20	6	3,5%	
Total	142	180	100,0%	
Importações				
Combustíveis	982	1.029	99,8%	
Cacau	0	2	0,2%	
Subtotal	982	1.031	100,0%	
Outros produtos	0	0	0,0%	
Total	982	1.031	100,0%	

Elaborado pelo MPE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 543 - C. Civil.

Em 28 de junho de 2012.

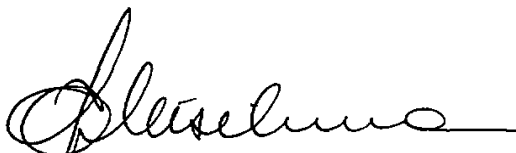
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 03/07/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:13010/2012

5



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2012 (PDC nº 525/2011, na origem), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Guiné Equatorial sobre o Exército de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2011.*

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

I – RELATÓRIO

Foi encaminhada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores à Presidente da República a Exposição de Motivos nº 277, de 3 de junho 2011, na qual se afirma que o acordo internacional em tela “semelhante aos assinados com mais de cinquenta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes de missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional”. A Presidente da República, por sua vez, encaminhou o Acordo ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 336, de 2011, sem considerações de mérito.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi remetida à Comissão

de Relações Exteriores, que elaborou projeto de decreto legislativo. Referido projeto foi encaminhado às Comissões de Constituição Justiça e Redação (CCJR) e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). No dia 26 de abril de 2012, a proposição foi aprovada pelo Plenário daquela Casa.

II – ANÁLISE

Dois atos internacionais versam sobre os regimes de responsabilidade dos atos dos agentes oficiais de Estados acreditantes, e de seus dependentes, nos Estados acreditados: a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e a Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Ambas positivam normas consuetudinárias e, por sua ampla aceitação na comunidade internacional, são consideradas universais. No Brasil, vigoram desde 1965 e 1963, quando os respectivos decretos promulgadores foram publicados.

Em termos gerais, elas conferem proteção especial ao agente estrangeiro e a seus dependentes. A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas confere imunidade penal a agentes diplomáticos, ao pessoal administrativo e técnico das missões diplomáticas e aos seus respectivos dependentes em todos os casos e imunidade civil, administrativa e tributária, exceto, entre outras hipóteses, por ações referentes a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercido fora de suas funções oficiais. A Convenção de Viena sobre Relações Consulares é mais branda: o art. 41 circunscreve a exceção à jurisdição penal do Estado acreditado aos casos de crimes graves e em caso de decisão por autoridade competente e tampouco confere aos atos pessoais imunidade civil ou administrativa.

Esse sistema de responsabilidades, pensado sobre o binômio “atos de ofício” e “atos particulares”, parte da prosaica constatação de que os membros da comunidade diplomática, em sentido lato, estão fadados a desempenhar, a título pessoal, atos civis nos países acreditados, eventualmente até mesmo a prestação de serviços, mercê do próprio processo de interação com a comunidade local.

A geração de atos internacionais do qual o Acordo em tela faz parte visa a complementar esse quadro normativo, permitindo e disciplinando a prestação de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico das Missões



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais.

O texto do Ato internacional foi exitoso ao não ferir as disposições constitucionais, convencionais e legais atinentes à condição jurídica dos dependentes dos chefes de missões diplomáticas e consulares e do pessoal administrativo, técnico, de apoio ou serviço que sejam da nacionalidade do Estado acreditado. Embora permita o exercício de atividade remunerada, o Acordo respeita a regulação das profissões pelos Conselhos de classe de ambos os países, medida salutar à manutenção da qualidade e da segurança na oferta de serviços em ambos os países, bem como as regras nacionais de validação de diplomas e títulos.

Finalmente, seguindo a regra de vigência dos vistos, dispõe-se, de maneira lógica, que a autorização para o exercício de atividade remunerada expirará na data em que o agente diplomático ou consular, empregado administrativo, técnico de apoio ou serviço do qual emana a dependência termina suas funções perante o governo ou organização internacional em que se encontre o acreditado.

Interessante é notar que a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, art. 98, prevê que ao estrangeiro que se encontra no Brasil em razão de visto de turista, trânsito ou temporário, na condição de estudante, bem como aos dependentes e todos aqueles de titulares de quaisquer vistos temporários, é vedado o exercício de atividade remunerada por fonte brasileira. A vedação, no entanto, exclui os portadores de visto diplomático ou consular e os dependentes daqueles que o portem, desde que o visto lhes tenha sido estendido. Percebe-se, dessarte, uma receptividade latente na legislação brasileira à ideia de que os dependentes dos agentes oficiais estrangeiros dêem o curso mais natural possível às suas trajetórias acadêmicas e profissionais e aos seus projetos de vida quando no país.

Quanto ao mérito, o Acordo é de todo oportuno e conveniente por minimizar o sacrifício pessoal a que os familiares dos servidores estrangeiros são submetidos. A medida promove a harmonia familiar, uma vez que favorece a conjunção de interesses entre seus componentes. Serve ainda, em alguns casos, como medida de justiça econômica e estímulo às relações

bilaterais, uma vez que alguns países encontram dificuldades em manter representações permanentes em razão, entre outros elementos, dos altos salários que devem oferecer aos seus agentes diplomáticos e consulares para que mantenham a si e a todos os seus familiares em condições condignas no exterior.

III – VOTO

À luz do que exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 191, DE 2012
(nº 525/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Guiné Equatorial sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Guiné Equatorial sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS, REPARTIÇÕES CONSULARES E PERANTE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Guiné Equatorial
(doravante denominados “Partes”),

Reconhecendo o estágio particularmente avançado de entendimento e diálogo entre os dois países; e

Animados pelo desejo de estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das suas relações diplomáticas,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1

1. Os dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico de uma das Partes designado para exercer missão oficial na outra como membro de Missão diplomática, Repartição consular e perante Organização Internacional, sediada no Estado reconhecida por ambas as Partes, poderão exercer atividade remunerada no território da Parte acreditada em conformidade com o presente Acordo e com base no princípio da reciprocidade.

2. Para fins deste Acordo, pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico significa qualquer empregado de uma das Partes, com exceção do pessoal de apoio, designado para exercer missão oficial em Missão diplomática, Repartição consular e perante Organização Internacional.

Artigo 2

Para os fins deste Acordo, são considerados dependentes:

- a) cônjuge ou companheiro permanente;
- b) filhos solteiros menores de 21 anos;
- c) filhos solteiros menores de 25 anos que estejam estudando em universidade ou instituição de ensino superior reconhecida em cada Estado; e
- d) filhos solteiros portadores de necessidades especiais (incapacidade física ou psíquica).

Artigo 3

Qualquer dependente que deseje exercer atividade remunerada deverá solicitar, por escrito, por via diplomática, autorização do Cerimonial ou da Direção-Geral correspondente, do Ministério das Relações Exteriores da outra Parte. O pedido deverá incluir informação que comprove a condição de dependente da pessoa em questão e uma breve explanação sobre a atividade remunerada pretendida. Após verificar se a pessoa em questão preenche os requisitos estipulados no presente Acordo e após observar a legislação laboral vigente, o Cerimonial ou a Direção-Geral correspondente informará à Embaixada da outra Parte, por escrito e com a brevidade possível, se o dependente está ou não está autorizado a exercer atividade remunerada. Similarmente, a Embaixada deverá informar o Cerimonial ou a Direção-Geral correspondente a respeito do término da atividade remunerada exercida pelo dependente, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar nova atividade remunerada.

Artigo 4

No caso em que o dependente autorizado a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição no território do Estado acreditado conforme os Artigos 31 e 37 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ou qualquer outro tratado internacional aplicável:

- a) o dependente não gozará de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, em ações contra ele iniciadas por atos relacionados com o desempenho da referida atividade remunerada; e
- b) o Estado acreditante considerará seriamente qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal no exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, o Estado acreditado poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

Artigo 5

1. A autorização para o exercício de atividade remunerada terminará tão logo cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, na data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas, ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente. O término da autorização levará em conta o prazo razoável do decurso previsto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, sem exceder três meses.

2. Qualquer contrato empregatício de que seja parte o dependente conterá cláusula estipulando que o contrato cessará quando do término da autorização para o exercício da atividade remunerada.

Artigo 6

A autorização para que um dependente exerça atividade remunerada, em conformidade com o presente Acordo, não concederá à pessoa em questão o direito de continuar no exercício da atividade remunerada ou de residir no território da outra Parte; uma vez terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente, a autorização cessa de produzir efeito.

Artigo 7

Nada neste Acordo conferirá ao dependente o direito a emprego que, de acordo com a legislação da Parte acreditada, somente possa ser ocupado por nacional deste Estado, ou que afete a segurança nacional.

Artigo 8

Este Acordo não implicará o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas em vigor que regulamentam essas questões no território da Parte acreditada. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas exigências a que deve atender um nacional da Parte acreditada, candidato ao mesmo emprego.

Artigo 9

1. Os dependentes que exerçam atividade remunerada estarão sujeitos ao pagamento, no território da Parte acreditada, de todos os impostos relativos à renda com fonte no país acreditado, nele auferida em decorrência do desempenho dessa atividade e de acordo com as leis tributárias deste país.

2. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo estarão sujeitos à legislação de previdência social do Estado acreditado.

Artigo 10

1. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução deste Acordo será dirimida pelas Partes, por via diplomática.
2. Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por troca de Notas diplomáticas. As emendas entrarão em vigor conforme o disposto no Artigo 11.

Artigo 11

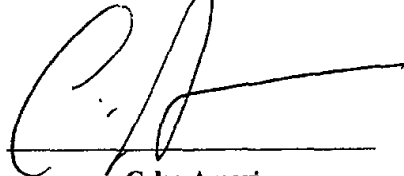
Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data da segunda notificação entre as Partes, por via diplomática, do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos.

Artigo 12

O presente Acordo permanecerá em vigor por período indeterminado e poderá ser denunciado quando uma das Partes notificar à outra, por escrito, por via diplomática, sua decisão de denunciá-lo. Nesse caso, a denúncia surtirá efeito noventa (90) dias após a data da notificação.

Feito em Malabo, em 5 de julho de 2010, em dois exemplares originais nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA GUINÉ EQUATORIAL



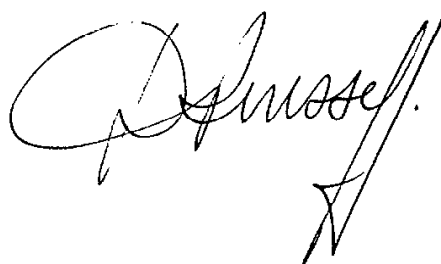
Pastor Ondo Bilé
Ministro dos Negócios Estrangeiros e
Cooperação Internacional

Mensagem nº 336, de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Equatorial sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2010.

Brasília, 24 de agosto de 2011.



EMº 00277 MRE

Brasília, 03 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Equatorial sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2010, pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Pastor Ondo Bilé.

2. O presente Acordo, semelhante aos assinados com mais de cinquenta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

3. Com efeito, proporcionar um espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, cônjuges em especial, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 49, inciso I, combinado com o Artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 09/05 /2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:11812/2012)

6